

HISTÓRIAS PARA NÃO ESQUECER

200 VIDAS MINEIRAS

Américo Antunes
ORGANIZAÇÃO

fHist
FESTIVAL DE HISTÓRIA

BENJAMIN GUIMARAES

**HISTÓRIAS
PARA NÃO
ESQUECER
200 VIDAS MINEIRAS**

**HISTÓRIAS
PARA NÃO
ESQUECER
200 VIDAS MINEIRAS**

Américo Antunes
ORGANIZAÇÃO

fHist
FESTIVAL DE HISTÓRIA

©**Stratégia 2022**

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610/1998.

É proibida a venda e a reprodução total ou parcial sem a anuência expressa do proprietário da obra.

Coordenação editorial e pesquisa

Américo Antunes

Autores

Américo Antunes

Cândida Canêdo

Denise Menezes

Felipe Canêdo

Juliano Antunes

Marta Vieira

Mônica Santos

Teresa Caram

Último Valadares

Projeto gráfico e capa

Pedro Miranda

Revisão

Cândida Canêdo

H673

Histórias para não esquecer – 200 vidas mineiras/organização:

Américo Antunes. Belo Horizonte: **Stratégia Cultura e Comunicação**, 2022.

272p. Il.

Vários autores

ISBN: 978-65-999238-0-7

1. Biografias – MG – Brasil I Antunes, Américo.

CDU: 929(815.1)

Impressão Artes Gráficas Formato

CNPJ 42.914.408/0001-19

Projeto realizado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura
PRONAC Nº 210.487

Sumário

Apresentação	9
Nota de abertura	11
Abreviaturas	13
200 mineiros de A a Z	16
Bibliografia	266
Sobre os autores	270

Apresentação

Histórias de vida extraordinárias, que iluminaram as artes, a literatura, a ciência, o esporte, a economia e a política do Brasil e do mundo, a partir de Minas Gerais, é o que apresenta **Histórias para não esquecer**, livro do Festival de História (fHist) em sua edição especial pelo Bicentenário da Independência do Brasil, que o Instituto Cultural Vale tem a alegria de patrocinar.

Ser mineiro é, nas palavras de Guimarães Rosa, “uma gente imaginosa, pois que muito resistente à monotonia” e “um idealista prático”. É a partir dessa perspectiva que o Instituto Cultural Vale, cuja trajetória é indissociável desse lugar e de suas muitas histórias, se une às memórias compartilhadas de 200 vidas mineiras separadas por séculos, que entrelaçam o que há de essencial na contribuição de Minas à formação do Brasil: a diversidade, a resiliência, a determinação e a criatividade de suas gentes.

Desejamos que novas memórias e trajetórias resultem da experiência de ler essa obra, que é, essencialmente, um guia de viagem no compasso das realizações de mineiros e mineiras que precisam ser sempre lembrados.

Boa leitura!

Instituto Cultural Vale

Nota de abertura

Histórias para não esquecer, livro comemorativo do Bicentenário da Independência do Brasil do Festival de História (fHist), reúne 200 perfis biográficos de mineiros e mineiras nascidos no estado a partir de 1720, quando a então Capitania das Minas Gerais foi criada pela Coroa portuguesa.

Com base no corte simbólico de 200 perfis nos 200 anos da Independência e do critério de nascimento no estado, as pesquisas históricas e biográficas realizadas nos últimos dois anos voltaram-se para a identificação não apenas de nomes de mineiros icônicos e já consagrados na literatura, nas artes plásticas, na música, nas ciências, na economia ou na política, mas também daqueles pouco conhecidos, anônimos ou apagados pela história oficial.

Assim, dos escaninhos dos arquivos garimpados e das fontes bibliográficas consultadas emerge uma miríade de trajetórias de vidas extraordinárias de homens e mulheres, que se entrelaçam em um mosaico diverso e potente e revelam a contribuição mineira singular à formação histórica e cultural do Brasil que conhecemos hoje, a começar pelo padre José de Santa Rita Durão (1722/1784).

Do poeta nascido em Mariana no alvorecer do século do ouro do Brasil, somam-se no livro, em ordem alfabética, escultores e talhadores, pintores e artistas plásticos, músicos e regentes, fazendeiros, advogados, naturalistas e inconfidentes. Se não bastasse, a esses ofícios acrescentam-se os de cantores e compositores, professores, educadores, empresários, atores, cineastas, esportistas, engenheiros, médicos, historiadores, jornalistas, antropólogos, geólogos e sociólogos e os de políticos, revolucionários, beatos, médiuns e mestres da cultura popular geniais, em uma diversidade profundamente conectada às cidades em que nasceram, situadas em todos os cantos das Minas e das Gerais, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Com efeito, como reportar a vida do mestre Aleijadinho sem Ouro Preto, do pintor Mestre Ataíde sem Mariana, do poeta Carlos Drummond de Andrade sem Itabira, da escritora Alaíde Lisboa sem Lambari e dos “quatro mineiros do Apocalipse” (os cronistas Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino) sem a Praça da Liberdade, onde “puxavam angústia” em Belo Horizonte?

Ou ainda, como escrever sobre a trajetória do presidente Juscelino Kubitschek sem Diamantina, de Tancredo Neves sem a sua São João del-Rei, do escritor João Guimarães Rosa sem a “boca do sertão” de Cordisburgo, da estilista Zuzu Angel sem Curvelo, do antropólogo Darcy Ribeiro e do escritor Cyro dos Anjos sem Montes Claros, da escritora Carolina de Jesus sem Sacramento, do cantor Agnaldo Timóteo sem Caratinga, da beata Nhã Chica sem Baependi ou do médium Chico Xavier sem Pedro Leopoldo e Uberaba?

Vidas e lugares de memória são, portanto, o fio condutor dos 200 perfis biográficos de **Histórias para não esquecer** e que desvelam ao mesmo tempo, contrastes e contradições características das sociedades em cada época, patriarcais, escravagistas, autoritárias ou democráticas, mas sempre desiguais e excludentes.

E tudo isso apurado e elaborado por uma equipe experiente de nove profissionais de comunicação, com as melhores técnicas jornalísticas, em linguagem direta e objetiva e em espaços iguais, mas sem perder a emoção e a sensibilidade, cuja autoria está identificada ao pé de cada perfil biográfico.

Trata-se, portanto, de um livro de viagem pela história de Minas e do Brasil nos últimos 300 anos e que nos conduz a uma jornada de conhecimento a partir de vidas notáveis, que não podem ser esquecidas.

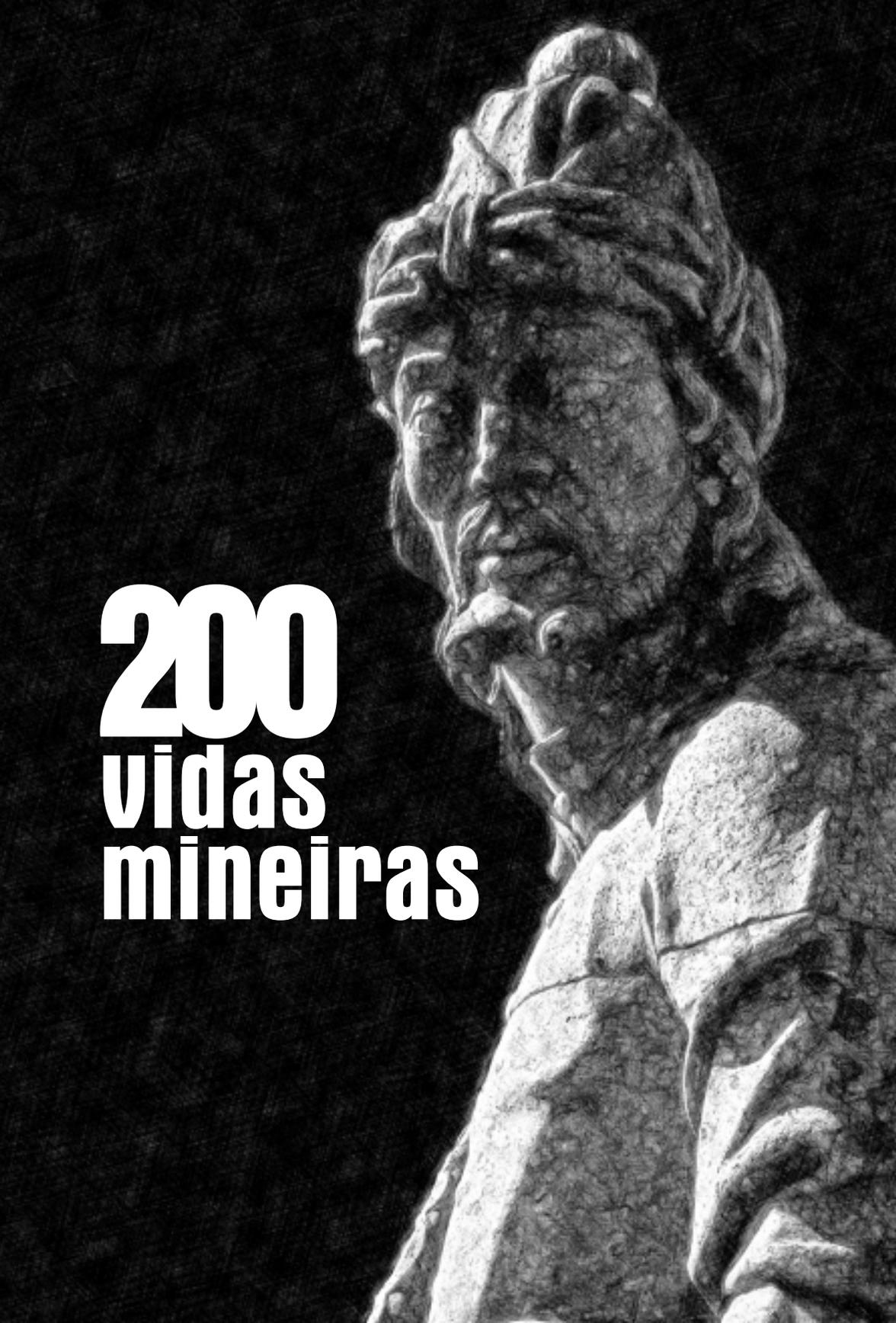
Américo Antunes

Lista de abreviaturas

ABL – Academia Brasileira de Letras
Acesita – Companhia Aços Especiais Itabira SA
AI 2 – Ato Institucional nº 2
AI 5 – Ato Institucional nº 5
AML – Academia Mineira de Letras
APM - Arquivo Público Mineiro
AP – Ação Popular
APPMG – Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDTN – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear
Ceale – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CEF – Caixa Econômica Federal
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina
Ceso – Centro de Estudos Socio-Econômicos
CME – Companhia Mineira de Eletricidade
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV – Comissão Nacional da Verdade
Codevale – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
COLINA – Comando de Libertação Nacional
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
Coteminas – Companhia de Tecidos do Norte de Minas
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DOPS – Departamento da Ordem Política e Social

DST-AIDS – Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis
Face – Faculdade de Ciências Econômicas
Fafich – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FEB – Federação Espírita Brasileira
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GTO – Geraldo Teles de Oliveira
JEC – Juventude Estudantil Católica
JK – Juscelino Kubistchek
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
INATEL – Instituto Nacional de Telecomunicações
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MGM – Movimento Gay de Minas
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MR 8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Liberal
Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PRM – Partido Republicano Mineiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria
SBAT – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN – União Democrática Nacional
Uemg – Universidade do Estado de Minas Gerais
UFEI – Universidade Federal de Itajubá
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
Ufop – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária



200
vidas
mineiras



Abgar Renault

Poeta
Barbacena
1901 ~ 1995

Poeta, educador, político e diplomata, **Abgar de Castro Araújo Renault**, um dos expoentes do Modernismo mineiro, fazia parte do grupo que se reunia nas noites de Belo Horizonte no Café Estrela, nos anos de 1920, composto por Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Milton Campos, Pedro Nava e outros. Não se empolgou, entretanto, com o movimento modernista e apenas a convite publicou poemas em “A Revista”; a “Revista de Antropofagia”, de Oswald de Andrade, e outras. Diria depois que só mais tarde entendeu o sentido fundamental do Modernismo e considerou que “Carlos Drummond” era um precursor, mais influenciado do que foi influenciado e já nos seus primeiros versos era *moderno*.

Abgar nasceu em Barbacena, em 15 de abril de 1901, e ainda bebê mudou-se para Belo Horizonte com os pais, Maria José de Castro e o professor Leon Renault, de quem ele herdou o amor à leitura e a causa da educação. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e estudou também pedagogia e línguas. Foi professor e catedrático. Casou-se com Ignês Brant e tiveram três filhos.

Entre poemas, ensaios e traduções, teve 17 obras publicadas. Era arredio, contudo, a editar os próprios versos. Em 1955, os amigos usaram um telegrama para intimá-lo: “*publique os seus poemas!*” Não adiantou. Só em 1968 os leitores teriam “A Lápide sob a Lua”, com traços de um magnífico Modernismo, e “Sonetos Antigos”, com poemas barrocos que escrevera aos 20 anos de idade. Em 1972, viria o sofisticado “Sofotulafai”, escrito por ele em 1951, que versa sobre a própria poesia, e em 1983, a “Outra Face da Lua”.

A Tristão de Athayde encantava o poeta “*tão clássico em sua modernidade*”; Drummond falou de sua “*aguda visão do mundo e do ser, envolta em magia verbal*” e Otto Lara Resende preferia ficar “*de joelhos*” ao encontrá-lo.

Ele foi secretário da educação nos governos Milton Campos (1947/1951) e Bias Fortes (1956/1961) e ministro no governo Nereu Ramos (1955/1956). Participou da criação da UNESCO. Em 1961, em sua Conferência Geral, na Etiópia, declarava que temia pela América Latina, pelo momento em que “*a ignorância e a fome dar-se-iam as mãos*”.

Abgar Renault faleceu em 31 de dezembro de 1995. (CC)

Abílio Barreto

Escritor
Diamantina
1883 ~ 1959

Escritor e poeta, historiador e jornalista autodidata, **Abílio Velho Barreto**, cujo nome batiza o único remanescente do antigo Arraial do Curral del-Rei, o casarão sede da Fazenda do Leitão, hoje museu histórico, nasceu em 22 de outubro de 1883 em Diamantina e faleceu em Belo Horizonte em 17 de julho de 1959. Mudara-se aos 12 anos com a mãe e os irmãos para o canteiro de obras que efervescia aos pés da Serra do Curral, tornando-se um colecionador obstinado de documentos e registros sobre a capital que via florescer.

Filho do negociante de diamantes Francisco Velho Barreto e de Josefina Vieira, o menino aprendera as primeiras letras em um povoado próximo ao distrito de Extração, em Diamantina, para onde a mãe havia mudado após a falência do pai, vítima de um roubo que o levava à depressão. Sustentando a família com dificuldades, Josefina deixou o povoado para retornar a Diamantina em 1891, e quatro anos depois, tentaria a sorte no Curral del-Rei, cujas *“sensacionais notícias do início dos trabalhos da comissão construtora da nova capital”*, como registrou Abílio, atraíam mão-de-obra do País e até do exterior.

O jovem foi trabalhar como entregador de jornais e contínuo de uma das divisões da comissão construtora, sendo admitido como aprendiz de tipógrafo da “Imprensa Oficial” três anos depois, após a transferência da capital para Belo Horizonte em 1897. Logo, Abílio passaria das oficinas gráficas à revisão e redação do “Minas Gerais”, ao mesmo tempo em que trabalhava como repórter em outros jornais, como o “Diário de Notícias”, aventurava-se na literatura e guardava a história da cidade.

Primeira entre 28 obras escritas por Abílio, “Matizes” é de 1910, e o sucesso viria em 1918, quando “Cromos”, livro de poesias, foi publicado. Em 1931, sairia “A última serenata”, em homenagem à esposa Hilda Zignago, recém-falecida, e no ano seguinte o romance “A noiva do tropeiro”. Como historiador, publicaria o primeiro volume de “Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva” em 1928 e o segundo volume em 1933.

Desde 1935 às voltas com o arquivo municipal, *“até então, um amontoado de livros, papéis e outros objetos embaralhados”*, Abílio seria então desafiado pelo conterrâneo-prefeito, Juscelino Kubistchek, a criar o museu, inaugurado em 1943. (AA)

Adão Ventura

Poeta
Sto. Antônio do Itambé
1939 ~ 2004

Autor do icônico “A Cor da Pele”, **Adão Ventura Ferreira dos Reis**, que assumia a negritude como condutora de seus versos, nasceu em 5 de julho de 1939 em Santo Antônio do Itambé. Era neto de escravizados e publicou em vida seis livros, cuja crueza das palavras, versos cortantes e contra-discurso ao racismo camuflado, o consagram como um dos maiores poetas brasileiros do século XX. “*Peguei tudo que não é nada poético e transformei em poesia*”, dizia o poeta, cujos versos foram traduzidos para o inglês, espanhol, alemão e húngaro.

Desde o grupo escolar, o menino encantou-se pela escrita, paixão que o acompanharia na juventude nos estudos no Serro e em Belo Horizonte, onde se formou em direito, na UFMG, em 1971. Dos pais, Sebastiana Ventura e José Ferreira dos Reis, que ele levava para morar na capital, conta em “Alfabetização”: “*Papai/ levava tempo/ para redigir uma carta. Já mamãe,/ Sebastiana de José Teodoro,/ teve a emoção de assinar seu nome completo/ já quase aos setenta anos*”.

Estudante de direito, trabalhou como revisor no “Suplemento Literário”, criado por Murilo Rubião no Diário Oficial de Minas, onde integraria a famosa “Geração Suplemento”. Seu primeiro livro é de 1970, “Abrir-se um abutre ou mesmo depois de deduzir dele o azul”, uma prosa poética com traços surrealistas. Em 1976, publicou “As musculaturas do arco do triunfo”, também poetando em prosa.

Convidado a lecionar Literatura Brasileira na University of New México e a participar do Congresso de Escritores Internacionais da University of Iowa, nos EUA, em 1973, ele aproximou-se da cultura e da luta por direitos dos negros norte-americanos. Se já registrava na escrita menções escravistas, assumiu a negritude como guia e em 1980 publicou “Jequitinhonha: poemas do vale” e “A Cor da Pele”. O “Texturaafro”, de 1992, traz origens afro-brasileiras “*mais perto de nós*”, explicou, citando Chico Rei e o escravo Isidoro. Já em 1996, lançou “Litanias de Cão”.

Adão escreveu um único livro infantil, “Pó-de-mico”, quando participava do Festival de Inverno em Diamantina “*vendo o pico do Itambé e o circo chegando*”, que foi transformado em teatro-balé. Faleceu em Belo Horizonte em 12 de junho de 2004, quando preparava a antologia “Costura de Nuvens”. (CC)

Affonso Ávila

Escritor e poeta
Belo Horizonte
1928 ~ 2012

Nascido em Belo Horizonte em 19 de janeiro de 1928, mas com ligações afetivas e familiares com a pequena Itaverava, não muito distante de Ouro Preto, **Affonso Celso Ávila** se tornou um dos poetas mais expressivos de sua geração, além de jornalista e notável pesquisador do barroco mineiro. Ainda jovem – sempre autodidata – toma gosto pela literatura e pela história de Minas. Na capital frequenta a Casa do Baile e participa, em 1951, do lançamento da revista “Vocação”, com Fábio Lucas, Rui Mourão, Cyro Siqueira e Laís Corrêa de Araújo, esta também poeta, com quem viria a se casar e a ter cinco filhos.

Em 1952 foi nomeado auxiliar de gabinete do governador JK. No ano seguinte estreia com “O Açude” e “Sonetos da Descoberta”. Em 1954 participa do Congresso Internacional de Escritores em São Paulo, onde conhece o crítico literário Antônio Candido e Décio de Almeida Prado. Passa então a colaborar na imprensa paulista e em 1957 se torna um dos fundadores da revista “Tendência”, destinada a renovar a literatura brasileira.

No início da década seguinte “Tendência” chancela o seu livro “Carta do Solo” e ele troca experiências com poetas concretos paulistas – os irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari – e colabora com a revista “Invenção”. Em 1963 está à frente da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, na UFMG, que atrai e choca o público pela ousadia poética.

Em 1964 se opõe ao golpe militar e inicia as pesquisas para o livro “Resíduos Seiscentistas”, sobre a formação de Minas. Em 1969 publica o combativo “Código de Minas” e lança, em Ouro Preto, a revista “Barroco”, a única especializada nessa temática, que dirige até 1996.

Já nos anos de 1970 é um dos criadores do IEPHA/MG, órgão de proteção ao patrimônio histórico mineiro.

Recebeu homenagens e prêmios entre os quais dois Jabuti de poesia pelos livros “O Visto” e o “Imaginado” (1991) e “O Falso Alfonso El Sábio” (2006). Mereceu ainda o prêmio pelo conjunto da obra do Governo de Minas; e a medalha Mendes Pimentel.

Entre livros de ensaio se encontram “O lúdico e as projeções do mundo barroco” (1971) e “O poeta e a consciência crítica” (1978). A maior parte da obra de Affonso Ávila está reunida em “O Homem ao Termo”, da editora UFMG. Ele faleceu em 26 de setembro de 2012. (UV)

Afonso Arinos

Advogado e escritor
Paracatu
1868 ~ 1916

Afonso Arinos de Melo Franco, advogado, jurista, professor e escritor que dá nome à praça da Faculdade de Direito da UFMG, histórico palco de manifestações políticas no centro da capital mineira, nasceu em 1º de maio de 1868 em Paracatu, última fronteira da corrida do ouro do século XVIII no Norte de Minas. Filho do juiz Virgílio Martins de Melo Franco e de Ana Leopoldina, o menino aprenderia as primeiras letras em Goiás, para onde o pai fora transferido, prosseguindo os estudos no Internato Padre Machado e no Colégio Conceição, em São João del-Rei, e depois no Ateneu Fluminense, no Rio de Janeiro.

Em 1889, formou-se na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco em São Paulo e retornou a Minas, onde o pai exercia em Ouro Preto o mandato de senador no Congresso Mineiro – Legislativo formado pelo Senado e pela Câmara, criado após o advento da República. Professor no Liceu Mineiro, Afonso Arinos estaria entre os fundadores em 1892 da então Faculdade Livre de Direito, origem da atual, assumindo as cátedras de Direito Criminal e Diplomacia, e em 1896 participaria da criação do Arquivo Público Mineiro.

Colaborador de diversos jornais e revistas da época, como “O Comércio de S. Paulo”, “O País”, “Gazeta de Notícias” e “Revista Brasileira”, do Rio de Janeiro, e a mineira “Revista do Brasil”, ele publicaria o primeiro livro, “Pelo sertão”, em 1898, seguindo-se “Os jagunços”. Em 1903, no Rio de Janeiro, ingressaria na Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo recebido por Olavo Bilac, a quem acolhera em Ouro Preto nove anos antes, quando o poeta fugia da perseguição aos intelectuais pelo então presidente Floriano Peixoto.

Advogando no Rio e com escritório de representação comercial em Paris, Afonso Arinos se dividiria entre o Brasil e a Europa nos primeiros anos do século XX, falecendo em Barcelona, aos 47 anos, em 19 de fevereiro de 1916. De sua obra póstuma destacam-se “Lendas e tradições brasileiras” e “O contratador de diamantes”, publicados em 1917, e “Histórias e paisagens”, em 1921.

A toada jurídica e literária de Afonso Arinos, acrescida da política, marcaria a trajetória de outros membros do clã dos Melo Franco, como a do seu irmão Afrânio e dos sobrinhos Afonso Arinos, Virgílio e Rodrigo. (AA)

Afonso Pena

Político
Santa Bárbara
1847 ~ 1909

Primeiro presidente da República mineiro, **Afonso Augusto Moreira Pena**, que “o povo, com ironia e carinho, denominava “Tico-Tico”, apelido esse que em verdade condizia com a sua figura pequena e nervosa” - segundo publicação de sucesso da época, a “Revista Careta” - nasceu em Santa Bárbara em 30 de novembro de 1847 e faleceu no Rio de Janeiro em 14 de junho de 1909, sem terminar o mandato. Candidato único nas eleições realizadas em março de 1906, nas quais mulheres, analfabetos, padres e soldados não tinham direito a voto, ele obteve 288.285 votos – pouco mais de 1% de uma população estimada à época em 21 milhões de brasileiros.

Lapidado para o poder, Afonso Pena iniciara a preparação aos dez anos, como aluno interno no Colégio Caraça, então centro de formação das elites mineiras, e em seguida na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo. Em 1871, o advogado recém-formado estava de volta a Minas, sendo eleito deputado provincial e logo içado a ministro de Estado pelo Partido Liberal, que revezava com o Partido Conservador a chefia de gabinetes do imperador Pedro II.

Com o advento da República em 1889, o ex-conselheiro do Império deixaria a política, retornando dois anos depois como senador do Congresso Mineiro, em que foi responsável pela primeira Constituição do Estado. Já em 1892, Afonso Pena se tornaria, com 48 mil votos, o primeiro presidente de Minas – como eram denominados os governadores – eleito em votação direta. Em seu governo, foi criada a Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas, bem como sancionada a Lei que determinava a construção da nova capital, Belo Horizonte, cuja principal avenida receberia o seu nome.

Em 1902, Afonso Pena voltaria à cena política nacional como vice do presidente paulista Rodrigues Alves, nos acordos da “política dos governadores” e do “Café com leite”, de revezamento do poder entre as oligarquias mineiras e paulistas, vigente durante boa parte da Primeira República, a chamada “República Velha” (1889/1930). Assim, quatro anos depois seria finalmente a vez dos mineiros e ele chegou à Presidência República.

Afonso Pena foi casado com Maria Guilhermina de Oliveira Pena. Tiveram 12 filhos. (AA)

Agnaldo Timóteo

Cantor
Caratinga
1936 ~ 2021

O rótulo preconceituoso de rei da música cafona nem sequer desconsertava o cantor e compositor Agnaldo Timóteo, de personalidade forte, controversa e incapaz de filtrar as palavras ou praticar a modéstia. Dos palcos à política, o mineiro de Caratinga, nascido em 16 de outubro de 1936, e valadarense de coração, como diziam seus amigos, imprimiu o estilo sem papas na língua tanto contra as gravadoras, quanto na militância partidária titubeante, como vereador e deputado federal por dois mandatos, entre os campos à direita e à esquerda.

Vítima da Covid-19, morreu em 3 de abril de 2021. Deixou mais de 50 álbuns, parte deles incluída na relação anual dos mais vendidos de meados de 1960 à primeira metade dos anos de 1980. Concorria, à época, com aqueles a quem chamava de queridinhos da imprensa, em pleno apogeu da MPB.

Carismático, risonho e disposto a retribuir o carinho dos fãs, **Agnaldo Timóteo Pereira** não escondia o orgulho pelo "vozeirão", e se comparou a Frank Sinatra. Contemporâneo de Altemar Dutra, Nelson Ned e Odair José, ele se considerou “*um bom exemplo*” e o maior admirador de si mesmo, em entrevista ao “Estado de Minas” em 2013. “*As pessoas se surpreendem comigo no palco. Sei usar a minha voz muito bem e cuidado dela*”, sustentou.

Diante da crise provocada pela expansão das plataformas digitais, em 2017, Timóteo não se intimidou e vendeu CDs em praças públicas. A iniciativa parecia inusitada para um artista que já havia comercializado ao menos 30 milhões de cópias, mas não surpreendeu.

A voz e o desejo de se tornar cantor despontaram na infância de Timóteo, que se apresentava na “Rádio Caratinga”. Aos 17 anos, mudou-se para Governador Valadares, onde trabalhou como torneiro mecânico. Na parada seguinte, em Belo Horizonte, ganhou o sustento em oficinas retíficas, mas soube aproveitar oportunidades abertas por emissoras de rádio.

Nos anos 1960 é que a carreira deslançou no Rio de Janeiro, com o empurrão dado pela diva da “Era do Rádio”, Ângela Maria, para quem trabalhou como motorista.

Como um malabarista, o cantor ingressou na política na década de 1980 e marcou os palanques alimentando polêmicas. Confesso admirador de Paulo Maluf, candidato do regime militar nas eleições indiretas de 1985, defendeu e se aproximou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (MV)

Agripa de Vasconcelos

Médico e escritor
Matosinhos
1896 ~ 1969

Agripa Ulysses de Vasconcelos, médico, poeta e escritor, cujos romances históricos da coleção “Sagas do País das Gerais”, publicados entre 1951 e 1966, o consagraram como “romancista das Gerais”, nasceu em 12 de abril de 1896 em Matosinhos, antigo pouso das tropas que faziam o vai-e-vem do comércio entre as vilas do ouro e os currais do Rio São Francisco. Sexto dos 11 filhos do doutor Ulysses Gabriel de Castro Vasconcelos e de Ormindia Guimarães, o menino queria ser médico e fez o primário em Sete Lagoas e Belo Horizonte, depois o secundário em Juiz de Fora, antes de seguir para o Rio de Janeiro, onde faria o curso de medicina na hoje UFRJ.

Em 1918, interno na chamada assistência pública da então capital federal, o jovem teria atuação destacada durante a pandemia de “gripe espanhola”, trabalhando depois no Instituto Manguinhos, a convite do médico e sanitarista conterrâneo Carlos Chagas. Formado em clínica geral e cirurgia em 1922, seria admitido como médico-chefe do Banco do Brasil; o que o levou a uma longa peregrinação por cidades de Minas e de estados do Nordeste, até se aposentar.

Na literatura, ele despontaria no início da década de 1920, ao vencer o então Prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras com o romance “Suor de sangue”. Já o livro de poesias “Silêncio” seria o seu passaporte de entrada na Academia Mineira de Letras (AML); o que o tornou o mais jovem acadêmico da história da confraria literária fundada em Juiz de Fora em 1906.

Exercendo a medicina, mas sem perder de vista a criação literária, Agripa conceberia a monumental saga da formação de Minas nos séculos XVIII e XIX que o consagrou como romancista histórico, encantando leitores de todas as idades com fatos e personagens marcantes, como em “Chica que manda”, que ilustra o apogeu dos diamantes, e em “A vida em flor de Dona Beja”, que narra o ciclo do povoamento do Triângulo Mineiro, ambos adaptados com sucesso para o cinema e a TV. Em “Sinhá Braba”, por sua vez, entrelaçaria o ciclo agropecuário à vida da matriarca do sertão, Dona Joaquina de Pompéu, de quem descendia pelo lado paterno.

Agripa foi casado com Henriqueta Tolentino Vasconcelos e tiveram cinco filhos. Faleceu em Belo Horizonte em 21 de janeiro de 1969. (AA)

Aires da Mata Machado

Filólogo e professor
Diamantina
1909 ~ 1985

De família tradicional em Minas Gerais, **Aires da Mata Machado Filho** nasceu em 24 de fevereiro de 1909 no distrito de São João da Chapada, em Diamantina, onde a sua mãe, Mariana Flora de Godoy, tinha parentes. Apesar de ter nascido com uma deficiência visual, ele superaria todos os obstáculos, tornando-se renomado filólogo, linguista, historiador, antropólogo, folclorista, professor e escritor.

Quando pequeno, uma tia, Eponina, lia e escrevia em caracteres maiores para que ele fosse capaz de enxergar. A estratégia surtiu efeito e o menino concluiu o curso primário. Após aprender Braille, o pai homônimo o levou para estudar no Instituto Benjamin Constant do Rio de Janeiro, o mais conceituado na educação de deficientes visuais à época, onde aos 18 anos ele concluiu o curso de humanidades.

De volta a Minas, continuou os estudos no Instituto São Rafael em Belo Horizonte, ingressando depois na Faculdade de Direito da UFMG. Vocacionado desde pequeno para a literatura, tornou-se professor da Fafich de filologia românica, língua e literaturas portuguesa, brasileira, italiana, espanhola, francesa e inglesa, entre outras, doutorando-se em Letras e Bibliografia Filológica e Literária. Seria ainda professor na Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-MG, e da Faculdade de Filosofia e Letras da sua terra natal, que ajudara a fundar.

Além do magistério, Aires foi ativo no jornalismo literário, escrevendo para jornais desde 1928. Foi redator do “Minas Gerais” e do inovador “Suplemento Literário”, criado em 1966, e produziu programas para as rádios “Inconfidência” e “Guarani”. O folclore era também outra paixão e ele participaria ativamente do movimento folclorista brasileiro, sendo um dos fundadores da Comissão Mineira de Folclore, que presidiu desde a sua fundação em 1948 até 1980.

Como escritor, são de sua lavra o clássico “O Negro e o Garimpo em Minas Gerais” (1943), “Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina” (1945), “Curso de Folclore” (1951), “Pequena história da Língua portuguesa” (1961), e a Coleção “Escrever Certo”, em 6 volumes. Entre outras entidades, integrou a AML, a Academia Brasileira de Filologia e a Comissão Nacional de Folclore.

Aires casou-se em 1940 com Maria Solange Mourão de Miranda e tiveram cinco filhos. Faleceu em 23 de agosto de 1985. (UV)

Alaíde Lisboa

Escritora
Lambari
1904 ~ 2002

Autora do clássico infantil “A Bonequinha Preta”, que encantou gerações e alcançou dois milhões de cópias vendidas, **Alaíde Lisboa de Oliveira**, escritora, jornalista, educadora e professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nasceu em Lambari, em 22 de abril de 1904. O primeiro sucesso foi “O Bonequinho Doce” e veio a necessidade de escrever “A Bonequinha Preta”: *“Eu não aguentava ver só bonecas louras de olhos azuis. Queria criar uma de cor negra”*, dizia, orgulhosa de saber *“que crianças negras se identificaram com a personagem e se encontraram em sua leitura”*.

Primeira mulher vereadora na Câmara Municipal de Belo Horizonte, ela tomou posse em 1949. Decidiu se candidatar a partir da sua atuação política em defesa da educação, presidindo a Associação dos Professores Públicos.

Alaíde era filha do farmacêutico e político João de Almeida Lisboa e Maria Rita Vilhena, que tiveram 14 filhos, dos quais nove chegaram à idade adulta e todos se formaram. Estudou em Lambari, concluiu o magistério em Campanha, retornando à terra natal para lecionar. Em 1924, sendo o pai eleito deputado federal, a família mudou-se para o Rio de Janeiro e ela frequentou os meios literários da então capital do País com os irmãos Henriqueta e José Carlos.

De volta a Minas, a jovem passou a residir em Belo Horizonte, onde se diplomou em 1935 na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, hoje Faculdade de Educação da UFMG, casando-se no ano seguinte com José Lourenço de Oliveira, advogado, professor e escritor, com quem teve quatro filhos. Diretora do Colégio de Aplicação, doutora em Didática, ela teria intensa vida acadêmica na UFMG e coordenou o primeiro mestrado da Faculdade de Educação.

“O que seria de nós se não sonhássemos um pouco? Ou melhor: que seria do mundo se os homens não sonhassem”, escreveu Alaíde sobre a sua criação: mais de 30 livros, entre infanto-juvenis, didáticos e de ensaios. Além de “A Bonequinha Preta”, ela escreveu “Edmar – esse menino vai longe”, “Cirandinha”, “Era uma vez um abacateiro”, entre outros, sendo ainda idealizadora e redatora do suplemento infanto-juvenil do extinto jornal “O Diário”.

Aos 96 anos, publicou o seu último livro, de memórias, “Se bem me lembro...” Faleceu em 4 de novembro de 2002 em Belo Horizonte. (CC)

Aleijadinho

Escultor
Ouro Preto
1738 ~ 1814

Artífice maior da arte colonial brasileira, **Antônio Francisco Lisboa**, o Aleijadinho, cuja criação mais dramática do que piedosa extrapola o próprio barroco, nasceu no apogeu do ciclo do ouro em um dia do ano de 1738 na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, onde faleceu em 18 de novembro de 1814. Deixou um legado impressionante em obras-primas da arte barroca, projetos arquitetônicos grandiosos, esculturas em pedra-sabão e madeira, talhas, frontais e retábulos, que encanta o mundo e contribuiu decisivamente para a inscrição de dois sítios histórico-culturais mineiros na seleta Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO: a cidade histórica de Ouro Preto (1980) e o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (1985).

Filho do mestre de obras e arquiteto português Manuel Francisco Lisboa com uma escrava africana da qual se sabe apenas o nome, Isabel, ele teria sido reconhecido e alforriado na pia batismal, crescendo junto com quatro meios-irmãos que nasceram do casamento do pai com a conterrânea Maria Antônia de São Pedro. De Manuel Francisco, a quem acompanhava nos canteiros de obra, o menino herdaria a vocação para o desenho, a escultura e a talha.

Já com os padres do seminário dos franciscanos, onde aprendeu latim, gramática, matemática e religião, teria adquirido o gosto pela leitura e estudo das artes sacras, do maneirismo ao barroco e ao rococó, que inspiraria a sua criação, como no projeto da fachada e da decoração em relevos e talha dourada da Igreja São Francisco de Assis de Ouro Preto ou nas esculturas da via sacra e dos 12 profetas do santuário do Senhor Bom Jesus.

Além destas criações icônicas, o artista “*pardo-escuro*”, afamado em vida e apelidado de Aleijadinho por sofrer de uma doença degenerativa desconhecida, devido à qual “*o corpo enfermo precisa ser conduzido a qualquer parte e atarem-se-lhe os ferros para poder obrar*”, tem a autoria comprovada, como atesta um documento de 1790, de riscos de igrejas e altares, púlpitos e fachadas, esculturas e imagens de santos, chafarizes e outras obras-primas preservadas em templos e museus de Mariana, São João del-Rei, Sabará, Barão de Cocais, Nova Lima e Rio Pomba.

Aleijadinho não se casou, mas viveu com a também “*parda*” Narcisa Rodrigues da Conceição. Tiveram um filho. (AA)

Alfredo Ceschiatti

Escultor
Belo Horizonte
1918 ~ 1989

Autor da emblemática “A Justiça” sentada em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) – uma Têmis de 3,30 m de altura, sem a balança e sem brandir sua espada, que descansa ao colo – e do Batistério da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, entre outras dezenas de obras monumentais, **Alfredo Ceschiatti** nasceu em 1º de setembro de 1918 na capital mineira e faleceu a 25 de agosto de 1989 no Rio de Janeiro. Era um dos nove filhos de uma família de imigrantes italianos.

Em 1937, foi beneficiado pelo governo Mussolini com uma viagem à Itália e se apaixonou pela arte renascentista. “*Fiquei deslumbrado. Como fui muito bem recomendado, me deixaram livre da propaganda fascista e eu tinha tempo para visitar museus*”, declarou. De volta ao Brasil, graduou-se na Escola Nacional de Belas Artes, hoje da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ceschiatti conheceu Oscar Niemayer na década de 1940 e formaram longa parceria. O arquiteto lhe fez encomendas para o Complexo da Pampulha que projetava para o prefeito Juscelino Kubitschek. “O Abraço”, de 1943, com duas mulheres abraçadas, foi criticado pela tradicional família mineira e só ganharia os jardins do antigo cassino, fechado em 1947, quando reaberto como museu em 1957. A beleza feminina ainda seria muito esculpida por ele.

O premiado baixo-relevo do “Batistério”, que encantou JK, traz a expulsão de Adão e Eva do paraíso, em vez do batismo de Jesus, e foi também vetado, assim como as curvas de Niemayer e as tintas de Portinari. A *Igrejinha da Pampulha*, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, só seria abençoada em 1959. Há ainda obras suas no Palácio das Artes e no acesso à ermida da Serra da Piedade. Às críticas, Ceschiatti responderia em 1976: “*Não faço bibelô*”.

Em Brasília, onde foi o principal escultor, estão “As Iaras” do espelho d’água do Alvorada, os “Anjos e os Evangelistas” da Catedral, “As Gêmeas” do Itamaraty, entre outras. Foi ainda professor na Universidade de Brasília (UNB), mas se afastou em solidariedade a colegas perseguidos na ditadura.

Ao retornar, em 1987 viu sua “Minerva” quebrada e pediu ao reitor Todorov se poderia ser restaurada, o que foi feito. Deixou até um bilhete indicando um local protegido para a deusa, mas não foi atendido: Minerva reina no saguão da biblioteca. (CC)

Aloysio Faria

Banqueiro e empresário
Belo Horizonte
1920 ~ 2020

Aloysio de Andrade Faria foi banqueiro bem-sucedido e líder empresarial com tentáculos em diversas áreas. Ele nasceu em Belo Horizonte em 9 de novembro de 1920 e graduou-se em medicina pela UFMG em 1945. No ano seguinte, especializou-se em gastroenterologia pela Universidade Northwestern, de Chicago, nos Estados Unidos. A vida profissional daria uma guinada radical em 1948, com o falecimento do pai, Clemente Soares de Faria, que em 1925 havia fundado o Banco da Lavoura com um amigo.

Assim, Aloysio e o irmão Gilberto voltaram suas atenções para a instituição bancária, que em 1953 – já um dos maiores bancos particulares do Brasil – passou a ser majoritariamente deles. Na década de 1970, porém, o banco foi dividido em dois, para cada irmão seguir caminho próprio. Aloysio então criou o Banco Real, que passou, em 1978, a ter sede na capital paulista. Vinte anos depois, em 1998, quando era o quarto maior banco privado do Brasil, o Banco Real foi vendido por 2,1 bilhões de dólares ao holandês ABN Amro, que por sua vez, mais tarde, repassou-o para o Banco Santander.

Na transação de venda do Banco Real, Aloysio Faria reteve para si algumas empresas financeiras do antigo conglomerado (Banco Real de Investimento, Real Financeira, Real Arrendamento Mercantil e Corretora Real). Assim, com estes ativos, formou o conglomerado financeiro Alfa, liderado pelo banco Alfa, com sede em São Paulo, que tem um portfólio diversificado de negócios: Alfa Seguradora, Alfa Previdência, Rede Transamérica de Hotéis, C&C Casa e Construção, Agropalma, Águas Prata, Sorvetes La Basque, Teatro Alfa, Rádio e TV Transamérica e Soubach. Aloysio Faria também se tornou acionista controlador do Delta Bank, com operações nos Estados Unidos e nas ilhas Cayman.

Ao lado de tantos negócios, uma das maiores paixões de Aloysio Faria sempre foram as suas fazendas. Em especial, no aprimoramento de cavalos da raça pampa. O interesse pela medicina perdurou, mas como filantropia: entre 2001 e 2014 ele fez diversas doações ao Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte.

O banqueiro, homem de negócios e médico Aloysio Faria morreu em uma de suas fazendas em Jaguariúna, no interior paulista, em 15 de setembro de 2020, às vésperas de completar cem anos. Deixou a sua fortuna bilionária para cinco filhas. (UV)

Alphonsus de Guimarães

Poeta
Ouro Preto
1870 ~ 1921

“*Ai da vida, se não fora a morte*”, profetizou Alphonsus de Guimarães em um dos seus principais poemas, que expressaram a essência da escola literária do simbolismo e tiveram a capacidade de inspirar gerações de artistas. Textos dele foram lidos, interpretados ou inspiraram trabalhos da atriz Fernanda Montenegro, dos cantores e compositores Inezita Barroso e Milton Nascimento e do rapper Emicida.

Sem comprometer as temáticas características tratadas pelos simbolistas do seu tempo – o sofrimento, a morte, o misticismo, o amor sofrido, a fuga da realidade e a solidão, entre outras – foi com a linguagem simples que o autor ouro-pretano se diferenciou de seus pares. Na forma, também inovou ao imprimir sonoridade e musicalidade até na escolha do pseudônimo.

Alphonsus de Guimarães era como se apresentava **Afonso Henrique da Costa Guimarães**, nascido em 14 de julho de 1870 na então capital mineira. No poema “A Catedral”, revela o sentido do pseudônimo com os versos: “*E o sino canta em lúgubres responsos: 'Pobre Alphonsus! Pobre Alphonsus'*”.

Além de poeta, cronista e jornalista, trabalhou como promotor e juiz em Mariana, onde morreu em 15 de julho de 1921. No sobrado ocupado pela família durante oito anos, e transformado no Museu Casa Alphonsus de Guimarães, ele viveu momentos de tormenta pela perda de uma filha aos dois anos de idade, a quem havia batizado com o nome da primeira mulher que amou: Constança. Filha de Bernardo Guimarães, autor de “A Escrava Isaura”, - tio-avô de Alphonsus por parte de mãe -, ela foi vítima de morte trágica provocada pela tuberculose, aos 16 anos.

O drama ocorrido com a mulher amada perpassa toda a sua obra. Publicado em 1910, o soneto “Ismália” é peça clássica na expressão que a obra do autor ganhou. O poema constrói a tragédia do suicídio de uma mulher acometida pela insanidade, que esperava benção dos céus e caiu sobre o mar. A história inspirou canção homônima do rapper Emicida, de 2019.

A companheira de Alphonsus foi Zenaide de Oliveira, mãe de seus 14 filhos, união ocorrida em 1897. Dois anos mais tarde, foram publicadas as primeiras obras de inspiração simbolista do autor. Em paralelo à vida de escritor, o poeta iniciou o curso de direito em São Paulo e concluiu a formação em Ouro Preto. (MV)

Álvares Maciel

Inconfidente
Ouro Preto
1760 ~ 1804

José Álvares Maciel, o engenheiro formado em Coimbra que irrigou a conspiração contra a sanha fiscal da Coroa com os ideais republicanos das treze colônias inglesas da América do Norte, nasceu em um dia do ano de 1760 em Ouro Preto e faleceu em 1804 ou 1805 em Angola, para onde fora degredado por participar da Inconfidência Mineira em 1789.

Um ano antes da conjuração, ele trouxera de Coimbra para o Brasil o livro *“Recueil des loix constitutives dès États-Unis de l’Amérique”*, que continha os documentos fundadores dos Estados Unidos, e o discutia em reuniões com o alferes Joaquim José da Silva Xavier. A obra ficou conhecida como “Livro de Tiradentes”, que o citava a quem lhe desse ouvidos.

Filho homônimo de um rico comerciante, contratador e capitão-mor de Ouro Preto, José Álvares Maciel seguiu para a Universidade de Coimbra aos 22 anos, onde se destacou como aluno brilhante. Na Serra da Estrela onde nasce o Rio Mondego, descobriu jazidas de arsênio e, mais tarde, esteve à frente do lançamento de balões de hidrogênio nos céus da cidade portuguesa.

Além da ciência, interessava-o a política e em 1785 ele seria um dos 12 estudantes brasileiros a jurar o “Pacto dos 12”, pelo qual o grupo se comprometia a lutar pela Independência do Brasil. De Joaquim José de Maia, codinome Vendek, recebeu relatos de um encontro com o embaixador americano na França, Thomas Jefferson, no qual o colega pedira apoio dos EUA à causa. Provavelmente de Vendek obteve o exemplar do *“Recueil”*.

Após uma temporada em Birmingham, então centro da revolução industrial inglesa, Álvares Maciel embarcou para o Rio de Janeiro, onde se reuniu com Tiradentes e Padre Rolim, entre outros inconfidentes. Em 1788, chegava também ao Brasil o novo governador das Minas Gerais, Visconde de Barbacena, com a espinhosa missão de executar a “derrama”, a cobrança de 538 arrobas de ouro devidas pelos mineiros, segundo a Coroa.

O visconde, que fora seu professor em Coimbra, convidou-o para preceptor dos filhos e assim, com um pé no palácio, Álvares Maciel manteve o outro na conspiração, até ser enredado na “devassa”, as investigações abertas após o malogro da Inconfidência. Condenado a morte, teve a pena comutada em degredo, sendo enviado em 23 de maio de 1792 para Angola, de onde jamais retornou. (AA)

Álvaro Apocalypse

Artista e teatrólogo
Ouro Fino
1937 ~ 2003

Álvaro Brandão Apocalypse, criador do grupo de teatro Giramundo, nasceu em 14 de janeiro de 1937 em Ouro Fino, no Sul de Minas. Desde pequeno, criava mundos com seus traços marcantes e imaginação feroz. Em 1956, aos 19 anos, vai estudar desenho, litografia e gravura em metal com o mestre Alberto Guignard em Belo Horizonte e se matricula na Faculdade de Direito da UFMG. Três anos depois, passa a lecionar na recém-criada Escola de Belas Artes da Faculdade de Arquitetura da universidade, onde se tornaria professor titular em 1981.

Começa a trabalhar com publicidade e propaganda no início dos anos de 1960 e conta-se que à época, estava fascinado com cinema de animação, mas diante das dificuldades logísticas e do custo de produção para se filmar então, começou a experimentar com o teatro. Em 1969, Álvaro Apocalypse ganha o prêmio do 3º Salão da Aliança Francesa e vai estudar história do desenho na Escola do Louvre, em Paris, na França. Durante a estada na Europa, ele aprofunda o seu interesse em teatro de bonecos e frequenta peças e exposições.

De volta ao Brasil, no ano seguinte – acompanhado de sua esposa, a também artista Tereza Veloso –, Álvaro grita certo dia à amiga Maria do Carmo Vivacqua Martins: “*Madu, venha ver uma coisa*”. Abre o porta-malas do carro e lhe mostra um boneco. Segundo afirma o diretor Marcos Malafaia, a criatura deveria ser uma princesa, mas acabou transformada num soldado. E assim, com Tereza, Madu e Apocalypse, nasceu o grupo de teatro Giramundo.

Com as duas, Álvaro produziu, dirigiu e apresentou 27 espetáculos do Giramundo, além de ter adaptado textos, criado cenários, figurinos e bonecos – mais de 700. Em 1977, publicou o álbum de gravura “Minas de Guimarães Rosa”, pela editora da UFMG. Entre 1990 e 1991, ele coordenou o Ateliê do Instituto Internacional de Marionetes, em Charleville-Mèzières, na França.

Dentre os diversos prêmios que recebeu, destacam-se um Molière na década de 1980, o de Desenho do Salão de Arte Moderna de Pernambuco (1962), o Prêmio de Aquisição da 9ª Bienal Internacional de São Paulo (1967) e o Prêmio de Cenografia do Festival Brasileiro de Cinema de Brasília (1986).

Álvaro Apocalypse faleceu em Belo Horizonte em 6 de setembro de 2003, aos 66 anos. (FC)

Alzira Nogueira

Médica e feminista
Minas Novas
1886 ~ 1970

Alzira Nogueira Reis abriu caminhos para as mulheres com suas ideias libertárias e a coragem de romper padrões no início do século XX, época em que às mulheres era reservado o papel de esposa, mãe e dona de casa. Primeira médica formada em Minas, pela UFMG, em 1920, também se destacou na luta em prol das causas femininas.

Nascida em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, em 8 de novembro de 1886, Alzira ficou órfã aos 6 anos e foi criada pela mãe, Augusta Pinheiro Nogueira, e o avô paterno, José Bento Nogueira, senador mineiro e deputado federal. Começou a lecionar aos 16 anos até descobrir que sua vocação era a medicina.

As ideias libertárias de Alzira provocaram reações da mãe, que por seis meses não lhe dirigiu uma única palavra. Ela também enfrentou preconceitos no início do curso na UFMG, pois consideravam imoral uma mulher estudar medicina. O diretor tentou dissuadi-la de continuar o curso, mas ela resistiu e lutou para manter os ideários de igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas.

Alzira começou como médica em Governador Valadares, e posteriormente foi nomeada para trabalhar em um posto de saúde de Niterói, no Rio de Janeiro, onde iniciou a luta em defesa dos portadores do Mal de Hansen. Em 1939, ela fundou, ao lado de Alice Tibiriçá, o Educandário Vista Alegre, em Itaboraí, para filhos dos portadores de hanseníase. Ficou à frente da instituição até meados de 1950 e foi presidente da Associação de Assistência aos Lázaros por mais de 20 anos.

A atuação de Alzira Nogueira foi além da medicina. Ela quebrou outras barreiras, sendo a primeira mulher a votar no Brasil. Em 1905, com duas amigas, alistou-se invocando a Constituição. Esse ato provocou grande escândalo e seis anos depois elas tiveram os votos cassados. Em 1931, Alzira aliou-se à diplomata Berta Lutz e participou da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em defesa do direito de voto da mulher, concorrendo, inclusive, à Constituinte em 1934.

Casada com Joaquim Vieira Ferreira Neto, 18 anos mais novo que ela, Alzira teve quatro filhos. A médica obstetra morreu em 23 de agosto de 1970, em Niterói. (TC)

Amaro Lanari

Engenheiro
Ouro Preto
1913 ~ 1999

Reconhecido pelo poder de persuasão até dos inimigos políticos, Juscelino Kubitschek destravou na Presidência do Brasil (1956/1961), sem vacilar, barreiras que surgiram ao seu Plano de Metas, inclusive em Minas Gerais. Na terra do minério de ferro, JK contou com um discreto e experiente engenheiro, **Amaro Lanari Júnior**, ao estimular movimento vital de industrialização, com a criação da Usiminas, no Vale do Aço. Era parte da política desenvolvimentista que o presidente mineiro adotaria.

Faltava, no entanto, consenso sobre o tamanho da siderúrgica, um projeto ainda em fase piloto na época da sua fundação em 1956. É JK quem bate o martelo e troca o presidente da Usiminas, indicando Lanari Júnior, no momento em que estava em curso a negociação com os acionistas japoneses. O engenheiro de Ouro Preto, nascido em 25 de outubro de 1913, comandaria a Usiminas por 18 anos (1958/1976), desde a fase inicial, na qual a indústria siderúrgica vivia período de prestígio na economia e na política.

Formado na prestigiada Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Lanari Júnior já havia conquistado experiência como engenheiro-chefe de laminação e trefilaria da pioneira Belgo-Mineira (encampada pelo grupo ArcelorMittal) e na antiga Siderúrgica Aliperti, em São Paulo.

Seu currículo é marcado também pela atuação, em 1957, como presidente da Acesita, hoje pertencente ao grupo estrangeiro Aperam. No começo da década de 1990, as duas companhias dariam início às privatizações no Brasil, a Usiminas em 1991 e a Acesita em 1992.

Das fábricas para a política, não a partidária, ele adicionou à carreira a militância em instituições do setor siderúrgico. Uma delas, a extinta Siderbrás, criada durante a ditadura como holding da siderurgia estatal, teve o engenheiro como presidente entre 1985 e 1987. Atuou ainda na Associação Brasileira de Metais, dirigiu o Instituto Brasileiro de Siderurgia (hoje Aço Brasil), nos anos de 1960, e representou o País no Instituto Internacional de Ferro e Aço, na década de 1970.

De volta a Minas, teve passagem pela Presidência da Fiat de 1983 a 1985, trabalhou como vice-presidente do BDMG, de 1993 a 1997, e participou do Conselho Curador da Fundação Dom Cabral por seis mandatos, até 1999.

Faleceu em Belo Horizonte em 7 de dezembro de 1999. (MV)

Amílcar de Castro

Artista Plástico
Paraisópolis
1920 ~ 2002

Amílcar Augusto Pereira de Castro foi um dos principais artistas plásticos do século XX, nascido em Paraisópolis, em 8 de junho de 1920. Escultor, gravador, desenhista, designer gráfico, cenógrafo e professor, promoveu inflexões radicais e inovadoras no campo da escultura e da geometria, tornando-se referência no País e no mundo. Algumas de suas esculturas estão expostas em espaços públicos de Belo Horizonte, como na Praça Alaska, no Sion, nos jardins do Museu de Arte da Pampulha, e na Praça Carlos Chagas, em frente à Assembleia Legislativa.

O artista mudou-se para a capital ainda na adolescência, em 1935, onde se formou em direito pela UFMG, em 1945. Na cidade, conheceu e se tornou amigo de Otto Lara Resende e de Hélio Pellegrino, que se tornariam escritores reconhecidos nacionalmente.

Entre 1944 e 1950, frequentou o Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte, hoje Escola de Belas Artes da UFMG, onde foi aluno de Alberto da Veiga Guignard (desenho) e Franz Weissmann (escultura figurativa). No fim da década de 1940, assume alguns cargos públicos, que logo abandona, assim como a carreira de advogado.

Em 1952, muda-se para o Rio de Janeiro e trabalha como diagramador e designer, passando por várias publicações, entre elas o “Jornal do Brasil”, onde foi responsável por uma revolucionária reforma gráfica. No Rio, inspirado pela obra do artista suíço Max Bill, faz a sua primeira escultura construtiva, que foi exposta na 2ª Bienal Internacional de São Paulo, em 1953. Participa ainda de exposições do grupo concretista, nas capitais fluminense e paulista, em 1956, e assina o “Manifesto Neoconcreto” em 1959.

Em 1968, Amílcar vai para os Estados Unidos, com uma bolsa de estudo da Guggenheim Memorial Foundation e aproveitando o prêmio de viagem ao exterior, obtido na edição de 1967 do Salão Nacional de Arte Moderna (SNAM). De volta ao Brasil em 1971, fixa residência em Belo Horizonte. Torna-se professor de composição e escultura da Escola Guignard, onde trabalha até 1977, inclusive como diretor. Entre as décadas de 1970 e 1980, leciona também na Faculdade de Belas Artes da UFMG.

Em 1990, aposenta-se da docência e passa a dedicar-se com exclusividade à atividade artística, até a sua morte em 21 de novembro de 2002. (DM)

Aníbal Machado

Escritor
Sabará
1894 ~ 1964

Publicar histórias não era um objetivo perseguido por **Aníbal Monteiro Machado**, considerado artífice do gênero literário dos contos no Brasil, por mais que isso pudesse parecer discrepante na vida de um escritor. Mineiro de Sabará, nascido em 9 de dezembro de 1894, ele se guiava pela rigidez estética e de conteúdo, característica que superava as expectativas de divulgação de seus trabalhos e manteve ao longo da carreira, iniciada em 1917, quando estudava direito em Belo Horizonte.

A sua obra incluiu variadas atividades, como ensaísta, crítico de arte e professor, além da adaptação de seus textos para telenovelas e de ter sido influente incentivador do Modernismo. A filha dele, escritora e dramaturga Maria Clara Machado (1921/2001), confidenciou como foi difícil reunir a vasta e dispersa quantidade de escritos inéditos do pai na coletânea “Cadernos de João”, lançada em 1957.

“...*Havia muita coisa. Ele era um homem muito amado e todo mundo pedia a ele que escrevesse. Críticas, prefácios...Ele fazia com prazer*”, ela contou ao romancista Bernardo Carvalho, que reproduziu o diálogo em coluna na “Folha de São Paulo”. O contista mineiro havia chegado, no começo dos anos 1920, ao Rio de Janeiro, onde lecionou literatura e transformou a casa, em Ipanema, em local de reunião de escritores, atores e artistas.

Aníbal tornou-se colaborador de diversos veículos, entre eles a revista “Estética”, de Sérgio Buarque de Holanda, tendo lançado em 1925 seu primeiro conto, “O Rato, o guarda civil e o transatlântico”. Teve trabalhos publicados, ainda, na “Revista de Antropofagia”, dos modernistas Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral.

Prova de seu estilo minucioso, Aníbal passa a trabalhar, em 1926, num romance que ganhou fama, “João Ternura”, mas o interrompe para somente concluí-lo com a idade avançada. O livro teve publicação após sua morte, em 20 de janeiro de 1964.

A primeira edição de contos, marcados pela abordagem de temas do cotidiano, com lirismo e humor, foi “Vida Feliz”, em 1944, que traz o texto classificado como obra-prima da história do conto brasileiro, “A Morte da Porta Estandarte”. A militância na área cultural o leva à Presidência da Associação Brasileira de Escritores em 1945. Passados seis anos, junto da filha, Aníbal funda o Teatro Tablado no Rio. (MV)

Arthur Bernardes

Político
Viçosa
1875 ~ 1955

Arthur da Silva Bernardes, cujo mandato de presidente do Brasil, entre 1922 e 1926, foi marcado por turbulências, repressão e cerceamento às liberdades democráticas, nasceu em Viçosa, em 8 de agosto de 1875, e faleceu no Rio de Janeiro em 23 de março de 1955. Candidato da vez da política do “Café com Leite”, ele venceu as eleições realizadas em março de 1922 com 466.877 votos, mas o resultado foi contestado pela oposição, em um tsunami de revoltas que varreria o País.

A primeira onda explodiu no Rio de Janeiro em julho de 1922, quatro meses antes da posse. Com a tomada do Forte de Copacabana, os revoltosos pretendiam disseminar a rebelião pela então capital federal e pelo País, impedindo a posse do presidente eleito, e até divulgavam cartas falsas atribuindo a Bernardes ofensas aos militares. Era o embrião do Tenentismo, liderado por oficiais de baixa e média patente, que foi então reprimido pelo presidente Epitácio Pessoa, aliado de “Rolinha”, o apelido de Bernardes popularizado pela marchinha “Seu Mé” no carnaval carioca.

Se no front interno o Tenentismo, a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) colocavam em xeque a “República Velha” e a própria identidade nacional em 1922, no externo ambicionava-se apresentar o Brasil como uma “*vitrine de progresso*” na Exposição Internacional do Centenário da Independência. Durante seis meses, o evento receberia três milhões de visitantes, mas os ares de modernidade circularam apenas nos pavilhões: Bernardes não só manteve o estado de sítio decretado pelo seu antecessor, como reprimiu duramente revoltas nos estados e a “Coluna Prestes”, instalando no Oiapoque, no Amapá, a prisão de Clevelândia, onde os opositores eram desterrados.

Ao lado da Presidência turbulenta, Arthur Bernardes é lembrado também pelo nacionalismo. Quando presidente de Minas (1918/1922), ele exigiria que a Itabira Iron instalasse uma siderúrgica no estado como contrapartida à exploração do minério de ferro, o que não ocorreu.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, assumia posições legalistas: em 1932, foi exilado em Portugal por ter se engajado na “Revolução Constitucionalista” e em 1943 assinou o “Manifesto dos Mineiros” contra o “Estado Novo”.

Ele foi casado com Maria Aniceta Bernardes. Tiveram oito filhos. (AA)

Arthur Versiani Vellôso

Filósofo
Ouro Preto
1906 ~ 1986

Um dos luminares na difusão da filosofia em Minas Gerais, **Arthur Versiani Vellôso** foi professor, escritor e tradutor. O seu nome também é lembrado por ser um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Fafich, da UFMG) em 21 de abril de 1939, ao lado de intelectuais mineiros que militavam na vida cultural e política do Estado. Na época, a proposta pedagógica estava voltada para o “*saber desinteressado*”, isto é, o desenvolvimento de conhecimento científico básico não somente ligado à formação profissional. No plano nacional, a iniciativa tinha sintonia com o projeto de Gustavo Capanema, ministro da Educação, de criar faculdades de filosofia e ciências voltadas para a formação de pesquisadores e docentes do ensino superior.

Em 1948, Arthur Vellôso assumiu a cátedra de filosofia na faculdade, permanecendo ali até sua aposentadoria compulsória, em 1976. Ao longo do tempo, a instituição e o filósofo marcaram a vida intelectual, cultural e política de Belo Horizonte. No início da década de 1960, a Faculdade de Filosofia transferiu-se para o prédio da Rua Carangola, 288, no bairro Santo Antônio. Nesta ocasião, Arthur Vellôso era diretor e encomendou um busto em bronze do filósofo alemão Immanuel Kant, de quem era admirador. E ainda uma placa metálica, onde se lê, na língua original do filósofo, sua famosa frase em “Crítica da Razão Prática”: “*Dois coisas encham o ânimo de admiração e de reverência ...: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim*”.

Arthur Vellôso, que era natural de Ouro Preto, nasceu em 26 de janeiro de 1906, publicou diversos livros, entre eles “A Filosofia e seu estudo”, “Introdução à história da filosofia” e “A Vida de Kant”. Foi também autor de várias traduções e artigos em jornais e revistas especializadas, entre as quais “Kritérium”, criada sob sua inspiração. Vellôso também lecionou filosofia no Colégio Marconi e outros estabelecimentos de ensino.

Foi retratado em dois romances ambientados na Belo Horizonte de seu tempo. Em “O Amanuense Belmiro”, de Cyro dos Anjos, ele é o filósofo Silvano, e em “Um Artista aprendiz”, de Autran Dourado, é o filósofo Sinval de Souza. Vellôso faleceu na capital mineira em 11 de fevereiro de 1986. Era membro da Academia Mineira de Letras. (UV)

Ary Barroso

Sambista e compositor
Ubá
1903 ~ 1964

Quis o destino que Ary Barroso morresse momentos antes da escola de samba carioca Império Serrano entrar na avenida, no carnaval de 1964, com um samba-enredo em sua homenagem. O compositor é autor de “Aquarela do Brasil”, música que o consagrou e consolidou o estilo samba-exaltação.

Nascido em 7 de novembro de 1903 em Ubá, **João Evangelista Barroso**, ou Ary Barroso, ficou órfão aos 6 anos e foi criado pela tia-avó, professora de piano, com quem teve seus primeiros contatos com a música. Aos 15 anos, começou a compor. Chegou a estudar direito no Rio de Janeiro, com recursos de uma herança deixada pelo tio Sabino Barroso, ex-ministro da Fazenda. Levava uma vida de luxo, mas quando o dinheiro acabou passou a tocar piano em cinemas e cabarés.

Ary Barroso ganhou um concurso de música carnavalesca com a marchinha “Dá nela” e com o dinheiro do prêmio conseguiu pagar as despesas e se formar em direito, em 1930. O compositor ingressou na “Rádio Philips” em 1932 e, além de pianista, foi locutor, humorista, animador e locutor esportivo. Trabalhou também na “Rádio Mayrink Veiga” e, em 1934, foi para a “Cosmos”, em São Paulo, onde criou o programa “Hora H”. Árduo defensor da música brasileira, exigia que calouros só cantassem músicas nacionais. Em 1938, foi para a “Rádio Tupi”, no Rio.

Em 1939, compôs a “Aquarela do Brasil”, que exaltava as belezas do País em meio ao ufanismo do “Estado Novo”. Na voz de Francisco Alves, tornou-se a canção brasileira mais popular no exterior até o surgimento de “Garota de Ipanema”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Vários cantores fizeram a sua gravação.

Em 1946, candidatou-se a vereador pela UDN e obteve a maior votação da Câmara Municipal. Em 1955, Ary Barroso recebeu a Ordem do Mérito, no Palácio do Catete, concedida pelo presidente Café Filho.

Ary Barroso compôs 264 músicas, entre elas “No tabuleiro da baiana”, “No rancho fundo”, “Na baixa do sapateiro”, “Camisa amarela”, “Maracangalha”, “Bahia” e “Nem eu”. O compositor faleceu em 9 de fevereiro de 1964, em consequência de uma pneumonia. Casado com Ivone, teve dois filhos.

A Academia Brasileira de Letras incluiu em 2008 a música “Aquarela do Brasil” entre as 17 composições “inquestionáveis do cancioneiro brasileiro”. (TC)

Augusto de Lima

Historiador
Leopoldina
1889 ~ 1970

O magistrado, jornalista e historiador **Antônio Augusto de Lima Júnior**, para quem investigar e escrever sobre o passado de Minas era o cumprimento de um “*dever cívico e sentimental*”, nasceu em Leopoldina em 13 de abril de 1889. A paixão pela história mineira o teria arrebatado em 1929. Acometido por uma grave doença, ele buscara a tranquilidade de Cachoeira do Campo para convalescer.

No distrito de Ouro Preto, onde fora interno no Colégio Dom Bosco, o futuro historiador autodidata se depararia nos livros paroquiais com nomes de “*gente desconhecida, que tinha rasgado caminhos, domado a natureza, construído templos e monumentos que eu desfrutava*”, cujas histórias anônimas passariam a ser a sua obsessão, como escreveu no prefácio de “A Capitania das Minas Gerais”.

Em quatro décadas, Augusto de Lima escreveria então mais de 30 livros, entre os quais se destacam, além de “A Capitania...”, de 1940; “Visões do passado”, 1934; “O Aleijadinho e a arte colonial”, 1943; “História dos diamantes de Minas Gerais”, 1945; “O fundador do Caraça”, 1948; “Pequena história da Inconfidência de Minas Gerais”, 1955; e “História de Nossa Senhora em Minas Gerais”, 1966.

Já o “*dever cívico*” o colocaria à frente das tratativas do governo brasileiro com o português em 1936, para a repatriação dos restos mortais dos inconfidentes mineiros degredados na África pela Coroa em 1792. A bordo do paquete Oagé, os ossos que puderam ser exumados de 16 degredados nas colônias africanas, entre os quais de Álvares Maciel, Tomas Antônio Gonzaga e José de Alvarenga Peixoto, chegariam ao Brasil em 1937, sendo identificados e depois sepultados sob os jazigos do Panteão dos Inconfidentes no Museu da Inconfidência em Ouro Preto, inaugurado em 1944.

Formado pela Faculdade de Direito da atual UFMG em 1909, Augusto de Lima começou a trabalhar no ano seguinte na Justiça Militar. Às atividades na magistratura e de escrita da história, combinaria o jornalismo ao longo da vida. Colaborou com os cariocas “Jornal do Comércio” e “A Noite” e fundou em Belo Horizonte, em 1926, o jornal “Diário da Manhã”, o primeiro a ser composto em linotipos e impresso em rotativa no estado.

Augusto de Lima faleceu em 26 de setembro de 1970. Foi casado com Teodósia de Castro Cerqueira. (AA)

Aureliano Chaves

Político
Três Pontas
1929 ~ 2003

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, que adotou o ditado popular “*dou um boi para não entrar numa briga, mas uma boiada para não sair*” como método político, nasceu em Três Pontas em 13 de janeiro de 1929 e faleceu em Belo Horizonte em 30 de abril de 2003. Vice do último general-presidente, João Baptista Figueiredo (1979/1985), Aureliano seguiria à risca o velho ditado na redemocratização do País: depois de “dar um boi” contra a candidatura de situação de Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, ele rompeu com o seu partido, o PDS, abrindo a dissidência que viabilizaria a “Aliança Democrática” e a eleição do contrerrâneo Tancredo Neves no colégio eleitoral em 1985.

Envolvido com a política desde a juventude, Aureliano começara a sua carreira no movimento estudantil na virada da década de 1940. Estudante de Engenharia na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), ele presidiu o Diretório Acadêmico, aliando-se às esquerdas nas campanhas nacionalistas de defesa do petróleo, dos minérios e das riquezas nacionais, mas sempre nas fileiras da União Democrática Nacional (UDN). Formado em 1953, trabalhou em obras rodoviárias até tornar-se professor da UNIFEI, sendo eleito deputado estadual pela UDN em 1958. Reeleito quatro anos depois, Aureliano seria líder do governador Magalhães Pinto na Assembleia, engajando-se ativamente no golpe civil-militar de 1964.

Com a extinção dos partidos em 1966, ele filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de sustentação da ditadura, elegendando-se deputado federal. Apesar disso, dois anos depois ele votaria com a maioria na Câmara dos Deputados contra o pedido de autorização do governo para processar o deputado Márcio Moreira Alves, da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no que seria o estopim para a edição do AI 5, decreto que tornou o regime militar ainda mais truculento.

Reeleito deputado federal em 1970, Aureliano cairia nas graças do penúltimo general-presidente, Ernesto Geisel, que o indicou tanto para o Governo de Minas em 1974, quanto para a vice de Figueiredo. Em 1989, ele disputou a Presidência na primeira eleição direta pós-ditadura, ficando em oitavo lugar.

Aureliano Chaves foi casado com Minervina Sanches de Mendonça. Tiveram três filhos. (AA)

Autran Dourado

Escritor
Patos de Minas
1926 ~ 2012

Waldomiro Freitas Autran Dourado, advogado, jornalista e premiado escritor, com quase 30 livros de romances e contos e que dizia ser a sua obra *“um grande painel sobre Minas Gerais”*, nasceu em Patos de Minas em 18 de janeiro de 1926 e viveu a infância em Monte Santo de Minas, cidade que inspiraria a sua mítica “Duas Pontes”, cenário de muitas histórias. Faleceu em 30 de setembro de 2012, no Rio de Janeiro, onde se radicara desde 1954, quando foi secretário de Imprensa do presidente Juscelino Kubitschek.

“No dia que eu entender Minas, paro de escrever, quer dizer: nunca...”, dizia, citando as Minas conservadora, barroca, subversiva, contraditória. Não era um contador de causos, sustentava ele, considerando não ter tanta importância o enredo quanto a palavra, que ele lapidava com afincão, como um artesão. *“O enredo é uma maneira que o romancista tem de entreter o leitor enquanto lhe bate a carteira. A carteira é a emoção”*.

Pelo conjunto de sua obra recebeu o Prêmio Camões e o Machado de Assis, além de outros, como o Jabuti e o Goethe de Literatura com “As Imaginações Pecaminosas”.

Seu célebre romance “Ópera dos Mortos”, de 1967, foi incluído na coleção da UNESCO de obras representativas da literatura universal, e comporia depois uma trilogia não cronológica com “Lucas Procópio”, de 1985, e “Um cavaleiro de antigamente”, de 1992, seguindo a saga do clã Honório Cota desde o final do ciclo do ouro. Os temas se repetiam: política, loucura, desejo, morte e solidão.

Filho do juiz Telêmaco Autran Dourado e de Alice Freitas, aos 13 anos foi estudar em São Sebastião do Paraíso e já escrevia contos. Sendo o pai transferido para Belo Horizonte, ingressou na Faculdade de Direito da UFMG e integrou o grupo de escritores que se reunia na “Leiteria Celeste”, ao lado do jornal “Estado de Minas”, e ali se inebriava de literatura e da política *“que a ditadura sonegava”*, com Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Murilo Rubião, entre outros.

Enquanto estudava, foi jornalista e taquígrafo, sendo assim indicado para assessorar o governador JK, de quem se tornou amigo e secretário de Imprensa. Só muitos anos depois escreveria “Gaiola Aberta – Tempos de JK e Schmidt”, com as memórias desse bastidor.

Casou-se com Lúcia Campos e tiveram quatro filhos. (CC)



Barão de Alfenas

Fazendeiro e político
São Tomé das Letras
1782 ~ 1868

Nascido em São Tomé das Letras em 1782, **Gabriel Francisco Junqueira**, o senhor de fazendas com centenas de escravizados que foi precursor da raça de cavalos manga-larga marchador, deputado do Império e barão de Alfenas, sentiu na pele as consequências da sociedade escravagista da qual era expressão. Exatos 55 anos antes da Lei Áurea, em 13 de maio de 1833 uma insurreição eclodiu na roça de uma de suas fazendas, a Campo Alegre, onde o seu filho, Gabriel, foi o primeiro chacinado.

Como a casa-grande estava sob guarda de feitores, os escravizados rumaram para outra fazenda da família, a Bela Cruz. Armados com porretes, machados e foices, trucidaram o irmão do barão, José, e sua esposa Antônia, que estavam escondidos dentro da casa, além da sobrinha Emiliانا e dois filhos pequenos. Ana Cândida, viúva de outro irmão, teve a cabeça decepada no quintal, bem como um neto. Ao chegar à fazenda, Manoel Costa, genro de José, foi também morto.

Conhecida como “Revolta de Carrancas”, a insurreição seria desbaratada na Fazenda Bom Jardim. Avisado do que sucedera, outro Junqueira, João Cândido, trancafiou seus cativos na senzala e recebeu os insurgentes à bala. Ventura Mina, João Inácio, Matias e Antônio Cigano, apontados pelas testemunhas como líderes no “Processo dos Junqueira”, morreram no confronto. Entre os sobreviventes, 31 escravos foram indiciados e condenados, 17 à pena de morte, 16 executadas em 1833 e 1834.

Como o processo mostrou, a revolta estava imbricada às turbulências pós-abdicação de Dom Pedro II em 1831. Da elite liberal moderada, o deputado Gabriel Junqueira era adversário dos “caramurus”, a facção conservadora. À época, uma sedição irrompera em Ouro Preto e o fazendeiro Francisco Silvério Teixeira teria incitado os revoltosos, propagando o boato de que a escravidão seria abolida pelos “caramurus”.

Seja como for, a resposta das elites foi uníssona. Em 1835, foi aprovada a Lei excepcional nº 4, que agravava a pena capital para “*escravos, ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra grave ofensa a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes*”, que vigorou até 1888.

Agraciado com o título de barão em 1848, Gabriel faleceu em 13 de janeiro de 1868. (AA)

Bárbara Heliadora

Poetisa e inconfidente
São João del-Rei
1759 ~ 1819

Mistificada nos discursos oficiais, em versos, livros e filmes como a poetisa, heroína e musa da Inconfidência Mineira, **Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira** nasceu em São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, em um dia do ano de 1759. Para além do mito, as esparsas informações sobre a sua vida e trajetória revelam os traços de uma mulher de coragem, que enfrentou os preconceitos da sociedade patriarcal em que vivia e que se desdobrou para manter os quatro filhos, após a prisão e morte no degredo na África do marido carioca, o poeta inconfidente José de Alvarenga Peixoto em 1792.

Filha de uma família da elite da então Vila de São João del-Rei, aos 19 anos a jovem se enamorou de Alvarenga Peixoto, então ouvidor-geral da comarca. Mãe solteira em 1779, quando nasceu a primeira filha, Maria Ifigênia, ela passou então a viver sob o mesmo teto com o poeta, com quem se casaria formalmente dois anos depois na casa dos pais, por ordem do bispado de Mariana.

Como a fazenda de Hipólita Teixeira da Costa em Prados, a casa de Bárbara Heliadora na vila teria sido palco de reuniões secretas dos inconfidentes, não havendo outras evidências, porém, que confirmem a sua participação na conspiração contra a Coroa portuguesa. Quando Alvarenga Peixoto foi preso e teve os bens sequestrados em 1789, por exemplo, ela teve a sua parte preservada, conforme “carta de metade” que apresentou e foi aceita pelo corregedor da comarca; o que, na prática, isentava-a de envolvimento na conspiração.

Seja como for, a musa da Inconfidência Mineira seria alçada de repente à condição de chefe de família e se revelou uma administradora competente; o que desfaz outro mito: o de que teria ficado pobre e louca ao fim da vida. Ao contrário, Bárbara Heliadora não só manteve a sua metade na partilha dos bens do casal, como conseguiu reaver as fazendas e áreas de mineração que pertenciam a Alvarenga Peixoto em São Gonçalo do Sapucaí, onde ela seria sepultada com todas as pompas em 24 de maio de 1819, após missa de corpo presente celebrada por nove sacerdotes.

Como poetisa, atribui-se à sua lavra um “Soneto” e um poema, “Conselho aos meus filhos”, pelos quais ela é patrona da cadeira nº 24 de Academia Mineira de Letras. (AA)

Beatriz Brandão

Escritora e educadora
Ouro Preto
1779 ~ 1868

A importância histórica e social da poetisa e educadora brasileira **Beatriz Francisca de Assis Brandão** permanece desconhecida para grande parte da população. A escritora, nascida em 1779 em Vila Rica, atual Ouro Preto, na época dos inconfidentes mineiros, escreveu cerca de 500 páginas de poesia. De família aristocrática, foi uma mulher à frente do seu tempo. Poetisa, educadora, musicista e tradutora, ela participou ativamente da vida social, cultural e política de Ouro Preto e, posteriormente, do Rio de Janeiro.

Filha do oficial de Dragões Francisco Sanches Brandão e de Izabel Feliciano Narcisa de Seixas, Beatriz Brandão teve seis irmãos. Mesmo contra a vontade do pai, aprendeu desde cedo o francês e o italiano. Iniciou sua carreira de educadora de moças em Ouro Preto e, após se mudar para a Corte, continuou como instrutora das filhas de famílias influentes e integrou-se à vida social da elite carioca.

Assinava seus textos como D. Beatriz no período em que colaborou para a “Marmota Fluminense”, de 1852 a 1857. Ainda que tivesse uma presença marcante na história do Brasil, Beatriz é um daqueles talentos que tiveram sua biografia praticamente no anonimato. Alguns escritores se referiam a ela como “*a prima de Marília de Dirceu*” ou publicavam o poema que ela dedicou à noiva do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas.

Beatriz Brandão não se sujeitou à educação da época, que reservava às mulheres o cuidado da casa, do marido, de filhos, do bordado e da costura. Ela buscou seu lugar na sociedade por meio do talento na escrita e de suas composições poéticas e deixou um legado que merece ser resgatado e colocado sob holofote como uma das mulheres que mais contribuíram para a literatura brasileira no século XIX.

Seus primeiros versos foram publicados no “Parnaso Brasileiro”, coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, em 1856. Posteriormente, reuniu-os em um único volume no “Parnaso Brasileiro” com o título de “Cantos da Mocidade”. “Carta de Leandro a Hero”, e “Carta de Hero a Leandro” também foram publicadas no “Parnaso brasileiro”.

Beatriz Brandão é patrona da cadeira 38 da Academia Mineira de Letras (AML). Ela faleceu no Rio de Janeiro em 5 de fevereiro de 1868. (TC)

Belmiro Braga

Poeta
Belmiro Braga
1872 ~ 1937

Precoce na arte das letras, o poeta e trovador **Belmiro Ferreira Braga** publicou seu primeiro texto aos 12 anos no jornal “O Pharol”, de Juiz de Fora. Sua principal característica eram os textos leves, marcados pela ironia fina e bom humor. Sua escrita satírica encantou leitores e sua relevância para a cultura brasileira é tão expressiva que o distrito Vargem Grande, onde nasceu em 7 de janeiro de 1872, foi batizado com seu nome após ser elevado a município.

Era filho de José Ferreira Braga, comerciante português, e de Francisca de Paula Braga, mineira, e estudou no Atheneu Mineiro, em Juiz de Fora. A veia poética veio do avô materno, Francisco Lourenço de Barros. Após a morte da mãe, voltou a Vargem Grande para ajudar o pai em uma venda à beira da estrada. Em seu livro biográfico “Dias idos e vividos”, lançado em 1936, ele destaca a troca da sala de aula pelo balcão da venda: *“Todo moço, antes de matricular-se em qualquer escola superior, deveria passar, pelo menos um ano, por um balcão do interior. Ali, convivendo com o povo, aprenderia muita coisa que, na vida prática, ser-lhe-ia de grande utilidade”*.

Ali conheceu o poeta cearense Antônio Sales, que o incentivou a publicar o primeiro livro, “Montezinas”, em 1902. Nessa mesma época, conheceu o médico Fernando Figueira, que colaborava em revistas cariocas sob o pseudônimo de Alcides Flávio. Os dois se tornaram amigos e foi o médico que o ajudou a publicar os primeiros versos no Rio de Janeiro.

Em Juiz de Fora, começa a publicar regularmente em “O Pharol” e “Correio de Minas”, assinando, sob o pseudônimo de Sá Cristão, a seção “Bimbalhadas” que, depois, mudou para o nome “Repiques”.

Escritor premiado, Belmiro Braga é autor de “Cantos e contos” (1906), “Contas de meu rosário” (1918), “Tarde florida” (1925) e “Redondilhas” (1934), entre outros, e o que mais impressionava no poeta, que teve seus escritos traduzidos em diversas línguas, era que ele passeava por todos os gêneros literários com a mesma desenvoltura, inteligência e humor.

Belmiro Braga foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras (AML). Ele faleceu em Juiz de Fora, em 31 de março de 1937. (TC)

Benjamin Guimarães

Empresário
Igaratinga
1861 ~ 1948

Benjamin Ferreira Guimarães foi um industrial e filantropo brasileiro, nascido em 17 de dezembro de 1861, em Santo Antônio do Rio São João Acima, hoje Igaratinga, no Centro-Oeste mineiro. Filho do farmacêutico Manuel Ferreira Guimarães e da dona de casa Maria Constança Guimarães, cursou menos de um ano de escola regular e, aos 13 anos, foi para o Rio de Janeiro, com a finalidade de trabalhar na firma comercial “Xavier Gontijo & Cia”. A jornada mínima de trabalho, na época, era de 16 horas diárias. O pouco tempo disponível não permitia estudo formal. Entretanto, de 15 em 15 dias, a empresa dava aos trabalhadores meio-dia de descanso, e Guimarães usava o tempo para praticar a leitura e a escrita. Após dois anos de trabalho, retornou à cidade natal.

Com 17 anos, partiu novamente de Igaratinga para trabalhar como mascate em Bom Sucesso. Ali, conseguiu emprego na loja de Joaquim Machado da Silva Neto. No segundo ano, o seu trabalho fez com que passasse a participar de um terço dos lucros do estabelecimento. No ano seguinte, uniu-se ao empregador e juntos fundaram a sociedade comercial “Machado & Guimarães”. A empresa progrediu. Em 1889, Benjamin Guimarães já era um comerciante estabelecido. Em Bom Sucesso, casou-se com Maria Ambrosina Mourão Guimarães e nasceram os seus 12 filhos.

Em 1906, criou a tecelagem “Ferreira Guimarães”, que chegou a ser uma das mais conhecidas fabricantes de tecidos do Brasil. Em 1930, fundou o Banco de Minas Gerais, com os filhos. Além da tecelagem, seus descendentes são ou foram proprietários da Ical, Magnesita S.A., Banco BMG, Banco Bonsucesso e as concessionárias Carbel, Garra, Strada e Banzai.

Uma característica marcante de sua personalidade era a sensibilidade e solidariedade às populações mais carentes que o levaram a uma forte atuação em filantropia. Em 1925, construiu sua primeira obra assistencial: um orfanato para meninas em Bom Sucesso. Ele viabilizou também creches, escolas, asilos e hospitais. Seu maior legado foi a criação da Fundação Benjamin Guimarães, mantenedora do Hospital da Baleia, em Belo Horizonte.

O vapor Benjamin Guimarães, uma das principais atrações turísticas de Pirapora, hoje em restauração, recebeu esse nome em sua homenagem. O empresário morreu em 15 de março de 1948 na capital mineira. (DM)

Bernardo de Vasconcelos

Jurista e político
Ouro Preto
1795 ~ 1850

Nascido em Ouro Preto em 27 de agosto de 1795, o advogado, jurista, deputado, senador e ministro **Bernardo Pereira de Vasconcelos** se tornaria em um dos mais influentes e controversos políticos do Império, quando o Brasil nascia após a separação de Portugal em 1822. Província mais rica e populosa à época, Minas teria papel decisivo nos destinos da jovem Nação e os Pereira de Vasconcelos, cujo patriarca, Diogo, havia migrado do Porto para Vila Rica na segunda metade do século XVIII, saberiam explorar esta condição, a começar pelo filho Bernardo.

Em 1807, o menino foi enviado pelos pais para estudar no Reino, fazendo o caminho inverso da família real, que fugia para o Brasil das tropas de Napoleão Bonaparte. Ficou pouco tempo em Portugal, sendo despachado por um tio para a Inglaterra. De volta ao Reino, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1814, onde se formou em direito e filosofia cinco anos depois.

Bernardo retornou ao Brasil dois anos antes da Independência e após uma breve passagem pela magistratura, combinaria o jornalismo à política. Em 1825, fundou em Ouro Preto “O Universal”, o primeiro de uma série de jornais nos quais esgrimaria por suas posições, assumindo uma cadeira na Assembleia Legislativa do Império no Rio de Janeiro em 1826. Defensor de uma monarquia de gabinete, divergia do imperador, enfileirando-se com os liberais, que pleiteavam a descentralização do poder.

Com a abdicação de Dom Pedro I, a descentralização ganhou força, sendo o então deputado, que passaria à história como arquiteto de instituições e teórico do liberalismo conservador, autor do Código de Processo Criminal (1832) e do Ato Adicional à Constituição em 1834, pelo qual garantia-se maior autonomia às províncias e criavam-se as assembleias provinciais, embrião do legislativo estadual.

Nas turbulências da regência do menino Pedro II, foi ministro do gabinete moderado, depois do conservador, batendo-se pelo “*regresso*” à centralização do poder monárquico, avesso à democracia e à igualdade.

Debilitado por uma paralisia, ele faleceu em 1º de junho de 1850, vítima de um surto de febre amarela no Rio. (AA)

Bernardo Guimarães

Romancista
Ouro Preto
1825 ~ 1884

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, cuja obra “A escrava Isaura”, lançada em 1875, foi adaptada um século depois para uma novela da “TV Globo” que o projetou mundialmente, alavancando a publicação de 300 mil exemplares do livro apenas na China, nasceu em 15 de agosto de 1825 em Ouro Preto. O gosto pela literatura o teria embalado desde o berço. Filho de Joaquim da Silva Guimarães e de Constança Beatriz de Oliveira, o menino teve no pai, poeta árcade, o exemplo e na paisagem mineira a fonte de inspiração que dariam asas à sua criação literária, sob a égide do romantismo então em voga no século XIX.

O romantismo o arrebatou em São Paulo em 1847, após matricular-se na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Com os colegas Álvares de Azevedo (1831/1852) e Aureliano Lessa (1828/1861), Bernardo Guimarães fundaria a “Sociedade Epicureia”, inspirada na obra e no estilo de vida boêmio e escandaloso do poeta romântico inglês Lord Byron.

O trio excêntrico faria enorme sucesso nas noites paulistas, atribuindo-se ao filho do poeta árcade Joaquim da Silva Guimarães a introdução no “Brasil do Bestialógico”, de poesias sátiras e burlescas, muitas vezes pornográficas ou erótico-cômicas, como nessa estrofe do seu “Elixir do Pajé”, “*Que tens, caralho, que pesar te oprime/Que assim te vejo murcho e cabisbaixo/Sumido entre essa basta pentelheira/Mole, caindo pela perna abaixo?*”, cujo manuscrito circulava clandestinamente.

Em 1852, Bernardo Guimarães publicou o seu primeiro livro, “Cantos da Solidão”, época em que, já formado em direito, era juiz em Catalão, em Goiás. Seu segundo livro “Inspirações da tarde”, também de poesia, seria lançado em 1858, quando ela morava no Rio de Janeiro, trabalhando como jornalista e crítico literário do periódico “Atualidade”. Já em 1865, seria a vez de sair do prelo o volume “Poesias Diversas”.

De volta a Minas em 1866, tornou-se professor de poética e retórica do Liceu Mineiro, em Ouro Preto, e depois de latim e francês em Conselheiro Lafaiete, enverando-se pelos romances. Antes de “A escrava Isaura”, em 1872 viriam à luz “O seminarista”, “O garimpeiro” e “O índio Afonso”.

Bernardo Guimarães faleceu em 10 de março de 1884. Foi casado com Teresa Maria de Lima. Tiveram oito filhos. (AA)

Bernardo Mascarenhas

Empresário
Curvelo
1847 ~ 1889

Uma fábrica inovadora para os limitados padrões do parque fabril brasileiro de 1888 e as iniciativas de seu proprietário, à época considerado um industrial à frente do tempo, dominaram as manchetes dos principais jornais e revistas do País. Era motivo de celebração o funcionamento da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, em Juiz de Fora, na Zona da Mata, primeira tecelagem movida a energia hidráulica e comandada por sofisticado motor elétrico “Westhinghouse”.

Para viabilizar a empresa, referência da industrialização mineira no começo do século XX, **Bernardo de Mascarenhas**, nascido em 30 de maio de 1847 em Curvelo, demonstrou capacidade de empreender também no setor energético. A construção de uma hidrelétrica que alimentaria a produção têxtil resultou na primeira usina hidráulica da América Latina. O investimento foi feito por meio da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), firma de capital privado criada por Mascarenhas, e que receberia a concessão dos serviços de iluminação pública em Juiz de Fora e outros municípios da região.

O empreendedorismo de Mascarenhas o levou, ainda, a participar do grupo de ruralistas que fundou, em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (antigo Credireal, instituição encampada pelo estado em 1911).

O industrial havia ingressado no mundo dos negócios aos 18 anos, por meio da compra e engorda de gado, inicialmente, seguindo o caminho trilhado pelo pai. Em pouco tempo, ainda em 1865, propôs à família a montagem de uma fábrica têxtil, a Tecidos Cedro, em Tabuleiro Grande, hoje município de Paraopeba. A mudança para Juiz de Fora se deu em 1885, não por acaso. Mascarenhas buscava um local mais adequado à produção da matéria-prima, o algodão. Outra decisão arrojada, mas polêmica, envolveu a contratação de mão de obra. O industrial buscou imigrantes e carregou no currículo a denúncia de uso de trabalho escravo.

A vida de Bernardo de Mascarenhas foi intensa como empreendedor, contudo curta. Ele morreu aos 52 anos, em 9 de outubro de 1889. A fábrica de Juiz de Fora paralisou suas atividades em 1988. O edifício histórico, absorvido pelo poder público, sofreu reformas e passou a abrigar o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas. A hidrelétrica, por sua vez, funciona hoje como museu. (MV)

Betinho

Sociólogo
Bocaiuva
1935 ~ 1997

Herbert José de Souza, o Betinho, que se tornou símbolo de cidadania e solidariedade ao liderar, nos anos de 1990, a Ação da Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que em um ano teria mais de quatro mil comitês arrecadando alimentos para matar a fome de 32 milhões de brasileiros, nasceu em Bocaiúva em 3 de novembro de 1935, quarto dos nove filhos de Henrique de Souza e Maria da Conceição Figueiredo; e teve infância e adolescência peculiares.

Criança, morou em uma penitenciária, onde o pai trabalhava, e depois na funerária da Santa Casa, em Belo Horizonte, que o pai gerenciou. *“Uma combinação altamente política”*, diria, com a ironia e humor que sempre o acompanharam. Era hemofílico como os irmãos – o cartunista Henfil e o músico Chico Mário – e aos 15 anos contraiu tuberculose. A família optou por tratá-lo em casa e Betinho viveu isolado por três anos.

Aos 18 anos retornou à escola, ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e jamais abandonou a militância. Na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde se graduou, foi da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP). Resistiu à ditadura e viveu na clandestinidade, quando também foi operário em uma fábrica em Mauá.

Exilou-se em 1971 e morou no Panamá, Chile, Canadá e México. Retornaria em 1979, “famoso” como o irmão do Henfil da canção “O Bêbado e o Equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco, um hino pela anistia. Em 1981, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Ao descobrir, em 1987, que ele e os irmãos hemofílicos eram portadores do vírus da AIDS, contraído nas transfusões, abraçou a causa do controle da qualidade do sangue e fundou a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

Em 1992, integrou o Movimento Pela Ética na Política, que reunia centenas de entidades da sociedade pelo impeachment do então presidente Fernando Collor. Com a posse do vice Itamar Franco e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Betinho lançaria a Ação da Cidadania. *“Quem tem fome tem pressa”*, ensinava.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1997, debilitado pela AIDS. Deixou dois filhos: Daniel, do casamento com Irlés Carvalho, e Henrique, com Maria Nakano, sua companheira por 27 anos. (CC)



Carlos Chagas

Médico e sanitarista
Oliveira
1879 ~ 1934

Um dos maiores nomes relacionados à saúde pública no Brasil, **Carlos Justiniano Ribeiro Chagas** nasceu em Oliveira, Campo das Vertentes, em 9 de julho de 1879. Médico, cientista, biólogo, pesquisador e sanitarista, ele dedicou sua vida ao estudo das doenças tropicais. Sua maior contribuição à ciência foi a descoberta do protozoário *Trypanosoma cruzi*, transmissor da doença de Chagas. Ele também descobriu o protozoário do gênero *Plasmodium*, causador da malária.

Em 1905, Carlos Chagas foi contratado pelo sanitarista Oswaldo Cruz para controlar a epidemia da malária em Itatinga, São Paulo. Dois anos depois foi para Lassance, no Norte de Minas, erradicar a doença entre trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. No período em que esteve na região, o pesquisador do Instituto Manguinhos (Fiocruz) fez vários estudos de campo que levaram à descoberta de uma doença provocada por um protozoário encontrado no barbeiro, o *Trypanosoma cruzi*.

O inseto era encontrado nas frestas das casas de pau-a-pique e se alimentava à noite, picando preferencialmente o rosto das pessoas, por isso chamado popularmente de barbeiro. Isso chamou a atenção do pesquisador, que se dedicou a estudar o ciclo completo da doença de Chagas, com a identificação do vetor, o agente causador, o reservatório doméstico, a doença nos humanos e suas complicações.

Essa descoberta, considerada única na história da medicina justamente pelo fato de ter mapeado o ciclo completo da doença que recebeu o seu sobrenome, foi anunciada à Associação Nacional de Medicina em abril de 1922. *“O descobrimento desta moléstia constitui o mais belo exemplo do poder da lógica a serviço da ciência. Nunca até agora, nos domínios das pesquisas biológicas, se tinha feito um descobrimento tão complexo e brilhante e, o que mais, por um só pesquisador”*, declarou Oswaldo Cruz.

Em 1912, o sanitarista realizou uma expedição ao Amazonas e relatou as condições precárias de vida dos habitantes da região, defendendo a necessidade de medidas sanitárias para combater as doenças tropicais. Carlos Chagas recebeu diversos prêmios e homenagens de vários países por suas descobertas.

Carlos Chagas faleceu em 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro. Era casado com Íris Lobo e teve dois filhos. (TC)

Carlos Drummond de Andrade

Poeta
Itabira
1902 ~ 1987

O feitio reservado, bem mineiro e discreto, acompanhou-o sempre, por maiores que se tornassem sua poesia e presença nas artes e na crônica da vida brasileira, da vida miúda à das grandes decisões, que ele igualmente atava com versos inconfundíveis ao *vasto mundo*. A Itabira dos ferros, o amor, as querelas existenciais, a política, *o sentimento do mundo*.

Poeta maior, **Carlos Drummond de Andrade** nasceu em Itabira em 31 de outubro de 1902, nono filho de Carlos de Paula Andrade e Julieta Augusta Drummond. Aos dez anos lia a “*comprida história de Robson Crusóé*” entre mangueiras. E assim como seus versos surpreenderiam sempre, o melhor aluno do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, foi expulso aos 16 anos, por “*insubordinação mental*”. Não perdoou. Voltou a Itabira, parou de estudar até mudar-se com os pais para Belo Horizonte, onde se graduaria em farmácia, sem nunca exercer.

Em 1925, casa-se com Dolores Dutra de Moraes e em 1928 nasce a filha Maria Julieta. Foi redator chefe do “Diário de Minas” e passou pelos principais jornais da época. Foi oficial de gabinete do amigo Gustavo Capanema, que em 1934, ministro da Educação, o levaria para o Rio de Janeiro. Ele deixa Minas, os arcos do viaduto de Santa Tereza que subia até chamar a atenção da polícia. No Rio, é funcionário público, poeta e cronista.

Quando a *caravana modernista* chegou à Minas em 1924, se empolgou, chamou amigos *habitués* do “Café Estrela” e com Pedro Nava, Martins de Almeida e Emílio Moura foi encontrar Mário de Andrade no hoje Maletta. Pouco depois, edita “A Revista”, deflagra o modernismo mineiro e em 1928 escandalizaria com a pedra “*No meio do caminho*”.

O primeiro livro, “Alguma Poesia” (1930), já traz a famosa “Quadrilha” e o “Poema de Sete Faces”. Em 1934, viria “O Brejo das Almas”, em 1940 “Sentimento do Mundo”, depois o eterno “E agora José?” e no pós-guerra, o caráter social em “A rosa do Povo”. A vasta obra ganhou o mundo em diversas línguas e o emocionou a tradução “Carmina Drummondiana” que lhe fez o latinista Silva Belkior.

Em 17 de agosto de 1987, morreria de amor, doze dias após a filha única falecer. “*Pensei que ela fecharia os meus olhos*”, disse. Na Copacabana onde viveu é reverenciado no banco da praia, pensativo. Na Rua Goiás na capital mineira, sua estátua conversa com um dos melhores amigos, Pedro Nava. (CC)

Carmela Pezutti

Revolucionária
Araxá
1926 ~ 2009

A vida de **Carmela Pezutti da Silva**, dona de casa e funcionária pública que em 1968, aos 42 anos, entrou no Comando de Libertação Nacional (COLINA) acompanhando os dois filhos, Ângelo e Murilo, muito bem poderia ter inspirado o escritor russo Máximo Gorki (1868/1936) em seu livro “A mãe”, como aponta a historiadora Isabel Cristina Leite em “Memórias de uma mãe guerrilheira: entrevista com Carmela Pezutti”. Romance, aliás, que os filhos deram para que ela lesse, em meio aos livros de formação marxista e teses da organização sobre a luta contra a ditadura e a guerrilha urbana.

Filha do italiano Pedro Pezutti, médico que migrara para o Brasil após a Primeira Guerra Mundial, e Tibúrcia de Ávila, Carmela nasceu em 1926 em Araxá. Aos 11 anos, foi enviada pelos pais para o internato do Colégio Santa Marcelina, em São Paulo, retornando à cidade natal em 1942 e casando-se com o comerciante Theofredo Pinto da Silva. Quatro anos depois viria o primeiro filho, Ângelo, e Murilo em 1947.

Quando os filhos se mudaram para Belo Horizonte nos anos de 1960, a sua vida daria uma reviravolta. Em uma época em que não havia divórcio, separa-se do marido rico, rompe com os tabus da família mineira e junta-se aos rapazes na capital, ambos já militantes do movimento estudantil. Trabalha como vendedora de livros, de máquinas de lavar roupas e esteticista, até empregar-se na secretaria de gabinete do então governador Israel Pinheiro.

Surpreendida pelos filhos atuarem em uma organização revolucionária – *“Levei o maior susto, porque, naquela época, comunista comia criança!”*, lembraria –, Carmela monta uma loja de bijuterias para arrecadar fundos para o COLINA. Em 1968, os rapazes seriam presos e no ano seguinte foi a sua vez. Presa e incomunicável por 75 dias, ganhou a liberdade por falta de provas e partiu para o Rio de Janeiro, onde seria novamente capturada e torturada no DOI-CODI.

Em 1970, Ângelo e Murilo integrariam a lista dos 39 presos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben. Carmela, por sua, vez foi trocada, junto a outros 69 presos, pelo embaixador suíço Enrico Bucher. Voltaria ao Brasil após a anistia em 1979, marcada pela perda do primogênito em um desastre de moto na França. Em 1984, outra dor irreparável: Murilo, deprimido, suicidou. Carmela faleceu em 9 de novembro de 2009. (AA)

Carlota Mello

Enfermeira
Salinas
1914 ~ 2020

Os meses dramáticos de assistência aos militares brasileiros feridos na Segunda Guerra Mundial, na Itália, representaram desafio profissional e pessoal que a tenente enfermeira **Carlota Mello** costumava definir como uma determinação de servir ao País. Mineira de Salinas, no árido Norte de Minas, ela desembarcou na Europa após ter se alistado junto a 72 mulheres designadas para atuar no conflito, e logo enfrentou a neve que encobria os joelhos.

O frágil abrigo em barracas de lona aumentava a sensação de um frio que já fazia doer os ossos. Em alojamento cercado por campos minados ou no hospital, a sua jornada incluía escrever cartas ditadas pelos combatentes, como contou a repórteres em entrevistas concedidas em eventos de homenagem às corajosas enfermeiras.

Chamados, carinhosamente, de pracinhas, os veteranos formaram grupo estimado em 25 mil soldados que ocuparam as linhas das forças aliadas contra o fascismo. A enfermeira formada pela Cruz Vermelha tornou-se reconhecida por ter integrado, de forma voluntária, a Força Expedicionária Brasileira. Teve destaque, ainda, na área de clínica cirúrgica no hospital encampado pelo exército americano, em Nápoles.

“Fui para a guerra para ter uma visão maior da vida, ser útil ao meu semelhante”, afirmou em depoimento à Record, prestes a completar 102 anos. Em seus relatos, mencionou coragem e determinação como fatores que a levaram a enfrentar idioma e alimentação diferentes (as porções de comida, muitas vezes, ficaram limitadas a derivados de trigo e frutas), e a uma rotina que não conhecia. Foram 11 meses de trabalho como enfermeira na Itália.

As condecorações, à época, inéditas nos batalhões femininos, reuniram medalhas de guerra, Campanha de Exército e Medalha de Bons Serviços da Cruz Vermelha Brasileira. Uma delas ficou exposta por mais de 70 anos na porta do quarto de Carlota, que morava em Belo Horizonte.

“Eu voltei com mais conhecimento de vida”, dizia. As homenagens à heroína se estenderam até os últimos anos de vida. A mais recente ocorreu em 2019, quando Carlota recebeu a Ordem do Mérito Tenente Enfermeira Virgínia Leite.

Com memória surpreendente para a idade - nasceu em 12 de outubro de 1914 -, ela não resistiu ao desgaste do corpo, falecendo aos 105 anos, em 28 de maio de 2020. (MV)

Carolina de Jesus

Escritora
Sacramento
1914 ~ 1977

Abrigo de grande parte do bioma da Serra da Canastra, Sacramento oferece outro acervo, de riqueza cultural impressionante para pesquisadores da literatura brasileira e internacional, além de aficionados pela arte de escrever. O município de 26,2 mil habitantes é a terra natal de **Carolina Maria de Jesus**, uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX, reconhecida como símbolo de resistência da população preta e pobre.

Dezenas de cadernos contendo memórias que a autora transformou em diários, romances, contos e poemas estão guardados no Arquivo Público Municipal de Sacramento. Os trabalhos revelam como essa trabalhadora preta, catadora de papel, doméstica e mãe de família derrubou as barreiras do preconceito e da miséria sem desistir do sonho de um dia ganhar o respeito público como escritora.

A paixão pelos livros surgiu na infância em Sacramento. Ela nasceu em 14 de março de 1914, frequentou a primeira escola espírita do Brasil, o colégio Allan Kardec, tendo se alfabetizado por apenas dois anos, sob a proteção da patroa da mãe lavadeira.

Carolina enfrentou e desvendou o cotidiano de uma das comunidades da maior metrópole da América Latina - a antiga favela do Canindé, em São Paulo -, para onde se mudou em 1937 com seus três filhos. Sessenta e dois anos atrás, em 1960, num atribulado 19 de agosto lançou o primeiro livro, “Quarto de Despejo”. A obra, que rendeu cerca de 3 milhões de exemplares, é marco de sua biografia, traduzida em 16 idiomas.

O reconhecimento da escritora viria tempos depois, inclusive após sua morte, em 13 de fevereiro de 1977. Faltava a academia reverenciá-la, o que ocorreu em 2021, com o título de *doutora honoris causa* concedido pela UFRJ. Descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, ela foi ainda homenageada com o nome inscrito na biblioteca do Museu Afro Brasil.

Clarice Lispector teria resumido bem a sua sensibilidade, em diálogo relatado por Paulo Mendes Campos. “*Como você escreve elegante*”, disse Carolina a Clarice, que teria respondido: “*E como você escreve verdadeiro, Carolina!*”.

Ela publicou “Casa de Alvenaria” (1961), “Pedaços de Fome” (1963) e “Provérbios” (1963). “Diário de Bitita” (1982), que teve publicação póstuma, reúne manuscritos editados inicialmente em Paris. (MV)

Chica da Silva

Senhora dos diamantes
Serro
1734 ~ 1796

Francisca da Silva de Oliveira, escravizada liberta que ascendeu a senhora dos diamantes e foi mistificada em livros, filmes e novelas como “Cinderela Negra” ou sedutora devassa e extravagante, nasceu em Milho Verde, distrito do Serro, em algum dia do ano de 1734, e faleceu em Diamantina em 16 de fevereiro de 1796. Mas ao avesso do mito, Chica da Silva foi mãe de família zelosa e fiel ao contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, com quem viveu 17 anos.

Filha da africana Maria da Costa com o militar Antônio Caetano de Sá, a menina “Francisca parda” herdou da mãe a condição de cativa de Domingos da Costa, homem negro e forro, que a vendeu no Arraial do Tijuco, então epicentro do Distrito Diamantino, ao minerador e médico Manuel Pires Sardinha. Em 1751, a jovem teria um filho do médico, sendo vendida dois anos depois ao contratador João Fernandes, recém-chegado ao arraial para administrar o negócio milionário de exploração de diamantes.

Alforriada no natal de 1753, a consorte do poderoso contratador ascenderia à elite do Tijuco, em uma mobilidade não incomum à sociedade escravagista da época. Como revela um censo de domicílios realizado no arraial em 1774, das 510 residências contabilizadas, nada menos do que 192 eram chefiadas por mulheres forras. Além disso, certidões de batismo atestam que era comum o reconhecimento de filhos naturais pelos pais brancos, como os 13 do casal João Fernandes e Francisca da Silva de Oliveira, nome que “Francisca parda” adotou após o nascimento da primeira filha em 1755.

Católica fervorosa, ela teria a sua própria capela contígua ao sobrado, hoje sede do IPHAN, tornando-se ainda mecenas de irmandades religiosas, com direito às missas em igrejas vedadas aos negros e pardos, como a Nossa Senhora do Carmo e a de São Francisco. Todas as filhas da matriarca seriam educadas em Santa Luzia, pelas freiras do Recolhimento de Macaúbas, de acesso restrito às meninas da elite. Os filhos seguiriam com o pai para Lisboa em 1770, aonde João Fernandes se engalfinhou com a madrasta na disputa pela fabulosa herança do pai homônimo, nunca mais retornando ao Brasil.

Chica foi sepultada na Igreja do São Francisco, legando aos filhos um enorme patrimônio. (AA)

Chichico Alkmim

Fotógrafo
Bocaiuva
1886 ~ 1978

Francisco Augusto de Alkmim, o fotógrafo e cronista visual que capturou com perfeição cenas do cotidiano, vidas, labores e paisagens culturais da Diamantina da primeira década do século XX com uma câmera de fole 13x18 com objetiva, e as revelou a partir de negativos de vidro emulsionados com nitrato de prata, nasceu em Bocaiúva em 28 de março de 1886. Até a sua aposentadoria em 1955, Chichico Alkmim produziu milhares de fotografias que registram a efervescência da cidade, então conhecida como “Atenas do Norte”, das quais cinco mil foram preservadas em negativos de vidro, hoje sob a guarda do Instituto Moreira Salles (IMS).

Chichico teria se encantado pelos mistérios do mundo da fotografia ainda na adolescência na fazenda dos pais, Herculano Augusto Alkmim e Sérgia Caldeira, situada às margens do Rio Caeté-mirim. Pelas mãos de um de seus mestres, o padre Manoel Gonzáles, o jovem foi então iniciado nas artes da captura de imagens com uma câmera fotográfica e da sua reprodução em papel, a partir de negativos em vidro, e não parou mais.

Vivendo na “Atenas do Norte” desde 1910, Chichico nada deixaria escapar das suas lentes. Famílias e crianças em pose para quadros; retratos para documentos; amigos com seus instrumentos musicais em piqueniques e saraus; procissões, festas religiosas e cívicas; alunas posando sob o passadiço do então Colégio Nossa Senhora das Dores; trabalhadores em uma lapidação de diamantes; casarios, comércios e paisagens; que entre milhares de outras imagens, enredam a crônica de um tempo registrado vivamente pelo artista e que compõem um dos mais impressionantes acervos fotográficos de Minas e do Brasil.

Autodidata, Chichico não se descuidava do aperfeiçoamento da sua arte, lendo vorazmente tanto revistas ilustradas que faziam sucesso à época, entre as quais “A Careta” e “A Noite Ilustrada”, quanto publicações técnicas, como o “Manual Prático de Photographia” (1910), de Adalberto Veiga, e “Kodaks Graflex e acessórios” (1926), as duas últimas encontradas pela família em seus guardados, junto com o acervo de negativos, após a sua morte em 22 de agosto de 1978.

Chichico foi casado com Maria Josephina Neta Alkmim. Tiveram seis filhos. Seu irmão, José Maria de Alkmim, foi vice-presidente da República. (AA)

Chico Xavier

Médium
Pedro Leopoldo
1910 ~ 2002

Expoente do espiritismo kardecista no Brasil, o médium **Francisco Cândido Xavier** publicou seu primeiro livro em 1932, um jovem então com 22 anos e apenas o curso primário, que trabalhava em um armazém. “Parnaso de Além-Túmulo”, lançado pela Federação Espírita Brasileira (FEB), causou alvoroço nos meios literários e religiosos: trazia 60 poemas psicografados de 14 poetas mortos ilustres: brasileiros, portugueses e um anônimo, entre os quais Augusto dos Anjos e Castro Alves.

Chico Xavier reverteu os direitos autorais à FEB e afirmou o que repetiria pelos 70 anos seguintes de sua vida: “*O livro não me pertence, “eles” escreveram*”. Sua obra soma mais de 450 livros e 50 milhões de cópias vendidas, traduzidas para várias línguas. Psicografou, também, cerca de dez mil cartas para quem pedia notícias de entes falecidos. O livro campeão foi “Nosso Lar”, lançado em 1944 e atribuído ao espírito André Luiz, que como Emmanuel, era citado por ele como seu orientador.

Nascido em Pedro Leopoldo em 2 de abril de 1910, era filho do vendedor João Cândido e de Maria João de Deus, uma lavadeira católica, que morreu quando ele tinha quatro anos e já dizia “*ouvir vozes*”. O pai, sem ter como criar os nove filhos, distribuiu-os entre familiares e Chico viveu por dois anos com a madrinha, que lhe aplicava castigos cruéis. Seu consolo eram os diálogos com o espírito da mãe, que lhe aparecia no quintal e aconselhava “*paciência, resignação e fé em Jesus*”. O pai se casou de novo e a família voltou a se reunir.

Só aos 17 anos ele conheceria a doutrina de Allan Kardec, fundador do espiritismo na França no século XIX. Após o primeiro livro, já sob repercussões nacionais exaltadas, Chico, que trabalhara desde criança, permaneceu no armazém até se tornar funcionário do Ministério da Agricultura.

Viveu modestamente, praticava a caridade, atendia nas casas e centros espíritas, chegou a participar de programas de TV, e popularizaria no Brasil o kardecismo, até então elitizado, agora mesclado a um catolicismo fervoroso e sincrético.

Em 1959, mudou-se para Uberaba, onde morreu em 30 de junho de 2002, causando comoção nacional. O velório durou dois dias e atraiu mais de 120 mil devotos de todo o País. Hoje, a cidade se orgulha do seu legado: 15,4% declaram seguir a religião espírita, sendo a média no País de 2%. (CC)

Chiquinho Bomba Atômica

Físico
Ouro Preto
1906 ~ 1990

Homem das ciências e das letras, pacifista ferrenho e defensor do uso responsável da energia nuclear, foi por um cálculo vulgar que **Francisco de Assis Magalhães Gomes** recebeu o apelido que carregou para o resto da vida. Nos idos da década de 1950, quando dirigia o Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade Federal de Minas Gerais, um jornal local especulou que estariam sendo realizadas investigações bélicas em seu departamento. A notícia falaciosa deu origem ao apelido do homem que se dizia inimigo número um da bomba atômica.

Nascido em Ouro Preto em 1906, Chiquinho era filho de Amália Brandão de Magalhães Gomes e do médico, botânico e químico, Francisco de Paula Magalhães Gomes, um dos fundadores da Escola de Medicina da UFMG. Formou-se engenheiro civil e de minas em 1928, na Escola de Minas de Ouro Preto. Na década de 1930 lecionou física na Faculdade de Medicina e em 1938 assumiu simultaneamente cátedras do curso de Engenharia da UFMG e da Escola de Minas de Ouro Preto.

Foi um dos organizadores e o primeiro diretor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG. Integrou o Conselho Nacional de Pesquisas (1954/1965) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (1963/1965), da qual se desligou durante o governo do primeiro general-presidente Humberto Castello Branco, por discordâncias políticas. Foi membro fundador e titular da Academia Brasileira de Ciências e, mais velho, ocupou um assento na Academia Mineira de Letras. Erudito, Chiquinho tinha uma biblioteca de mais de três mil títulos, lia os evangelhos na vulgata latina, adorava literatura francesa e recitava Dante e Dom Quixote de cor.

Por ocasião da comemoração dos cem anos de nascimento de Albert Einstein, o Papa João Paulo II criou uma comissão para revisar o julgamento de Galileu Galilei e o professor Francisco Magalhães Gomes foi o único brasileiro convidado. Fascinado pela vida do físico florentino, ele viu aquilo como uma oportunidade de reabilitar a história do criador da física moderna condenado pela Inquisição, e se dedicou com afinco a esse estudo.

Chiquinho Bomba Atômica casou-se com Maria Clara Birchal Magalhães Gomes, com quem teve treze filhos (cinco homens e oito mulheres). Faleceu em Belo Horizonte, em 17 de julho de 1990. (FC)

Clara Nunes

Cantora
Caetanópolis
1942 ~ 1983

Meses antes dos pracinhas embarcarem para a Segunda Guerra Mundial, às margens do Rio Paraopeba, em Caetanópolis, nascia em 12 de agosto de 1942 a sétima filha de Amélia Gonçalves Nunes e do violeiro Mané Serrador, que cantava em folias-de-reis. A menina **Clara Francisca Gonçalves Pinheiro** ficaria conhecida anos mais tarde com o sobrenome da mãe, e contaria que era filha também de Iansã e Ogum, e de Angola, Ketu e Nagô.

Clara Nunes ficou órfã cedo e foi criada pelos irmãos Dindinha e Zé Chilau, cantando ladainhas em latim no coro da igreja. Aos 14, se muda às pressas para Belo Horizonte depois que Chilau, enciumado com boatos que corriam na cidade, assassina seu namorado, Adilson Alvarez da Costa, de 17 anos. Na capital, trabalha como tecelã durante o dia e cursa o Normal à noite.

Em 1960, aos 18, vence a etapa estadual do concurso “A voz de ouro ABC” com “Serenata do Adeus”, de Vinicius de Moraes, e começa a cantar na “Rádio Inconfidência”. Passa a interpretar boleros e gêneros diversos e ganha um programa na “TV Itacolomi”.

Muda-se para o Rio em 1965 e em 1968 faz sucesso com a interpretação do samba “Você passa e eu acho graça”, de Ataulfo Alves e Carlos Imperial. A partir daí, o Brasil a descobre e ela descobre o samba. Grava sucessos de Cartola, Nelson Cavaquinho, Candeia, Monarco, Paulinho da Viola, João Nogueira e se casa com o poeta e compositor Paulo César Pinheiro. É dele e de Mauro Duarte a letra de uma das canções mais emblemáticas que consagrou, o “Canto das Três Raças”.

Conhecida como “Sabiá”, foi a primeira cantora a bater os 100 mil discos vendidos no Brasil, com o compacto “Tristeza, Pé no Chão”, de Armando Fernandes, em 1973. Quase sempre de branco e descalça, frequentadora de terreiros de umbanda e candomblé, já portelense de corpo e alma, grava no mesmo ano o disco “Clara Nunes”, explorando sonoridades afrobrasileiras e clássicos do samba, produzido por Aldezon Alves.

A carreira ascende com incontáveis hits e parcerias no samba e na MPB, discos de estrondoso sucesso, como “Alvorecer” (1974) e “Claridade” (1975), e convites para tocar em vários países. Aos 39 anos, uma simples cirurgia de varizes acarreta um choque anafilático. Depois de um mês em coma, o País inteiro chora a sua morte precoce em 2 de abril de 1983. (FC)

Cláudio Manoel

Poeta inconfidente
Mariana
1729 ~ 1789

Cláudio Manuel da Costa, o advogado, fazendeiro, minerador e poeta, cujo papel na Inconfidência Mineira e a morte em 4 de julho de 1789 no cárcere improvisado em um cubículo no térreo da Casa dos Contos, em Ouro Preto, permanecem um enigma até hoje, sabia que a pena para o crime de traição contra a Coroa era terrível. Pelo misterioso “embuçado” que batera à porta de sua casa uma semana após a prisão de Tiradentes, ele fora avisado de que os conspiradores seriam caçados, mas entregou-se ao torpor depressivo, enquanto transcorriam as prisões dos inconfidentes, entre as quais as dos amigos Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.

Na manhã de 25 de junho, seria a sua vez e, alquebrado por uma crise reumática e pela depressão, apavorou-se no primeiro e único interrogatório realizado uma semana após a prisão. De cara, incriminou os dois amigos no “*levantamento com ideias de República*”, manifestando o temor de que fosse considerado “*sócio consentidor ou aprovador de tais ideias*”. Inquirido, não titubeou em apontar outros envolvidos, ressaltando que Tiradentes era fanático e que a conspiração não passava de uma “*fábula*”, razão pela qual nada comunicara as autoridades.

Dois dias depois do interrogatório, Cláudio Manuel foi encontrado morto, tendo se enforcado com o “*cadarço do calção*”, segundo o auto de corpo de delito. Desde então, peritos contestam o suicídio, argumentando ser implausível alguém conseguir se enforcar com um cordão amarrado a uma tábua, um joelho apoiado sobre uma prateleira e o braço direito sobre o esquerdo, pressionando para baixo. Assim, ele teria sido assassinado em uma queima de arquivo, antes que revelasse os bastidores da conspiração em outros interrogatórios.

Seja suicídio ou assassinato, em 14 de julho as autoridades iniciaram o sequestro dos bens do falecido, a começar pela Fazenda do Fundão, em Mariana, onde ele nascera em 5 de junho de 1729. No dia 31 seria a vez do sequestro da sua casa em Ouro Preto e em 1º de agosto de 1789 das terras e lavras da Fazenda Canela. Como não era casado, a companheira de toda vida, Francisca Arcângela de Souza, e os cinco filhos morreriam na pobreza.

“Obras poéticas” (1768) e “Vila Rica” (1773) destacam-se entre as criações do poeta inconfidente. (AA)

Cônego Vieira

Inconfidente
Congonhas
1735 ~ 1809

Cônego da Sé de Mariana, pensador e orador brilhante, **Luís Vieira da Silva**, cuja biblioteca contava com nada menos do que 700 volumes divididos em 270 títulos e era uma das maiores do Brasil, foi preso em 22 de junho de 1789, sob acusação de ser mentor e uma das “cabeças” da Inconfidência Mineira. Encarcerado na Casa dos Contos em Ouro Preto ao lado de outros acusados, o religioso insistiu ser “*uma soleníssima falsidade*” a denúncia de seu envolvimento na conspiração contra a Coroa, mas foi conduzido para a fortaleza da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, onde seria submetido a novos interrogatórios e aguardaria, incomunicável, os resultados da “devassa” e o veredito dos juízes.

Filho de pais portugueses que haviam migrado para Minas na corrida do ouro, o alferes Luís Vieira Passos e Josefa Maria do Espírito Santo, ele nasceu em Soledade, distrito de Congonhas, em 1735. Aos 15 anos, matriculou-se no seminário de Mariana, seguindo em 1752 para o Colégio dos Jesuítas em São Paulo, onde formou-se em filosofia e teologia. De volta a Mariana em 1757, Luís Vieira foi então admitido como professor de filosofia do seminário, ordenando-se dois anos depois.

Já famoso, ele seria o orador em 1771 do sermão de inauguração do templo projetado pelo mestre Aleijadinho em Ouro Preto, a Igreja de São Francisco de Assis, mas enfrentaria forte oposição de seus pares dez anos depois, quando pleiteou o posto de cônego da Sé de Mariana. Entre os motivos, estaria o fato de o padre viver com uma mulher, com quem tinha uma filha, Joaquina Angélica da Silva. Luís Vieira venceu e foi empossado em 1783, contando com o apoio do então ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, futuro parceiro na Inconfidência, que julgara impropriedade uma denúncia do vigário contra ele.

Em abril de 1792, às vésperas do veredito dos juízes, o Cônego Vieira e demais réus eclesiásticos seriam surpreendidos pela decisão da rainha Maria I, tornando secretas as suas sentenças e ordenando que fossem embarcados para Portugal. Como saberia depois na prisão na Fortaleza de São Julião, ele fora considerado conspirador secundário, sendo sentenciado ao degredo na África, em São Tomé, e à perda seus bens, entre os quais a sua famosa biblioteca.

Indultado em 1802, ele retornou ao Brasil, falecendo em Parati em 1809. (AA)

Cyro dos Anjos

Jornalista e escritor
Montes Claros
1906 ~ 1994

Autor do livro “O amanuense Belmiro”, escrito em 1937 e considerado uma das melhores obras de ficção do século XX, Cyro dos Anjos se destacou pelo talento linguístico e a elegância dos seus textos. O romancista, cronista, jornalista, professor e ensaísta **Cyro Versiani dos Anjos** nasceu em Montes Claros em 5 de outubro de 1906.

Imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde sucedeu Manoel Bandeira em 1º de abril de 1969, Cyro ocupou a cadeira 24. Formou-se em direito em 1932 pela UFMG, período em que conheceu o amigo Carlos Drummond de Andrade. Durante a faculdade, trabalhou como funcionário público, ocupando diversos cargos, e também como jornalista, com passagem pelos jornais mineiros “Diário da Tarde”, “Diário do Comércio”, “Diário da Manhã”, “Diário de Minas”, “A Tribuna” e “Estado de Minas”, além de ter colaborado em diversos órgãos da imprensa carioca.

Depois de formado, tentou advogar, mas logo desistiu da profissão e voltou ao serviço público e ao jornalismo. Redator de “A Tribuna”, Cyro dos Anjos publicou uma série de crônicas. No seu livro de estreia “O amanuense Belmiro”, ele retrata a vida de um funcionário público na Belo Horizonte dos anos de 1930. Narrado em primeira pessoa, a história apresenta certa melancolia do personagem e tem fortes ingredientes psicológicos.

Cyro recebeu os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras, pelo romance “Abdias” (1945), e do PEN Clube do Brasil e da Câmara Brasileira do Livro, pelos livros “Explorações no tempo” (1963) e “A menina do sobrado” (1979). Em 1956, publicou “Montanha”, romance político que retrata a atualidade brasileira. Cyro foi um dos fundadores da UNB em 1962, passando a ser professor e coordenador do Instituto de Letras.

Durante conversa com a escritora Edla van Steen, para o livro “Viver & escrever”, em 1981, Cyro contou porque desistiu de continuar sua produção literária. “*Escrevi o que tinha para escrever. E convém abrir espaço aos jovens, antes que eles o tomem à força*”. Sobre sua principal obra, “O amanuense Belmiro”, o escritor falou: “*Procurei retratar um indivíduo, não uma classe. Na classe, o indivíduo se perde, e o que me preocupa é o homem, na sua solidão*”.

Cyro dos Anjos faleceu no Rio de Janeiro em 4 de agosto de 1994. (TC)



Dazinho

Líder mineiro
Virginópolis
1922 ~ 2007

Vendedor de jornais, estivador, frentista, mineiro, sindicalista e deputado estadual cassado e preso pela ditadura militar em 1964, **José Gomes Pimenta**, o Dazinho, nasceu em Virginópolis, no vale do Rio Doce, em 8 de agosto de 1922 e faleceu em Belo Horizonte em 16 de março de 2007, vítima de silicose, doença pulmonar que o acometera nos tempos em que trabalhou nas minas subterrâneas da Morro Velho, em Nova Lima. Iniciou o primário em sua terra natal, mudando-se ainda menino para Belo Horizonte, onde foi aluno interno por quatro anos na escola agrícola do Instituto João Pinheiro, de “*assistência à infância desamparada*”, que funcionou na Gameleira entre 1909 e 1942.

O trabalho na agricultura, porém, não seria a sua opção e após tornar-se vendedor de jornais nas ruas de Belo Horizonte, Dazinho foi tentar a sorte em São Paulo, empregando-se como estivador no porto de Santos. De volta à capital pouco tempo depois, trabalhou como frentista em postos de gasolina e aos 17 anos mudou-se para Nova Lima, onde foi admitido como operário na mina de Morro de Velho da Saint John del Rey Mining Company, fundada pelos ingleses em 1834, e hoje pertencente ao grupo multinacional AngloGold Ashanti.

Submetidos aos baixos salários e às longas jornadas de trabalho insalubre em túneis com até três mil metros de profundidade, os operários da companhia inglesa constituíam um dos polos mais combativos do movimento sindical brasileiro, no qual Dazinho logo se destacou. Seis anos após a sua primeira greve, entrou para a Juventude Operária Católica (JOC) e elegeu-se secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Exploração do Ouro e Metais Preciosos em 1953, ano em que liderou uma greve de 33 dias por melhores condições de trabalho.

Em 1961, Dazinho foi eleito presidente do sindicato e no ano seguinte conquistou o mandato de deputado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), ceifado em 9 de abril de 1964. Cassado pela própria Assembleia Legislativa junto com os também deputados operários Clodesmidt Riani e Sinval Bambirra, ele foi preso e torturado, sendo libertado apenas em 1967.

Após a redemocratização, Dazinho foi candidato a senador em 1986 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1994 a Assembleia reparou a injustiça cometida em 1964. (AA)

Darcy Ribeiro

Antropólogo
Montes Claros
1922 ~ 1997

O múltiplo **Darcy Silveira Ribeiro**, antropólogo, educador, romancista e político, nasceu em Montes Claros, em 26 de outubro de 1922 e morreu em 17 de fevereiro de 1997 em Brasília, então senador, após sorver a vida até a última gota na longa batalha que travou contra o câncer.

Em 1995, com apenas um pulmão e há 20 dias na UTI, no Rio, consegue fugir do hospital, tomar um caldo de cana no caminho e se instalar em sua casa em Maricá para terminar o livro que era sua obsessão há 30 anos: “O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”. Darcy fez mais uma das suas, noticiaria a imprensa. Ele concluiu o livro, que desejava ser “*um espelho para os brasileiros se verem a si mesmos*”, e não seria sua última tarefa.

Voltou ao Senado, aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e publicou “Diários índios”, registro de dois anos com os Urubus-Kapor entre 1949/51, no Maranhão. “*A maior carta de amor do mundo*”, disse das 600 páginas escritas na forma de carta à primeira mulher, a antropóloga Berta Gleizer.

Por dez anos no Serviço de Proteção ao Índio (1947/57), fez estudos junto aos Kadiwéu, Karajá, Kaingang e outros. Filho de pequeno industrial e uma professora, falante compulsivo e fazedor de grandes ações, deixou Montes Claros para estudar Medicina em Belo Horizonte, que sendo reprovado, abandona para cursar Sociologia e Política em São Paulo. Gradua-se em 1946.

No governo Goulart, foi ministro da Educação e Casa Civil. Com o golpe de 1964, foge para o Uruguai, retorna e é preso por oito meses. Libertado, exila-se na Venezuela, Peru e Chile. De volta, em 1982 é eleito vice-governador do Rio com Leonel Brizola, e implanta os famosos Centros Integrados de Ensino Público (CIEPS) para as crianças. Foram erguidos 500. Estão também entre seus *fazimentos*, o Sambódromo, o Museu do Índio, o Memorial da América Latina, o Parque do Xingu e a filha dileta, a UnB, inaugurada em 1961, ele como reitor.

Revoltado com o Brasil desigual e sua elite “estreita e cruel”, em 1978, ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Sorbonne, em Paris, fez um discurso que ainda reverbera. O título o compensava de seus fracassos: a salvação dos índios, a educação, a reforma agrária. “*Os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*” (CC)

Delfim Moreira

Político
Cristina
1868 ~ 1920

Delfim Moreira da Costa Ribeiro, que empresta o nome a duas cidades mineiras e à avenida do Leblon, no Rio de Janeiro, onde o preço do metro quadrado é um dos mais caros do País, nasceu em Cristina em 7 de novembro de 1868 e faleceu em Santa Rita do Sapucaí em primeiro de julho de 1920. Da tradicional família dos Moreira da Costa, que enriquecera com a agropecuária e o comércio, ele foi um dos últimos expoentes de políticos do Sul de Minas que galgaram o poder na “República Velha”, na esteira do acordo de revezamento com os paulistas, o chamado “Café com Leite”.

Eleito vice do presidente Rodrigues Alves em março de 1918, ele assumiu a Presidência da República em novembro, durante a lenta agonia e após a morte do paulista, causada pela “gripe espanhola”, cujo vírus influenza chegara ao Brasil em setembro em passageiros infectados procedentes da Europa, matando 12,7 mil pessoas em dois meses apenas no Rio de Janeiro, a então capital do País.

Apresentando sinais de demência, provocados pela arteriosclerose precoce, Delfim Moreira teria no conterrâneo Afrânio de Melo Franco o esteio do seu breve governo de oito meses, apelidado de “Regência Republicana” e “Consulado Melo Franco”, enquanto aguardava a eleição do novo presidente. Com a posse de Epiácio Pessoa em julho de 1919, ele foi então reconduzido à Vice-Presidência, mas retirou-se para o Sul de Minas, onde faleceu um ano depois, aos 52 anos.

Como o primo Wenceslau Braz, cujo mandato presidencial (1914/1918) coincidiu com o dele na Presidência de Minas, Delfim Moreira ingressou na vida pública como promotor, após formar-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1890. Republicano aguerrido desde os tempos de estudante no Largo do São Francisco, quando dirigiu os periódicos “República Mineira” e “21 de Abril”, ele logo seria eleito vereador em Santa Rita do Sapucaí pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e depois deputado ao congresso bicameral do estado, de onde ascenderia ao centro da política mineira, como secretário da estratégica pasta do Interior, Justiça e Segurança Pública, nas presidências de Francisco Sales (1902/1906) e de Bueno Brandão (1910/1914).

Delfim Moreira foi casado com a prima Francisca Ribeiro de Abreu. O casal teve seis filhos. (AA)

Djalma Guimarães

Geólogo
Santa Luzia
1894 ~ 1973

As lições do engenheiro **Djalma Guimarães** na Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e as suas descobertas sobre rochas e minerais deram a ele projeção no mundo e pioneirismo em diversos campos da geologia. Para seus admiradores, o cientista de Santa Luzia, nascido em 5 de novembro de 1894, teria encarado o laboratório como “*aquela Passárgada (espécie de refúgio repleto dos prazeres imaginados pelos poetas), à beira de cujo rio as rochas vinham lhe contar estórias*”.

Foi essa a definição rebuscada, mas fiel à história do pesquisador, que o então professor Manoel Teixeira da Costa, mestre do Departamento de Geologia do Instituto de Geociências da UFMG, usou para entender a capacidade de Djalma Guimarães.

Doutor *honoris causa* pela Ufop e pela Universidade de Lisboa, ele conquistou especial reconhecimento por ter descoberto as jazidas, em Araxá, de *pirocloro*, mineral que proporciona a obtenção de nióbio. Esse metal confere alta resistência a ligas de aço aplicadas na construção civil e nas indústrias mecânica, automobilística e aeroespacial.

Outro feito, que influenciou o ensino da geologia no Brasil, foi o de ter localizado as reservas, também em Araxá, de *apatita*, mineral de fosfato, essencial no desenvolvimento da agricultura a partir de meados dos anos de 1940.

No Serviço Geológico, onde ingressou em 1920, Djalma Guimarães conduziria pesquisas responsáveis por outra repercussão mundial. Em 1929, ao estudar as rochas graníticas, ele desenvolveu uma concepção inédita sobre sua gênese, que foi publicada na Alemanha em 1938, tornando-o conhecido como um dos pais da Teoria da Granitização. Coube à cientista polonesa Marie Sklodowska-Curie (1867/1934), primeira mulher a receber o Prêmio Nobel, conceder-lhe o título de “Príncipe dos Geólogos”.

No serviço público, o pesquisador, que foi professor da Ufop e da UFMG entre 1948 e 1967 e escreveu mais de 240 publicações, participou do Instituto de Pesquisas Radioativas, hoje Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), sendo que o seu nome consta, ainda, da ata inicial do CNPq.

Morto em 10 de outubro de 1973, recebeu duas homenagens: o Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães, em Belo Horizonte, e o batismo *guimarãesita* a uma nova espécie mineral. (MV)

Dinorá de Carvalho

Maestrina
Uberaba
1895 ~ 1980

No final da década de 1930, a pianista, compositora e maestrina **Dinorá de Carvalho** fundou um conjunto de cordas e percussão inusitado: a Orquestra Feminina de São Paulo, que por três anos se apresentou com 30 mulheres sob sua regência. Foi a primeira orquestra feminina da América do Sul e não seria essa a única ousadia na vida e obra da mineira de Uberaba, uma das primeiras maestrinas do País, e que se notabilizaria na música erudita com textos populares e do folclore.

Dinorá integrou a Academia Brasileira de Música, criada em 14 de julho de 1945 por Villa Lobos, teve coluna em jornais, foi diretora artística da “Rádio Educadora Paulista” e diretora da entidade “Sala de Arte” com a pintora Tarsila do Amaral. Em 1939, foi nomeada inspetora do Conservatório Dramático e Musical. Com método inovador, criou a Escola Dinorá de Carvalho, por onde passaram famosos pianistas. Só se casaria em 1938, aos 43 anos, com o paranaense José Bittencourt Muricy, oito anos mais jovem.

Nascida em 1º de junho de 1895, era filha de Júlia de Carvalho e do comerciante e músico amador Vicente Gontijo, que lhe motivou as primeiras notas. Com a morte do pai, mudam-se para São Paulo e em 1905 Dinorá ingressa no Conservatório Dramático e Musical. Forma-se em 1916, colega do musicólogo e poeta Mário de Andrade, que a incentivaria mais tarde nas composições genuinamente brasileiras. Seu talento seria logo reconhecido e recebe uma bolsa do governo mineiro para se aperfeiçoar em Paris, onde estuda e se apresenta: em 1922 interpreta Villa-Lobos em concerto “*transmitido ao vivo pelo serviço de rádio telefonia da Torre Eiffel*”.

De volta ao Brasil, estuda regência e orquestração com mestres indicados por Mário de Andrade. Uma das raras autoras de peças corais “à capella”, tem obras para piano, conjuntos de câmara, teatro e balé, que ultrapassam 150, algumas esquecidas, hoje resgatadas por Flávio Carvalho, pós-doutor pela UFMG. Entre elas, “Ou-lê-lê-lê!” com texto popular de Pernambuco, “Caramurus da Bahia” texto de Gregório de Matos, e “Angorô”, baseada no Candomblé Angola. Voltaria à Europa em 1960, em missão oficial para divulgar a música brasileira.

Uberaba, orgulhosa, registra seu concerto em 1934, durante a Feira Agropecuária da cidade. Dinorá faleceu em São Paulo em 1980. (CC)

Diogo de Vasconcelos

Jornalista e historiador
Mariana
1843 ~ 1927

A política sempre correu nas veias do jornalista e historiador **Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos**. De família com forte tradição na história de Minas, ele nasceu em Mariana em 8 de maio de 1843. Ao longo da vida, exerceu vários mandatos como deputado e senador no Império, e, mesmo na República, participou nas decisões políticas do Estado, embora fosse um árduo defensor da monarquia.

Diogo de Vasconcelos era bisneto de Diogo Pereira de Vasconcelos, vereador no período colonial, e sobrinho de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, presidente da Província de Minas nos anos 1853, 1854 e 1862, e de São Paulo em 1856. Era também sobrinho do senador e ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Católico fervoroso, estudou em instituições religiosas em Mariana e no Rio de Janeiro e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1867, instituição que seguia uma linha claramente liberal. Famoso por suas atitudes reacionárias, Diogo de Vasconcelos combateu o regime republicano e, na tentativa de defender a religião, propôs a criação de um Partido Católico, o qual não teve êxito.

Era considerado polêmico e conservador, mas fiel às ideias que defendia. Além dos vários cargos públicos que exerceu, Diogo de Vasconcelos foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Membro da Academia Mineira de Letras, Diogo Vasconcelos publicou vários livros sobre a história de Minas, entre eles “História antiga das Minas Gerais” (1904), “O diálogo de Vera Cruz” (1908) e “História média das Minas Gerais” (1918), que se tornaram referência para estudiosos do período colonial mineiro.

Como jornalista, Diogo de Vasconcelos trabalhou nos periódicos “A Província de Minas” e “Jornal de Minas”. Na dissertação de mestrado “Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcelos e a história da civilização mineira”, de 2013, Rodrigo Machado da Silva apresenta os projetos políticos e historiográficos daquele que é considerado um dos pioneiros da escrita da história erudita no início do século XX.

Ele faleceu em Belo Horizonte em 18 de junho de 1927. (TC)

Dom Pelé

Bispo católico
 Conceição do Mato Dentro
 1919 ~ 2017

José Maria Pires, ou Dom Pelé, recebeu esse apelido do bispo José Vicente Távora, por compará-lo, em sua negritude e em seus feitos na igreja, ao jogador Pelé. Depois foi chamado também de Dom Zumbi, em referência ao quilombo de Zumbi dos Palmares, quando esteve à frente da diocese da Paraíba. Durante quase todo o regime militar, esteve à frente da diocese paraibana e defendeu os direitos humanos, formando, ao lado de Dom Hélder Câmara e Dom Antônio Fragoso, a tríade progressista da igreja, que combatia o autoritarismo e a violência contra os pobres, vigiada pelos órgãos de repressão.

Natural de Córregos, distrito de Conceição do Mato Dentro, onde nasceu em 15 de março de 1919, era filho de pais humildes, Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus. Em 2013, ao receber o título de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), recordou: *“Meu pai terá sido o primeiro mestre que me ensinou o amor não com as palavras, mas com o testemunho de uma vida íntegra e toda voltada para a família”*.

Desejando se tornar padre e com a morte da mãe, o menino foi levado pela madrinha para Diamantina, onde cursou o primário, ingressando em 1931 no seminário. Em 1936, já estava cursando o seminário maior, lembrando-se depois, com carinho, das palavras do seu diretor antes de sair de férias: *“Cuidado com as mulheres. Também com as piedosas. Quanto mais piedosas mais perigosas.”*

Ordenado padre por Dom Serafim Gomes Jardim, então arcebispo de Diamantina, serviria em Governador Valadares por um longo período, na direção do Colégio Ibituruna. Foi nomeado Bispo de Araçuaí em 1957, tendo participado em Roma do Concílio Vaticano II (1961-1965), que descentralizou o poder papal e dispensou o latim em missas. Lá, assinou o “Pacto das Catacumbas”, em que os signatários assumiam o voto de pobreza e colocavam os pobres no centro de ministério pastoral, o que seria a base da Teologia da Libertação, e o tornaria um dos legendários líderes da igreja no Nordeste.

Na Paraíba, onde foi arcebispo por mais de 30 anos, Dom Pelé buscava alternativas para resolução de problemas, como a fome e a seca, entre as quais se destacaram a “Operação Gota D’água” e o “Projeto Igreja Viva”.

Faleceu em Belo Horizonte em 27 de agosto de 2017. (UV)

Dona Beja

Cortesã
Formiga
1800 ~ 1873

Nem minério, nem a riqueza das terras férteis do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro. É por protagonismo na história da cortesã mais famosa do Brasil Imperial, Dona Beja ou Beija, que os municípios de Araxá e Estrela do Sul têm disputado. O acervo que **Anna Jacintha de São José** deixou nas duas cidades, reunindo casarões do século XIX, objetos e relatos sobre casos de enfrentamento ao conservadorismo de mulheres e homens de seu tempo, movimentou o turismo local, como fonte vital de receita.

A sua trajetória tem raízes também em Formiga, onde nasceu em 1800, e Paracatu, endereço de Anna durante o período em que viveu com o ouvidor Joaquim Inácio Silveira da Motta. Bela como uma flor do Cerrado, conhecida pelo nome “Beija”, a dama invejada se vingou dos detratores e seduziu líderes políticos. Homem de confiança de Dom João VI, Silveira da Motta transformou-a em sua amante, após sequestrá-la em Araxá, quando havia completado 15 anos. A libertação só foi possível com a decisão do monarca de transferir o ouvidor, sozinho, para o Rio de Janeiro.

Rejeitada na volta ao então arraial de São Domingos do Araxá, ela investe e multiplica o dinheiro que começou a acumular em Paracatu, na improvável independência, à época, de uma mulher, mãe solteira, e analfabeta. Beleza, sensualidade e o bordel que ergueu a tornaram célebre entre homens dispostos a pagar o preço, em dinheiro, joias e pedras da escolha dela, por uma noite de prazer.

A posição social antes negada viria como consequência. A casa luxuosa de prostituição foi batizada de Chácara do Jatobá. Construída em 1830, tinha localização privilegiada, nas proximidades da câmara e de respeitáveis residências. A posse de escravos era outra comprovação do seu prestígio. Suas filhas Thereza Thomázia de Jesus e Joana de Deus de São José se casariam com filhos da elite.

Com a decadência econômica de Araxá, nos anos de 1850, ela se mudou para Bagagem, hoje Estrela do Sul. Estabelecida, competiu e ganhou na corrida dos diamantes.

Na década de 1920, uma antiga fonte radioativa, a Fonte da Jumenta, localizada no complexo hidromineral do Barreiro, em Araxá, passou a ser chamada de Beja. Gerações de admiradores atribuem a sua formosura às águas do manancial. Acredita-se que tenha morrido em 1873. (MV)

Dona Izabel

Ceramista
Itinga
1924 ~ 2014

Antes do barro, matéria-prima reveladora do talento da ceramista **Izabel Mendes da Cunha**, foi o sabugo de milho que se transformou nas primeiras peças feitas durante a dura infância dessa mineira encantada por bonecas desde os 7 anos. Com a maturidade, a arte de moldar a argila abundante no Vale do Jequitinhonha despontou, apoiada na capacidade de desenvolver técnicas de construção e pintura das suas esculturas de mulheres e homens, reconhecidas pela beleza e originalidade.

Filha de mãe paneleira e de pai lavrador, dona Izabel venceu barreiras sociais e preconceito até ver seus trabalhos premiados e expostos em museus no Brasil e no mundo. Duas das principais comendas surgiram quando ela já havia consolidado uma escola de bonequeiros no distrito de Santana do Araçuaí, em Ponto dos Volantes.

O prêmio “UNESCO/ONU de Artesanato para a América Latina e Caribe” foi concedido a dona Izabel em 2004. A escultura que retrata uma mulher séria, reflexiva e vigilante amamentando o bebê - figura e tema marcantes no trabalho dela -, foi exibida em Paris e passou a fazer parte do acervo da Codevale. Em 2009, o Ministério da Cultura reconheceu a sua arte com o prêmio “Culturas Populares”.

A ceramista nunca escondeu que considerava difícil explicar como de um punhado de argila moldava personagens do cotidiano de dor e pobreza, mas também de alegrias e resistência. *“Tem hora que eu faço elas alegres, sorrindo... e faço outras bem sérias, e faço outras com raiva, com raiva. Tudo eu faço... Mas foi tudo imaginação”*, disse em entrevista ao Museu da Pessoa. Sobre suas inspirações, falava no pensamento livre e na experiência. As mãos nem sempre acompanhavam os sentidos enquanto o barro era trabalhado.

Como a mãe, Vitalina, ela seguiu, inicialmente, a tradição de produzir pratos,oringas e panelas em argila. O trabalho em Santana do Araçuaí garantia a renda dela e dos filhos, depois de ter ficado viúva do marido vaqueiro. No fim dos anos 1970, não foi uma decisão fácil passar a se dedicar às grandes esculturas que ganharam notoriedade. Para isso, ela mesma expandiu os fornos usados para queimar o barro.

Izabel da Cunha nasceu em 3 de agosto de 1924 em Itinga e deixou um séquito de alunos, boa parte de familiares, ao falecer em 31 de outubro de 2014. (MV)

Dona Joaquina de Pompéu

Fazendeira
Mariana
1752 ~ 1824

Dona Joaquina de Pompéu, a “Sinhá Braba” ou “Dama do Sertão”, viveu no Centro-Oeste mineiro quando a mineração declinava e se ampliava a criação de gado e a lavoura, em um período histórico marcado pela chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das garras de Napoleão na Europa, e depois pela Independência do Brasil, em 1822.

Nascida em Mariana em 1752, era filha de portugueses, Jorge de Abreu Castelo Branco, advogado formado em Coimbra, e Jacinta Tereza da Silva. Foi batizada **Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Souto Mayor de Oliveira Campos**. Em 1760, a família se mudou para Pitangui e, aos 12 anos, em 1764, ela se casou com o capitão Inácio de Oliveira Campos, neto do bandeirante Antônio Rodrigues Velho, o “Velho da Taipa”. O casal fixou-se na Fazenda Lavapés, em Pitangui, e depois, em 1784, adquiriu a Nossa Senhora da Conceição.

Em razão das viagens e depois da doença do marido, Dona Joaquina assumiria o comando de grandes extensões de terra da família, maiores do que muitos países, ampliando a sua fortuna e influência política no cenário mineiro e nacional. Suas fazendas forneciam alimentos para o abastecimento das vilas mineiras, bem como do Rio de Janeiro, cuja população se agigantara com o desembarque de 15 mil integrantes da Corte.

Em 1822, a bem-sucedida mulher de negócios mostrou-se também uma decidida patriota. Quando o ainda regente Dom Pedro visitou Minas Gerais em março, seis meses antes da Independência, ela se encontrou com ele em Ouro Preto e, ostentando fitas verde e amarelo nas vestes, garantiu-lhe o fornecimento de mantimentos para bancar as tropas leais ao príncipe.

Como boa mineira, Dona Joaquina destacava-se também pela hospitalidade. Em 1811, recebeu em suas terras a expedição do barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, diretor do Real Gabinete de Mineralogia, e, depois, a do naturalista Georg Wilhelm Freyreiss, também alemão. Eschwege, inclusive, dedicaria o seu livro “Pluto brasiliensis” à matriarca de Pompéu e a sua família.

Dona Joaquina faleceu em 1824 e sua descendência e dos dez filhos é extensa. Personalidades de destaque – como Benedito Valadares, Afonso Arinos, Magalhães Pinto, Francisco Campos e Roberto Campos – têm suas origens na matriarca. (UV)

Dona Lucinha

Cozinheira
Serro
1932 ~ 2019

Uma culinária que resgata memórias, afetos e preserva a raiz da gastronomia mineira. Essa era a base da comida defendida pela cozinheira Dona Lucinha. Nascida no Serro em 21 de novembro de 1932, **Maria Lúcia Clementino Nunes** viveu a infância cercada por quitandeiras, doceiras e quituteiras. Ali, descobriu os segredos da culinária mineira que, décadas depois, culminaria na abertura de restaurantes que levam o seu nome em Belo Horizonte e São Paulo, famosos por oferecer o melhor da cozinha raiz. As receitas preparadas em fogão a lenha preservam o sabor e a tradição que vêm desde os tempos coloniais de Minas Gerais.

Afetuosa e generosa, ela amava uma boa conversa ao pé do fogão de lenha e gostava de preparar quitutes e pratos típicos que aprendeu desde a infância na fazenda no Serro. *“A cozinha mineira tem uma conexão com a terra. É plantar, colher e misturar na panela. A nossa riqueza vem da simplicidade”*, afirmou Dona Lucinha em entrevista a um jornal. E com esse olhar, ela recusava o título de chef de cozinha: *“Sou uma caipira, não admito que me chamem de chef, porque eu não crio. Sou cozinheira”*.

Dona Lucinha visitou vários países divulgando os produtos típicos da culinária mineira. Hoje, a gastronomia do estado é referência dentro e fora do País. Ela foi, inclusive, uma das representantes mineiras na edição do “Madrid Fusión” em 2013, um dos principais festivais mundiais sobre gastronomia.

Para além da culinária, Dona Lucinha foi escritora, professora, diretora de escola e vereadora. Criou o instituto que leva o seu nome, voltado para trabalhos sociais. Deixou um legado de preservação das raízes na gastronomia mineira. O livro “História da arte da cozinha mineira”, escrito em parceria com a filha, a historiadora Marcia Clementino, virou sambanredo da escola Acadêmicos do Salgueiro no carnaval de 2015. A publicação, já traduzida para o inglês, conta a trajetória e hábitos da culinária tradicional dos mineiros.

Casada por mais de 60 anos com o primo de primeiro grau, Dona Lucinha teve 11 filhos. Ela já enfrentava a doença de Alzheimer quando morreu em casa aos 88 anos, no dia 9 de abril de 2019. (TC)

Dona Tiburtina

Política
Itamarandiba
1873 ~ 1955

Tiburtina de Andrade Alves, a valente Dona Tiburtina do clã dos Alves que foi demonizada como mandante da “*tocaia dos bugres*” contra o vice-presidente da República, Fernando Melo Viana, em Montes Claros, e acendeu o rastilho de pólvora que estourou na “Revolução de 1930”, nasceu em 30 de agosto de 1873 em Itamarandiba, filha do potentado Manoel Florentino de Andrade Câmara e Henriqueta Leocádio de Mello. Ainda menina, mudou-se para Diamantina, onde estudou no Colégio Nossa Senhora das Dores, então único destino da “*educação para moças*” de elite do Norte de Minas.

Contra a vontade dos pais, a jovem casou-se com Antônio Câmara de Alkmim, assumindo a administração em Bocaúva da fazenda do marido famoso pelas bebedeiras. No início do século XX, quando Montes Claros começava a se insinuar como novo polo regional, o casal vendeu a fazenda e mudou-se para a cidade. Em 1907, viúva do marido boêmio, rica e cortejada pela beleza, ela se casaria com o médico João José Alves que, ao lado do irmão, o deputado Honorato Alves, disputava o poder local com a facção do deputado Camilo Prates.

Em 1918, a disputa chegaria às vias de fato, quando jagunços das duas facções, ambas do Partido Republicano Mineiro (PRM), se enfrentaram em um tiroteio em frente à casa de Camilo Prates. A violência só seria apaziguada com a intervenção da direção estadual do PRM, seguindo-se um período de relativa trégua, no qual o médico e também chefe do executivo municipal seria exaltado, junto com Dona Tiburtina, “*sua inseparável companheira de caridade*”, pela atuação no combate à “gripe espanhola”.

Uma década depois, a rivalidade seria galvanizada pela disputa nacional: os Alves apoiando a “Aliança Liberal” do candidato gaúcho Getúlio Vargas, e os Prates fechados com a “Concentração Conservadora” do paulista Júlio Prestes. Assim, o tiroteio em 6 de fevereiro de 1930, desta vez em frente à casa de João Alves, resultou em seis mortes e seria o primeiro ato da disputa que culminou com a ascensão de Getúlio ao poder sete meses depois.

Até a morte em 20 de abril de 1955, Dona Tiburtina transitaria ora como vítima, ora como mandante da “*tocaia dos bugres*”. Seja como for, o seu clã foi recompensado após a revolução. O marido seria, inclusive, deputado constituinte em 1934. (AA)



Eduardo Frieiro

Escritor
Matias Barbosa
1889 ~ 1982

Eduardo Frieiro, cujo livro “Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida mineira”, lançado em 1966, foi precursor das investigações da originalidade da culinária mineira como expressão e tradução de uma cultura histórica e alimentar única no Brasil, nasceu em Matias Barbosa em 5 de julho de 1889. No ensaio, ele responderia aos questionamentos sobre a existência de uma comida típica de Minas, afirmando, mineiramente, que sim e que não.

Sim, porque a cozinha mineira revela uma constância nas preferências alimentares da população, representada pela tríade com a qual intitulara o seu livro; e não, porque estas preferências não são exclusivas dos mineiros, respondeu o escritor, editor e professor autodidata, autor de dezenas de romances, como “O Clube dos Grafômanos”, o primeiro que saiu do prelo, em 1927, e de ensaios, entre os quais “Feijão, angu e couve”.

Filho de imigrantes espanhóis, Melchíades Frieiro e Maria Joana Pampín, mudou-se para Belo Horizonte ainda menino, em 1897, onde o pai, pedreiro, logo encontrou trabalho no canteiro de obras da nova capital. Não pode completar o curso primário e aos 12 anos, já trabalhando, foi arrebatado pela literatura, quando “*me caiu nas mãos um exemplar de Dom Quixote em espanhol*”. Aprendeu então a ler na língua dos pais e tornou-se admirador da obra de Miguel de Cervantes, amigo dos livros e assíduo frequentador de livrarias e sebos.

Admitido como aprendiz de tipógrafo na “Imprensa Oficial”, Eduardo logo deslanchou. Foi artista gráfico, revisor, redator e editor, publicando os seus primeiros ensaios e críticas literárias a partir de 1924. Inconformado com o marasmo editorial da jovem capital, criaria o selo imaginário “Edições Pindorama”, pelo qual viria à luz “Alguma Poesia”, de Carlos Drummond de Andrade, em 1930, além dos seus livros e de outros escritores.

Na Fafich, da qual foi um dos fundadores, tornou-se professor de Literatura Espanhola e de Filologia Românica. Em 1954, foi o primeiro diretor da recém-criada Biblioteca Estadual Luiz de Bessa e em 1960 recebeu o Prêmio Machado de Assis da ABL pelo conjunto da sua obra.

Eduardo Frieiro faleceu em Belo Horizonte em 22 de março de 1982. Foi casado com Noêmia Pires. (AA)

Eliezer Batista

Engenheiro
Nova Era
1924 ~ 2018

“*Eles queriam me cassar e me prender*”. O desabafo foi dado pelo engenheiro **Eliezer Batista da Silva** em entrevista, na qual revelou alguns dos desafios enfrentados no comando de empresas gigantescas, como a mineradora Vale e a produtora de papeis Klabin. O currículo dele também inclui dois mandatos de ministro e consultorias a presidentes à direita e à esquerda, a exemplo de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff.

A prisão não se concretizou por pouco. Interpelado pelo general Castelo Branco, após o golpe de 1964, devido a sua ligação com “*os comunistas*”, ele comandava a então Companhia Vale do Rio Doce e o Ministério de Minas e Energia, nomeado pelo presidente deposto, João Goulart. A exoneração das funções era inevitável, como teria sido a detenção, não fosse a proposta de conduzir uma nascente empresa privada (a Minerações Brasileiras Reunidas), iniciativa de um dos empresários aliados dos militares.

Contribuiu para a saia-justa a curiosa fluência de Eliezer na língua russa, que havia feito dele intérprete compulsório do marechal Josip Tito, da Iugoslávia, em visita ao Brasil no governo Goulart. De fato, a agenda não passava de diplomacia, tendo em vista a construção de um porto da Vale na ex-república socialista para viabilizar suas exportações.

Projetos megalomânicos e polêmicas provocadas pelos chamados visionários testaram Eliezer em seus mais de 60 anos de atuação na mineração e na infraestrutura. Respeitado como empreendedor nato, ele viveu outro embaraço, desta vez na vida pessoal, diante da crise que derrubou o império empresarial do filho Eike.

Formado em engenharia no Paraná, Eliezer ingressou no setor de ferrovias da Vale em 1949 e foi o primeiro funcionário a alcançar a presidência. Nomeado por Jânio Quadros, dirigiu a mineradora entre 1961 e 1964. Voltou à presidência a convite do general João Figueiredo, de 1979 a 1986.

Ao mineiro nascido em Nova Era em 4 de maio de 1924, são atribuídas iniciativas estratégicas para a participação do Brasil no comércio mundial de ferro. A construção do porto de Tubarão, no Espírito Santo, permitiu à Vale dobrar a capacidade de exportar. A exploração da Serra de Carajás, no Pará, atraiu os japoneses, servida de sistema integrado de mina, ferrovia e porto.

Eliezer faleceu em 18 de junho de 2018. (MV)

Emílio Moura

Poeta e jornalista
Dores do Indaiá
1902 ~ 1971

Entre pesquisas e memórias resgatadas no ano do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, ganha espaço o trabalho do poeta e jornalista **Emílio Guimarães Moura**, talvez pouco lido fora de Minas, mas nem por isso menos importante no movimento vanguardista que influenciou as artes, a escrita e a música. Emílio e seus versos foram comparados por um ilustre contemporâneo dele, - Carlos Drummond de Andrade -, à música de câmara.

“Peculiar surdina, íntimo violino, jeito manso de ser”, definiu Drummond, para quem a poesia de Emílio era marcada *“sob o signo da pergunta”*. O mistério e não uma *“explicação materialista das coisas”* envolvia os poemas desse mineiro de Dores do Indaiá, nascido em 14 de agosto de 1902.

O convívio com intelectuais e poetas modernistas começou e prosperou em Belo Horizonte, onde noites eram dedicadas a discussões sobre literatura em locais de autêntica boemia. Dessa geração da década de 1920 participavam, com Moura, Drummond, Abgar Renault, Pedro Nava e Milton Campos. Eles se reuniam em endereços famosos da época, a exemplo do “Bar do Ponto” e da “Livraria Alves”. Em 1925, ele, Drummond, Gregoriano Canedo e Francisco Martins de Almeida criaram “A Revista”, considerada uma das publicações essenciais da fase inicial do Modernismo no Brasil.

“Viver não dói. O que dói é a vida que se não vive. Tanto mais bela sonhada, quanto mais triste perdida”, diz a estrofe que introduz o poema “Canção”, de Emílio. Seu talento foi reconhecido em 1949, quando ele recebeu o Prêmio da Poesia da Academia Mineira de Letras, e em 1969, com as premiações do Pen Club do Brasil e do Instituto Nacional do Livro.

Além de ter atuado nos jornais “Diário de Minas”, “Estado de Minas”, “A Tribuna” e “Minas Gerais”, o poeta lecionou literatura na Fafich e foi catedrático e um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Encontraria motivação também no direito, concluído em 1928, mas não exerceu a atividade.

Sua poesia foi publicada em “Ingenuidade”, de 1931. “Canto da hora amarga” foi lançado em 1936 e “Cancioneiro” em 1945. Diferentemente dos outros intelectuais do grupo, Emílio permaneceu em Minas, o que pode explicar o fato de sua obra não ter tido grande divulgação.

Ele morreu em 28 de setembro de 1971. (MV)

Elvira Komel

Sufragista
Barão de Cocais
1906 ~ 1932

Primeira mulher a advogar no Fórum de Belo Horizonte, **Elvira Komel**, que formou um batalhão feminino de apoio à “Revolução de 1930”, nasceu em Barão de Cocais, em 24 de junho de 1906 e morreu na capital mineira, com apenas 26 anos de idade, quando preparava sua candidatura ao Senado Estadual, vítima de meningite. A família contestou o laudo e atribuiu a morte a aneurisma cerebral.

Era filha do austríaco Jossef Ernest Komel e da mineira Marieta Correia Guedes. Com 19 anos, decidiu estudar no Rio de Janeiro e graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1929. Retornou à Minas, exercendo a advocacia na capital. Confrontava juízes conservadores com galhardia, no relato do jurista Alberto Deodato: *“ela teve grande atividade forense, enfrentando em vários júris o promotor Afonso Arinos de Melo Franco, que levou dela sempre a pior.”*

Elvira publicava artigos, fazia conferências e se firmava como líder sufragista e da educação: *“Faz-se mister que nos convençamos, de uma vez para sempre, de que somente pela educação feminina, as sociedades deixarão de ser o que hoje nos mostram – um quadro desolador de egoísmo e corrupção”*, publicou em 1930. Obteve o direito de voto em 1928, com o despacho a sua petição pelo Juiz da I Vara de Belo Horizonte, Gentil Nelaton de Moura Rangel.

Em apoio à “Revolução de 1930”, fundou o “Batalhão Feminino João Pessoa” e reuniu oito mil seguidoras em 52 municípios mineiros, que tiveram instrução militar, confeccionaram fardamentos e serviram em hospitais. Foi homenageada pela Cruz Vermelha e não faltaram charges nos jornais com críticas à “Coronela”.

Vitoriosa a revolução, 75 mulheres do batalhão foram atração no desfile no Rio de Janeiro em 15 de novembro. Em seguida, Elvira transformou o batalhão na associação que seria o embrião do Partido Liberal Feminino Mineiro. Em 1931, encontrou com ministros, presidiu o I Congresso Feminino Mineiro e foi recebida pelo presidente Getúlio Vargas.

Em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio instituiria o voto feminino no decreto 21.076. Cinco meses depois, Elvira voltava de atividade de campanha em Juiz de Fora, quando teve fortes dores de cabeça, vindo a falecer em 25 de julho.

Orgulhosa da filha guerreira, Barão de Cocais ostenta hoje uma estátua em sua homenagem. (CC)

Euvaldo Lodi

Empresário e político
Ouro Preto
1897 ~ 1956

Um homem de visão de negócios e tino para a política. Essas eram as duas principais características de **Euvaldo Lodi**, nascido em 9 de março de 1897, em Ouro Preto. Filho de imigrantes italianos, formou-se engenheiro civil e de minas na Escola de Minas e Metalurgia da antiga capital mineira em 1920, trabalhando na construção de estradas e na exploração de minas de ferro e de carvão. Ele fundou também a Usina Gortix e a Companhia de Ferro Brasileira, e assumiu a direção da Companhia Industrial de Ferro, em Belo Horizonte.

Além de empresário, Euvaldo Lodi foi o primeiro presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade criada em 1938. Foi também presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e na década de 1940, fundaria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de formar profissionais qualificados para a então incipiente indústria de base do Brasil, e o Serviço Social da Indústria (Sesi).

Já em 1944, Euvaldo Lodi chefiou, ao lado do político e empresário João Daudt de Oliveira, a delegação brasileira na conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, que visava repactuar a organização econômica e financeira mundial, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com a vitória dos aliados, Paris sediaria em 1946 a Conferência de Paz e o empresário mineiro chefiaria mais uma vez a delegação brasileira, agora na França, tornando-se depois membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e presidente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Euvaldo Lodi ingressou na política nos anos de 1930, eleito para a Assembleia Constituinte em 1934 e depois para deputado em 1935, até o fechamento do Congresso pelo “Estado Novo” dois anos depois. Com a renúncia de Getúlio Vargas e a redemocratização do País em 1945, ele filiou-se ao recém-criado Partido Democrático Social (PSD) e voltou a exercer o mandato de deputado federal, reelegendo-se em 1950 e 1955.

O empresário mineiro, que tinha como hobby a criação de cavalos e o turfe, morreu em um acidente de automóvel em 18 de janeiro de 1956. Ele foi homenageado pela CNI em 1969 com a criação de um órgão para integrar a universidade e a indústria, que recebeu o nome de Instituto Euvaldo Lodi. (TC)



Felício dos Santos

Historiador
Serro
1828 ~ 1895

Joaquim Felício dos Santos, o advogado, jurista, político, jornalista e historiador autodidata que encadeou memórias e história oral, registros, fatos e personagens para resgatar e projetar, em “Memórias do Distrito Diamantino”, a contribuição singular da saga dos diamantes à formação de Minas no século do ouro do Brasil, nasceu em 1º de fevereiro de 1828 na Vila do Príncipe, hoje Serro. Lançado no Rio de Janeiro em 1868, o livro, que é considerado hoje uma das maiores expressões da literatura histórica regional do País, teve também uma trajetória singular: entre 1861 e 1862, os seus 42 capítulos haviam sido publicados semanalmente em “O Jequitinhonha”, jornal impresso em Diamantina em um prelo artesanal de madeira que Felício do Santos havia adquirido no Serro.

Filho de Antônio José dos Santos e de Maria Jesuína da Luz, ele e os cinco irmãos tiveram uma educação apurada. Após a família se mudar para Diamantina, o menino foi enviado para o Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, onde o irmão mais velho, João Antônio dos Santos, se preparava para seguir a carreira eclesiástica. Concluído o curso secundário, o jovem seguiu para São Paulo em fins de 1840, matriculando-se na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, cujo ambiente universitário efervescia, sob as influências do romantismo e do republicanismo.

Felício dos Santos retornou a Minas na década seguinte e começou a advogar na cidade adotada pela família e onde o irmão mais velho, ordenado Dom Antônio, se tornaria o primeiro bispo da arquidiocese criada em 1854. Republicano e abolicionista, o advogado logo enveredou-se pelo jornalismo e pela política. Em 1860, fundou “O Jequitinhonha” e em 1863 foi eleito deputado-geral, mas não terminou o mandato, em protesto pelo descaso dos seus pares com o seu projeto de reforma constitucional. A pedido do governo imperial, apresentaria ainda, em 1881, o projeto de um novo Código Civil, também relevado.

Fundador do clube republicano de Diamantina, Felício do Santos foi eleito senador da República em 1891, falecendo quatro anos depois, em 21 de outubro, em Biribiri, povoado de Diamantina que surgira junto à fábrica de tecidos que ajudara o irmão-bispo a instalar em 1876. Foi casado com a sobrinha Maria Jesuína. Tiveram seis filhos. (AA)

Fernando Brant

Compositor
Caldas
1946 ~ 2015

Principal parceiro de Milton Nascimento ao longo da carreira, Fernando Brant foi responsável por composições gravadas por grandes cantores brasileiros, como Elis Regina, Maria Bethânia, Nana Caymmi e Ney Matogrosso. Um dos fundadores do “Clube da Esquina”, movimento que nasceu no bairro Santa Teresa da capital mineira na década de 1960, ele assina canções antológicas como “Maria, Maria”, “Nos bailes da vida”, “Canção da América” e “Ponta de areia”, entre tantas outras.

Em 1966, a convite do amigo Milton Nascimento, estreou como letrista e não parou mais. Juntos, escreveram “Travessia”, que ficou em segundo lugar no Festival Internacional da Canção, em 1967. *“Quando você foi embora/ Fez-se noite em meu viver/ Forte eu sou, mas não tem jeito/ Hoje eu tenho que chorar/ Minha casa não é minha/ E nem é meu este lugar/ Estou só e não resisto/ Muito tenho pra falar/ Solto a voz nas estradas/ Já não quero parar/ Meu caminho é de pedra/ Como posso sonhar?”*, diz a letra poética que se consagrou nas vozes de Milton e Elis Regina.

Fernando Rocha Brant nasceu em Caldas em 9 de outubro de 1946. Filho de Moacyr Pimenta Brant e Yolanda Rocha Brant, o compositor teve nove irmãos. Com 5 anos, mudou-se para Diamantina e de lá para Belo Horizonte, onde estudou Direito e trabalhou como jornalista. Engajado politicamente, usou a música como instrumento de mudança.

Humanista e de personalidade discreta, o compositor se forjou nas leituras de autores como Julio Cortázar, Guimarães Rosa, Fernando Pessoa e García Lorca, além de um olhar sensível e atento sobre o cotidiano e suas mazelas.

“Para Lennon e McCartney” (1970), com Márcio Borges e Lô Borges, “Beco do Mota” (1969), com Milton Nascimento, “Durango Kid” (1970), com Toninho Horta, “Paisagem da janela” (1972), com Lô Borges, e “Bola de meia, bola de gude” (1988), também com Milton, são apenas algumas entre tantas composições em parceria com os amigos do Clube da Esquina que colocaram Minas em destaque na cena nacional e internacional da música.

O compositor morreu em Belo Horizonte em 12 de junho de 2015, aos 68 anos, devido a complicações de um transplante de fígado. (TC)

Fernando Sabino

Escritor
Belo Horizonte
1923 ~ 2004

Pelo telefone, o escritor **Fernando Sabino** manteve diálogo perturbador com o romancista João Guimarães Rosa, um dos maiores autores brasileiros de todos os tempos. Guimarães Rosa quis saber de Sabino sobre o material no qual estaria trabalhando e recebeu como resposta que se tratava da tentativa de escrever uma peça de teatro. Na réplica, Rosa sentenciou: *“Não faça biscoitos, faça pirâmides”*.

Sentindo-se *“humilhadíssimo”*, numa época em que classificava sua obra como uma padaria, Sabino, por fim, chegou à conclusão capaz de desfazer o embaraço. *“Eu comecei a meditar e descobri que, ao longo da literatura, tem muitos biscoiteiros a começar pelo Machado de Assis”*, contou.

Reconhecido como um dos grandes cronistas da fase posterior ao Modernismo, confessou não ter escolhido a profissão de escritor: *“...é compulsivo escrever. Eu não sei o quê...Então, eu tenho que escrever para saber o que é, inventar histórias”*. Dono de vasta produção em crônicas, contos, novelas, ensaios e romances - os mais conhecidos são *“O Encontro Marcado (1956)”* e *“O Grande Mentecapto (1979)”* -, o mineiro nascido em 12 de outubro de 1923 na capital alcançou o estrelato graças à abordagem original e bem-humorada de temas do cotidiano.

Ao lado dos poetas Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos e do jornalista Otto Lara Resende, formou célebre grupo da imprensa carioca na década de 1940, chamado *“os quatro mineiros”*. Sabino começou a escrever em jornais aos 15 anos. O livro que deu início à carreira, *“Os grilos não cantam mais”*, foi lançado em 1941, quando trabalhava na *“Folha de Minas”*. Três anos mais tarde, decidiu se mudar para o Rio de Janeiro, empregado no *“Correio da Manhã”* e na Justiça.

Formado em direito, foi servidor público também em Nova York entre 1946 e 1948. Publicou crônicas, ainda, no *“Diário Carioca”*, *“Jornal do Brasil”* e na *“Manchete.”* Com *“O Encontro Marcado”* marcou recorde de uma centena de edições. *“O Grande Mentecapto”* lhe rendeu os prêmios Jabuti e Machado de Assis.

Em 2002, ele venceu, de novo, o Jabuti por *“Livro Aberto-Páginas soltas ao longo do tempo”*. Outro feito foi ver chegar ao cinema, em duas adaptações, *“O Homem Nu”*, em 1960. No velório de Sabino, morto em 11 de outubro de 2004, o conterrâneo Afonso Romano de Sant’Anna resumiu a sua importância: *“Com ele se vai uma época”*. (MV)

Fernando Sasso

Jornalista esportivo
Oliveira Fortes
1936 ~ 2005

Fernando Campos Sasso, o bancário que se transformou em um dos maiores comentaristas da história do futebol e que ficou conhecido pelo jargão “*tá no filó!*”, com o qual anunciava pela rádio e pela TV o aconcheço da bola entre as traves do gol no fundo da rede, nasceu em 7 de maio de 1936 em Oliveira Fortes, pequena cidade de dois mil habitantes da Zona da Mata.

Sua estreia nos microfones se deu em Belo Horizonte em 1954, como locutor de anúncios publicitários em um programa caipira da “Rádio Itatiaia”, mas a paixão pelo jornalismo esportivo só o arrebatou em 1961 e de supetão: “*Num dia de jogo não tinha comentarista e o narrador José Jorge Silva anunciou: agora o mais novo comentarista do rádio mineiro, Fernando Sasso! E virei comentarista*”, contava.

Antes disso, ele trabalhou simultaneamente em diferentes empregos, “*cercando o vento*” para sobreviver e cuidar do futuro, segundo dizia. Além de bancário e depois gerente de agência da Caixa Econômica Federal (CEF), cargo no qual se aposentou, Fernando Sasso foi dono de um bar, atuou como estagiário e repórter, fez plantões e trabalhou no Palácio da Liberdade, apresentando boletins do dia-a-dia do então governador Magalhães Pinto na extinta “Rádio Minas”.

Em 1962, viria finalmente a profissionalização no jornalismo esportivo, que o consagrou. Contratado pela “Rádio Itatiaia”, ele logo cativaria os ouvintes com o seu estilo preciso e discreto, como na cobertura da Copa do Mundo na Inglaterra em 1966. A seleção brasileira sequer passou da primeira fase e os ingleses ficaram com a taça, mas a copa seria um marco tanto na carreira do comentarista, quanto na trajetória da Itatiaia, ao fazer pela primeira vez uma transmissão fora de um *pool* de emissoras.

Do rádio, o bordão “*tá no filó!*” ecoaria na “TV Itacolomi”, pela qual Fernando Sasso cobriria a Copa do México e a vitória da seleção “canarinho” em 1970, além de apresentar programas de auditório, como “Papo de bola” e “Show Sasso”. Com a extinção da emissora mineira em 1977, ele trabalharia na “TV Globo”, cobrindo tanto transmissões nacionais, quanto comandando o “Globo Esporte” local.

Fernando Sasso faleceu em Belo Horizonte de falência múltipla dos órgãos, causada por um câncer na coluna, em 6 de maio de 2005. (AA)

Flávio Gutierrez

Engenheiro e empreiteiro
Belo Horizonte
1925 ~ 1984

Empresário e empreiteiro, o engenheiro Flávio Gutierrez foi um dos três fundadores da Construtora Andrade Gutierrez, em 1948, ao lado dos irmãos Gabriel e Roberto Andrade. Flávio e Gabriel eram colegas de turma da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quando decidiram criar a empresa, e Roberto entrou na sociedade posteriormente. Os amigos decidiram comprar algumas máquinas e começar o negócio que, em poucos anos, se transformaria em um dos maiores grupos empresariais do País.

Nascido em Belo Horizonte, em 1925, **Flávio Castelo Branco Gutierrez** era de origem espanhola. Ele construiu e consolidou uma carreira de sucesso na engenharia, ajudando a transformar a construtora na segunda maior do setor da construção pesada do País, com atuação em todo o território nacional e no exterior. De personalidade forte, arrojado e carismático, o empresário estava sempre presente nos canteiros de obras.

Visionário, Flávio Gutierrez levou a pequena construtora fundada em Belo Horizonte ao cenário internacional. Desde o início, a Andrade Gutierrez trabalhou para governos, o que rendeu a ela grandes contratos. Em 1952, o engenheiro foi fotografado com o governador Juscelino Kubitschek num trator da empresa. Nos governos de JK, tanto em Minas Gerais quanto na Presidência da República, a Andrade Gutierrez cresceu de forma expressiva e manteve o ritmo tanto durante os governos militares, quanto após a redemocratização do País em 1985.

Flávio Gutierrez conduziu pessoalmente as obras finais do Aeroporto Internacional de Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e um projeto de irrigação em Massangano, em Pernambuco.

Amante das artes e da preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, ele se destacou também como colecionador de artes. O engenheiro dá nome ao Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), entidade fundada pela filha Ângela Gutierrez, em 1998, que funciona no prédio da antiga estação ferroviária, no centro da capital mineira, e preserva grande parte do acervo legado por ele.

O empresário mineiro morreu em 11 de novembro de 1984, aos 59 anos, vítima de ataque cardíaco, em sua fazenda no município de Inhaúma. O nome de Flávio Gutierrez foi dado a praças, escolas, viadutos, prédios, praças, além do instituto. (TC)

Francisco de Oliveira

Empresário
Entre Rios de Minas
1857 ~ 1902

Nascido em Entre Rios de Minas em 11 de julho de 1857, **Francisco Baptista de Oliveira** foi um empresário mineiro visionário e ousado, cuja atuação empreendedora foi fundamental para alavancar o desenvolvimento econômico da Zona da Mata mineira. Sua trajetória de sucesso começou a deslanchar em 1882, quando, ao mudar-se para Juiz de Fora, fundou a “Casa da Barateza” na então Rua Direita, hoje Avenida Barão de Rio Branco. Com o tempo, a loja passaria a vender, a preços populares, uma grande variedade de produtos, de perfumaria, calçados, luvas, chapéus, bengalas, guarda-chuvas a artigos para armarinho, além de tecidos finos.

Em 1888, ele daria outro passo visionário ao criar, em parceria com Bernardo Mascarenhas, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), que seria responsável pela construção no ano seguinte da primeira usina hidrelétrica do Brasil, a de Marmelos-Zero, no Rio Paraibuna, em Juiz de Fora, adquirida pela CEMIG em 1980 e hoje museu. Nos anos seguintes, a companhia construiria outras usinas de eletricidade que impulsionariam o nascente polo industrial de Juiz de Fora, então chamada de “Manchester mineira”, e só suplantado à época pelos polos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Do varejo à produção de energia, Francisco ingressaria no mercado financeiro a partir de 1889, ao fundar novamente com Bernardo Mascarenhas e, também, com Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, o Banco de Crédito Real (Credireal), voltado para o financiamento da agricultura e da cafeicultura. Única instituição financeira da Zona da Mata até a década de 1920, o banco, cujas operações de crédito agrícola tinham como modelo o Banco Crédit Foncier da França, teria o seu controle acionário assumido pelo Estado em 1911 e funcionou até 1997, quando foi privatizado.

Em 1891, a França seria outra vez fonte de inspiração do empresário, ao criar na “Manchester mineira” a Academia de Comércio, uma instituição de ensino voltada para a qualificação dos trabalhadores, que tinha como referência os programas da Escola de Altos-Estudos Comerciais de Paris. Com a sede própria ainda inacabada, a academia foi inaugurada em 24 de julho de 1894, sendo cedida à Congregação do Verbo Divino sete anos depois.

Francisco Baptista de Oliveira morreu precocemente, aos 45 anos, em 1902. (DM)

Francisco Iglésias

Historiador
Pirapora
1923 ~ 1999

O historiador de ofício, ensaísta, crítico literário e escritor **Francisco Iglésias**, que escreveu pelo menos 1,7 mil livros, artigos, prefácios, introduções e apresentações sobre história econômica e política, história das ideias, história de Minas e historiografia de 1942 até a sua morte em 21 de fevereiro de 1999, tinha predileção pelo magistério. *“Mais de 30 anos militei no ensino. Nunca pretendi outra coisa. Não quis ser banqueiro, deputado ou corretor de seguro, dedicando-me apenas à escola. Aqui fiz a amizade com os colegas e os alunos”*, ele afirmou em 1982, ao se aposentar como professor da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG.

Formado em história e geografia em 1945, ele ingressara na universidade como professor em 1949, ano da sua federalização, após lecionar em colégios da capital. Na Face, ao assumir a disciplina de história econômica geral, Iglésias despertaria para a *“interdisciplinaridade”* do tema, visto que sem o auxílio do instrumental de análise, da economia, da sociologia, da antropologia ou da política, a história *“se transforma num mero conjunto de fatos, datas e personagens”*.

Enveredando por este caminho, guiaria as suas aulas nas décadas seguintes, produzindo ainda uma vasta obra em que se destacam, entre outros livros, *“Política econômica do governo provincial mineiro (1835/1889)”*, de 1958; *“Introdução à historiografia econômica”*, de 1959; e *“Trajetória política do Brasil: 1500-1964”*, de 1994, neste último reportando, com genialidade, 464 anos de história em 316 páginas, bem como ensaios sobre temas literários publicados em jornais e revistas do País.

Filho de imigrantes espanhóis, José Iglésias Casal e Maria Josefa Fernández Romero, ele nasceu em 28 de abril de 1923 em Pirapora, onde o pai ferroviário trabalhava na construção da estrada de ferro da Central do Brasil. Com um ano, mudou-se para Belo Horizonte, residindo pelos próximos 60 anos em uma casa adquirida pelos pais no Horto.

Nos anos de 1940, engrossou a luta contra o “Estado Novo”, participando em 1945 do I Congresso Brasileiro dos Escritores em São Paulo. Ao contrário de outros escritores mineiros, Iglésias permaneceria no estado, recorrendo a uma frase do amigo Jacques do Prado Brandão para justificar a decisão: *“Mineiro que não sai de Minas é porque tem defeito de fabricação”*. (AA)

Frei José Mariano

Naturalista
Tiradentes
1742 ~ 1811

Frei **José Mariano da Conceição Veloso**, o missionário franciscano, naturalista e botânico conhecido pela sua monumental obra, “Flora Fluminensis”, organizada em 11 tomos com 1.639 descrições de plantas em latim e suas correspondentes ilustrações em 1790, que seria publicada ainda parcialmente em 1829 e integralmente apenas em 1881, nasceu em 14 de outubro de 1742 em São José Del Rei, cidade cujo nome atual homenageia o seu primo ilustre, Tiradentes.

Aos 20 anos, o jovem deixou a terra natal e partiu para Itaboraí, decidido a seguir a carreira religiosa no convento franciscano de São Boaventura de Macacu. Aluno aplicado de filosofia e teologia, encantou-se pela história natural e pelas ciências e, após ser ordenado no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 1766, foi enviado para São Paulo em 1771, para lecionar geometria e retórica no convento.

Afamado pelo interesse pelas plantas, em 1779 o franciscano seria incumbido de coletar “*as produções naturais do país mais preciosas*” para o Real Museu e o Jardim Botânico de Ajuda e, admirado com as caixas e caixas que chegavam de São Paulo para embarque para Lisboa, o então vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza convocou-o de volta ao Rio em 1782, encarregando-o da missão de coletar e catalogar as espécies fluminenses.

Assim, com o financiamento do mecenas ilustrado, o frei coordenou durante sete anos sucessivas expedições de pesquisa no litoral fluminense e matas da Serra do Mar, até o Vale do Paraíba. Integradas por coletores, encarregados das descrições morfológicas, desenhistas e topógrafos, as expedições contavam com o suporte de dezenas de escravizados e apoio militar, recolhendo a variedade de espécies da futura “Flora Fluminensis”, além de insetos, peixes e animais.

Em 1790, ele embarcou para Lisboa com os manuscritos e ilustrações do livro, obtendo da rainha Maria I em 1792 fundos para a impressão. Como Portugal não contava com máquinas e pessoal capacitado para imprimir uma obra de tal magnitude, os originais foram enviados para Veneza. Enquanto aguardava, permaneceu no Reino, onde tornou-se sócio da Academia de Ciências de Lisboa e dirigiu a casa literária do Arco do Cego.

Retornou ao Brasil em 1809, sem que a obra tivesse saído do prelo, falecendo no Rio de Janeiro em 14 de julho de 1811. (AA)



Geraldo Pereira

Compositor
Juiz de Fora
1918 ~ 1955

Geraldo Theodoro Pereira foi um sambista e compositor, nascido em Juiz de Fora, em 23 de abril de 1918. Com um estilo próprio de samba sincopado, as suas composições eram marcadas por letras que mostravam complexidade na construção da figura feminina. Geraldo, à frente de sua época, falava de uma mulher que se apropriava de seu destino amoroso, longe da imagem submissa que predominava na sociedade e nas letras de sambas de sucesso.

O contato com a música surgiu na vida do compositor ainda na infância, quando ele se mudou de Juiz de Fora para a casa do irmão, no Morro de Santo Antônio, uma das comunidades da Mangueira, no Rio de Janeiro. Lá, começou a frequentar rodas de samba e aprendeu violão com Cartola e Aloísio Dias.

Aos 18 anos, Geraldo deixou o Morro de Santo Antônio para viver em Engenho de Dentro e, de lá, se mudou para a Lapa. Conseguiu um emprego na Prefeitura do Rio de Janeiro, como motorista de caminhão da limpeza urbana, função que manteria até o fim da vida. Na Lapa, reunia-se com outros sambistas em tradicionais bares da boemia carioca.

Em 1939, o compositor teve seu primeiro samba gravado. A música, “Se você sair chorando”, composta em parceria com Nelson Teixeira, foi interpretada pelo cantor Roberto Paiva. Em 1940, outra música de Geraldo foi gravada: o samba de breque “Acertei no milhar”, feito em parceria com Wilson Batista e interpretado por Moreira da Silva. Naquele ano, o sambista conheceu Cyro Monteiro, que se tornaria um dos intérpretes mais fiéis de seus sambas e o principal divulgador de sua obra. O maior sucesso de Geraldo Pereira, na voz de Cyro Monteiro, viria com o samba “Falsa baiana”, gravado em 1944.

Nos anos seguintes, diversas músicas do compositor foram gravadas por cantores de destaque à época, como Aracy de Almeida, Isaura Garcia, Odete Amaral e o grupo “Quatro Ases e Um Coringa”. Geraldo Pereira morreu, em 8 de maio de 1955, aos 37 anos. A morte aconteceu dias depois de uma briga com o famoso capoeirista “Madame Satã”. As agressões, porém, não teriam sido a causa da sua morte prematura. Ele já vinha sofrendo de sangramento intestinal que foi se agravando no decorrer dos últimos anos de vida.

Geraldo Pereira deixou como legado 77 músicas, muitas ainda inéditas. (DM)

Grande Otelo

Ator
Uberlândia
1915 ~ 1993

Sebastião Bernardes de Souza Prata nasceu várias vezes, a primeira em Uberlândia, em 18 de outubro de 1915. Encantado com o filme “O Garoto” (1921), de Charles Chaplin, Tiãozinho se voluntariou para atuar no circo que visitava a cidade, em 1923. Durante uma cena, tomou um tombo e deixou cair parte da indumentária, e a plateia gargalhou. “*Foi aí que nasceu o cômico*”, contaria depois de se tornar sucesso internacional.

Perdeu o pai ainda novo, e a mãe, cozinheira, não acendia o fogão sem um copo de cachaça do lado. Em 1924, outro circo passa pela cidade e Tiãozinho segue com ele para São Paulo. É adotado pela família do político Antônio de Queiroz, mas entre idas e vindas no juizado de menores, quem o leva para as noites é Jardel Jércolis, em 1933. Estuda canto na Ópera Lírica Nacional e pega emprestado o nome do personagem de Shakespeare. Por galhofa com sua estatura diminuta, foi Jardel quem o lançou como “*The Great Otelo*”, na língua da rainha.

Daí para o estrelato foi um pulo. Fez grande sucesso no cinema nos anos de 1940 ao lado de Oscarito e, em 1945, é convidado por Orson Welles para participar do filme “*It's All True*”, rodado no Brasil e nunca terminado. Participa de momentos antológicos do cinema com atuações brilhantes, como o personagem quase autobiográfico de “*Rio, Zona Norte*” (1957), de Nelson Pereira dos Santos, um compositor de sambas pobre e sempre ludibriado.

Ele mesmo, Otelo, era compositor e teve sucessos gravados com Constantino Silva. Um de seus papéis mais marcantes foi o do herói sem caráter, “*Macunaíma*” (1969), dirigido por Joaquim Pedro de Andrade – onde nasce mais uma vez, agora em cores antropofágicas, e quem lhe dá à luz é Paulo José. No mesmo ano, ganha o prêmio de melhor ator pelo Instituto Nacional de Cinema.

Também conhecido por seus cacôs no teatro (isto é, improvisos), uma vez homenageou o Celso Furtado e Antônio Callado quando fazia o papel de Sancho Pança. “*Ora, a gente além de ser Furtado, ainda tem de ficar calado?*”

Apesar da vida conturbada, com várias tragédias pessoais, era conhecido por sua alegria. Morreu de parada cardíaca em Paris, em 1993, quando ia receber uma homenagem no Festival de Nantes. “*Não faço parte da história da cultura brasileira. Eu sou a cultura brasileira*”, dizia. (FC)

GTO

Escultor
Itapecerica
1913 ~ 1990

Figuras entalhadas em madeira retratam homens, mulheres e animais unidos como em cirandas ou redes estruturadas pela firme junção de mãos, cabeças, costas, pernas e pés. As cenas se repetem dentro e fora dos limites de retângulos, num equilíbrio perfeito de almas em posições de oração, contemplação ou trabalho, composições que o espectador identifica, de imediato, com a obra do escultor **Geraldo Telles de Oliveira**.

O mineiro de hábitos simples, conhecido como GTO, que nunca estudou, exerceu as profissões de servente de pedreiro e guarda noturno antes de se tornar, nos anos 1960, um dos mais consagrados autores da arte popular. Peças feitas por ele, estilo de impressionante originalidade, estão expostas em mostras no Brasil e no exterior 33 anos após a sua morte em 1990.

GTO deixou frutos também na inspiração para o artesanato em madeira do filho Mário Pereira Telles e do neto Alex Telles. Foi durante um sonho, aos 55 anos, que o escultor nascido em Itapecerica, em 1913, teve a percepção do dom. Passou, então, a considerar que o entalhe seria missão divina.

Em entrevista, GTO detalhou as visões: *“Eu pegava a sonhar que eu estava fazendo estátua de madeira. Todo dia eu largava a ronda seis horas da manhã, chegava e ia dormir. Ao mesmo tempo que estava dormindo, eu tava fazendo arte na maior facilidade”*, contou.

Cerca de quatro anos após ter optado pela escultura, GTO começava a participar de exposições no Brasil. Sua primeira mostra individual foi realizada em 1967 na Galeria Guignard, da capital mineira. Descoberto o seu talento com formões e canivetes, expõe em mostras coletivas, das quais três tiveram especial importância: Biennale Formes Humaines, no Museu Rodin, em Paris (1974); 13º Bienal Internacional de São Paulo (1975); e Bienal de Veneza (1980).

Com movimentos enérgicos das mãos, como avaliou o pintor e arquiteto Paulo Laender, GTO explorou temas do cotidiano das Minas, a religiosidade e a natureza, trafegando entre a santidade e a sabedoria.

O escultor deixou a cidade natal criança, mudou-se para Divinópolis e aos 28 anos foi para o Rio de Janeiro. Quando mergulhou na arte de moldar a madeira já havia retornado à Divinópolis. Dois curtas abordam a sua obra: “O Escultor dos Sonhos”, de Camillo de Souza Filho; e “A Árvore dos Sonhos”, de Carlos Augusto Calil. (MV)

Guimarães Rosa

Escritor
Cordisburgo
1908 ~ 1967

“O diabo vive dentro do homem. (...) Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum”, especula Riobaldo, que desde 1956 leva leitores fascinados à travessia das veredas do sertão mineiro e dos mistérios da vida, como personagem de “Grande Sertão: Veredas”, a obra prima de Guimarães Rosa, um dos maiores escritores brasileiros, traduzido no mundo.

Em 1952, o diplomata e escritor, de volta ao Brasil, planejava uma viagem árdua, “entre buritizais belíssimos e chapadões de matagal inviolado”. Saiu a 19 de maio e por 10 dias e 40 léguas, cavalgou entre Três Marias e Araçá, com boia-deiros que levavam o gado pertencente ao primo, Chico Moreira. O capataz era o “Manuelzão” e no berrante o “Zito”, que também poetava: “Na boiada do Manuelzão/Vinha Dr. João Rosa/Derobando boi zebu/Tava todo cheio de prosa”.

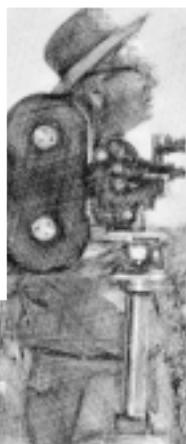
Na chegada, a revista “O Cruzeiro” os surpreende, faz fotos, entrevista e publica: “Um escritor entre seus personagens”. Em cadernetas, Rosa inventariava tudo: animais, ruídos, vegetação, perigos, onde dormiam, desafios na viola. Quatro anos depois, publicaria “Grande Sertão: Veredas”, uma odisséia em linguagem que mistura arcaísmos, regionalismos, inovações semânticas e sintáticas e surpreenderia os meios literários do País.

Nascido em Cordisburgo em 27 de junho de 1908, **João Guimarães Rosa** já aos 6 anos estudava francês. Formou-se em 1930 em medicina na UFMG e são desse ano os seus primeiros contos. Casou-se com Lígia Pena e foi medicar em Itaguara. Tiveram duas filhas. Na “Revolução Constitucionalista” de 1932, alistou-se médico na Força Pública, onde em 1933 entrou por concurso.

Em 1934, já poliglota, ingressa no Itamaraty e após quatro anos era cônsul-adjunto em Hamburgo. Na Alemanha, já separado, conheceu e se casaria com Aracy de Carvalho, funcionária do consulado, que se tornaria o “Anjo de Hamburgo” na Segunda Guerra, por facilitar vistos para judeus. De 1946 a 1951, residem em Paris, onde Rosa consolida a carreira diplomática, representa o Brasil em conferências de paz e da UNESCO.

Estreou o sucesso com “Sagarana”, em 1946, de contos famosos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”. Era um regionalismo inédito. Publica, ainda, “Corpo de Baile” (1956), “Primeiras Estórias” (1964) e “Tutameia” (1967).

Em 1963, eleito para a Academia Brasileira de Letras, adia a posse e só em 16 de novembro de 1967 faria o discurso na ABL. Morre dia 19, no Rio. (CC)



Helena Greco

Política
Abaeté
1916 ~ 2011

Em sua última entrevista, já aos 90 anos, Dona **Helena Greco** não titubeou: “*sou feminista radical, socialista e de extrema esquerda.*” Registrava-se assim o depoimento de um ícone da resistência à ditadura, protagonista da volta de manifestações de rua em Belo Horizonte e incansável na luta por habeas corpus para presos políticos nos tribunais do regime de exceção, pela anistia e pelos direitos humanos.

Filha do napolitano Antônio Greco e da mineira Josefina de Campos, ela nasceu em Abaeté em 15 de junho de 1916. No colégio católico, já recusava o padrão tradicional das moças de família. Era contestadora, lia escondido clássicos proibidos e aos 11 anos começou a namorar em segredo o primo José Bartolomeu, com quem depois se casou em casa, recusando a cerimônia na igreja.

Na década de 1970, Dona Helena, que era formada em farmácia pela UFMG, começa a aprofundar sua compreensão sobre a realidade política brasileira, preocupada com a filha, Heloísa Greco, conhecida como “Bizoca”, que ingressara na “Centelha”, grupo da esquerda trotskista do movimento estudantil.

Em 1977, aos 61 anos, decidiu então comparecer a um ato político no campus da Medicina na UFMG e ali, tomada pela indignação diante da inércia de sua geração e da gravidade da situação do País, decide tomar a palavra em um discurso que abre o seu caminho sem volta na luta pela democracia. Foi logo convidada ao nascente Movimento Feminino pela Anistia, que se tornou o núcleo de sua atuação.

O preço da guinada política foi alto: passou a ser vigiada por soldados à porta de casa, grampos no telefone e violações de correspondência. Foi vítima também de ameaças e tentativas de atentados terroristas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Corajosa, não se intimidou, prosseguindo na luta contra a ditadura e pela reconquista da democracia, elegendo-se vereadora pelo PT por duas vezes, em 1982 e 1986.

Após a redemocratização, atuou ativamente pelos direitos humanos, participando dos movimentos em defesa da memória dos que tombaram ao enfrentar a ditadura e pela punição dos torturadores; pela erradicação do trabalho infantil e pela apuração e punição dos responsáveis por chacinhas, como as do Carandiru (1992) e do Eldorado dos Carajás (1996).

Dona Helena faleceu em 27 de julho de 2011, deixando três filhos e três netos. (JA)

Helena Morley

Escritora
Diamantina
1880 ~ 1970

Helena Morley, pseudônimo de **Alice Dayrell Caldeira Brant**, cujo diário, escrito de janeiro de 1893 a dezembro de 1895, tornou-se clássico instantâneo da literatura brasileira ao vir à luz o livro “Minha vida de menina” em 1942, nasceu em Diamantina em 28 de agosto de 1880. Best-seller, o diário encanta desde então, seja pela linguagem livre, leve e direta pouco usual nos grandes clássicos, seja por enredar cenas do cotidiano da adolescente precoce aos costumes, à cultura e aos preconceitos raciais e religiosos da sociedade mineira na virada do século XIX.

Alice descendia de famílias distintas, uma protestante, outra católica. O pai, Felisberto Moirell Dayrell, era filho de John Lucy Smith Dayrell e Alice Rice Callender, naturais da Ilha de Barbados, colônia inglesa até 1966. Médico formado em Londres, John Dayrell veio para o Brasil com a esposa em 1830 e após uma temporada na mina de Congo Soco, em Barão de Cocais, então propriedade de uma companhia inglesa, mudou-se para Diamantina, onde ficaria conhecido como “Doutor Inglês”.

A sua mãe, Alexandrina Brandão, era filha de João Batista de Mello Brandão e Theresa Jesuina Fernandes. Minerador em São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do Serro, João Batista tirou a sorte grande ao deparar com um “caldeirão”, um grande veio de diamantes, e enriqueceu. Após enviuar, dona Theresa, a rica e querida avó Teodora no diário de Helena, mudou-se para Diamantina, onde ajudaria a família diante dos insucessos do genro Felisberto na busca do seu “caldeirão”.

Já professora, Alice casou-se em 1900 com o primo Augusto Mário Caldeira Brant, recém-formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Mudaram-se em 1905 para o Rio de Janeiro, onde o marido se destacaria na administração pública, no jornalismo e na política, sendo eleito deputado por Minas em 1945.

Teria partido dele a proposta do livro, ao ouvi-la contando as histórias para os netos. “*Nasceu daí a ideia, com a qual me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos*”, escreveu Alice na nota à 1ª edição de “Minha vida de menina”, sua única obra, que ganhou edições em inglês, francês e italiano e foi adaptada para o cinema em 2004.

Ela faleceu no Rio em 20 de setembro de 1970. (AA)

Hélio Pellegrino

Psicanalista e escritor
Belo Horizonte
1924 ~ 1988

Um escritor inquieto, um poeta sensível, um psicanalista que conhecia bem os meandros da mente humana, um ativista político. Assim era o mineiro **Hélio Pellegrino**, conhecido como um dos integrantes do grupo “Os quatro mineiros” ao lado dos escritores Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Otto Lara Resende.

Formado em medicina, filho do médico Braz Pellegrino e da italiana Assunta Magaldi Pellegrino, Hélio Pellegrino nasceu em Belo Horizonte em 5 de janeiro de 1924. Criança, conheceu Fernando Sabino, de quem se tornou amigo por toda a vida.

Ainda estudante, já participava ativamente da vida política. Pressionado pela família para cursar medicina, dizia aos amigos: *“Eu queria mesmo era fazer filosofia, mas naquela época, não tinha Faculdade de Filosofia em Minas. Na verdade, eu fazia era medicina, boemia e política”*. Ele trabalhou como médico psiquiatra no Hospital Raul Soares.

Em 1945, lutou contra o “Estado Novo” e foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual concorreu a deputado federal. Mais tarde, desligou-se da UDN e fundou a “Esquerda Democrática”, ligada ao Partido Comunista. Com Wilson Figueiredo, Simão Vianna da Cunha Pereira, Otto Lara Resende, Francisco Iglésias e Darcy Ribeiro, editou o jornal clandestino “Liberdade”.

Com a mesma versatilidade que escrevia sobre psicanálise, Pellegrino discorria sobre política economia, religião e literatura em diversos jornais e revistas brasileiras. Inserido no hall dos maiores escritores do País, ele transitava com desenvoltura entre conteúdos mais reais e outros poéticos, sem deixar de lado sua visão crítica da vida e sua batalha pelos direitos humanos.

Hélio Pellegrino lutou contra a ditadura militar, foi preso e denunciou psicanalistas envolvidos na prática de tortura. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na década de 1950, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Em 1973, fundou a Clínica Social de Psicanálise. Em 1986, casou-se com a escritora Lya Luft, sua terceira esposa.

Entre os livros publicados, estão: “A burrice do demônio”, “Lucidez embriagada”, “Minério domados - Poesia reunida”, “Meditação de Natal”. O escritor sofria de doenças cardíacas e morreu no Rio em 23 de março de 1988. (TC)

Henfil

Cartunista
Ribeirão das Neves
1944 ~ 1988

Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil, foi cartunista, quadrinista, jornalista e escritor brasileiro. Nascido em Ribeirão das Neves em 5 de fevereiro de 1944, é reconhecido como um dos mais brilhantes profissionais da sua geração, com trabalhos que se destacaram pelo traço único, criatividade e a forte crítica político-social.

Henfil iniciou seus estudos em Ribeirão das Neves, onde também passou por um curso de supletivo noturno. Ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais, no curso de Sociologia, que abandonou logo nos primeiros meses. Foi embalador de queijos, office-boy de uma agência de publicidade e jornalista, até especializar-se, no início dos anos de 1960, nas áreas de ilustração e produção de histórias em quadrinhos.

Em 1964, estreou como ilustrador na “Revista Alterosa”. Um ano depois, passou a colaborar com o jornal “Diário de Minas”, com caricaturas de cunho político. Em 1967, criou charges esportivas para o “Jornal dos Sports”, no Rio de Janeiro. Teve seus trabalhos publicados ainda em relevantes revistas como “Realidade”, “Placar”, “Visão” e “O Cruzeiro”.

A partir de 1969, começou a colaborar com o “O Pasquim”, um semanário alternativo brasileiro, editado entre 1969 e 1991, reconhecido pelo diálogo com a contracultura e por seu papel de oposição ao regime militar brasileiro. No mesmo ano, passou a publicar suas ilustrações no “Jornal do Brasil” e, em 1970, criou a “Revista Fradim,” onde publicava livremente as histórias de seus personagens de humor crítico e satírico.

Entre seus personagens mais populares estão os frandins “Baixim” e “Cumprido”, a “Graúna”, “Francisco Orelana” e “Zeferino”. Um trabalho de destaque do cartunista foi o “Cemitério dos Mortos Vivos”, uma série de cartuns, publicada no “O Pasquim”, em que *“enterrava”* personalidades públicas que, na avaliação de Henfil, eram simpatizantes da ditadura militar. O artista também trabalhou na “TV Mulher”, da Rede Globo, programa de grande sucesso junto ao público feminino, entre as décadas de 1970 e 1980.

Como outros dois de seus irmãos - o sociólogo Betinho e o músico Chico Mário - Henfil tinha hemofilia, e foi contaminado com o vírus da Aids em uma transfusão de sangue, doença que lhe tirou a vida em 4 de janeiro de 1988. (DM)

Henriqueta Lisboa

Poetisa
Lambari
1901 ~ 1985

Henriqueta Lisboa foi poetisa, ensaísta e tradutora, nascida em Lambari, em 15 de julho de 1901. Primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras (AML) em 1963, ela foi considerada um dos grandes nomes da lírica modernista brasileira. Sempre em diálogo com escritores e intelectuais de sua geração, angariou leitores ilustres, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e a chilena Gabriela Mistral. Em 1984, recebeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras (ABL) pelo conjunto de sua obra.

Henriqueta foi a segunda filha do farmacêutico João de Almeida Lisboa e da dona de casa Maria de Vilhena. Formou-se como professora no Colégio Sion, de Campanha, e mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde seu pai exerceria o mandato de deputado federal, a partir de 1926. Em 1935, transferiu-se para Belo Horizonte, onde trabalhou como inspetora federal do Ensino Secundário, professora de Literatura Hispano-Americana e de Literatura Brasileira na UFMG e na Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-MG.

Publicou seu primeiro livro, “Fogo-fátuo”, aos 24 anos, mas considerou como marco inicial de sua carreira a obra “Enternecimento”, publicada em 1929 e pela qual recebeu o Prêmio Olavo Bilac da ABL. Fez parte do movimento modernista a partir dos anos de 1940, influenciada pela amizade com Mário de Andrade, com quem trocava intensa correspondência e que resultou no lançamento da coleção “Correspondência de Mário de Andrade e Henriqueta Lisboa”.

A obra traz as cartas trocadas pelos dois entre 1940 e 1945, período que coincide com os últimos anos de vida do escritor brasileiro reconhecido como um dos precursores do Modernismo. Seu livro mais conhecido, “Flor da morte” foi escrito sob forte influência e impacto do falecimento do amigo.

Henriqueta Lisboa, que é hoje lembrada com um busto em bronze instalado na Savassi, morreu em 9 de outubro de 1985. Todo o seu trabalho como escritora, que inclui poemas, ensaios e traduções, está reunido em “Henriqueta Lisboa: obra completa”, lançada em 2020 pela Editora Petrópolis. Seus ensaios, antologias, objetos, correspondência com escritores da época foram incorporados ao Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. (DM)

Hilton Rocha

Médico e professor
Cambuquira
1911 ~ 1993

Referência nacional e mundial no tratamento de doenças oculares, **Hilton Ribeiro da Rocha** nasceu em Cambuquira aos 23 dias de dezembro de 1911. Filho de Francisco Ramos da Rocha e Maria Ribeiro da Rocha, o menino mudou-se para Belo Horizonte com os pais em 1921, ingressando aos 17 anos na Faculdade de Medicina da UFMG. Graduado em 1933, sua ascensão acadêmica seria meteórica: em 1935, foi admitido como professor-assistente de Clínica Oftalmológica da faculdade e em 1942, professor catedrático da matéria, o mais jovem do País.

Hilton Rocha registra que reuniu então “*uma excelente e jovem equipe*” e com o apoio de colegas professores, como Alfredo Balena, conseguiu “*ampliar as nossas instalações progressivamente*” no Hospital São Geraldo, que foi a primeira estrutura hospitalar da universidade. Com isso, a clínica passaria a contar com curso de pós-graduação, além de departamentos especializados em glaucoma, estrabismo, retina, córnea, uveítes, plástica e lentes de contato. Já em 1959, ele criou e dirigiu o curso de especialização e doutorado em Oftalmologia.

Em seguida, o médico partiria para a iniciativa privada, criando o instituto que levou o seu nome. Instalado aos pés da Serra do Curral em meados da década de 1970, o Instituto Hilton Rocha atenderia pacientes de todo o País e do exterior que acorriam à capital mineira em busca de tratamento pelas mãos do médico famoso.

Ao lado das atividades acadêmicas e profissionais, Hilton Rocha teve intensa participação nas entidades médicas. Foi o segundo presidente da Associação Médica Brasileira, em 1955, e presidente da Associação Médica de Minas Gerais, em 1951 e 1956. Foi ainda fundador e primeiro presidente do Conselho Regional de Medicina, com registro nº 0001. Também presidiu o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, além de ter sido membro da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade Mineira de Oftalmologia e da Academia de Medicina de Brasília.

Autor da obra “*Páginas Esparsas*”, uma coletânea em três volumes, na qual transcreve alguns de seus discursos e narra a vida dos principais cegos da história, Hilton Rocha foi membro da Academia Mineira de Letras (AML). Faleceu em 23 de maio de 1993. O instituto que criou é hoje o Hospital de Olhos Hilton Rocha. (UV)

Hipólita Teixeira

Fazendeira e inconfidente
Prados
1748 ~ 1828

Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, a fazendeira que tentou salvar a Inconfidência Mineira com uma rebelião armada quando soube da prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro, nasceu em um dia do ano de 1748 em Prados, onde faleceu em 27 de abril de 1828, já na posse dos seus bens e do marido também inconfidente, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que haviam sido tomados pela Coroa portuguesa.

“Quem não é capaz para as coisas, não se meta nelas. E mais vale morrer com honra que viver com desonra”, escreveu Hipólita ao padre Carlos Toledo e ao tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, ambos envolvidos no plano militar da inconfidência.

Vigário de São José del-Rei, atual Tiradentes, o padre Toledo recebeu o bilhete no mesmo dia em que a fazendeira soube da prisão do alferes, 20 de maio de 1789. Porém, Freire de Andrade, então comandante do Regimento Regular da Cavalaria de Minas e a quem ela aconselhava a *“montar uma reação”* a partir do Serro, sequer receberia o bilhete. A caminho de Ouro Preto, o seu mensageiro, Vitoriano Gonçalves Veloso, deparou-se com o inconfidente Cláudio Manoel da Costa algemado, sendo levado sob escolta para o Rio: a repressão já devastava a capital mineira, frustrando a rebelião.

Na *“devassa”*, as investigações abertas para apurar culpas na inconfidência, o marido de Hipólita foi incriminado e penalizado com o degredo para Moçambique, onde faleceu em 1794. Ela, porém, sequer foi arrolada nas investigações, e mesmo assim seria punida com a perda do patrimônio sem meação conjugal, incluindo o sequestro da Fazenda da Ponta do Morro, que lhe pertencia por herança; o que confirma o seu protagonismo político no movimento.

Da elite colonial, a fazendeira tivera uma educação incomum para as jovens da época, aprendendo a ler e a escrever, inclusive em francês. Casou-se mais velha e a união com Francisco de Oliveira não teria sido aranjada pelos pais. Dona de vasta cultura, ela se envolveria ativamente na conspiração contra a Coroa, participando das reuniões que tiveram como palco os salões da casa-grande da Ponta do Morro.

Debelada a inconfidência e com a morte do marido, Hipólita recorreria a toda sorte de artimanhas para reaver os bens sequestrados pela Coroa, que deixou para dois filhos adotivos. (AA)

Hugo Werneck

Ambientalista
Belo Horizonte
1919 ~ 2008

Dentista, professor e ecologista antes que o termo se tornasse de conhecimento comum, Hugo Werneck, um dos pais do ambientalismo brasileiro e mentor da criação de vários parques no estado, costumava espalhar passarinhos em Minas Gerais. Ele os recolhia e soltava para procriar onde estavam raros, em viagens pelo interior a bordo de seu *Chevrolet 39*. A tarefa chegou a chamar a atenção de fiscais.

“O Espalhador de Passarinhos” nomeia a escultura no Parque Serra do Curral, em Belo Horizonte, que o homenageia. O nome vem de uma crônica do seu filho, jornalista Humberto Werneck, ao descrever a atividade quixotesca do pai.

Hugo Eiras Furquim Werneck nasceu na capital mineira em 30 de março de 1919, um dos 13 filhos do famoso médico obstetra Hugo Werneck. Formou-se em 1938 em Odontologia pela UFMG, profissão que exerceu por 54 anos. Integrou o conselho da UFMG por dois mandatos.

Foi a primeira voz a se erguer contra a destruição da Serra do Curral, ainda na década de 1950. Com acadêmicos, fundaria em 1971 o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), e sob sua liderança, a ONG colhia trunfos. “*Nossas reuniões variavam de casa em casa. Tínhamos uma forma muito mineira de trabalhar. Descobríamos um problema e íamos atrás das autoridades para resolvê-lo. Fazíamos tudo sem brigar, seguindo os conselhos do Dr. Hugo*”, contou o biólogo Célio Valle.

Assim nasceram o Parque Nacional da Serra do Cipó, o Parque Estadual Grande Sertão: Veredas; as lutas pela Mata do Jambreiro, contra a estrada no Parque do Rio Doce, entre muitas outras. Em 1977, em ofício do CMCN à presidência do então Ibama, Dr. Hugo indagava se o Código Florestal (de 1966), descumprido, “*havia sido revogado por uma simples e desconhecida Portaria*”.

O CMCN se amplia e em 1988 é criada a Fundação Biodiversitas. Em 1993, convidado a presidir a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, fechou o consultório e a dirigiu até 2000. Criou o Borboletário. Integrou o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

“*Nós só defendemos aquilo que conhecemos, é belo e nos encanta*”, ensinava o espalhador de sonhos e apaixonado pela educação ambiental. Faleceu aos 89 anos, no dia 20 de dezembro de 2008, em Belo Horizonte. Casado com Wanda Azeredo, tiveram 11 filhos. (CC)

Humberto Mauro

Cineasta
Volta Grande
1897 ~ 1983

Em 30 de abril de 1897, em uma fazenda em Volta Grande, nascia **Humberto Mauro**, filho de um imigrante italiano e de uma mineira culta e poliglota. Menos de dois anos antes, em Paris, no continente que seu pai deixara, os irmãos Lumière faziam a primeira exibição cinematográfica da história.

Jovem de seu tempo, Mauro muda-se para Cataguases na década de 1910 e faz um curso de eletromecânica por correspondência, conservando a paixão pelo radioamadorismo por toda a vida. Cresce um rapaz criativo, que toca violino e bandolim e, em 1914, tem sua primeira experiência no teatro amador. Em 1916 muda-se para o Rio de Janeiro e trabalha na Light e no Lloyd Brasileiro, retornando para Cataguases e casando-se em 1920 com Maria Vilela de Almeida, a “Dona Bebê”.

Conta-se que ainda novo lançara ao amigo fotógrafo Pedro Comello a pergunta: *“Então não podemos fazer o mesmo que esses filmes americanos? Não há segredo nisso.”* De fato, em 1925 roda as primeiras filmagens com uma câmera amadora 9,5mm. No ano seguinte, realiza o primeiro longa-metragem, “Na primavera da vida”, grande sucesso no único cinema da cidade, que atrai o interesse do crítico carioca Ademar Gonzaga. Firmam duradoura amizade e Gonzaga lhe apresenta obras de cineastas internacionais e brasileiros.

Em 1927 surge a “Revista Verde” em Cataguases, marco do modernismo, e Mauro não está alheio ao movimento. Os longas “Sangue Mineiro” (1930) e “O Descobrimento do Brasil” (1937), por exemplo, contam com trilha de Villa-Lobos. Um de seus filmes mais marcantes foi “Ganga Bruta” (1933), com trilha de Radamés Gnattali e do próprio cineasta e participação da atriz Dea Selva, que mostrava, em uma sequência em que seu vestido se rasga, controversos dedos da coxa em plano fechado. Em “A voz do carnaval” (1933), ele lança Carmen Miranda no cinema.

Ao todo, dirigiu 12 longas, inúmeros curtas-metragens e atuou em filmes como “A noiva da cidade” (1979), de Alex Viany. Colaborou também com roteiros e fez os diálogos em tupi-guarani, língua que falava com desenvoltura, em “Como era gostoso meu francês” (1971), de Nelson Pereira dos Santos, e em “Anchieta, José do Brasil” (1978), de Paulo César Saraceni.

Humberto Mauro disse uma vez que *“cinema é cachoeira”*. Faleceu em 5 de novembro de 1983, coincidentemente no dia em que se celebra o cinema nacional. (FC)



Inês Etienne

Revolucionária
Pouso Alegre
1942 ~ 2015

Recomendações para que o Brasil assegure reparação, reconheça e preserve a memória das vítimas dos governos militares (1946/1988) são, ainda, ignoradas, passados 10 anos desde o início das investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Parte das apurações, concentradas no período da ditadura (1964/1985), se deve aos depoimentos e à resistência da militante **Inês Etienne Romeu**, última presa política a ganhar a liberdade, embora não tenha sido beneficiada pela lei da anistia.

A ativista da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nascida em Pouso Alegre em 22 de agosto de 1942, obteve liberdade condicional após ter cumprido pena por participar do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, em dezembro de 1970. Com a ação, o objetivo era libertar 70 presos políticos.

Inês morreu em 27 de abril de 2015, meses após a entrega do relatório final da CNV. As suas recordações e a decisão de expor os horrores vividos ao longo de 96 dias de cativeiro contribuíram para a descoberta de violações de direitos humanos, sistemáticas práticas de detenções arbitrárias, torturas, ocultação de pessoas e cadáveres.

Agentes do governo a torturaram e humilharam entre maio e agosto de 1971 na chamada “Casa da Morte”, em Petrópolis. Sofreu também estupro no local mantido pelo Exército para subjugar e assassinar os revolucionários. As sessões de tortura contra a militante, capturada pelo temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, haviam começado em São Paulo, quando Inês tinha 29 anos, e viu frustrada a intenção de se exilar no Chile. Ela se tornou a única sobrevivente da “Casa da Morte”, e de tentativas de suicídio durante o cárcere.

“Era obrigada a limpar a cozinha nua, ouvindo gracejos e obscenidades”, revelou em depoimento à OAB. Inês saiu da clausura em 1971, pesando 32 quilos. Oito anos mais tarde, liberada, não só reconstruiu a história como denunciou os detratores. Ela não se rendeu nem mesmo diante de um traumatismo cranioencefálico sofrido em decorrência de agressão em 2003, crime não elucidado.

Formada em História pela UFMG, Inês ingressou na militância em 1963, abrindo um bar que recrutava ativistas. Comandou, ainda, a organização revolucionária Polop. Em 2009, conquistou o Prêmio de Direitos Humanos, na categoria “Direito à Memória e à Verdade”, do governo brasileiro. (MV)

Inimá de Paula

Pintor
Itanhomi
1918 ~ 1999

Indispensáveis na vida e na obra do pintor, desenhista e gravador Inimá de Paula, as cores expressavam tanto o estilo do artista - um dos mais reconhecidos do Modernismo nos anos 1940 -, quanto incorporavam as formas sensíveis retratadas no acervo dele, composto de mais de três milhares de trabalhos. Mineiro discreto, autodidata e introspectivo, ele se revelava, segundo familiares e amigos, por meio da vivacidade de suas telas.

Com profusão de tonalidades, pinceladas fartas e bem definidas em pinturas de paisagens, natureza-morta ou retratos, **Inimá José de Paula** desenvolveu características suficientes para que fosse comparado ao pintor francês Henri Matisse (1869/1954), o criador da escola Fauvista. Primeira iniciativa da arte moderna surgida no século XX, os fauves, como Inimá passou a ser chamado (a palavra significa fera selvagem), eram mestres no uso das cores fortes e chocantes.

Apadrinhado por Cândido Portinari (1903/1962), o pintor despontou em 1948, com sua mostra abrigada na sede carioca do Instituto dos Arquitetos do Brasil. As premiações começaram em 1950 no Salão Nacional de Arte Moderna. Depois do Rio de Janeiro, ele expõe na Bahia e, em 1952, viaja a Paris, onde, de 1954 a 1956, frequenta a Académie de la Grande Chaumière e a École Normale Supérieure des Beaux-Arts. Assiste, ainda, às aulas do pintor cubista André Lhote (1885/1962) e de Gino Severini (1883/1966), representante da arte futurista.

Anos mais tarde, Inimá define suas motivações em depoimento no documentário “Inimá de Paula”, dirigido por Tizuka Yamasaki, produção de 1991: *“Fundamental é o seguinte: é a cor, a forma modelada e a textura. É preciso treinar também a sensibilidade”*.

Os autorretratos e as cenas de Minas Gerais desenhadas pelo artista criaram sessão especial das suas obras, parte das telas em exposição permanente no Museu Inimá de Paula, em Belo Horizonte. Nascido em 7 de dezembro de 1918 em Itanhomi, ele buscou formação em Juiz de Fora, na hoje Associação de Belas Artes Antônio Parreiras. Seguiu de lá ao Rio, onde teve rápida passagem pelo Liceu de Artes e Ofícios, mas que voltou a ser sua morada e local de trabalho por vários anos a partir de 1945.

Retornou a Belo Horizonte no começo de 1960. Considerado uma espécie de alma dos belo-horizontinos, faleceu em 13 de agosto de 1999. (MV)

Intendente Câmara

Naturalista e político
Itacambira
1764 ~ 1835

Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, o versátil Intendente Câmara, misto de naturalista, engenheiro, metalurgista e político, nasceu em Itacambira em 26 de abril de 1764. Da elite açucareira baiana, seus pais vieram para as Minas na corrida do ouro e quando retornaram para a Bahia, o menino foi deixado aos cuidados de uma tia em Caeté, de onde seguiu para Portugal em 1783, para estudar na Universidade de Coimbra, então destino da nata colonial brasileira.

Formado em leis e filosofia, que envolvia estudos de geologia, mineralogia, química e botânica, o jovem brilhante, admitido com louvor na Academia de Ciências de Lisboa, seria enviado pela Coroa em missão de estudos pela Europa em 1790. Junto com o futuro patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, ele estudou na França e Alemanha, entre outros países, retornando ao Brasil em 1800, nomeado pelo regente, Dom João, para encabeçar a administração das minas da colônia.

Em razão de disputas na Corte, apenas em 1807, às vésperas do desembarque da família real no Brasil, Manoel Ferreira seria empossado na Intendência, restrita à demarcação diamantina, mas que o projetaria como um dos homens mais poderosos das Minas nos anos seguintes. Além de modernizar a extração de diamantes, ele empreenderia a construção em 1809 do primeiro alto-forno siderúrgico do Brasil, em Morro do Pilar, onde identificara abundantes reservas de minério de ferro.

Apelidada pelos adversários de “*fábula do ferro*”, a Real Fábrica de Ferro do Morro do Gaspar Soares entrou em atividades em 1815, decaindo na década seguinte, após Manoel Ferreira envolver-se no turbilhão pré-Independência e deixar a Intendência. Em 1821, ele seria eleito um dos 13 deputados de Minas às Cortes Gerais portuguesas, mas rechaçou os decretos recolonizadores que levariam à ruptura, orgulhando-se de ter carregado o manto de Dom Pedro I na cerimônia de sua coroação como imperador do Brasil em dezembro de 1822.

Deputado em 1823, Manoel Ferreira chegou a presidir a Constituinte, seguindo para a Bahia após a sua dissolução pelo imperador. Eleito senador em 1826, renunciou ao mandato em 1830, falecendo em Salvador em 13 de dezembro de 1835.

Foi casado com Matildes Flora de Oliveira Meirelles. Tiveram três filhos. (AA)

Iracema Nardi

Promotora
Guaranésia
1912 ~ 2010

Primeira mulher promotora de Justiça no Brasil ao ingressar no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em 1935 como titular da promotoria da comarca de Guaranésia, a cidade onde nascera em 1912, **Iracema Tavares Dias Nardi** ascendera a um universo então restrito aos homens, paradoxalmente pela força de suas origens na tradicional família mineira.

Filha de Francisco Idelfonso de Souza Dias e de Gardênia Tavares Paes, ambos de famílias proprietárias de terras na região sul-mineira, era neta de Júlio César Tavares Paes – coronel da Guarda Nacional e senador pelo PRM que em 1901 escolhera o nome de Guaranésia para a cidade – e teve uma educação convencional na vizinha Muzambinho, em um internato de freiras.

Concluído o ginasial, a jovem muda-se aos 17 anos para São Paulo e, estimulada por um tio advogado, ingressa na vetusta Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, onde se graduou em 1934, aos 21 anos.

De volta a Guaranésia, a advogada recém-formada viu a oportunidade surgir com a vacância do cargo de promotor. Resolveu então pleiteá-lo, em um esforço que contou com apoio da família influente e que seria bem-sucedido no ano seguinte.

“Mais uma victoria do feminismo (sic). Uma senhorinha nomeada promotora de Justiça da Comarca de Guaranésia”, reportou o jornal “Estado de Minas”, ao noticiar o ato de nomeação de Iracema pelo então interventor de Minas, Benedito Valadares, em 5 de maio de 1935. Três anos antes, decreto de Getúlio Vargas havia instituído o Código Eleitoral, que estabeleceria o voto secreto e o direito de as mulheres votarem e serem votadas, mas na política, apenas na década de 1960 seriam eleitas as primeiras deputadas no estado.

Em 1937, ainda se familiarizando com as funções de promotora, Iracema casou-se com Mário Nardi, de origem italiana, cuja família imigrara para o Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Tiveram três filhos e em 1951, após a morte do marido, transferiu-se para a capital mineira, onde foi promovida cinco anos depois para a Curadoria de Menores do Juizado de Menores, função que exerceu até se aposentar em 1967.

“Sempre fui respeitada e nunca pressionada no exercício de minhas funções”, garantiu Iracema Nardi, ao fazer a retrospectiva de seus 32 anos de atividades em depoimento ao MPMG. Ela faleceu em 22 de abril de 2010. (AA)

Irmã Benigna

Religiosa
Diamantina
1907 ~ 1981

Natural de Diamantina, **Maria da Conceição Santos**, ou Irmã Benigna, nasceu em 16 de agosto de 1907. Filha de pais católicos, desde criança já manifestava vocação para a vida religiosa. Jovem, atuava como catequista de crianças e adultos e era professora de violão. Por ser pobre e negra, irmã Benigna não foi aceita na primeira congregação em que desejava fazer parte. O bispo auxiliar de Diamantina na época, Dom Carlos de Carmelo Mota, era amigo da família e, percebendo a vocação da jovem para a vida religiosa, a apresentou à Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, em 1935.

Em 1936, no dia dedicado a São José (19 de março), fez seus primeiros votos religiosos e recebeu o nome de Irmã Benigna Victima de Jesus. Ela entregou-se plenamente à vontade de Deus no trabalho de evangelização, amor e cuidado com o próximo. Trabalhou na Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Souza Moreira em Itaúna e em 1941 fez os votos perpétuos e formou-se em enfermagem. Em 1943, assumiu a direção da instituição e fundou uma maternidade para atender mães carentes.

Vítima de calúnias, Irmã Benigna foi transferida em uma viatura policial para o Asilo São Luiz, em Caeté. Ali, foi colocada em um chiqueiro, onde contraiu várias doenças. Incansável e mesmo diante de dificuldades, Irmã Benigna não se entregava ao desânimo. Ela trabalhou em diversos hospitais, asilos e creches em várias cidades mineiras.

Em 1963, foi chamada para ajudar na reconstrução do Lar Augusto Silva, em Lavras. Realizou campanhas e mutirões para arrecadar recursos e reerguer o local, amparando crianças órfãs, jovens e idosos. Ali passou seus últimos 16 anos de vida. Recebeu o título de Cidadã Honorária de Lavras.

Após uma vida de entrega e oração, Irmã Benigna morreu em 16 de outubro de 1981. Ficou conhecida como *“santa da hora, da fatura e da Salve-Rainha”* por seus fiéis. *“Onde chegava tudo se multiplicava, ela ia atrás dos amigos e com seu carisma todos queriam ajudar, assim conquistava mais um para Deus”*, afirma Belquis Campolina França Ferreira, que faz parte da Associação dos Amigos da Irmã Benigna (Amaiben).

No início de 2022, o papa Francisco reconheceu as virtudes da freira fervorosa que pode se tornar beata e, se for canonizada, será a primeira santa mineira do Brasil. (TC)

Israel Pinheiro

Político
Caeté
1896 ~ 1973

“*Minas em ritmo de Brasília*” foi o slogan da campanha relâmpago que levou **Israel Pinheiro da Silva** ao Governo de Minas em 1965, nas últimas eleições diretas para governadores realizadas durante a ditadura militar. Lançado candidato do PSD a apenas 23 dias das eleições devido à cassação do deputado Sebastião Paes de Andrade, o engenheiro e político que coordenara a construção da nova capital em apenas 41 meses, venceu com 53,21% dos votos o udenista Roberto Resende, governando entre 1966 e 1971 sob o clima hostil dos militares, desgostosos com a vitória de um aliado do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Natural de Caeté, Israel nasceu em 4 de janeiro de 1896, quinto dos doze filhos de João Pinheiro da Silva e Helena de Barros. Fundador do Partido Republicano Mineiro (PRM), João Pinheiro foi eleito presidente de Minas para o período 1906/1910, mas faleceu em meio ao mandato e o menino seguiria então para o internato em um colégio jesuíta em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1909, onde cursou o secundário.

Ingressou, depois, na Escola de Minas de Ouro Preto e se graduou em Engenharia de Minas, Metalurgia e Civil, em 1919. Durante todo o curso, foi o primeiro aluno da turma, sendo ao final premiado com um estágio na Europa. Por dois anos, conheceu a França, Alemanha e Inglaterra, realizou estudos em siderurgia e desenvolveu um tubo de aço sem costura, que patenteou na Alemanha.

De volta ao Brasil, assumiu com o irmão Paulo a direção da empresa de cerâmica fundada pelo pai em Caeté, ingressando na política como vereador, eleito em 1922. Na década de 1930, foi nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado e depois convidado pelo interventor Benedito Valadares para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, na qual colocou em prática o pensamento desenvolvimentista, herdado do pai, e o estilo veloz de administrar que marcariam a sua atuação como um dos fundadores e primeiro presidente da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, deputado federal pelo PSD em três legislaturas, presidente da companhia responsável pela construção de Brasília, a Novacap, em 1956 e governador de Minas.

Israel faleceu em Belo Horizonte em 6 de julho de 1973. Foi casado com Coracy de Mendonça Uchoa. Tiveram nove filhos. (AA)

Itamar Franco

Político
Juiz de Fora
1930 ~ 2011

Itamar Augusto Cautiero Franco, cuja trajetória política quase sempre pode ser ilustrada pela máxima do *“homem certo, na hora certa”*, nasceu em 28 de junho de 1930 a bordo de um navio que fazia a rota Rio de Janeiro/Salvador. Registrado na capital baiana, foi batizado em Juiz de Fora, onde a família vivia e ele seria eleito prefeito em 1966, quando a oposição consentida pelas militares, o MDB, obteve 75% dos votos. Contrariando os prognósticos, derrotaria em 1974 o candidato do partido da ditadura, a ARENA, na disputa pelo Senado, e em 1992 chegaria à Presidência, após o impeachment por corrupção e a renúncia de Fernando Collor de Mello, o alagoano que se elegera como “caçador de marajás” em 1989, na primeira eleição direta pós-regime militar.

A estrela de Itamar começou a brilhar nos anos de 1950. Estudante de Engenharia Civil e Eletrotécnica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), presidiria o Diretório Acadêmico e a Liga Universitária de Esportes da cidade. Depois de formado, presidiu o Clube de Engenharia, filian-do-se ao PTB, pelo qual disputaria sem sucesso uma cadeira na Câmara de Vereadores. Com o golpe de 1964, Itamar, que organizara o Departamento de Águas e Esgotos de Juiz de Fora, pioneiro no País, seria demitido da Prefeitura, à qual retornaria em grande estilo como prefeito eleito em 1966 e outra vez em 1972.

Sétimo presidente mineiro, o ex-vice de Collor assumiria em 1992 em meio a uma crise grave, tanto política, quanto econômica, resultado de um logo período de recessão e de inflação desenfreada. Acercando-se de fiéis colaboradores dos tempos de Juiz de Fora, ele montaria o núcleo duro do governo, logo batizado de “República do Pão de Queijo” pela imprensa paulista, enquanto Fernando Henrique Cardoso assumia o Ministério da Fazenda. O Plano Real, que estabilizaria a moeda nas décadas seguintes, seria lançado por Itamar em 1994, mas quem colheria os louros seria o ministro da Fazenda, eleito seu sucessor em outubro daquele ano.

Governador de Minas eleito com três milhões de votos em 1998, Itamar Franco marcaria a sua gestão por posições firmes contra a privatização da Cemig e de Furnas.

Ele faleceu em 2 de julho de 2011. Foi casado com Ana Elisa Surerus Franco. Tiveram duas filhas. (AA)

Ivo Pitanguy

Médico
Belo Horizonte
1926 ~ 2016

“Rei da cirurgia plástica” e “Michelangelo do bisturi”. Assim as revistas “New York Magazine”, dos Estados Unidos, e “Der Spiegel”, da Alemanha, se referiram ao médico brasileiro **Ivo Hércio Jardim de Campos Pitanguy**, cirurgião plástico, professor e escritor brasileiro, que ocupou a cadeira 22 da Academia Brasileira de Letras, de 1991 até a sua morte, em 6 de agosto de 2016. Nascido na capital mineira em 5 de julho de 1926, Ivo Pitanguy foi uma personalidade internacional e um dos mais importantes cirurgiões plásticos do mundo no século XX.

Ivo Pitanguy iniciou seus estudos de Medicina na UFMG, onde se manteve até o quarto ano, quando se transferiu para a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se graduou. Sua formação cirúrgica foi iniciada no Hospital do Pronto Socorro do Rio de Janeiro, atual Souza Aguiar, e finalizada nos serviços dos professores George Grey, Josias de Freitas e Ugo Pinheiro Guimarães. Nesse período, decidiu-se pela cirurgia plástica e, com uma bolsa do Institute of International Education, foi para Cincinnati, em Ohio, nos EUA, atuar como cirurgião residente. Ainda naquele país, trabalhou em Rochester, no Minnesota, e em Nova York.

De volta ao Brasil, Ivo retomou os trabalhos no Hospital de Pronto Socorro do Rio, onde recebeu convite do cirurgião francês Marc Iselin, para ser seu assistente, em Paris, onde ficou por dois anos. Da França, ele seguiu para a Inglaterra, com uma bolsa de estudos do British Council, para trabalhar no Queen Victoria Hospital e no Churchill Hospital.

Com a experiência acumulada em anos de estudos, Ivo Pitanguy criou o Serviço de Queimados do Hospital do Pronto-Socorro e o primeiro serviço de cirurgia de mão e de cirurgia plástica reparadora da Santa Casa quando retornou ao Brasil. Foi ainda professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro e, mais tarde, do Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas. Inaugurou a Clínica Pitanguy em 1963 e chegou à Academia Nacional de Medicina em 1973, onde ocupou a cadeira 67.

O grande mérito da carreira de Ivo Pitanguy foi o de ressaltar o caráter social da cirurgia plástica, até então vista apenas como uma especialidade elitista. Foi autor e coautor de mais de três dezenas de livros. (DM)

Ivon Curi

Cantor
Caxambu
1928 ~ 1995

Nascido na estância hidromineral de Caxambu, em 5 de junho de 1928, o cantor, compositor e ator **Ivo José Curi**, mais conhecido por Ivon Curi, passou a infância e adolescência na sua cidade natal. Filho do comerciante José Kalil Curi e da dona de casa Maria Curi, e irmão dos locutores da Rádio Nacional Alberto e Jorge Curi, desde criança expressou a sua vocação musical. Aos 11 anos, venceu um concurso musical organizado por Cesar Ladeira, um dos ícones da “Era do Rádio” no País.

No início dos anos de 1940, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no Laboratório Silva Araújo e como vendedor de bilhetes da empresa de aviação Panair. Estreou na carreira, em 1947, como cantor principal da “Orquestra Zaccarias”, do Hotel Copacabana Palace. Nas apresentações com a orquestra, chamou a atenção de dirigentes da Rádio Nacional, que o contrataram para cantar nos programas da emissora. A primeira música que gravou, “Adeus”, de Dorival Caymmi, não alcançou sucesso comercial, mas suas interpretações de “La Vie en Rose” e “Pigalle” o alçaram às paradas de sucesso. Em 1948, Ivon era o astro do programa “Ritmos da Panair”, da Nacional.

Na década de 1950, foi eleito “O Rei do Rádio” e teve cinco de seus discos entre os dez mais vendidos do País. Entre os seus sucessos estão “Me Leva” (com Carmelia Alves), “Farinhada”, “João Bobo”, “Feijão”, “Ta Fartando Coisa em Mim”, “Amendoim Torradinho” e “Xote das Meninas”. Em 1951, foi levado por Watson Macedo para a Atlântida Cinematográfica, onde participou dos filmes da fase áurea das chanchadas e transformou-se num popular humorista de rádio, cinema e televisão.

Em 1960, gravou, ao lado de Elizeth Cardoso, um jingle para a campanha vice-presidencial de João Goulart. Em 1966, participou do programa “Adoráveis Trapalhões” com Renato Aragão, Wanderley Cardoso e Ted Boy Marino. Foi homenageado nos anos de 1980 pelo cineasta Ivan Cardoso nos filmes “As Sete Vampiras” e “O Escorpião Escarlate”. Neles, Ivon encena o tipo aristocrático e abobalhado dos seus tempos de Atlântida.

Seu último trabalho como ator foi na “Escolinha do Professor Raimundo”, de Chico Anísio, na Rede Globo, onde interpretou o gaúcho “Gaudêncio”. Ivon Curi morreu em 24 de junho de 1995, no Rio, com falência múltipla dos órgãos e insuficiência respiratória. (DM)



Januário Carneiro

Radialista
Muriaé
1928 ~ 1994

Empresário icônico que despontou na última década da “Era do Rádio” (1930/1960), quando a televisão ainda engatinhava no Brasil, o jornalista autodidata e radialista **Januário Laurindo Carneiro** atribuía ao “*dedo de Deus*” o sucesso da “Rádio Itatiaia”, a emissora que fundara em 1951 em um estúdio improvisado em um quarto do Hotel Ouro, em Nova Lima. Em 1952, driblando a legislação, ele conseguira autorização para operar na capital mineira, mas em 1954 quase perderia a rádio, não fosse a providência divina, como contam André Carvalho e Kao Martins no livro “Habla, señor – um homem chamado Januário”, de 1992.

Sem recursos para financiar o negócio, Januário recorrera a empréstimos no Banco Financial, oferecendo a rádio como garantia. Porém, as facilidades prometidas pelo dono do banco, o controvertido empresário Antônio Luciano, logo se revelariam uma armadilha: ele cobrou a quitação integral dos empréstimos ou a entrega da rádio, que teria se consumado, se o “*dedo de Deus*” não tivesse providenciado a intervenção do Banco Central no Financial em 1954.

Seja como for, o jornalismo e a cobertura do futebol e de crimes seriam a fórmula adotada para o sucesso da Itatiaia, em um tempo em que a programação das rádios estava ancorada nas grandes orquestras, elencos de atores e programas de auditório. Com esta pegada, a emissora transmitiria em 1954, do Fórum Lafayette, 42 horas do julgamento do “crime do parque”, que abalara a capital. Já 1959, outra façanha: a primeira transmissão internacional do rádio mineiro, o Campeonato Sul-Americano de Futebol na Argentina.

Filho de José do Patrocínio Carneiro e de Laura Soares Carneiro, Januário nasceu em 1928 em Muriaé, no então distrito de Patrocínio do Muriaé, mudando-se para Belo Horizonte em 1937. Não completou o secundário, tornando-se aos 19 anos correspondente de “O Diário” e locutor da “Rádio Continental”, do Rio de Janeiro. Antes disso, improvisara no quintal da sua casa, na Serra, a “Rádio Júpiter”, cuja programação de músicas de discos de 78 rotações e a voz da irmã, Ester, era anunciada à vizinhança pelo irmão Emanuel, seu braço direito e sucessor.

Januário dirigiu a rádio até a morte, em 8 de maio de 1994. Líder de audiência por décadas, a Itatiaia foi adquirida em 2021 por Rubens Menin, proprietário da MRV, do Banco Inter e da CNN Brasil. (AA)

Joaquim de Oliveira

Líder metalúrgico
Ferros
1922 ~ 1986

Neto de escravizados, **Joaquim José de Oliveira**, o metalúrgico, sindicalista e militante político, que gostava de compor e cantar hinos evangélicos aos acordes do violão, acordeom ou sanfona, que dedilhava com maestria, nasceu em 19 de março de 1922 na então Santana dos Ferros, hoje Ferros. Desde menino labutava na roça, mudando-se mais tarde para Contagem, em busca de oportunidades de emprego nas fábricas que surgiam no distrito industrial recém-implantado, a Cidade Industrial.

Metalúrgico em 1958, trabalharia como moldador e fundidor nas empresas Máquinas Agrícolas Altivo, Única S/A e Dourex, entre outras, engajando-se nas lutas da categoria. Em 1967, “Seu Joaquim”, como ficou conhecido, seria eleito vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, destacando-se, em abril de 1968, como uma das lideranças da primeira greve dos trabalhadores no País após o golpe militar.

Lutando contra o arrocho salarial e exigindo reajuste de 25%, os operários da Belgo-Mineira, hoje Arcelormital, cruzaram os braços e a greve se alastrou por outras fábricas da Cidade Industrial durante dez dias, até conquistar abono salarial de 10%. O movimento contra o arrocho seria retomado em outubro de 1968, mas desta vez a repressão da ditadura foi virulenta. Ênio Seabra, presidente do sindicato, e “Seu Joaquim”, entre outras lideranças, foram então detidos, sendo a diretoria da entidade destituída.

Cassado e desempregado, ele prosseguiria na luta nos anos mais duros da ditadura na década de 1970. Vendedor de temperos nas portas das fábricas, aproveitava-se do contato com os metalúrgicos para realizar o trabalho político e articular a oposição aos pelegos do sindicato, ao mesmo tempo em que atuava nos movimentos populares contra a carestia e participava das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1979.

Primeiro candidato negro ao Senado em Minas nas eleições de 1982 – as primeiras disputadas pelo PT –, “Seu Joaquim”, então semianalfabeto, só conseguiu registrar a candidatura após concluir o quarto ano primário, conforme exigência do TRE. Obteve 107 mil votos e a sua candidatura é um marco na história política mineira.

Ele faleceu em 2 de maio de 1986 em um desastre de carro. Foi casado com Maria José Leite de Oliveira. Tiveram 16 filhos. (AA)

João Alphonsus

Escritor
Conceição do Mato Dentro
1901 ~ 1944

João Alphonsus de Guimaraens, nascido em Conceição do Mato Dentro em 6 de abril de 1901, foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Terceiro filho do grande poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens, escrevia poemas, romances e contos. Pelo estilo único, lento e irônico até em contextos dramáticos, foi considerado pela crítica literária o “mestre dos contos”.

Depois de iniciar seus estudos em Mariana, João Alphonsus graduou-se na Faculdade de Direito da atual UFMG em Belo Horizonte, onde foi promotor de Justiça e procurador-geral do Estado. Na área literária, seus primeiros poemas foram publicados na “Revista Fon-Fon”, no Rio de Janeiro, em 1918. Sete anos mais tarde, estaria entre os colaboradores da famosa “Revista Verde” de arte e cultura, ao lado de Antônio Mendes e de outros amigos, editada em Cataguases em 1927.

Se no início da carreira literária, o escritor recebeu forte influência do simbolismo e, especialmente, da poesia de seu pai, a partir do contato com o Modernismo na década de 1920 passou a escrever romances e contos, e incorporou ao seu trabalho a linguagem coloquial e os neologismos. Considerado um dos grandes nomes do movimento modernista, ele foi contemporâneo de outros grandes escritores, como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Emílio Moura, de quem era amigo e colega na redação do jornal “Diário de Minas”.

Sobre a literatura de João Alphonsus, Carlos Drummond dizia que era “*humana, terrivelmente humana, miudamente, dolorosamente humana*”. E Pedro Nava escreveu em suas memórias que a sua linguagem é “*límpida, simples, cheia de equilíbrio, de valores estilísticos, da musicalidade de quem sabia admiravelmente o verso.*”

Durante a sua vida, João Alphonsus publicou seis livros: “Galinha cega” (1931), de contos; os romances “Totônio Pacheco” (1934) e “Rola-Moça” (1938); e os de contos “A Pesca da baleia” (1942), “Eis a noite!” (1943) e “Contos e Novelas” (1965). Recebeu os Prêmios Machado de Assis, em 1934, e da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1938. Foi membro da ABL e ocupou a cadeira de número nove da Academia Mineira de Letras (AML).

O escritor morreu em Belo Horizonte, com apenas 43 anos, em 24 de maio de 1944, deixando a viúva, Esmeralda Vianna de Guimaraens e três filhos. (DM)

João Etienne Filho

Jornalista e teatrólogo
Caratinga
1918 ~ 1997

João Etienne Arreguy Filho foi jornalista, desportista, professor, teatrólogo e literato. Católico fervoroso por um lado, e boêmio por outro, nasceu em Caratinga. Era o primeiro dos muitos filhos de João Etienne Arreguy e Maria da Glória D'Ávila Arreguy, que se casaram em 1915. Professora, “Glorinha”, como era chamada, lecionou por muitos anos no interior. Foi em Caratinga, porém, que a família se estabeleceu, com o pai trabalhando em cartório. Nesta cidade, mais tarde, João Etienne criaria o grupo amador “Teatro em Família”.

Em 1929 “Glorinha” e o primogênito se mudaram para a capital. Ela para participar do projeto “Escola Nova”, da educadora Helena Antipoff. Já o filho foi para o Colégio Arnaldo, com bolsa de estudos. Segundo a jornalista e escritora Clara Arreguy, sobrinha de João Etienne, no colégio *“os padres perceberam a sua rara inteligência e lhe deram o necessário suporte para a primeira separação da família”*.

Em 1935, começou a trabalhar no jornal “O Diário”, criado pelo bispo Antônio dos Santos Cabral. Logo começaria a se corresponder com Alceu Amoroso Lima – um dos maiores intelectuais católicos conservadores do Brasil - e a recepcioná-lo em suas visitas à cidade. Já na década de 1940 se tornou amigo e mentor de Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. E atuou como técnico da Seleção Mineira Juvenil de Basquete.

Percebendo a vivacidade do jornalista, Alceu o nomeou, em 1946, o seu secretário no Rio de Janeiro, onde ele foi ainda professor de literatura brasileira em universidades. Também atuou na revista “A Ordem”, dirigida por Alceu. Em 1947 publicou “Dia e Noite”, de poesia. No Rio se tornou amigo dos atores Paulo Autran e Tônia Carrero e foi campeão de basquete pelo Grajaú.

Na década de 1950 se une à família em Belo Horizonte. Frequenta o Grêmio Literário Tristão de Ataíde, em Ouro Preto; estimula a mãe a publicar em 1958 “Memórias de uma professora” e, nos anos 1960, dirige peças teatrais da família. Depois se dedica ao Teatro Universitário da UFMG; ministra aulas de teatro, história e português; e atua como ator em peças teatrais, algumas com personagens criados para ele. Publica os livros “As desesperanças”, de poesia, e os “Tristes”, de contos. Hoje ele dá nome à miateca do Palácio das Artes. (UV)

José Alencar

Político
Muriaé
1931 ~ 2011

José Alencar Gomes da Silva, o comerciante, industrial, líder empresarial e político que se engajou na então inimaginável aliança capital/trabalho e foi eleito vice-presidente por duas vezes, em 2002 e 2006, na chapa encabeçada pelo torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva, faleceu em São Paulo em 29 de março de 2011 em decorrência de um câncer. Natural de Muriaé, onde nasceu em 17 de outubro de 1931, ele ingressara na política na década de 1990, depois de construir um sólido grupo empresarial, cujas origens remontam à loja “A Queimadeira”, que abriu em Caratinga com dinheiro emprestado por Geraldo, um de seus 14 irmãos.

Com a morte de Geraldo em 1959, José Alencar mudou-se para Ubá e assumiu a direção da sua empresa, a casa de tecidos “União dos Cometas”, que mais tarde entraria também no ramo de fabricação de roupas, com novo nome, “Wembley”. Outro passo ousado seria dado em 1967, com o lançamento da planta industrial da Companhia de Tecidos do Norte de Minas (Coteminas) em Montes Claros, aproveitando-se dos incentivos fiscais concedidos pelo governo a projetos no semiárido mineiro, por meio da SUDENE.

Inaugurada em 1975, a Coteminas se tornaria em uma das gigantes da indústria têxtil brasileira em menos de duas décadas, com a implantação de novas fábricas no Nordeste, como em Natal e Campina Grande, e agressiva política de aquisições de ativos, entre os quais os das famosas marcas Santista e Artex. Com a companhia consolidada e em expansão, José Alencar voltaria então os olhos para a representação empresarial e política.

Presidente da FIEMG em 1989, abriria unidades do SESI em diversas cidades mineiras, ficando à frente da entidade até 1995. Três anos depois, eleger-se senador pelo PMDB, mas migrou para o Partido Liberal (PL), viabilizando a aliança que levaria a chapa Lula/Alencar à vitória em duas eleições.

No governo, o vice não poupou críticas à política de juros altos para conter a inflação, mantendo, porém, uma atuação sempre alinhada com Lula, seja quando o substituía na Presidência, seja como ministro da Defesa. Nas audiências, ele gostava de presentear os interlocutores mais próximos com uma garrafa de “Maria da Cruz”, a preciosa cachaça fabricada em sua fazenda no Norte de Minas.

José Alencar foi casado com Mariza Oliveira Campos. Tiveram três filhos. (AA)

José Aparecido

Político
Conceição do Mato Dentro
1929 ~ 2007

José Aparecido de Oliveira, ou Zé Aparecido, como era chamado pelos muitos amigos que cativou, transformou em realidade a sua paixão pela história e pelo legado dos povos de língua portuguesa. Embaixador do Brasil em Lisboa entre 1992 e 1995, ele foi um dos artífices da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja declaração constitutiva, ratificada em 1996, estabeleceu como missão consolidar “*a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa*” e difundir e projetar no mundo a força de sua criação cultural.

Com sede em Lisboa, a comunidade congrega hoje 260 milhões de falantes do português em nove países e quatro continentes e instituiu, em 2011, o “Prêmio José Aparecido de Oliveira”, em homenagem ao mineiro, que nasceu em Conceição do Mato Dentro em 17 de fevereiro de 1929 e faleceu em Belo Horizonte em 19 de outubro de 2007.

Zé Aparecido iniciara na política ainda jovem, nos anos de 1950. Após cursar o primário em sua terra natal e o secundário em Araxá e Ouro Preto, ele se mudou para a capital, onde ingressou no jornalismo como comentarista no “Diário do Comércio”, depois redator na Rádio Inconfidência e em veículos dos “Diários Associados”. Filiado à UDN, tornou-se redator do “Correio da Manhã” e amigo do deputado Magalhães Pinto, que o levaria para o seu banco, o Nacional.

Vitoriosas as campanhas de Magalhães em Minas e de Jânio Quadros no País, Zé Aparecido assumiria a secretaria particular do presidente, até a renúncia de Jânio seis meses depois, em agosto de 1961. Eleito deputado federal no ano seguinte, integraria a bancada progressista da UDN, a “Bossa Nova”, opondo-se ao golpe militar em 1964. Cassado, voltou a trabalhar no Banco Nacional, só retornando à política em 1982, como um dos deputados mais votados do PMDB mineiro.

Secretário da Cultura de Tancredo Neves, ele atuaria na campanha à Presidência do ex-adversário do PSD em 1984, sendo a sua indicação para ministro da Cultura confirmada pelo vice José Sarney. Foi também governador do Distrito Federal entre 1985 e 1988.

Além da criação da CPLP, Zé Aparecido se orgulhava de outra façanha: a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987. Ele foi casado com Maria Leonor Gonçalves de Oliveira. Tiveram dois filhos. (AA)

José Maria Alkmim

Político
Bocaiuva
1901 ~ 1974

Vice civil do primeiro general-presidente da ditadura, Humberto Castello Branco (1964/1967), **José Maria Alkmim**, cujas tiradas encantam o folclore político mineiro, nasceu em Bocaiúva em 11 de julho de 1901 e faleceu em Belo Horizonte em 22 de abril de 1974. São dele os casos mais antológicos, como este: em um dia de campanha no interior, um vereador do seu partido, o PSD, ataca a arqui-rival da UDN, e ele concorda, *“você tem toda razão”*. Sai o pessedista, chega um vereador da UDN, que ataca o PSD, e ele repete *“você tem toda razão”*. Indignada, sua esposa, Maria das Dores Fonseca, o recrimina *“você deu razão ao vereador do PSD e depois ao da UDN”*, ao que ele responde, sem titubear, *“você tem toda razão”*.

Lapidado na escola das *“raposas”* do PSD, cuja esperteza e habilidade marcam a História de Minas e do País, Alkmim iniciou na política na segunda metade da década de 1920, quando estudava direito na UFMG. Já formado, participaria da *“Revolução de 1930”*, que pôs fim à República Velha, e da *“Revolução Constitucionalista”* em 1932, que derrotou os paulistas, elegendo-se deputado federal em 1934. Convidado a assumir uma vaga no recém-criado Tribunal de Contas do Estado, deixaria o mandato no ano seguinte, sendo depois secretário de Interior e Justiça do interventor Benedito Valadares e diretor da Penitenciária Agrícola de Neves, cuja construção concluiria.

Após a derrocada do *“Estado Novo”* em 1945, Alkmim elegeu-se novamente deputado federal, agora pelo PSD, do qual fora um dos fundadores, com a carreira deslançando na década de 1950 no embalo do sucesso dos governos do amigo Juscelino Kubitschek; primeiro em Minas, como seu secretário de Finanças, e depois na Presidência da República, como ministro da Fazenda. Em 1960, ele seria candidato ao Governo de Minas por uma dissidência do PSD, cuja maioria apoiava Tancredo Neves; e ambos seriam batidos nas urnas pelo udenista Magalhães Pinto.

Como consequência do seu envolvimento nas conspirações que desembocariam no golpe militar, ele chegaria então à Vice-Presidência em abril de 1964. Dois meses depois, JK foi cassado pelos militares e quando um jornalista perguntou *“Dr. Alkmim, como o senhor recebeu a cassação de Juscelino?”*, ele respondeu *“por telex, meu filho, por telex”*. (AA)

José Maria Rabelo

Jornalista
Campos Gerais
1928 ~ 2021

José Maria Rabelo, o jornalista, livreiro, escritor e político que criou o sarcástico e bem-humorado “Binômio” (1952/1964), em Belo Horizonte, e enfrentou três golpes militares – no Brasil e na Bolívia, em 1964, e no Chile em 1973 – e um golpe parlamentar, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, faleceu aos 93 anos, em 29 de dezembro de 2021, otimista com o futuro da democracia. *“O mundo caminha para frente. Todas as forças latentes, apesar do momento de obscuridade, inclusive no Brasil, apontam para uma nova fase de afirmação dos sentimentos populares”*, vaticinava o jornalista, que nasceu em Campos Gerais em 14 de agosto de 1928.

Com uma *“mão na frente e outra atrás”*, ele brincava, mudou-se para a capital aos 17 anos, fazendo de tudo para sobreviver. Foi locutor de reclames em alto-falantes na central de bondes na Praça 7 e corretor de anúncios da extinta “Cultura Magazine”, até ingressar como aprendiz de repórter no “Informe Comercial”, hoje “Diário do Comércio”. Em 1952, ele daria o salto que marcou a sua trajetória, ao lançar, com o colega Euro Arantes, um semanário de esquerda, cujo nome, “Binômio sombra e água fresca”, ironizava o mote “Energia e transportes”, com o qual Juscelino Kubitschek se elegera governador.

Certa vez, Juscelino viajou em companhia do empresário Joaquim Rolla e o “Binômio” não deixou por menos, estampando “JK foi a Araxá e levou Rolla”. Mas se JK relevava as ironias, em 1961 a manchete “Funaro Bley, democrata hoje, fascista ontem”, enfureceu o general João Funaro Bley, que mandou empastelar o semanário, após tentar agredir o jornalista, que reagiu com golpes de judô e o nocauteou.

Em 1964, porém, o empastelamento do “Binômio” foi definitivo. Na lista de inimigos da “revolução”, José Maria exilou-se na Bolívia, de onde seguiu para o Chile. Sua esposa, Thereza Rabelo, e os sete filhos pequenos o encontraram em 1965 em Santiago, onde a família permaneceu até o golpe em 1973. Trabalhando como livreiro, viveu em Paris até 1979, retornando ao Brasil após a anistia.

Amigo de Leonel Brizola, foi um dos fundadores do PDT, pelo qual concorreu a deputado em 1982, participando ativamente das lutas democráticas nas décadas seguintes. Entre os seus projetos editoriais, destaca-se a coordenação do livro “História Geral de Minas”, de 2018. (AA)

José Mendes Júnior

Empresário
Juiz de Fora
1900 ~ 1983

Natural de Juiz de Fora, **José Mendes Júnior** formou-se em Engenharia na sua cidade em 1921 e fundou a Construtora Mendes Júnior, em Belo Horizonte, em 1953, após a cisão de uma firma familiar. Assim começou a trajetória de uma das maiores construtoras do Brasil, responsável por obras de todo tipo e porte. A empreiteira venceu desafios também na América Latina, no Oriente Médio e na África. De fato, nas décadas de 1970 e 1980, ela já figurava como a mais internacional do País e com o tempo diversificou a atuação com siderurgia, montagens industriais, construção de plataformas de petróleo e oleodutos.

Antes de construir o império empresarial, porém, José Mendes Júnior trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil e, a partir de 1926, na Secretaria de Agricultura e Viação de Minas. Depois, assumiu a direção da empresa de engenharia que fundou, mas em poucos anos delegou a missão ao filho Murillo Mendes.

Os bons ventos chegaram com os projetos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek como governador de Minas e presidente da República, que incluíam hidrelétricas e estradas. Depois, já no período militar e com o apoio do ministro Mário Andreazza, a empresa ganhou musculatura ao participar de obras, como a Hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio-Niterói e a Transamazônica.

A atuação internacional iniciou em 1969, com a construção da hidrelétrica de Santa Isabel na Bolívia. Em 1975, a empresa assinou o maior contrato da África e construiu a principal rodovia da Mauritânia, atravessando o deserto de Saara. A obra ligou a capital, Nouakchott, a Kiffa, em percurso de 600 quilômetros. Já em 1978, iniciou a construção da ferrovia ligando a capital do Iraque, Bagdá, a Akashat e Alqaim, com 515 quilômetros e valor de 1,3 bilhão de dólares. Ainda nesse País foi responsável pela construção da Expressway e o chamado Projeto Sifão. A empresa chegou a contar com cerca de dez mil brasileiros no Iraque.

Em 1983 surgiu a Mendes Júnior Edificações e em 1985 a siderúrgica do grupo em Juiz de Fora. Com a invasão do Kuwait e o embargo ao Iraque determinado pela ONU em 1990, a construtora foi obrigada a se retirar do País, com grandes prejuízos. Outro vento contrário na trajetória da empresa fundada por José Mendes Júnior, falecido em 11 de dezembro de 1983, surgiu com a operação Lava-Jato em 2015. (UV)

José Monteiro Ribeiro

Empresário e político
Leopoldina
1871 ~ 1946

Nascido de famílias mineiras poderosas em 27 de agosto de 1871, no distrito de Santa Isabel, em Leopoldina, **José Monteiro Ribeiro Junqueira** se tornou um dos maiores líderes políticos da Zona da Mata na primeira metade do século XX. Deputado estadual, federal e senador, ele foi, também, um dos empresários mais arrojados da região, deixando sua marca na fundação da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e na construção do Ginásio Leopoldinense.

Os Ribeiro Junqueira, por parte de pai, e Monteiro de Barros, da família da mãe, constituíam os *clãs* mais importante da região sul mineira, comandavam as oligarquias de Carmo de Minas, Cruzília e Baependi, e deram suporte para a sua extraordinária carreira. Aos 22 anos, após se formar em direito em São Paulo, ele ingressou na política, eleito deputado estadual, em 1894, pelo Sul de Minas, e reeleito em 1898, pela Zona da Mata.

Um dos cargos de maior projeção foi a de agente executivo, equivalente ao de prefeito, consolidando ainda mais seu poder a partir de Leopoldina. Como deputado federal, eleito pela primeira vez em 1903 e seguidas vezes até 1930, exerceu a liderança da bancada mineira. Em 1929, integrou a “Aliança Liberal”, que levou Getúlio Vargas ao poder na “Revolução de 1930”. Já em 1933, elegeu-se deputado Constituinte e em 1935 senador.

José Monteiro foi também empresário de sucesso, criando em 1905 a Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, responsável pela construção da Usina Maurício, a primeira hidrelétrica da região. Fundou a “Gazeta de Leopoldina” e as Casas Bancárias Ribeiro Junqueira, a Irmãos Botelho, a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense em Minas e em Santa Catarina, a Companhia Carbonífera de Urussangueda do Rio Carvão.

Em 1906, fundou, com o irmão Custódio, um dos maiores símbolos de Leopoldina, o Ginásio Leopoldinense, do qual foi diretor de 1925 a 1927. Projetado pelo engenheiro Ormeo Junqueira Botelho em estilo neoclássico, o ginásio foi concluído em 1933 e desde 1996 é patrimônio cultural de Minas.

José Monteiro Ribeiro foi casado com Helena de Andrade Ribeiro Junqueira, com quem teve três filhos. Faleceu em 14 de maio de 1946 e, em sua homenagem, o distrito de Campo Limpo, em Leopoldina, recebeu o nome de Ribeiro Junqueira. (MS)

José Xavier da Veiga

Jornalista e historiador
Campanha
1846 ~ 1900

Fundador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (APM), cujo escritório sediou no porão da sua casa em 1895, o jornalista, político e historiador autodidata **José Pedro Xavier da Veiga** nasceu em 13 de abril de 1846 em Campanha e faleceu em 8 de agosto de 1900 em Ouro Preto. Monarquista, conformara-se com a República, entregando-se ao trabalho de assegurar para Minas papel fundador da nova nacionalidade brasileira, que viria à luz em “Efemérides Mineiras”, obra nem tanto republicana, mas que projetava no panteão da glória eventos mineiros, como a “Guerra dos Emboabas” (1707), a “Sedição de Vila Rica” (1720) e a “Inconfidência Mineira” (1789).

Publicado em 1898 e reimpresso em 1926 e em 1998, o livro raro reúne minucioso catálogo de informações históricas, notas biográficas, leis, alvarás, fatos e eventos, lendas e curiosidades sobre Minas, organizadas dia-a-dia, mês-a-mês e ano-a-ano, do período colonial a 1897, que teriam sido coligidas por Xavier da Veiga desde os anos de 1870. Embora avessa ao que ensina a “*boa historiografia*”, trata-se de uma obra monumental e de referência, única do gênero no País, assinala o professor Roberto Martins no prefácio da edição que integra a “Coleção Mineiriana”, da Fundação João Pinheiro.

Neto do professor e livreiro português Francisco Luís Saturnino da Veiga, que migrara para o Brasil em 1784, Xavier da Veiga trazia do berço o gosto pelas letras, pelos livros, pelos jornais e pela política. Seu tio, Evaristo da Veiga, foi redator do jornal carioca “Aurora Fluminense”, que teve participação direta na abdicação de Dom Pedro I em 1831. Seu pai, Lourenço, criaria em Campanha os jornais “Nova Província” e “O Sul de Minas”, ambos defensores da separação da região, e foi nesse ambiente que o menino se formou.

Em razão da saúde frágil, ele não concluiu o curso de direito em São Paulo e em Lavras, onde abriu um cartório, integrou-se ao Partido Conservador. Em 1873, elegeu-se deputado, fundando o seu próprio jornal, “A Província de Minas”, para defender a causa separatista e combater republicanos e abolicionistas. Já em 1889 e morando em Ouro Preto, lançaria o jornal “A Ordem”, em que defendia a aceitação pacífica da República.

Xavier da Veiga foi casado com Luíza do Amaral. Tiveram 8 filhos. (AA)

Juscelino Kubitscheck

Político
Diamantina
1902 ~ 1976

Juscelino Kubitschek de Oliveira, o “Presidente Bossa Nova” que governou entre 1955 e 1961 com índices de crescimento econômico médio de 7,8% ao ano, em meio a uma onda de criatividade nas artes, na cultura e nos esportes, e cuja obra-prima, Brasília, encanta ainda hoje o Brasil e o mundo, nasceu em Diamantina em 12 de setembro de 1902 e morreu em um desastre de automóvel no Km 165 da Rodovia Dutra em Resende, no Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1976. Construída por 30 mil operários “*candangos*”, a capital icônica que emergiu das pranchetas dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer em 21 de abril de 1960, tornou-se síntese da modernidade dos “Anos Dourados” de Juscelino, cuja trajetória seria ceifada quatro anos depois pelo golpe militar.

Eleito senador por Goiás após deixar a Presidência, ele já havia sido lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) candidato a um segundo mandato, quando o presidente João Goulart foi deposto pelos militares com o golpe em 31 de março de 1964. Dois meses depois, em oito de junho, seria a vez de o próprio Juscelino ter o mandato e os direitos políticos cassados por dez anos, sob acusações sem provas de corrupção na construção de Brasília. No calvário pós-golpe, ele enfrentaria ainda duas temporadas no exílio, interrogatórios e prisão domiciliar ao retornar ao Brasil em 1967.

A carreira política do ex-coroinha da Igreja da Luz de Diamantina e quinto presidente da República nascido em Minas começara nas trincheiras da “Revolução Constitucionalista”, como capitão-médico da força pública. Com a vitória sobre os paulistas em 1932, o médico formado pela UFMG seria convidado por Benedito Valadares, então interventor nomeado por Getúlio Vargas, para a secretaria de governo, elegendo-se deputado federal em 1934. Três anos depois, o Congresso seria fechado pelo “Estado Novo” e ele retomou a Medicina. Em 1940, Juscelino estaria de volta à cena política, como prefeito nomeado de Belo Horizonte.

Em 1943, a inauguração do complexo da Pampulha, hoje Patrimônio Mundial, daria a dimensão do arrojo desenvolvimentista com o qual ele marcaria a sua passagem, tanto pelo Governo de Minas (1951/1955), quanto pela Presidência da República.

Juscelino foi casado com Sarah Lemos. Tiveram duas filhas. (AA)

Juvenal Dias

Flautista
Belo Horizonte
1908 ~ 1994

Nascido em 1908, **Juvenal Dias da Silva**, que nomeia a sala em formato de arena no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, é reconhecido como um dos maiores flautistas de sua geração, com atuação tanto em música popular, quanto erudita. Pertenceu a várias orquestras e foi presença de destaque na “Era do Rádio” (1930/1960), lecionando até os seus últimos dias em 1994.

A carreira começara cedo, na adolescência, quando Juvenal foi contratado aos 13 anos como músico da empresa Gomes Nogueira, para tocar nas antessalas do cinema mudo. Durante oito anos, o jovem tocava em orquestras que se apresentavam antes, durante as projeções e também nos intervalos, nas trocas dos rolos de fita, mas que começariam a ser dispensadas a partir de 1926, data do primeiro filme falado, cantado e musicado, “The Jazz Singer”, de Alan Crosland.

Em 1925, fundado o Conservatório Mineiro de Música, hoje Escola de Música da UFMG, Juvenal é o primeiro aluno a se matricular na classe do consagrado flautista Fausto Assunção (1892/1956) e a partir da década de 1930, com a popularização do rádio, toca nas orquestras das três emissoras então criadas na capital mineira, a “Mineira”, em 1927, e a “Inconfidência” e a “Guarani”, ambas em 1936.

Na “Inconfidência”, onde ingressou em 1938, atuou nas orquestras Sinfônica, Melódica, de Dança e de Salão, além de dirigir o “Conjunto Ritmo PRI- 3”. Para cobrir 18 horas diárias de programação ao vivo, nos tempos áureos, a emissora contava, além das quatro orquestras, com os chamados “regionais do choro”, ágeis para acompanhar cantores e cobrir buracos, relata Marcos Freitas, pesquisador da UFMG.

Jornais de 1940/50 trazem o sucesso dos programas “Diversões”, “Parada da Alegria” e “Saraus e Serenatas” e, em todos, o “conjunto do exímio flautista Juvenal Dias”, diretor musical, também, do “Programa do Pinduca”, para jovens, que integrava atrizes e alunos do Colégio Estadual.

Ao longo da carreira, Juvenal Dias pertenceu às Orquestras Sinfônicas de Belo Horizonte, de Minas Gerais, da UFMG, da Sociedade Coral e da Cultura Artística de Minas Gerais, da qual foi diretor, além de ter tocado na orquestra que se apresentava no Cassino da Pampulha, fechado em 1946 com a proibição de jogos.

Com 83 anos, ainda lecionava no Palácio das Artes, falecendo um ano depois da inauguração da sala que eternizou o seu nome. (CC)

Juventino Dias

Empresário
Betim
1884 ~ 1976

Destruir investimentos públicos e privados sempre foi desafio no Brasil. Em Minas, essa foi a tônica em períodos decisivos para a sua industrialização, esforço que uniu políticas públicas mais de 70 anos atrás a oportunidades percebidas por visionários, a exemplo do comerciante e industrial **Juventino Dias**. Nos tempos dos coronéis na política e na economia, ele marcou sua atuação emprestando o nome ao Distrito Industrial de Contagem, conhecido como Cidade Industrial, na Grande Belo Horizonte. Foi o primeiro empreendimento do gênero planejado da América Latina.

O complexo integrou uma série de iniciativas para estimular o desenvolvimento e recebeu, entre as construções pioneiras, uma fábrica da Companhia de Cimento Portland Itaú, projeto comandado por Juventino no distrito industrial que foi criado pelo interventor Benedito Valadares em 1941.

Em junho de 1956, coube a Juventino dar outro impulso vital para o desenvolvimento industrial do estado, ao lançar - lado a lado com JK, então presidente, e Bias Fortes, governador - a pedra fundamental de mais uma unidade produtora de cimento, desta vez em Pedro Leopoldo. Na época, ele contou com a parceria de outro coronel, Teotônio Batista de Freitas, proprietário de duas fazendas, onde foi explorado o calcário que alimentava a cimenteira.

Nascido em 13 de março de 1884, na localidade de Capela Nova, atual município de Betim, Juventino Dias construiu um espécie de império financeiro. Ousadia não faltou na sua trajetória, segundo seus pares e políticos, a despeito da ausência de posses da família, e do estudo limitado, sendo que a veia empreendedora seria descoberta aos oito anos, quando vendia canivetes.

Registros sobre a sua história revelam que o futuro coronel iniciou a carreira como comerciante em Santa Bárbara. Fundaria ainda a Companhia Fabril Mineira, em Lavras, e cinemas, além de ter adquirido uma cervejaria. Ele casou-se duas vezes e teve 15 filhos. Faleceu em Belo Horizonte, aos 91 anos, após ter sofrido um acidente vascular cerebral em 8 de janeiro de 1976.

A cimenteira que construiu em Contagem foi incorporada pelo grupo Camargo Correia e nos anos de 1990 cedeu lugar ao Itaú Power Shopping, que preservou as chaminés com quase 60 metros de altura. (MV)



Lady Francisco

Atriz
Belo Horizonte
1935 ~ 2019

Leyde Chuquer Volla Borelli Francisco de Bourbon foi uma atriz de cinema, teatro e televisão. Com o nome artístico de Lady Francisco, foi considerada um “símbolo sexual” na época e reconhecida nacionalmente pela participação em várias novelas, especialmente na “TV Globo”, e em filmes brasileiros.

Nascida em Belo Horizonte em 7 de janeiro de 1935, era filha de um rico comerciante e teve uma infância conturbada. A menina tinha desmaios constantes que a levaram, por diversas vezes, a tratamentos com eletrochoques. Na juventude, foi aeromoça e radialista, e mostrava um comportamento ousado para a sociedade belo-horizontina da época. Envolveu-se com um engenheiro, de quem ficou noiva e, ao descobrir que ele era casado, decidiu seguir com o relacionamento. Eles viveram juntos e tiveram um casal de filhos.

Em 1972, Lady Francisco se separou do companheiro e mudou-se sozinha para o Rio de Janeiro, já com a intenção de iniciar a carreira artística. Nos primeiros meses na cidade, passou por dificuldades e viveu de favor na casa de amigos até conseguir um emprego na “TV Tupi”, para compor o júri do Programa de Flávio Cavalcanti, então de enorme audiência.

Na “TV Tupi”, atuou em sua primeira novela, “Jerônimo, o rei do sertão”, entre 1972 e 1973. No ano seguinte, fez a sua estreia no cinema, ao participar do elenco da pornochanchada “Um varão entre mulheres”. Em 1975, foi escalada para mais cinco produções do gênero e estreou na “TV Globo”, na novela “Pecado Capital”.

A partir daí, sua carreira ganhou impulso. Ao longo da vida, Lady Francisco atuou em 31 produções televisivas, entre 1972 e 2018, em 26 filmes, entre 1974 e 2019, e em 13 peças teatrais, de 1974 a 2000. Foi premiada no Festival de Brasília, em 1977, como melhor atriz pela atuação como Marlene, no filme “O crime de Zé Bigorna”, dirigida por Anselmo Duarte, e ao lado de Lima Duarte, reconhecido também como melhor ator na premiação daquele ano. Lady Francisco ainda acumulou as funções de produtora, diretora assistente e diretora de algumas produções em que atuou como atriz, e gravou um disco compacto, em 1983.

A atriz mineira morreu em 25 de maio de 2019, no Rio, de falência múltipla dos órgãos, depois de uma longa internação, decorrente de uma fratura do fêmur, aos 84 anos de idade. (DM)

Laís Corrêa de Araújo

Poetisa
Belo Horizonte
1929 ~ 2006

Uma das raras expressões femininas da vanguarda poética dos anos 1950/60 no Brasil, com versos arrojados e manejo magistral das palavras, **Laís Corrêa de Araújo**, poeta, ensaísta, jornalista literária e tradutora, nasceu em Campo Belo em 3 de maio de 1929, aprendeu as primeiras letras em São João del-Rei, e graduou-se em Línguas Neolatinas na UFMG, com 18 anos.

Em 1963, única mulher a participar da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda na capital mineira, que reunia membros da Poesia Concreta paulista e da revista mineira “Tendência”, ouviu uma voz questionar a mesa de abertura: “*por que a Laís está aqui?*” Incomodava sua presença como representante de uma vertente poética, que não cumpria só a “*profissão de esposa*” do poeta Affonso Ávila, idealizador do evento.

Mas Laís, já com livros publicados, era acostumada a estranhamentos e seguia seu percurso intelectual ousado. Versava sem lirismo sobre desejo, sexo, cotidiano, questões sociais e, sobretudo, o fazer poético. No livro “Decurso de Prazo” (1988) seu emblemático poema “Profissão de Esposa”, com versos jocosos de um marido machista, bem provocaria aquela voz da plateia de 1963: “*Cala-te, burguesa,/ e serve a minha mesa./Cala-te, madama,/e serve-me na cama./Cala-te, obesa,/ e deixa a luz acesa./Cala-te, obtusa,/e chama a minha musa.*”

Laís foi cronista na revista “O Cruzeiro”, do Rio de Janeiro, no “Estado de Minas” e atuou em “O Estado de S. Paulo”. Com Murilo Rubião, foi fundadora do “Suplemento Literário” do “Minas Gerais”. Debruçava-se também em ensaios e traduções e foi superintendente das Bibliotecas Públicas de Minas.

Filha de um promotor pernambucano e uma professora mineira, perde a mãe com apenas um ano, o pai aos sete anos. Os sete irmãos são então distribuídos entre os tios, até que a irmã mais velha, com 18 anos, datilógrafa, resolve reunir todos em 1936 em Belo Horizonte, entre apuros financeiros. Valia o lema de que os estudos eram a única herança, contava.

Conhece Affonso Ávila ao integrar a revista “Vocação”, em 1951. Encantado com os versos de Laís, ele publica seu primeiro livro, “Caderno de Poesia” e lhe dá de presente. Casam-se e têm cinco filhos.

Laís morreu em 2006, em Belo Horizonte. Deixou sete livros de poesias, cinco de literatura juvenil, além de ensaios, artigos, traduções e crônicas. (CC)

Laudelina de Campos

Líder doméstica
Poços de Caldas
1904 ~ 1991

Neta de uma escrava doméstica, **Laudelina de Campos Melo** veio ao mundo em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas. Seus pais, embora nascidos após a Lei do Ventre livre, tiveram uma vida de sujeição e obediência aos senhores de escravos. Sua mãe fora dada como “ama-seca” ainda na infância para a família Junqueira e um destino semelhante estava sendo preparado para Laudelina: aos sete anos abandonou a escola para cuidar da casa e aos dezessete passou a prestar serviços domésticos fora de casa. No entanto, sua altivez e coragem perante o racismo já chamavam a atenção desde a adolescência.

Por volta dos dezesseis anos, “Nina”, como era conhecida, funda junto à sua vizinhança o grupo recreativo “Treze de Maio” como resposta à segregação imposta pelos brancos em bailes e outros espaços de lazer. Foi em um dos bailes desse grupo que Nina conheceu seu marido, com quem se casou e teve dois filhos, Alaor (1925) e Neusa (1928). Foi também ali que teve seus primeiros contatos com sindicalistas e comunistas e em 1936, já em Santos (SP), a mineira se filiou ao PCB, entrou na “Frente Negra Brasileira” e fundou a primeira associação de empregadas domésticas do País. Mais tarde se filiaria também ao MDB e ao PT.

O “Estado Novo” fechou as portas da associação e tornou o PCB clandestino, mas Laudelina não se afastou da vida pública. Indignada com os escritos de Adolfo Hitler, ela resolve se alistar para combater os nazistas, quando o Brasil entrou na guerra em 1943. Com a reabertura do regime em 1945, a associação foi refundada em Santos e depois em Campinas.

Por onde passou, “Nina” colocava sua luta contra o racismo, defendendo a criação de um partido negro, questionando vagas de emprego preferenciais para brancas e fundando, em 1954, uma escola de dança para meninas pretas. Em 1962, a militante pôde entregar ao presidente João Goulart as reivindicações de sua categoria.

Ela faleceu em 1991, três anos após uma das suas maiores conquistas: a transformação da associação em sindicato. Ícone incontestado do movimento negro brasileiro, o seu legado está espalhado nas diversas associações que ajudou a fundar pelo Brasil, no debate sobre a igualdade racial e no avanço da luta das trabalhadoras domésticas, que culminou na PEC das Domésticas em 2015. (JA)

Lobo de Mesquita

Compositor e regente
Serro
1746 ~ 1805

Perdida por mais de um século, a genialidade da criação musical do compositor, maestro, regente e organista **José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita**, nascido no Serro em 12 de outubro de 1746, viria à luz não sem polêmica na década de 1940, pelas mãos do musicólogo alemão Francisco Curt Lange. Garimpando arquivos da mitra arquidiocesana e das confrarias religiosas de Diamantina, o musicólogo deparou-se com partituras de um desconhecido regente, Lobo de Mesquita; o que confirmava as suas pesquisas em arquivos de igrejas em Ouro Preto e Mariana: no século do ouro, Minas produzira também música sacra de qualidade, ao contrário do que rezava a história oficial.

“Missa para quarta-feira de cinzas” e “Missa em fá nº 2”, para solistas, coro misto e cordas, estão entre as dezenas de composições hoje atribuídas ao artista “pardo”, filho de um português, Joseph Lobo de Mesquita, com a escrava Joaquina Merenciana. Ainda menino, ele iniciara a formação musical nas igrejas da então Vila do Príncipe, mudando-se já adulto para o Arraial do Tijuco, onde trabalhou por vinte 20 anos, como revelam contratos assinados com confrarias locais, entre os quais com a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, pelo qual receberia 50 *oitavas* de ouro anuais, para tocar órgão em todas as missas e ladainhas.

Na virada do século XVIII, registros da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar atestam a passagem de Lobo de Mesquita por Vila Rica e em 1801 ele estaria no Rio de Janeiro, contratado como organista das missas da igreja da Ordem Terceira do Carmo, até a sua morte em 1805.

Ao trazer à tona a riqueza da produção musical nas Minas Gerais no século do ouro, resgatando compositores então desconhecidos, o musicólogo alemão radicado no Uruguai mexeu no vespeiro, sendo contestado duramente por historiadores e musicólogos. Por exigir do governo brasileiro garantias de preservação adequada do acervo dos manuscritos e das partituras que recuperara, Curt Lange seria acusado até de roubá-los e as tratativas só teriam fim em 1983, quando a sua coleção passou aos cuidados do Museu da Inconfidência em Ouro Preto.

Em 1995, dois anos antes de falecer, o musicólogo entregaria o seu acervo pessoal para a UFMG. Hoje, Lobo de Mesquita é patrono da cadeira nº 4 da Academia Brasileira de Música. (AA)

Lúcia Casasanta

Escritora e educadora
Carrancas
1908 ~ 1989

Quem não conhece “As mais belas histórias”, obra que conquistou leitores infantojuvenis e continua a encantar gerações de crianças brasileiras? A coleção composta de cinco livros escritos pela educadora **Lúcia Monteiro Casasanta** é utilizada em sala de aula para alfabetização. O primeiro deles, destinado ao ensino inicial da leitura e da escrita, é a história dos “Três porquinhos”, adaptação do conto clássico feito pela escritora.

Lúcia Casasanta defendia que a alfabetização não devia se dar letra por letra, mas a partir de contos ou pequenas histórias. Ela foi considerada uma das mais respeitadas educadoras do Brasil, responsável pela introdução do método global de contos para a alfabetização de crianças. A educadora e escritora criou a primeira biblioteca infantil do país e a primeira clínica para correção de problemas de leitura e de linguagem em suas diversas áreas.

Nascida em Carrancas em 29 de maio de 1908, Lúcia Casasanta começou a lecionar tão logo concluiu a Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, em 1925. Com 19 anos, foi enviada para a Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Especializou-se em metodologia da linguagem e foi uma das fundadoras da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, com a ajuda da educadora Helena Antipoff.

O método global para aprendizagem da leitura, criado por ela, foi adotado durante muito tempo pelas escolas públicas mineiras. Completamente envolvida na educação, Lúcia Casasanta defendia que a sala de aula deveria instigar a criança, motivando-a a aprender por meio de contos. Em sua trajetória pioneira na educação, a escritora contribuiria para a introdução da chamada Escola Nova no Brasil e na divulgação dos métodos globais de contos para a alfabetização do final da década de 1920 até os anos de 1970.

Lúcia Casasanta foi ainda diretora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), de 1968 a 1977, membro do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura, e responsável pelo quadro Educação no programa “Universidade do Ar”, na extinta “TV Itacolomi”.

Ela faleceu em Belo Horizonte em 1989. Os arquivos pessoais da escritora e educadora foram doados ao Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG. (TC)

Lúcia Machado

Escritora
Sabará
1910 ~ 2005

Quando na fazenda Nova Granja, em Sabará, onde nasceu, a mãe lhe contava histórias, Lúcia logo elegeu “Dom Quixote” seu herói favorito e o converteu em “Xisto” nas estórias que recriava, com detalhes assustadores, para os filhos dos empregados e sobrinhos. “Xisto” se tornaria o personagem, “*uma espécie de quixote-mirim, cujo cavalo de vinte pernas galopava à velocidade do vento*”, de uma série de livros que fascina crianças e jovens. Em 1983, ela atingiria, com suas coleções, a marca de um milhão de livros vendidos. “O escaravelho do Diabo”, foi levado ao cinema, como um *serial killer*, em 2016.

Lúcia Machado de Almeida nasceu em 4 de maio de 1910, caçula de onze filhos do empresário Virgílio Machado e Marieta Monteiro, entre eles, também ilustres, o obstetra Lucas, o escritor Aníbal e o político Cristiano Machado. A menina descalça, que brincava com piabinhas no riacho e amava borboletas, logo deixou a fazenda, interna no Colégio Santa Maria, em Belo Horizonte, mas as histórias e a liberdade lhe ficaram cravadas.

Com 18 anos, dirige a seção feminina da “Folha da Noite”, e por 50 anos colabora em jornais e revistas. A senhorinha, que ditava moda, casase com o paulista Antônio Joaquim de Andrada e Almeida, que viria a dirigir, em 1940, o escritório do IPHAN, e criaria o Museu do Ouro, em Sabará. O apartamento do casal, no Edifício Niemeyer, ficaria conhecido como “Embaixada de Minas”, por reunir sempre a elite intelectual. Recebe Sartre e Simone de Beauvoir, Cecília Meireles, entre outros.

Lúcia estreou com “No Fundo do Mar”, em 1943, que transporta sua piabinha detetive ao oceano, seguido de outros livros marinhos, e “O caso da Borboleta Atíria”, em 1951. Diria Carlos Drummond sobre ela: “*o leitor infantil não se sente intimidado com a pressão de uma inteligência adulta a querer estabelecer falsa intimidade com o espírito infantil*”.

Em 1956, a revista “O Cruzeiro” publica em fascículos “O escaravelho do diabo”, e em 1957 “Aventuras de Xisto” abre extensa série, todos relançados nos anos de 1970. Para adultos, escreve “Passeios” em Sabará, Diamantina e Ouro Preto.

Lúcia ajudou a trazer a Aliança Francesa para Minas, a erguer o Edifício Niemeyer, presidiu o Coral Madrigal Renascentista, e se desculparia de suas posições “atrasadas” sobre sufrágio feminino em 1929. Ela faleceu em Indaiatuba (SP) em 30 de abril de 2005. (CC)

Lúcio Alves

Cantor e compositor
Cataguases
1927 ~ 1993

Cantor, compositor e instrumentista, Lúcio Alves deixou seu nome gravado na música popular brasileira como um dos principais precursores da “Bossa Nova”. Nascido em Cataguases, em 28 de janeiro de 1927, começou a tocar violão aos seis anos. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e, aos nove anos, iniciava apresentações em programas musicais das rádios cariocas, como a Mayrink Veiga e Nacional, ficando conhecido como cantor das “multidinhas”, parodiando o famoso Orlando Silva, que era chamado “cantor das multidões”.

A precocidade artística de **Lúcio Ciribelli Alves** ficou mais evidente quando aos 14 anos, em 1941, formou o grupo vocal e instrumental “Namorados da Lua”, do qual era *crooner*, violonista e arranjador. Com ele, ganhou concursos de calouros e de músicas carnavalescas, além de gravar seu primeiro disco, com composições do baiano Assis Valente. Em 1947, em parceria com o carioca Haroldo Barbosa, compôs um dos sambas mais famosos da música brasileira, “De conversa em conversa”, gravado por vários intérpretes.

O grupo se desfez em 1947 e ele se lançou em carreira solo, tornando-se conhecido como o cantor das madrugadas nas rádios cariocas. Episódio importante deu-se em 1954, quando a gravadora Continental, aproveitando a suposta rivalidade que ele teria com o cantor Dick Farney, encomendou a Antônio Carlos Jobim e Billy Blanco uma música para ser interpretada pelos dois. Dessa dupla nasceu o samba pré-bossa "Tereza da praia" que proporcionou aos cantores um diálogo musical com acompanhamento de Tom Jobim.

Com seu jeito intimista, Lúcio Alves pertenceu à geração de precursores da renovação da música popular, que só viria eclodir no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a “Bossa Nova”. O cantor sempre procurou o estilo mais moderno da música brasileira, culminando com o lançamento do LP “A bossa é nossa”, pela Philips, em 1961.

Lúcio Alves também atuou na produção de programas musicais de TV, como o “Roda de Samba”, da Record, foi produtor da “TV Tupi” e diretor musical da Excelsior. Sua discografia soma quase quatro dezenas de discos e onze álbuns. Nos últimos anos de vida, ressentia-se da falta de reconhecimento e enfrentou dificuldades financeiras, falecendo em 3 de agosto de 1993, de insuficiência cardíaca, aos 66 anos, no Rio. (MS)

Lúcio Cardoso

Escritor
Curvelo
1912 ~ 1968

Joaquim Lúcio Cardoso Filho, o escritor, tradutor, poeta, dramaturgo e cineasta, cuja obra-prima, “Crônica da casa assassinada”, recria, em ritmo novelesco, através de cartas, diários e confissões dos personagens, o ambiente apocalíptico de degradação social e moral de uma família tradicional mineira perturbada pelo adultério e incesto, pela loucura e decadência, nasceu em 14 de agosto de 1912 em Curvelo. Em 1959, à época do lançamento do livro, para o qual transporta suas angústias e paixões e a busca por si mesmo, ele diria ao crítico literário Fausto Cunha:

“Meu movimento de luta, aquilo que visou destruir e incendiar pela visão de uma paisagem apocalíptica e sem remissão é Minas Gerais. (...) Que me entendam bem: contra a família mineira.”

Caçula dos seis filhos de Joaquim Lúcio Cardoso e Maria Wenceslina Alves de Souza, “Nonô”, como Lúcio era chamado, mudou-se em 1914 para Belo Horizonte e em 1923 para o Rio de Janeiro. Um ano depois, retornou à capital mineira, onde continuou os estudos secundários, fixando-se definitivamente na então capital federal a partir de 1929. No Rio, inicia as primeiras experimentações literárias como poeta, contista, dramaturgo e redator do jornal “A Bruxa”.

Trabalhando na Companhia Metrópole, de seguros, Lúcio lança em 1934 o livro de estreia, “Maleita”, no qual o pai homônimo é protagonista na saga da fundação de Pirapora, às margens do São Francisco. Viriam depois “Salgueiro” (1935), “A luz no subsolo” (1936), “Poesias” (1941), “Dias perdidos” (1943) e a novela “O enfeitado” (1953), entre outros.

Como dramaturgo, é de sua autoria a peça “O filho pródigo”, escrita para a estreia do Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, em 1947. Roteirizou e dirigiu “A mulher de longe” e várias de suas histórias seriam adaptadas para o cinema, entre as quais a “Crônica da casa assassinada”, em 1971.

Corajoso, Lúcio foi dos primeiros de sua geração a assumir a homossexualidade, cujos traumas e desafios reportaria no livro “O Diário 1”, de 1961. Após sofrer um derrame cerebral em 1962, que o impediu de escrever, recorreria à pintura para expressar a sua arte, que expôs na Galeria Goeldi em 1965. Faleceu três anos depois, em 24 de setembro, e sua irmã escritora, Maria Helena Cardoso, lhe dedicaria o livro “Vida Vida” em 1973. (AA)

Luzia

Coletora-caçadora
Pedro Leopoldo
~ 11.500

Luzia, o fóssil de uma jovem de feição negra de 23 ou 24 anos de idade e 1,5 metro de altura, que revolucionou os estudos da ocupação humana das Américas na pré-história, foi encontrado em 1975 em uma gruta no sítio arqueológico da Lapa Vermelha IV, em Pedro Leopoldo, pela missão franco-brasileira liderada pela arqueóloga francesa Anette Laming-Emperarie. Com idade estimada pela técnica de carbono 14 em 11,5 mil anos, o fóssil revelaria que a ocupação humana do continente é bem mais antiga do que se supunha, fazendo recuarem as evidências de existência de assentamentos humanos nas Américas de 12 mil para 15 mil e até 20 mil anos atrás.

Os estudos da morfologia craniana de Luzia – assim chamada em homenagem ao fóssil de Lucy, uma ancestral ainda mais antiga, de 3,2 milhões de anos, encontrada na Etiópia – trariam também outra revelação surpreendente: suas características eram africanas e de aborígenes da Oceania, bem diferentes dos povos indígenas ancestrais, cujo padrão morfológico é o denominado mongolóide.

Em 1999, reconstituída pelo antropólogo forense inglês Richard Neave, a partir dos estudos do bioantropólogo do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), Walter Alves Neves, a feição negra do crânio alongado e estreito da jovem Luzia tornou-se sucesso imediato, ao ser revelada em um documentário da rede britânica BBC sobre os primeiros habitantes das Américas.

Prosseguindo os estudos de outros fósseis humanos colecionados no século XIX pelo pai da paleontologia brasileira, Peter Lund, a equipe de Walter Neves encontrou, ainda, nas grutas calcárias da Área de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa, outros fósseis que os permitiram constatar que as características de Luzia eram comuns aos povos da região, que viviam da caça de animais da megafauna e da coleta de vegetais e teriam desaparecido há 8 mil anos.

Da pré-história das Américas à história, a Luzia quase foi perdida nas chamas que consumiram o Museu Nacional da UFRJ em 2018. Acondicionados em uma caixa de ferro, que resistiu em parte ao fogo, 80% dos seus ossos fossilizados foram resgatados entre os escombros e cinzas do museu, à espera de que novos estudos possam decifrar o enigma do desaparecimento do povo de Luzia há oito milênios. (AA)

Lygia Clark

Artista plástica
Belo Horizonte
1920 ~ 1988

Placas de alumínio contendo abas e dobradiças formam esculturas de animais, como os próprios expectadores dessas peças imaginarem. Sacos de água e areia colocados sobre o corpo aguçam o tato e os sentidos. Com um carretel de linha preso à boca, desfazer o novelo sobre outra pessoa une manifestação artística e sensações. A interação do público diante da obra de arte, hoje, tão comum nas galerias e museus, teve uma revolucionária da cultura brasileira entre seus precursores, a pintora e escultora **Lygia Clark**.

Autora de construções metálicas geométricas articuladas, que batizou de “Bichos” e expôs entre 1960 e 1964, a artista propôs com ineditismo a participação do observador, até então acostumado a só admirar os trabalhos, sem poder tocá-los. Inquietação e pioneirismo se tornaram constantes ao longo da sua carreira, tanto em Belo Horizonte, quanto no Rio de Janeiro e em Paris.

“*Todo o meu processo tem sido de unir arte e vida*”, definiu a artista, que também se firmou como uma defensora da arte para efeito terapêutico. Ela alcançou notoriedade nos anos 1950, ao integrar o movimento do concretismo. Premiada na Exposição Nacional de Arte Abstrata de 1953, Lygia funda, no ano seguinte, o Grupo Frente, dedicado à arte concreta, junto de artistas como Hélio Oiticica, Amílcar de Castro e Ferreira Gullar.

Evento mais importante de 1959, a I Exposição Neoconcreta contou com 20 obras da artista, nascida na capital mineira em 23 de outubro de 1920. Após o casamento com Aluizio Clark Ribeiro, e a mudança para o Rio, Lygia começou a estudar pintura com Roberto Burle Marx.

Em Paris, frequentou as aulas de Fernand Léger, um dos representantes da pintura cubista de Pablo Picasso. Uma galeria parisiense abrigou a sua primeira exposição individual em 1952. Naquele ano, os trabalhos seguiram ao Rio, expostos no Salão Nacional de Arte Moderna. A nova vertente do trabalho com objetos sensoriais surge nos anos 1960, num período em que ela volta a Paris para ministrar curso de comunicação visual na Sorbonne.

Premiações e exposições na Itália e nos EUA já integravam o currículo de Lygia. Explorar a arte como terapia seria o próximo passo e ela ministra métodos terapêuticos em sua casa. Mãe de três filhos, faleceu em 26 de abril de 1988. (MV)



Magalhães Pinto

Político
Sto. Antônio do Monte
1909 ~ 1996

José de Magalhães Pinto, o banqueiro vocacionado para a política que governou Minas Gerais entre 1961 e 1966 e encabeçou a liderança civil do golpe militar, nasceu em Santo Antônio do Monte em 28 de junho de 1909 e faleceu no Rio de Janeiro em 6 de março de 1996, sem realizar o sonho de presidir o País. Autor da antológica frase *“política é como nuvem, muda a toda hora”*, ele esperava que os militares deixassem o poder após o governo do general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, mas as nuvens não conspiraram a favor e os militares não voltaram para os quartéis.

Com a edição do AI 2, Castelo Branco prorrogaria o seu mandato em 1965 e introduziria a eleição indireta para presidente, por meio de um Colégio Eleitoral, composto pelo Congresso Nacional e por representantes dos estados controlados pelos militares, além de extinguir o pluripartidarismo. No entanto, ele permaneceu fiel ao regime que ajudara a implantar. Foi ministro das Relações Exteriores, deputado federal e senador pelo partido da ditadura, a ARENA, mas em 1985 apoiaria a candidatura de Tancredo Neves à Presidência, pouco antes de sofrer um derrame cerebral que o afastaria da vida pública até a morte.

Magalhães Pinto, cuja tez alva, cabeça ovalada e inteiramente calva o tornavam inconfundível em qualquer palanque, começou na política em 1943. Advogado formado pela UFMG, ele foi signatário do “Manifesto dos Mineiros”, documento que seria decisivo na luta contra o “Estado Novo”. Perseguido pelo interventor indicado por Getúlio Vargas, Benedito Valadares, foi então afastado da instituição financeira em que trabalhava; o que o levaria a criar o seu próprio banco em 1944, o Banco Nacional, base de um império financeiro, incorporado pelo UNIBANCO meio século depois.

Em 1945, o banqueiro foi um dos fundadores da UDN, agremiação que rivalizaria com o Partido Social Democrático (PSD) nas décadas seguintes as disputas políticas e eleitorais no País. Pela UDN, o banqueiro foi eleito deputado federal em quatro legislaturas seguidas, até conquistar o Governo de Minas com 760.427 votos em 1960, surpreendendo o candidato do PSD então favorito, Tancredo Neves, a quem apoiaria na redemocratização em 1985.

Magalhães foi casado com Berenice Catão. Tiveram seis filhos. (AA)

Manuelzão

Vaqueiro
Dom Silvério
1907 ~ 1997

Manuel Nardi, vaqueiro e capataz da comitiva com 198 cabeças de gado que o escritor João Guimarães Rosa acompanhou em 1952 e inspirou-o em sua magistral obra, nasceu na Zona da Mata mineira, em Dom Silvério, em 6 de junho de 1907, e morreu no sertão do Vale do São Francisco, em Andrequicé, distrito de Três Marias, em 5 de maio de 1997. Personagem do conto “Manuelzão e Miguilim”, da trilogia “Corpo de Baile”, o vaqueiro de barbas longas, carismático e bom de prosa daria vida à ficção Roseana, convertendo-se em embaixador da sabedoria de homens e mulheres do sertão e de um tempo em que o vai-e-vem de tropas e comitivas entrelaçava a diversidade geográfica e cultural mineira.

A transição de Manuel Nardi das montanhas de Minas para o sertão das Gerais ocorreria na década de 1930. Temendo ser preso por apoiar a “Revolução Constitucionalista”, derrotada em 1932, ele fugiu de Dom Silvério, pretendendo juntar-se ao cangaço, atraído pelas lendas do bando de Lampião. Conseguindo trabalho como cozinheiro de tropas, Manoel chegou então à região do médio São Francisco, aonde aprenderia a lida do gado, enquanto aguardava o momento oportuno para descer o grande rio e juntar-se aos cangaceiros no Nordeste.

Em 1938, o bando de Lampião seria desmantelamento em Sergipe e o tropeiro convertido em vaqueiro resolveu fixar-se em Andrequicé, distrito de Três Marias, de onde passaria a conduzir periodicamente boiadas que abasteciam os açougues da jovem capital mineira, então em franco crescimento; como a comitiva de 1952, que inspirou Guimarães Rosa.

Após o sucesso de “Corpo do Baile” e “Grande Sertão: Veredas”, ambos lançados em 1956, o vaqueiro adotou o apelido dado pelo autor e pelo qual ficaria conhecido, Manuelzão, participando de uma maratona de entrevistas, reportagens e programas de rádio e televisão por todo o País, entre as quais a minissérie “Grande Sertão: Veredas”, exibida pela “TV Globo” em 1985, na qual atuaria em uma cena do capítulo inaugural.

Em 1997, quatro meses antes de falecer, o vaqueiro seria padrinho do projeto de recuperação da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, que leva o seu nome, lançado por professores da Escola de Medicina da UFMG, e em Andrequicé a sua vida é hoje lembrada no Memorial Manuelzão, instalado na casa em que morou. (AA)

Marcelo Dolabela

Poeta
Lajinha
1957 ~ 2020

Marcelo Gomes Dolabela irrompeu na cena cultural em fins da década de 1970, quando a juventude saiu às ruas, enfrentava a repressão e desatava os nós da moral conservadora. Com um grupo de amigos, ele lançou em 1977 a “Revista Cemflores”, de oposição poética à ditadura, que era distribuída de mão em mão nas greves e manifestações que pipocavam em Belo Horizonte. Sem deixar a escrita poética, viria depois a experimentação musical. Em 1983, liderou a performática banda “Divergência Socialista”, para a qual compôs letras sob influências tropicalistas, comunistas, dadaístas e beatniks, e integrou a “Sexo Explícito”, ambas seminais no cenário underground do rock e do punk feito em Minas.

Nascido em Lajinha em 17 de setembro de 1957, Marcelo fora arrebatado pela poesia na infância. Sua mãe, Dorinha, era aparentada de Carlos Drummond de Andrade e o pai, René Dolabela, era aficionado pela obra do itabirano, cujas poesias declamava para os seis filhos todas as noites. Apesar disso, imaginou-se veterinário, logo retornando às letras, ao mudar-se para Belo Horizonte na década de 1970. Na UFMG, não concluiria o curso de veterinária, optando pelo de letras na Fafich, então um dos polos da luta contra a ditadura.

Lançada na retomada do movimento estudantil, a “Cemflores” seria o ponto de partida do poeta, em suas próprias palavras, “*o meu jardim da infância, minha maturidade e doutorado*”. À revista ícone da geração mimeógrafo e da poesia marginal, viriam depois, sempre de forma independente, 50 outras publicações, a maioria livros de poesia, como “Radicais” (1985), “Poeminhas & outros poemas” (1998) e “Lorem Ipsum: antologia poética & outros poemas” (2006), além do famoso “ABZ do rock brasileiro”, em 1987.

Multidimensional, Marcelo criou obras-objeto, entre os quais a caixa “Letrolatria”, roteirizou longas – “Arnaldo Batista Maldito Popular Brasileiro” – e escreveu o texto do premiado curta “Uakti”. Fez arte postal e foi curador de exposições, como “Rock brasileiro em 1000 discos”, atividades que combinava às de professor universitário.

Ao Edifício Malleta, onde tinha “escritório” no bar “Xok Xok”, Marcelo Dolabela, que morreu em 18 de janeiro de 2020, dedicou o poema “Malleta revisited #86”: “*eu estou: nas maravilhas do mundo/no Coliseu da cidade/no naufrágio dos poetas (...)*”. (AA)

Marco Antônio Araújo

Músico
Belo Horizonte
1949 ~ 1986

Marco Antônio Araújo foi um músico, nascido em Belo Horizonte em 28 de agosto de 1949. Compositor e multi-instrumentista (tocava violão, guitarra e violoncelo), suas composições harmonizavam o rock progressivo com as tradições da música barroca de Minas, das modinhas e serestas, e com a música clássica e erudita. Seu trabalho era comparado pela crítica musical com a obra de Egberto Gismonti.

Tinha entre as suas influências as músicas dos Beatles, Pink Floyd, Led Zeppelin, Deep Purple e Genesis. Em 1968, Marco Antônio integrou a banda Vox Populi, junto aos amigos Zé Rodrix (teclado), Frederyko (guitarra) e Tavito (violão). Com a banda gravou o seu primeiro disco, em 1969, o compacto simples "Spassomanguim", pelo selo regional BEMOL, hoje uma raridade disputada a preço de ouro por colecionadores. A Vox Populi foi núcleo formador da banda Som Imaginário, que acompanharia, mais tarde, o cantor e compositor Milton Nascimento.

Em 1970, o músico mineiro se mudou para Londres, Inglaterra, e ao retornar ao Brasil em 1973, fixou-se no Rio de Janeiro, onde iniciou estudos de composição musical, violão clássico e violoncelo na UFRJ. Nesse período, compôs a trilha sonora da peça "Rudá", dirigida por José Wilker, e do "Balé Cantares" para uma então recém-criada companhia de dança mineira, o Grupo Corpo.

Marco Antônio voltou para Belo Horizonte em 1977 e, selecionado em um concurso, passou a integrar a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. A partir daí, fundou uma produtora musical, passou a fazer shows, paralelamente ao trabalho na orquestra.

Os shows foram progressivamente atraindo o público e dando projeção ao artista. Num curto espaço de tempo, de 1981 a 1985, ele gravou nada menos do que quatro discos com composições inéditas, todos eles aclamados pela crítica. Teve também lançada uma coletânea de sua obra, ainda em vida, e foi regente e produtor de dois álbuns com músicas do compositor barroco Joaquim Emérico Lobo de Mesquita.

Em 6 de janeiro de 1986, na véspera de receber o "Prêmio Veja" de melhor instrumentista do ano, Marco Antônio Araújo morreu precocemente, aos 37 anos, depois de ser encontrado desacordado e ficar internado por cinco dias na UTI de um hospital da capital mineira, vítima de um acidente vascular cerebral. (DM)

Marco Trajano

Ativista gay
Juiz de Fora
1964 ~ 2021

Direito ao beijo, à cidadania e à dignidade. Na luta pelas causas da população LGBTQIA+, **Marco Trajano** tornou-se uma referência em Minas Gerais e no Brasil, com conquistas nas áreas da saúde, direitos humanos e civis, e para o fortalecimento do *Orgulho Gay*, especialmente em Juiz de Fora, sua cidade natal. Ele nasceu a 7 de março de 1964 e faleceu precocemente, em decorrência da Covid-19, no dia 17 de julho de 2021, em Juiz de Fora.

Em 2000, Marco Trajano fundou o Movimento Gay de Minas (MGM), com o marido Oswaldo Braga, seu companheiro por quase 30 anos, que após uma temporada na Inglaterra, voltou com ideias inovadoras para a luta por direitos, e ambos se empenharam na fundação de uma ONG que abrisse portas.

No mesmo ano, Marco foi o principal mentor da conhecida “Lei Rosa” (Nº 9791/2000), aprovada pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, a primeira no País a prever penalidades a quem proibisse “manifestações de afeto entre homossexuais, bissexuais ou transgêneros”, além de garantias no mercado de trabalho e outras. O ativista defendeu o beijo público, com repercussão na imprensa nacional. Em vários municípios, a legislação se repetiu.

Na sede do MGM, fincou enorme bandeira colorida, que chegou a ser alvo de pichações, inclusive nazistas, mas vingou. A ONG tornou-se um local de refúgio e militância da comunidade LGBTQIA+, vítima contumaz da solidão, intolerância e violência, ali acolhida com serviços de comunicação, assistência jurídica e psicológica e atividades culturais. Foi responsável pelo “Rainbow Fest” em Juiz de Fora, desde 1998, antecedido de debates sobre políticas públicas e direitos; e pela “Parada do Orgulho Gay” de 2003 a 2015, que Marco abria sempre com um beijo.

Funcionário público, Marco Trajano era filho de uma telefonista e um vendedor e cresceu, ainda na adolescência, aceito como homossexual, sem preconceitos na família. Além da atuação no MGM e na Prefeitura da sua cidade, trabalhou no Programa de Doenças Sexualmente Transmissível (DST-AIDS), era filiado ao PDT, coordenador nacional do PDT Diversidade, e defensor, sobretudo da dignidade humana e da união na luta: *“divergências não podem se tornar antropofágicas ou caímos no que Simone de Beauvoir dizia da força do opressor se ampliar sem a união dos oprimidos”*, dizia. (CC)

Marechal Lott

Militar
Antônio Carlos
1894 ~ 1984

Henrique Batista Duffes Teixeira Lott, o militar legalista que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência em 1955, foi preso por opor-se à tentativa da caserna de impedir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e condenou o golpe dos seus colegas de farda em 1964, morreu no ostracismo em 19 de maio de 1984.

Nascido em um distrito de Barbacena, hoje Antônio Carlos, em 16 de novembro de 1894, o futuro marechal trazia do berço a vocação militar, herdada do bisavô e do avô paterno, que haviam servido ao exército britânico. Assim, quando a família se mudou para o Rio de Janeiro, o menino ingressou no Colégio Militar, sentando praça aos 17 anos.

Em 1922, já tenente, ele atuava no Serviço Geográfico do Exército e só ficaria sabendo da rebelião dos colegas de patente contra a posse de Artur Bernardes após a repressão. Na segunda onda do Tenentismo em 1924, porém, cerrou fileiras com as forças legalistas e na “Revolução de 1930” acabou demitindo-se do cargo de instrutor da Escola Militar, por defender a legalidade da posse do presidente eleito Júlio Prestes.

Militar brilhante, Lott deu a volta por cima nos anos seguintes. Após servir em Juiz de Fora, João Pessoa e Belém e em delegações no exterior, ele se projetaria na sequência de crises pós “Estado Novo”. Em 1948, é promovido a general-de-divisão e seguiria a carreira.

Ministro da Guerra de Café Filho, que assumira a Presidência após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, ele protagoniza um ano depois o “movimento 11 de novembro”, contragolpe militar que depôs o deputado Carlos Luz, que havia assumido o governo em razão da doença de Café Filho, e assegura a posse de JK, contestada pela UDN.

No governo JK, continuaria na pasta da Guerra, disputando em 1960 a Presidência pela coligação PSD/PTB. Na campanha, o Marechal Lott recorre ao marketing político pela primeira vez na história política brasileira, mas amarga o terceiro lugar.

Altivo, ele não deixou por menos ao receber a ordem de prisão por defender a posse de Goulart: como o oficial que fora lhe prender era de patente inferior, exigiu a presença de um marechal; no que foi atendido e detido 15 dias.

Se não recebeu honras militares, o governador do Rio, Leonel Brizola, decretaria três dias de luto pela sua morte. (AA)

Maria Auxiliadora

Pintora
 Campo Belo
 1935 ~ 1974

Pintora autodidata, costureira, negra, nascida em uma família de 18 irmãos, **Maria Auxiliadora Silva** não completou o primário, foi empregada doméstica e só se dedicou exclusivamente à arte aos 32 anos. Produziria uma pintura singular, de cores vibrantes, efeitos de relevo preparados com massa plástica e mechas do próprio cabelo, e texturas de rendas nas telas. Alcançou reconhecimento internacional, mas como um raio de luz, morreu aos 39 anos de câncer, em 20 de agosto de 1974.

Nascida a 24 de maio de 1935 em Campo Belo, a veia artística vinha da mãe, Maria Almeida, bordadeira, que pintava e fazia esculturas. O pai trabalhava em estrada de ferro e alguns irmãos eram artistas. Mudou-se criança com a mãe e irmãos para São Paulo. Com 11 anos tingia os fios que a mãe bordava, e pintava com carvão nos muros. Só em finais de 1960 vai para Embu das Artes, onde o grupo do artista Solano Trindade criava um núcleo de cultura afro-brasileira.

Retorna à capital e expõe na Feira de Artes da Praça da República, onde conhece o crítico Mário Schenberg, que a apresenta ao cônsul dos Estados Unidos, Alan Fisher. Ele promove sua primeira mostra individual, em 1971, e todos os quadros são vendidos. Cabe ao marchand Werner Arnhold levar sua pintura ao exterior: em Dusseldorf, na Alemanha (1972) e Basileia, na Suíça (1973). Em São Paulo, expõe em coletivas.

Maria Auxiliadora pintou realidade e resistência: o cotidiano, precisões, o candomblé, festas juninas, e também a morte próxima, em telas tocantes. No candomblé, vestes com rendas brancas. Nas casas, cortinas brancas rendadas. Em 1972, estuda no Centro de Alfabetização de Adultos e retrata a aula. Vêm a “Última Unção” (1973), “Velório da Noiva” (1974) e “Autorretrato com anjos” (1972): ela diante do cavalete e pairam anjos com pincéis e tintas.

Em 1978, a “Mitopoética de 9 Artistas Brasileiros”, da crítica Lélia Coelho Frota, traz depoimentos da pintora. Há um livro em quatro idiomas e exposições póstumas na 38ª Bienal de Veneza na Itália (1978), no Musée d’Art Naïf na França (1979) e no MASP em São Paulo (1981). Cairia depois no quase esquecimento.

Em 2018, o MASP faz uma retrospectiva de 82 telas e um catálogo, para que sua vida e obra ultrapassem as “preconceituosas, paternalistas e redutoras categorias de ‘arte naïf’” ou “primitiva”. (CC)

Maria Cassimira das Dores

Rainha Conga
Betim
1906 ~ 1984

No dia 26 de julho de 1984, cerca de três mil pessoas, envolvendo autoridades da igreja católica, dos terreiros de umbanda e candomblé, dos reinados de congado, além de artistas, mestres populares e militantes, reuniram-se no bairro Concórdia, em Belo Horizonte, para um velório. Acabava de falecer a primeira Rainha Conga de Minas Gerais.

Nascida em 1906 no município então denominado Capela Nova, hoje Betim, **Maria Cassimira das Dores** era filha de dois congadeiros da Irmandade do Rosário. Essas irmandades existem em Minas desde o século XVIII e, se por um lado eram admitidas pela igreja para o controle dos escravizados, por outro, eram apropriadas por eles para suas próprias lutas. Foi no interior dessas irmandades que surgiu grande parte das guardas de congado, e era através delas que eles conseguiam se encontrar nas ruas, para vivenciar suas tradições e tocar seus tambores em louvor a Nossa Senhora do Rosário.

A primeira vez que Maria Cassimira participou de uma festa dessas foi aos seis meses de idade. Sua mãe ocupava o posto de juíza, seu pai dançava na guarda, e os dois a levaram para o cortejo vestida de princesa. O posto de rainha, no entanto, só chegou em 1944, quando, para cumprir uma promessa, fundou seu próprio grupo, a Guarda de Moçambique Treze de Maio, no bairro Concórdia, onde residia desde 1923.

O início do reinado do Treze de Maio foi marcado por muitas dificuldades. Para além da intolerância, do racismo e de ser uma mulher a fundá-lo, algo não admitido na época, as irmandades enfrentavam a proibição das Festas do Rosário por parte da Arquidiocese de Belo Horizonte. A despeito disso, a guarda prosperou e levou Cassimira a ser escolhida por unanimidade pelas irmandades e guardas filiadas à Associação dos Congados e Marujos de Minas como Rainha Conga do estado em 1965. A coroação ocorreu no 400º aniversário do Rio de Janeiro, na presença do então governador Israel Pinheiro e do bispo Dom Helder Câmara.

O legado da “Preta Véia”, como ficou conhecida, segue vivo e reverenciado nos cortejos da guarda, no desempenho da função de Rainha Conga pela sua neta Isabel Casimiro e na continuidade do espaço por ela fundado, que abriga também um terreiro de umbanda e é administrado por seus netos. (JA)

Maria Doroteia

Musa da Inconfidência
Ouro Preto
1767 ~ 1853

Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão, a musa inspiradora do famoso ouvidor luso-brasileiro preso na Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga, em seu poema autobiográfico “Marília de Dirceu”, nasceu em Ouro Preto em 8 de novembro de 1767. Filha do capitão Baltazar João Mayrink e de Maria Doroteia, de quem herdara o nome, a adolescente conheceu, aos 12 anos, o poeta natural de Miragaia, no Reino, 23 anos mais velho e recém-empossado na ouvidoria, e apesar da oposição da família, se enamoraram e ficariam noivos em 1789, ano em que a conspiração contra a Coroa desandou e Tomás Gonzaga foi preso.

Conduzido “*a ferros*” para o Rio de Janeiro, o ex-ouvidor da comarca foi encarcerado por três anos na fortaleza da Ilha das Cobras, onde teria escrito boa parte do extenso poema árcade, de 80 liras e 13 sonetos. Condenado à pena de morte em 1792, teve a pena comutada pela rainha Maria I em degredo por dez anos na África.

À sua amada Marília, escrevera o poeta mestre do arcadismo, investindo-se do pastor Dirceu: “*Depois que nos ferir a mão da morte, /Ou seja neste monte ou noutra serra, /Nossos corpos terão, terão a sorte/De consumir os dois a mesma terra. /Na campã, rodeada de ciprestes, /Lerão estas palavras os pastores:/Quem quiser ser feliz nos seus amores, /Sigam os exemplos que deram estes.*”

Tomás Gonzaga, porém, jamais retornaria ao Brasil. Em Moçambique, casou-se com a filha de um rico comerciante de escravizados para o qual advogava, enquanto o seu livro “Marília de Dirceu” era publicado em partes em Portugal pela “Officina Nunesiana”: a primeira, com 33 liras, em 1792; a segunda, com 38, em 1799; e a terceira, com nove liras e 13 sonetos, em 1812, dois anos após a sua morte.

Estigmatizada pelo destino do noivo conspirador, Maria Doroteia, por sua vez, recolheu-se à fazenda da família em Itaverava, em seguida à sua prisão e degredo, e jamais se casou. Em 1815, a musa retornaria a Ouro Preto, vivendo reclusa na casa em que nasceu até o seu último dia, em 9 de fevereiro de 1853.

Em 1955, nos afãs de renovação dos mitos em torno da Inconfidência Mineira, “*a mesma terra*” reuniria os restos mortais dos amantes separados pela conspiração e pelo oceano, sob as lápides do Panteão dos Inconfidentes no Museu da Inconfidência em Ouro Preto. (AA)

Maria Lacerda

Educadora e feminista
Manhuaçu
1887 ~ 1945

Educadora, escritora, anarquista, feminista, **Maria Lacerda de Moura** publicou mais de dez livros, reeditados no País e no exterior, entre eles “A mulher é uma degenerada” (1924), cujo título seria uma pergunta e foi publicado sem a interrogação; e “Amai... mas não vos multipliqueis” (1932). Para ela, a liberdade sexual das mulheres seria a “*conquista suprema para a remodulação do velho mundo*”.

Nesses dois livros, ela “respondia” às teorias do cientista português Miguel Bombarda, que afirmava serem as mulheres degeneradas, biologicamente inferiores aos homens, e mudar seu papel social traria queda da população. Ela diz que a degenerescência é do homem que faz guerras, enquanto as mulheres gestam filhos para os canhões; e que a maternidade compulsória servia à gestão das populações, atingindo principalmente a proletária.

Maria Lacerda chega a integrar o grupo das sufragistas, e a presidir a Federação Internacional Feminina, mas acaba por romper com a luta burguesa pelo voto feminino: “*de que serve o direito político para meia dúzia de mulheres, se a multidão feminina continua vítima de uma organização social de privilégios e castas em que o homem tomou todas as partes do leão?*”

Nascida em 16 de maio de 1887 em Manhuaçu, filha de pais espíritas e anticlericais, cresceu em Barbacena, onde se formou na Escola Normal, foi professora e fundou a Liga contra o Analfabetismo. Aos 17 anos, casa-se com Carlos Moura, com quem vive até 1927 e mantém amizade por toda a vida. Não têm filhos e adotam um sobrinho e uma menina órfã.

Em 1918/19, publica os primeiros livros e conhece o anarquista José Oiticica, tendo contato com novas pedagogias libertárias. Muda-se para São Paulo em 1921, escreve em jornais e revistas, liga-se a militantes comunistas, mas jamais se filia a um partido. “*Sou individualista, defensora da razão, da liberdade interior e contra a violência*”, definia-se.

De 1928 a 1937, vive em uma comunidade agrícola em Guararema, de anarquistas e desertores europeus da Primeira Guerra Mundial. É o período em que mais escreve, mas a repressão do “Estado Novo” desmonta a comunidade, há presos e deportados, inclusive seu companheiro, o francês André Néblind. Ela muda-se para o Rio de Janeiro e se refugia na espiritualidade.

Maria Lacerda morreu em 20 de março de 1945, sem ver o fim da Segunda Guerra Mundial. (CC)

Maria Martins

Escultora
Campanha
1894 ~ 1973

Uma das mais influentes escultoras surrealistas, que chocava o País com suas figuras sensuais e perturbadoras, a mineira de Campanha **Maria de Lourdes Alves Martins** foi chamada muitas vezes de Frida Kahlo brasileira. Teve grande influência na criação da Bienal de São Paulo, da qual participou desde o primeiro ano em 1951, e foi uma das primeiras mulheres a ganhar o título de “Melhor escultor nacional” com a obra “A soma dos nossos dias” em 1955.

Filha do político João Luiz Alves e da pianista Fernandina de Faria Alves, ela nasceu em 7 de agosto de 1894 e estudou no Colégio Sion no Rio de Janeiro. Casou-se, primeiro, com o jurista Otávio Tarquínio de Sousa, de quem se separou em 1925. Um ano depois, casou-se com o embaixador Carlos Martins Pereira e Sousa, que a ajudou a impulsionar a carreira e com quem tinha uma relação aberta, além dos padrões da época.

Inicialmente, interessou-se pela música e pintura, mas foi a escultura que mais chamou sua atenção quando morou na França e começou a trabalhar com madeira; no Japão aprendeu a modelar terracota, mármore e cera e estudou o bronze com o artista belga Oscar Jespers. Já em Washington, em 1939, abriu um ateliê e fazia trabalhos de grandes dimensões em madeira, além de prosseguir com a cerâmica e o bronze, que se tornou o principal material de suporte para suas obras.

Na década de 1940, as suas peças passaram a fazer parte do acervo de artistas latinos influentes, como Federico Cantu (México) e Mário Carreño (Cuba). A beleza sensual e o contorcionismo de obras inspiradas na natureza e nas lendas da Amazônia como o Uirapuru, fizeram com que o escritor francês André Breton a convidasse para integrar o grupo de surrealistas, formado por Max Ernest e Chagall, entre outros.

De volta ao Brasil em 1949, Maria Martins realizou a primeira exposição no MAM em São Paulo, com 36 esculturas. Além da bienal paulista, contribuiria ainda para a fundação do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR).

Em 1959, a artista concluiu a escultura “O Rito do Ritmo”, instalada em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília. “A mulher e sua sombra” e “O canto da noite” estão instaladas, também, nos jardins do Palácio do Itamaraty. Em 1970, foi convidada para fazer uma escultura para a Catedral de Brasília, mas não chegou a concluí-la, falecendo em 27 de março de 1973. (MS)

Maria Pena

Política
Piumhi
1901 ~ 2004

Quarta deputada estadual mais votada em 1962, eleita aos 59 anos com 15,6 mil votos pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a professora **Maria José Nogueira Pena** formou com a também professora Marta Nair Monteiro a primeira bancada de mulheres da história do parlamento mineiro. Quatro anos depois, concorrendo pela recém-criada ARENA, legenda de sustentação ao regime militar, ela seria reeleita com 11,3 mil votos, deixando a política ao término do segundo mandato em 1970.

A deputada pioneira trazia do lar o gosto pela política. Seu marido, o advogado e jornalista José Ribeiro Pena, fora presidente da Assembleia Legislativa, vice-governador de Minas e dirigente do poderoso PSD. Em 1960, no entanto, ele abriria dissidência com o seu partido, lançando-se candidato a governador em dobradinha com outro pessedista de alto costado, José Maria Alkimin.

Ficou em terceiro lugar, mas os seus 59,6 mil votos foram decisivos para que o udenista Magalhães Pinto vencesse Tancredo Neves, candidato do PSD. Fechadas as urnas, José Ribeiro Pena assumiria a secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas do governo Magalhães Pinto (1961/1966) e Maria Pena herdaria os seus redutos eleitorais.

Filha do engenheiro José Nogueira de Sá e de Elódia Parreira, ela nasceu em Piumhi em 4 de dezembro de 1901, mudando-se ainda menina para Belo Horizonte e depois para Ouro Preto, quando o pai foi nomeado professor da Escola de Minas e Metalurgia. Casou-se em 1924 com José Ribeiro Pena, acompanhando-o à sua cidade natal, Itapeverica, onde tornou-se professora do Colégio Imaculada Conceição e fundou o abrigo de idosos Frederico Corrêa.

Com os quatro filhos, o casal fixou-se na capital em 1944 e enquanto o marido trilhava a carreira política, Maria Pena dedicava-se a atividades de cunho social, trabalhando na Pioneiras Sociais, entidade criada em 1951 e embrião do atual Servas, e no Apoio Social Cristão, entre outras entidades. Na Assembleia, continuaria atuando nas causas assistenciais, bem como na educação.

Em 1964, a deputada se somaria à esmagadora maioria de seus pares no legislativo mineiro, quando 68 dos então 82 parlamentares (atualmente, 77) requereram a cassação dos colegas “comunistas” Clodesmidt Rianni, Sinval Bambirra e Dazinho.

Maria Pena faleceu aos 103 anos, em 30 de outubro de 2004. (AA)

Maria Stella Libânio

Culinarista
Belo Horizonte
1918 ~ 2011

A mestra da culinária **Maria Stella Libânio Christo**, nascida em Belo Horizonte em 1918, que mergulhou no universo dos fazeres e saberes de cozinheiras pretas e escravizadas, de sinhás brancas, empregadas e donas de casa e colecionou e preservou receitas, sabores, aromas e segredos da cozinha mineira, começou a escrever aos 60 anos e não parou mais. O primeiro livro, “Fogão de Lenha – Quitandas e Quitutes de Minas Gerais”, veio à luz em 1977 e a ele se seguiram oito livros de gastronomia, entre os quais “Fogãozinho - Culinária Infantil em Histórias” e “Saborosa Viagem Pelo Brasil”, escritos com o filho e frade dominicano Carlos Alberto, o Frei Betto.

Obra de referência, “Fogão de Lenha” recua aos tempos coloniais, revelando tradições culinárias transmitidas oralmente de geração em geração na lida de mulheres nos fogões a lenha e nos fornos das cozinhas senhoriais. Garimpando nas antigas vilas do ouro de Mariana e Ouro Preto e nas do café do Sul de Minas, Maria Stella coligiu nada menos do que 572 receitas, algumas delas preservadas em 40 cadernos de sinhás donas, sendo o mais antigo de 1835, da baronesa de Louredo, Ana Quitéria de Siqueira Alvim.

Receitas de “biscoitos sinhá”, “broa de mãe preta”, “doce de abóbora de tia Amélia”, “Maria sapeca” (bolinhas de chocolate com coco ralado), “doquê Sá Joaquina” (torta salgada com banana-prata), “pastel da Bertulina” e “rosca batida dona Maricota” recheiam o livro, revelando nos nomes femininos saberes de mulheres anônimas, confinadas na sociedade patriarcal à cozinha e à cama.

Com o sucesso dos livros, Maria Stella, que fazia um pastel de nata de dar água na boca, envolveu-se em uma ciranda de lançamentos, conferências e palestras decisivas para o reconhecimento da cozinha mineira além das montanhas. Viajou pelo Brasil e promoveu os quitutes e as quitandas mineiras em Cuba, Senegal, Itália, França, Áustria e Rússia, entre outros países.

Católica fervorosa, a escritora não deixaria de lado a atuação religiosa. Militante de ações sociais da igreja desde a juventude, ela faleceu aos 94 anos em 19 de junho de 2011, ainda atuante no núcleo da Renovação Cristã em Belo Horizonte. Maria Stella foi casada com o juiz Antônio Carlos Vieira Christo. Tiveram oito filhos. (AA)

Mariano Procópio

Empresário
Barbacena
1821 ~ 1872

Na onda das transformações vivenciadas pelo Império do Brasil, proclamado em 1822, as boas relações de um mineiro audacioso, o comendador engenheiro **Mariano Procópio Ferreira Lage**, com Dom Pedro II, já inauguravam uma espécie de embrião das polêmicas concessões públicas. Menos de 30 anos haviam se passado desde a Independência, quando ele propôs ao imperador a construção de uma via ligando as províncias de Minas e Rio de Janeiro.

O próprio Mariano assumiria o projeto e custearia aquela que seria a primeira rodovia do Brasil, destinada ao escoamento da produção de café dos dois estados. A autorização para erguer a “União e Indústria” - trajeto de 144 quilômetros entre Juiz de Fora e Petrópolis - foi dada em 1852.

Como contrapartida, ele teria o direito de explorar o tráfego de passageiros e mercadorias por 50 anos. Para viabilizar a empreitada, funda a Companhia União Indústria, não sem enfrentar mais à frente dificuldades financeiras e o traçado irregular da região. Três anos após a inauguração, em 1861, a estrada seria encampada pelo governo, que também assumiu as dívidas, infladas pelos altos custos da rodovia.

Idealista do desenvolvimento, Mariano foi acusado de usar mão de obra escrava na construção. Embora houvesse a proibição em contrato, há historiadores que questionam a condição de cerca de dois mil escravizados nas obras.

Apesar disso, a história reconhece iniciativas arrojadas de Mariano, nascido em Barbacena em 23 de junho de 1821. Formado engenheiro na Alemanha, ganhou experiência no ramo da importação e exportação, dirigiu a Estrada de Ferro Dom Pedro II e as Docas da Alfândega, foi investidor em ações, aproveitou conhecimentos adquiridos no exterior e galgou espaço na política.

No ano em que a rodovia foi inaugurada, ele atuava como deputado de Minas pelo Partido Conservador no Rio de Janeiro. Conquistaria um novo mandato de 1869 a 1872, ano de sua morte, em 14 de fevereiro, em Juiz de Fora.

Em outros campos da vida marcada pela inquietude e o prazer pela fotografia, implantou uma colônia de imigrantes alemães e uma escola agrícola. Em sua homenagem, o filho Alfredo Ferreira Lage criou o pioneiro Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que exhibe a segunda maior coleção de obras e objetos do Império. (MV)

Marlene Silva

Coreógrafa e bailarina
Belo Horizonte
1937 ~ 2020

Ela enfrentou preconceitos, resistências e, muitas vezes, foi chamada de “macaca” e “macumbeira”, mas **Marlene Silva** seguiu em frente e conseguiu se destacar com a dança afro no cenário nacional e internacional. A bailarina, coreógrafa, pesquisadora e professora participou ativamente para a valorização das tradições de matrizes africanas.

Nascida em Belo Horizonte em 1937, Marlene Silva mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança, onde fez aulas de balé clássico. Era a única negra na sala. Ao ver a filha discriminada pela professora, a mãe a retirou da escola e a colocou para estudar acordeon. Anos mais tarde, ao assistir a um espetáculo coreografado por Mercedes Baptista, que era pioneira da dança afro no Brasil, ficou encantada com o estilo e decidiu seguir esse caminho, aprofundando-se nos estudos.

Ex-integrante do Balé Folclórico Mercedes Baptista, Marlene Silva participou de vários filmes como “Rio, capital do samba”, “Vai que é mole” e “Rumo a Brasília”, além de coreografar o filme “Xica da Silva”, que a projetou internacionalmente. De volta a Belo Horizonte, em 1974, a bailarina começou a dar aulas e se apresentou em diversas casas de espetáculo e praças públicas.

Foi pioneira na modalidade dança afro para palco em Belo Horizonte e abriu a própria academia, tornando-se referência no gênero ao qual ela se dedicou de corpo e alma. Ao longo de 40 anos de carreira, criou diversas coreografias e espetáculos, sendo o primeiro deles “Raízes da nossa terra”.

Em entrevista em 2018, ela lembrou os ataques de racismo: *“Tinha um projeto com a Belotur de apresentar nas periferias, ir lá mostrar o nosso trabalho. Mas muita gente ria, apontava e nos chamava de macacos. Inclusive, macaco era uma das coisas mais leves que eu ouvia. Só que não podia deixar isso me abater. Então, lutei muito contra isso, para a nossa cultura ser reconhecida. Hoje, mesmo longe do que eu queira, a situação já está bem melhor do que era”*.

Marlene Silva recebeu muitos reconhecimentos pelo seu trabalho. Em 2018, foi a homenageada da mostra Benjamin de Oliveira. Também recebeu a alcunha de cidadã honorária da capital. Ela morreu aos 83 anos, vítima de infarto, em Belo Horizonte, em 13 de abril de 2020. (TC)

Marquês de Sapucaí

Político
Nova Lima
1793 ~ 1875

Cândido José de Araújo Viana, eternizado pelo seu título nobiliárquico, Marquês de Sapucaí, dar nome à famosa avenida dos desfiles das escolas de samba do carnaval carioca, nasceu em Congonhas do Sabará, atual Nova Lima, em 15 de agosto de 1793, e faleceu no Rio em 23 de janeiro de 1875, quando a folia momesca ainda se restringia aos bailes mascarados. Filho da elite mineira, o casal Manoel Araújo da Cunha e Marianna Clara Vianna, ele formou-se em direito pela Universidade de Coimbra e retornou ao Brasil em 1821, às vésperas da Independência, logo despontado como influente político e magistrado brasileiro.

Juiz em Mariana, foi eleito deputado às Cortes Gerais portuguesas, mas não seguiu para Lisboa, em apoio ao então regente Dom Pedro. Em 1823, participaria da Assembleia Constituinte, dissolvida pelo primeiro imperador, retornando ao Rio em 1826 novamente eleito deputado por Minas Gerais. Em fins daquela década, seria nomeado por Dom Pedro I presidente das províncias de Alagoas e do Maranhão e após a abdicação do monarca, assumiria os ministérios da Justiça e da Fazenda durante o período regencial (1831/1840), tornando-se ainda mestre de Literatura do herdeiro do trono, Pedro Alcântara, e mais tarde da sua filha, a princesa Isabel.

Maçom que transitara da facção liberal moderada para o Partido Conservador, orador habilidoso e bem relacionado na Corte, Cândido José seria alçado ao Senado do Império em 1840, presidindo-o entre 1851 e 1853, ano em que o imperador Dom Pedro II lhe concederia a mercê nobiliárquica de visconde de Sapucaí, nome Tupi-Guarani que quer dizer “*rio que grita*” ou “*rio do galo*”. Foi ainda um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, do qual seria o seu segundo presidente por mais de 20 anos.

Três anos antes da sua morte aos 80 anos, em 23 de janeiro de 1875, ele ascendera ao topo da hierarquia nobiliárquica como Marquês de Sapucaí. Inaugurado em 1984, o sambódromo da avenida é hoje denominado Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro, em reconhecimento ao também mineiro que a idealizou. No carnaval de 2016, a escola Beija Flor de Nilópolis desfilaria na avenida em homenagem ao marquês, “*Mineirinho genial*”.

Cândido José foi casado com Ana Efigênia Viera de Ramalho. Tiveram oito filhos. (AA)

Marquês do Paraná

Político
Jacuí
1801 ~ 1856

Honório Hermeto Carneiro Leão, o magistrado, diplomata, deputado, senador, presidente das províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco e presidente do conselho de ministros do Império, que era chamado de “Paraná” pelos amigos, e de “El Rei Honório” pelos inimigos, nasceu em Jacuí em 11 de janeiro de 1801 e faleceu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1856, no auge do poder. Três anos antes, Dom Pedro II o havia convidado para organizar um gabinete não-partidário, capaz de conciliar a ferrenha disputa entre conservadores e liberais, que ameaçava a integridade da jovem Nação.

O “*estadista profundo*”, nas palavras do escritor José de Alencar, seu biógrafo, se encarregaria com êxito da missão, costurando um pacto até então inimaginável entre as elites agrárias, cuja tradição era o confronto, como ocorrera na “Revolução Liberal”, em 1842, ou na “Revolução Praieira”, em 1848. Habilidoso e determinado, o conservador “Paraná” atrairia o apoio de liberais e acomodou membros de ambas as facções no ministério, inaugurando os “gabinetes de conciliação” que dariam estabilidade relativa ao longo reinado de Pedro II.

Do ramo pobre da poderosa família Carneiro Leão, o seu pai, Antônio Neto, era militar de baixa patente, servindo em diversas praças mineiras. De Jacuí, a família mudou-se para Paracatu e depois Ouro Preto, onde a sua mãe, Joana Severina Augusto de Lemos, faleceu. Honório foi então criado por uma tia e tentou seguir a carreira militar, antes que o pai fosse promovido a capitão e conseguisse enviá-lo para a Universidade de Coimbra em 1820.

De volta ao Brasil em 1825, casou-se no Rio com a prima Maria Henriqueta Neto, filha de um rico fazendeiro e comerciante de escravizados, de quem herdaria a fortuna. Após atuar como magistrado, ingressou na política em 1829 como deputado por Minas e, até então liberal, se oporia ao imperador. No entanto, com a abdicação de Pedro I, distanciou-se dos liberais, aliando-se aos “moderados”, depois “regressistas”, origem do futuro Partido Conservador.

Do seu primeiro-ministro, a quem agraciara com o título de visconde em 1852 e de Marquês do Paraná em 1854, diria o imperador Pedro II: “*não vejo outro que tenha a energia de que era dotado o defunto Marquês, reunindo a esta talentos pouco comuns ainda que mal cultivados*”. (AA)

Marta Nair

Educadora e política
Candeias
1913 ~ 2004

Em 16 de novembro de 1959, as professoras primárias de Minas cruzaram os braços, deflagrando a primeira greve da categoria por aumento salarial no País. Liderava o movimento a educadora **Marta Nair Monteiro**, que se tornaria em 1963 também pioneira no parlamento mineiro: foi eleita deputada estadual pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e com Maria Pena (PTB) foram as primeiras mulheres a tomar posse na Assembleia Legislativa.

Nascida em 24 de dezembro de 1913 em Candeias, era filha de Maria Barreto e Gastão Demétrio Maia, fez os estudos secundários em Campo Belo e se formou no Instituto de Educação, em Belo Horizonte, em 1943, em administração escolar. Dedicou-se por 30 anos ao magistério, como professora, orientadora e diretora de escolas.

Marco do sindicalismo, a greve de 1959 provocou audiência pública na Assembleia e Marta Nair, liderando uma comissão da Associação das Professoras Primárias (APPMG), foi recebida pelo governador Bias Fortes em 20 de novembro. Na noite daquele dia, “quase às 23 horas – noticiou o “Jornal do Brasil” – “sob aplausos entusiasmados de três mil professoras”, foi lida a nota da associação, que explicitava o compromisso assumido pelo governo para atender as reivindicações, considerava que a greve havia logrado “sucesso positivo em todo o Estado” e “reconhecimento da dignidade da mestra”, encerrando a paralisação que mobilizara a maioria das então 25 mil professoras mineiras.

Eleita deputada, exerceu o mandato até 1967, integrou a Comissão de Educação e Cultura, e liderou a bancada do PDC até a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2 (AI 2). Deixando o legislativo, deu continuidade à atuação sindical na associação e a presidiu até 1969, enquanto a repressão recrudescia. Mais tarde, presidiria a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado.

No final dos anos 1970, seu marido, o médico Aguinaldo Monteiro, com quem teve cinco filhos, faleceu. Casou-se pela segunda vez em 1984, aos 71 anos, ficando novamente viúva cinco anos depois. Em 1991, publicou dois livros: “Meu mundo”, uma autobiografia, e a história infantil “Cada macaco no seu galho”.

Retomaria a vida pública em 1992 como candidata a vereadora da capital pelo PSDB. Suplente, assumiu o mandato, concluindo-o em 1996, aos 83 anos. Faleceu em 22 de janeiro de 2004. (CC)

Melo Viana

Político
Sabará
1878 ~ 1954

Fernando Melo Viana, o vice mineiro do presidente Washington Luís (1926/1930) que sofreu um atentado, foi preso e exilado por ter apoiado a eleição do paulista Júlio Prestes à Presidência da República em 1930, nasceu em Sabará em 15 de março 1878 e faleceu no Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1954. Pelo pacto do “Café com leite”, caberia a Minas Gerais indicar o sucessor de Washington Luís, cogitando-se o nome do presidente mineiro, Antônio Carlos de Andrada, e do próprio Melo Viana.

Porém, em março de 1929 a sucessão seria precipitada pelos cafeicultores paulistas, ao lançar a candidatura de Júlio Prestes, então presidente do Estado; e Washington Luís abraçou-a. Antônio Carlos reagiu, apresentando o nome do gaúcho Getúlio Vargas, mas Melo Viana ficaria com o presidente, cujo candidato obteria 1.091.709 votos contra 742.797 do adversário, em uma eleição marcada por fraudes de parte a parte.

Contestando os resultados, a “Aliança Liberal”, que sustentara a candidatura de Getúlio, iniciou as conspirações contra a posse do eleito e o golpe, a “Revolução de 1930”, seria desfechado com sucesso em 3 de outubro de 1930, sob o pretexto do assassinato, por motivos passionais e não políticos, do candidato a vice derrotado, João Pessoa. Junto com outros líderes da “Concentração Conservadora”, que apoiara Júlio Prestes, Melo Viana seguiria então para o exílio.

Melo Viana estudou humanidades no Colégio Caraça e fez o ensino médio em Ouro Preto, formando-se em direito em 1900. Promotor de Justiça, ele iniciou na política em 1903, elegendo-se deputado ao Congresso Mineiro. Depois, advogou e foi juiz, retornando à política como advogado-geral do Estado e secretário de Interior, até chegar à Presidência de Minas em 1924, devido à morte do presidente Raul Soares, e à Vice-Presidência em 1926.

Ao retornar do exílio, reconciliou-se com os adversários. O interventor Benedito Valadares nomeou-o advogado de Minas na então capital federal. Foi também presidente da OAB e retornou ao parlamento após a derrocada do “Estado Novo”, elegendo-se senador pelo PSD. É de sua autoria o projeto de Lei que federalizou a UFMG em 1949.

Melo Viana foi casado com Maria José de Souza; em segunda núpcia, com Alfifa Magalhães; e em terceira com Clotilde Elajede. (AA)

Mestre Ataíde

Pintor
Mariana
1762 ~ 1830

Múltiplas cores vivas, em tons fortes e vibrantes e em combinações inusitadas, diversidade de cenas bíblicas desenhadas em perspectiva com uma profusão de detalhes, a madona, santos, anjos e querubins de traços brancos, às vezes mestiços, compondo cenas exuberantes, que extasiam e intimidam tementes a Deus sob teto das igrejas, marcam a obra do pintor e decorador **Manoel da Costa Ataíde**, nascido em Mariana em 18 de outubro de 1762. Contemporâneo de Aleijadinho, cujas estátuas encarnou, Mestre Ataíde equipara-se na pintura ao escultor genial, artífice e precursor de uma arte brasileira.

Filho de portugueses que migraram para o Brasil na corrida do ouro, o capitão Luís da Costa Ataíde e Maria Barbosa de Abreu, Manoel era um dos quatro filhos do casal e cresceu em condições modestas. Ao contrário de outros imigrantes, o pai não teria se aventurado na mineração e a patente parece pouco ter lhe valido, pois a família vivia das roças de milho e da criação de porcos em um sítio e do aluguel de uma casa em Mariana.

Na juventude, ele ingressou na carreira militar, alcançando a patente de alferes e sargento, mas não se sabe como e quando o rapaz resolveu se enveredar pela pintura e nem quem de fato o motivou. Seja como for, suas primeiras obras comprovadas – a encarnação de duas estátuas de Cristo da igreja do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas – remontam a 1781, quando tinha 19 anos, e ele não parou mais até a morte em 2 de fevereiro de 1830.

Sempre a soldo das irmandades religiosas, Mestre Ataíde labutava em sua oficina com escravizados, aprendizes e discípulos, cujo trabalho resultou na obra monumental hoje espalhada pelas igrejas das vilas do ouro, entre as quais a mais famosa, a pintura “Glorificação de Nossa Senhora”, que adorna em Ouro Preto o teto da igreja de São Francisco. Em Mariana, é de sua autoria o teto de outra igreja de São Francisco e em Ouro Branco e Santa Bárbara o das matrizes de Santo Antônio e o legado abarca ainda uma infinidade de painéis e telas sobre madeira e de encarnações de estátuas e douramentos.

Mestre Ataíde não se casou, mas teve seis filhos com a “parda” Maria do Carmo Raimunda da Silva. Em seu testamento, um pianoforte, a rabeça e a viola revelam que, além da pintura, ele era apaixonado pela música. (AA)

Mestre Toninho Cavalieri

Capoeirista
Juiz de Fora
1938 ~ 2020

Antônio Maria Cavalieri nasceu em Juiz de Fora em 3 de março de 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. De família pobre, cresceu brincando na rua e correndo pela zona boêmia da cidade, próxima de onde o seu pai trabalhava, em uma oficina. Com cerca de 12 anos, é provocado por três meninos quando caminha para a aula de Jiu Jitsu, aceita a provocação e não abaixa a cabeça.

O professor de artes marciais Fábio Rude Maia assiste à cena e promete lhe ensinar Capoeira também. *“Eu gostava de uma briga. Não procurava, não. Mas gostava”*, afirmaria Mestre Toninho Cavalieri olhando para trás. E foi o mesmo Fábio que alguns anos mais tarde o levou para passear no Rio de Janeiro e conhecer o Mestre Arthur Emídio. Toninho passa então a ir com frequência para a capital fluminense e a treinar na beira da praia, o que na época não era chamado de Capoeira, mas de Pernada Carioca.

Em 1969 casa-se e muda-se para Belo Horizonte. *“Cheguei e vi que não tinha Capoeira. Não tinha. Pelo menos ninguém sabia disso”*. Para tentar incrementar o orçamento doméstico, vai à Associação Cristã de Moços e se oferece para dar aulas. Colocam um anúncio no jornal e seus primeiros alunos são Luís Mário Ladeira, que ficaria conhecido como Mestre Jacaré, e Paulo Batista, que seria batizado como Mestre Paulão Filosofia.

Em 1970, ele e Amadeu Martins, o Mestre Dunga, se encontram em São João del-Rei e Dunga se muda em definitivo para a capital mineira. Estava formada a turma que estabeleceria a Capoeira na cidade.

Com alguns amigos, Mestre Toninho Cavalieri funda o primeiro grupo de Capoeira, o “Opanijé”, e promove rodas abertas na Praça da Liberdade, onde, aos poucos, surge o que hoje é a Feira Hippie, agora na Avenida Afonso Pena. A presença de artesãos e curiosos e as apresentações em que capoeiristas pegavam dinheiro no chão com a boca e faziam acrobacias ajuda a criar um público cativo que depois vai se mudar para a Praça Sete, junto com a roda.

Tido como um dos pais da Capoeira de Minas, ele é sempre lembrado por sua alegria e generosidade. Seus treinos traziam muitos elementos de defesa pessoal ligados à Capoeira do Rio do século XIX, como manuseio de navalha, faca e outras malandragens, conforme atesta Mestre Noventa.

Antônio Cavalieri faleceu aos 82 anos, em 28 de julho de 2020. (FC)

Mestre Valentim

Escultor e urbanista
Serro
1745 ~ 1813

Considerado um dos maiores artífices da arte colonial brasileira, que se diferenciou dos seus contemporâneos por transitar entre o sacro e o mundano em obras religiosas e civis no Rio de Janeiro, o escultor, entalhador e urbanista **Valentim da Fonseca e Silva**, ou melhor, Mestre Valentim, nasceu no termo do Serro, então Vila do Príncipe, em algum momento do ano de 1745.

Filho da escravizada africana da qual se sabe apenas o nome português, Joana, com o oficial da Coroa Manoel Fonseca e Silva, primeiro tesoureiro da Intendência dos Diamantes instalada no Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, o menino “pardo” foi reconhecido na pia batismal e levado pelo pai para Portugal em 1748, aos 3 anos. Na Lisboa devastada pelo terremoto de 1755, teria iniciado o aprendizado com mestres que tocavam as obras de reconstrução da cidade, retornando ao Brasil em 1770 após a morte do pai.

É de 1772 o primeiro registro da atuação do artista no Rio, trabalhando com o entalhador Luis da Fonseca Rosa na decoração interna da igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, concluída em 1800. Seu estilo próprio, em que concilia formas barrocas e rococós à sobriedade do então nascente neoclássico, se manifestaria já em 1773 na decoração da Capela do Noviciado da Ordem e depois em 1801, nas talhas da Capela do Noviciado da Ordem Terceira do São Francisco.

A atuação em obras civis é documentada a partir de 1779, sob encomenda do vice-rei Dom Luís Vasconcelos e Souza. Realizando trabalhos até então restrito aos engenheiros militares, ele projeta e executa tanto obras de embelezamento da capital, quanto de abastecimento de água e saneamento, em que se revelam perspectivas iluministas de bem-estar, higiene e civilidade, adotadas na reconstrução de Lisboa. Primeiro jardim de lazer dos cariocas, o Passeio Público destaca-se entre as suas principais realizações, bem como o Chafariz da Pirâmide da atual Praça XV e o Chafariz das Marrecas, demolido em 1896.

Mestre Valentim não se casou, mas reconheceu em testamento ter tido uma filha, Joana Maria. Ele faleceu em 1º de março de 1813. Cem anos depois, o seu busto foi inaugurado no Passeio Público no Rio. No Serro, o Museu Regional Casa dos Ottoni ostenta, desde 2015, uma cópia em bronze de uma de suas esculturas, “Aves pernaltas”. (AA)

Mietta Santiago

Sufragista
Varginha
1903 ~ 1995

A escritora, poeta e advogada **Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira**, conhecida como Mietta Santiago, primeira mulher a conquistar o direito de votar em Minas Gerais, nasceu em Varginha, a 17 de julho de 1903, e faleceu no Rio de Janeiro em 1995. Encantado com o grande feito da amiga poeta, Carlos Drummond de Andrade lhe dedicou o poema “Mulher Eleitora”, em 1928. O apelido, Mietta vinha de sua estatura miúda e delicada, em contraste com as fortes posturas que assumiu, ainda jovem.

O movimento sufragista crescia, quando ela requereu o alistamento eleitoral, com o argumento de que a proibição do voto à mulher violava o artigo 70 da Constituição em vigor e obteve sentença favorável do Juiz da I Vara, Gentil Nelaton de Moura Rangel, em 13 de setembro de 1928. Na sua esteira, outras sufragistas conquistariam o direito na justiça e ela participa, então, da redação do documento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz, entregue ao Senado em defesa dos direitos das mulheres, com duas mil assinaturas.

Mietta estudou em Varginha e depois, aos 15 anos, graduou-se Normalista em Belo Horizonte. Enquanto lecionava, continuou os preparatórios para a Faculdade de Direito, contra a vontade do pai, Ernesto Carneiro Santiago, que a queria professora. Começa a advogar, escreve poemas e se envolve nos meios literários, admirada por Drummond, Pedro Nava, Abgar Renault e outros modernistas.

Em uma aula de Medicina Legal, o professor pediu-lhe que saísse por ser imprópria “*para uma senhorinha*”. Ela se recusou: “*do pescoço para cima, homens e mulheres são iguais*”. Após viajar pela Europa por seis meses, formou-se em 1929.

Seu romance “*Maria Ausência*”, de 1940, tem prefácio de Oswald de Andrade, sem meias palavras: “*Todas as revoltas que uma mulher inteligente é capaz de pensar no Brasil estão no seu livro. Ele é um libelo sufocante*”. De poemas, publicou “*Gosto de Alma*” (1924) e “*Namorada de Deus*” (1934), voltando em 1981 com “*As 7 poesias*” e o livro de ensaios “*Uma consciência unitária para a humanidade*”. Lia cosmologia, astronomia e filosofia e definiu-se, aos 82 anos: “*Não sou sebastianista, nem saudosista. Pelo contrário, sou futurescente*”.

Mietta foi casada com o médico João Manso Pereira. Tiveram dois filhos. (CC)

Milton Campos

Político
Ponte Nova
1900 ~ 1972

Milton Soares Campos, o advogado, intelectual e político que é considerado precursor do planejamento nas estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico pela administração pública, governou Minas Gerais entre 1947 e 1951, após vencer uma disputa em que era tido como azarão. “*Corremos o risco de ganhar*” ele diria, com humor, aos companheiros da UDN, ao saber que as raposas do poderoso PSD haviam se dividido e que o apoio ao candidato do partido, Bias Fortes, não era consenso.

Ao final da campanha, as urnas confirmariam o “*risco*” e ele venceu as eleições com 448.073 votos, contra 388.107 do adversário, em uma diferença só alcançada pelo apoio da dissidência do PSD, que teria lhe garantido pelo menos 70 mil votos. Fiel aos acordos eleitorais, o udenista governaria até o último dia com a coalizão que o elegeu, mas inovou ao formular o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento Regional da Produção”, pioneiro no País, que seria guia tanto para governadores da UDN, quanto do arquirrival PSD.

Milton Campos nasceu em Ponte Nova em 16 de agosto de 1900 e iniciou os estudos em Viçosa e Leopoldina, onde o pai, Francisco de Castro Rodrigues Campos, era juiz. Na capital, fez o secundário no Ginásio Mineiro, hoje Escola Estadual Governador Milton Campos, e no Colégio Arnaldo. Ingressou na Faculdade de Direito em 1918 para seguir a carreira do pai, logo entrosando com amigos que marcariam a cena literária brasileira e que cultivaria por toda vida, como Carlos Drummond. Dizia preferir os textos literários aos jurídicos.

Advogado no Sul de Minas e depois na capital, ingressou no jornalismo, chefe da sucursal de “O Jornal” em 1926. Na “Revolução de 1930”, cerrou fileiras com a Aliança Liberal, elegendo-se deputado em 1935 à Constituinte mineira, da qual foi relator. Em 1943, assinaria o “Manifesto dos Mineiros” contra o “Estado Novo”, sendo por isso exonerado da CEF.

Após o Governo de Minas, foi deputado e senador, concorrendo por duas vezes à vice-presidência do País, em 1955 e 1960. Despontaria em 1964 como uma das lideranças civis do golpe militar e assumiu a pasta da Justiça, renunciando em 1965 por discordar do AI 2, ato que extinguiu os partidos.

Milton Campos faleceu em 16 de janeiro de 1972. Foi casado com Déa de Rezende Dantas. Tiveram seis filhos. (AA)

Milton Gonçalves

Ator e diretor
Monte Santo de Minas
1933 ~ 2022

Entre os personagens que encarnou em mais de 40 novelas, o “Zelão das Asas” da icônica “Bem Amado” (1973) era com o qual o ator e diretor **Milton Gonçalves**, falecido aos 88 anos em 30 de março de 2022, mais se identificava. “*O Zelão sou eu, aquele que acredita e cumpre com o que combinou*”, ele afirmaria em depoimento ao Memória Globo, ao lembrar do pescador ingênuo que passa a novela sonhando em voar como um pássaro, costura asas e certo dia decola da torre da igreja, surpreendendo os incrédulos moradores de “Sucupira”.

Da ficção à realidade, o voo de Milton lembra mesmo o do seu personagem na novela de Dias Gomes. Filho de trabalhadores rurais descendentes de escravizados, ele nasceu em 9 de dezembro de 1933 em Monte Santo de Minas. Em busca de oportunidades na nascente indústria do estado vizinho, mudou-se com a família ainda menino para São Paulo, onde trabalharia como aprendiz de sapateiro, de alfaiate e de gráfico.

No início dos anos de 1950, o jovem começaria a costurar as suas asas, ao se encantar com o teatro. Fez então teatro infantil e amador nas horas de folga do trabalho como gráfico, até que em 1957 viria a chance de profissionalização, ao estreiar como o “Preto velho” da peça “Ratos e Homens”, dirigida por Augusto Boal e encenada pelo “Teatro de Arena”, grupo criado quatro anos antes que estava revolucionando a cena teatral brasileira.

Ao terminar a turnê da peça pelo País no Rio de Janeiro, Milton fixou-se na cidade, onde integraria o Teatro Nacional de Comédia. No Rio, estrearia também no cinema em filmes, como “O Grande Momento” (1958) e “Cinco Vezes Favela” (1962), ambos considerados precursores do “Cinema Novo”.

Do teatro e do cinema para a televisão, a carreira do ator de vozeirão inconfundível decolou a partir de 1965, ao ser contratado pela “TV Globo”. Em mais de 50 anos na emissora, atuaria como ator, diretor ou produtor de pelo menos 40 novelas, além de programas humorísticos e minisséries, que se somam aos 70 filmes e mais de 30 peças teatrais das quais participou ao longo da vida.

Militante político e do movimento negro, Milton foi candidato ao Governo de Rio e quebraria paradigmas na novela “Pecado Capital” em 1975, ao encenar pela primeira vez na história da televisão um médico negro renomado, o “Doutor Percival”. (AA)

Murilo Mendes

Poeta
Juiz de Fora
1901 ~ 1975

Murilo Mendes foi um dos mais relevantes poetas brasileiros. Nascido **Murilo Monteiro Mendes**, em Juiz de Fora, em 1901, dividiu seus estudos entre colégios de sua cidade natal e de Niterói. Inquieto e rebelde, exerceu várias profissões, como telegrafista, auxiliar de guarda-livros, notário e inspetor federal de ensino, antes de estrear na literatura, ao publicar seus poemas nas revistas modernistas “Terra Roxa e Outras Terras”, e “Antropofagia”.

Em 1934, converteu-se ao catolicismo e dedicou-se à “restauração da poesia em Cristo”. Em 1947, casou-se com a portuguesa Maria da Saudade Cortesão, poetisa e filha de Jaime Cortesão, historiador e poeta exilado no Brasil durante o regime ditatorial (1933/1974) de Antônio Salazar, em Portugal.

De 1953 a 1955, percorreu a Europa, divulgando, em conferências, a cultura brasileira. Em 1957, se estabeleceu em Roma, onde lecionou Literatura Brasileira. Participou do movimento antropofágico, revelando-se um conhecedor da vanguarda artística europeia. Ao mesmo tempo, manteve-se fiel às imagens mineiras, mesclando-as às da Itália e da Espanha, carregadas de história.

A obra de Murilo Mendes destaca-se pelo senso de modernidade, com poemas repletos de conteúdos originais e de imagens do cotidiano, tingidas de surrealismo, linguagem religiosa e de preocupação social. Até 1930, sua poesia era carregada de humor e análise crítica de um Brasil provinciano. Depois, seu trabalho revela um homem angustiado diante do “Bem e do Mal”. Até o final de sua carreira, Murilo Mendes trilhou outros caminhos, como a busca do formalismo clássico e as experiências com a linguagem subjetiva, concreta, quando já vivia na Europa.

Seu primeiro livro, “Poemas”, foi publicado em 1930 e, reconhecido pela crítica, garantiu-lhe o Prêmio Graça Aranha. Além de “Poemas”, estão entre as principais obras de Murilo Mendes os livros, “Tempo e Eternidade” (1935, em contribuição com Jorge de Lima), “A Poesia em Pânico” (1938), “As Metamorfoses” (1944), “Mundo Enigma” (1945), “Janela do Caos” (1949), “Contemplação de Ouro Preto” (1954), “Siciliana” (1959), “Tempo Espanhol” (1959), “Convergência” (1970) e, em prosa, “O Discípulo de Emaús” (1944).

Murilo Mendes morreu em 13 de agosto de 1975, por problemas cardíacos, em Estoril, Portugal, na casa de seu sogro. (DM)

Murilo Rubião

Escritor
Carmo de Minas
1916 ~ 1991

“Às vezes, sentado em algum café, a olhar cismativamente o povo desfilando na calçada, arrancava do bolso pombos, gaivotas, maritacas”, relata o “ex-mágico da Taberna Minhota” no primeiro livro publicado, em 1947, por Murilo Rubião, autor de 33 fascinantes contos que introduziram o *realismo fantástico* no Brasil e o consagram entre os mais importantes escritores do século XX. Provou que não é preciso uma vasta obra para ser grande.

Seus contos alcançariam mais de 20 países, em livros e antologias. Os personagens, que no Brasil pularam para os palcos e telas de cinema e TV, vivem o sofrimento da condição humana em situações que transportam o absurdo para o natural, na linguagem sóbria que ele trabalhava à exaustão. O “Mágico” não vê sentido para sua presença no mundo e perde a magia ao se tornar funcionário público; o “Pilotécnico Zacarias” era sempre indagado se tinha morrido; já “Teleco, o Coelhoinho”, vive franca metamorfose ambulante.

Murilo Eugênio Rubião nasceu em Carmo de Minas, em 1º de junho de 1916, filho de Maria Antonieta Ferreira e Eugênio Alvares Rubião, filólogo, de quem herdou a escrita elegante, “*a timidez e um certo ar cerimonioso*”.

Sempre de terno escuro, formou-se em Direito na UFMG em 1942, ingressou no jornalismo em 1939, foi redator da “Folha de Minas”, diretor da “Rádio Inconfidência”, chefe de gabinete do governador JK, e em 1956, adido cultural do Brasil na Espanha, onde ficaria até 1961. Criou o “Suplemento Literário” do órgão oficial de Minas em 1966, que se tornou publicação de destaque no País e forjou a famosa “Geração Suplemento”, da arte e boemia mineira.

“Ex-Mágico”, “A estrela vermelha” (1953) e “Os dragões” (1965) não foram sucesso, incompreendidos pelos contemporâneos modernistas. Comparado a Franz Kafka, ele não lera o autor tcheco, e precedeu o *boom* hispano-americano do *realismo fantástico*. Murilo fundava-se na leitura voraz da Bíblia e de Machado de Assis.

Estourou quando a Ática publicou “O Pilotécnico Zacarias” em 1974, e logo vendeu 100 mil cópias. Exigente, dizia que sua obra “*ia se encurtando*”, já que suprimia contos ou parágrafos inteiros a cada reedição. Em 1989, viveu o infortúnio *fantástico* de perder no táxi cinco de oito contos que comporiam um livro que jamais saiu. Solteiro, morreu de câncer em 16 de setembro de 1991. (CC)



Nelson Freire

Pianista
Boa Esperança
1944 ~ 2021

Nelson José Pinto Freire, músico brasileiro nascido em 18 de outubro de 1944, em Boa Esperança, no Sul de Minas, é considerado um dos mais importantes pianistas de sua geração. Começou a tocar ainda aos três anos de idade, quando surpreendeu a família ao tentar reproduzir ao piano, de ouvido, peças executadas pela irmã mais velha, Nelma. Fez seu primeiro recital, aos cinco anos, com a “Sonata para Piano Nº11 de Mozart”, no teatro municipal de São João del-Rei.

O talento do menino fez a família se mudar para a então capital do País, onde recebeu aulas das renomadas pianistas Nise Obino e Lúcia Branco. Reconhecido pela crítica especializada por sua “*execução decorosa*” de piano e “*profundidade interpretativa*”, já aos 12 anos foi o nono colocado do Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro.

Ele era o mais jovem dos concorrentes e, pela conquista, recebeu do presidente da República, Juscelino Kubitschek, uma bolsa de estudos para se aprimorar no piano, com o professor Bruno Seidlhofer, na Academia de Música de Viena, na Áustria. A partir daí, sua carreira entrou em ascensão e aos 15 anos já fazia concertos pela Europa, Estados Unidos, América Central, América do Sul, Japão e Israel. Com 19 anos, Freire conquistou o primeiro lugar no Concurso Internacional de Piano Vianna da Motta em Lisboa e em Londres recebeu as medalhas de ouro “Dinu Lipatti” e “Harriet Cohen”.

Consagrado pela crítica europeia, ao longo de sua trajetória, o pianista brasileiro subiu aos palcos de quase 70 países e tocou com as melhores orquestras do mundo. Freire se tornou um dos grandes intérpretes de Beethoven e de Frédéric Chopin. Trabalhou junto dos maiores regentes do século XX. Entre os prêmios que recebeu, estão o Classic FM Gramophone Awards, em 2007, considerado o “Oscar” da música clássica, e mais recentemente o International Classical Music Award, em 2019, quando foi reconhecido por toda a sua carreira.

Em 2003, foi homenageado pelo cineasta João Moreira Salles com um documentário sobre a sua vida. O filme, que mostra o cotidiano do pianista e aborda a infância e as dificuldades enfrentadas pela família, venceu o prêmio de melhor documentário do Grande Cinema Brasil daquele ano. Freire morreu em 1º de novembro de 2021 no Rio de Janeiro. (DM)

Nelson Ned

Cantor e compositor

Ubá

1947 ~ 2014

Menosprezado pelas elites brasileiras com a pecha de brega, e sempre ouvindo piadas cruéis por ser portador do nanismo, o cantor e compositor Nelson Ned, com 1,12 m de altura, voz potente e romântica, rara inteligência e talento, arrebatou públicos em cidades das Américas, Europa e África, além do Brasil, e fez fortuna entre 1960/80. Foi ídolo no México, Venezuela e Colômbia, onde conquistou de Pablo Escobar ao Nobel Gabriel Garcia Marques, que confessou escrever ouvindo seus boleros.

Foram 45 milhões de cópias de discos vendidas, um milhão só nos EUA, dois shows lotados no Madison Square Garden e três no mítico Carnegie Hall, em Nova York. Cantou com Júlio Iglesias, apresentou-se em quatro línguas. *“Lá fora eu não tinha estatura, cor, raça ou classificação musical”*, disse no fim da vida o “Pequeno Gigante da Canção” – elogio que ganhou do ator Paulo Gracindo e titulóu sua autobiografia. Foi também muito criticado por jamais se engajar contra a ditadura.

Nelson Ned d’Ávila Pinto nasceu em Ubá, em 2 de março de 1947, primogênito dos sete filhos de Nelson e Ned, só ele portador do nanismo. Os pais eram musicais e “Nelsinho” logo se revelou, premiado na rádio de Ubá aos 4 anos. Quando a família se mudou para Belo Horizonte, trabalhou aos 12 anos na fábrica Lacta e apresentava-se na “TV Itacolomi” e rádios, indo aos 16 anos para o Rio de Janeiro. Estourou no programa do Chacrinha, a quem atribuía a paternidade do sucesso.

Ele se consagraria em 1969, com a canção “Tudo Passará”, regravada 40 vezes e inspirada no amor guardado à filha do gerente da Lacta: *“Sempre precisei de solidão, dor e amor para escrever”*. Casou-se com Marly, tendo três filhos – Monalisa, Verônica e Nelson Júnior, todos anões – e depois com Cida, companheira por mais de 30 anos.

Nos anos de 1990, tornou-se evangélico e com músicas Gospel voltou a vender milhões de discos. Pregava ter assim se reerguido após administrar mal a fama e a fortuna e se perder com mulheres e cocaína, destruindo a relação com a esposa e filhos.

Em 2003 sofreu um AVC, ficando aos cuidados da irmã Nelma, em São Paulo, e nos últimos meses em uma clínica. Faleceu em 5 de janeiro de 2014, no Hospital Regional de Cotia. Um ano e meio antes, visitou Ubá, recebido com chuvas de rosas nas ruas, o tio tocando na flauta “Tudo Passará”. (CC)

Nhá Chica

Beata
São João del-Rei
1808 ~ 1895

Em uma vida dedicada aos pobres, dons de santidade e relatos de milagres, **Francisca de Paula de Jesus**, chamada de Nhá Chica, foi a primeira negra e leiga brasileira beatificada em 4 de maio de 2013 pela Igreja Católica, em Baependi, onde viveu. Foram precisos, porém, quase 100 anos, desde a sua morte em 14 de junho de 1895, para que o Vaticano iniciasse o processo de beatificação em 1992 e mais 21 anos até a confirmação dessa que também é conhecida como a “Santinha de Baependi”.

Filha livre de ex-escrava e analfabeta, Francisca nasceu em 1808, em dia desconhecido, em Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, distrito de São João del-Rei. Mas foi em Baependi que construiu a vida de caridade, onde viveu com a mãe Isabel e o irmão Theotônio Amaral. Aos 10 anos ficou órfã e seguiu o conselho da mãe de nunca se casar, devotar-se a Nossa Senhora da Conceição e se dedicar aos pobres.

Durante o Império, a fama de Nhá Chica saltou as fronteiras de Minas e fiéis de todo o País a procuravam em busca de conselhos espirituais e mundanos. Quando o seu bem-sucedido irmão faleceu em 1861, herdou-lhe a fortuna e iniciou a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, transformada hoje em santuário, que abriga os seus restos mortais e um “registro” de 20 mil graças alcançadas por sua intercessão.

O pedido de beatificação se alongou por quase um século pela dificuldade de se juntar a documentação exigida pelo Vaticano e a freira catarinense Célia Cadorin, da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, seria chave neste processo, ao regatar a biografia de Nhá Chica. A freira reuniu as informações e documentos que provavam tanto a vida, quanto as virtudes da religiosa, que foi então nomeada a “Venerável”.

Na segunda fase foi preciso provar um milagre de Nhã Chica, revelado em 1995 com o caso da devota Ana Lúcia Meirelles Leite, professora de Caxambu, que tinha uma isquemia no coração, cuja cura só seria possível com uma cirurgia. Quando foi realizar o procedimento, porém, o médico constatou que ela estava curada. Médicos de Minas e de São Paulo dariam também o testemunho de que a medicina não explicava a cura da professora e assim o papa Bento XVI promulgaria o decreto da beatificação de Nhá Chica, comemorado em êxtase por 50 mil devotos em seu santuário. (MS)

Niginho

Jogador de futebol
Belo Horizonte
1912 ~ 1975

Menino Metralha, Carrasco dos Clássicos e Tanque. Esses eram os apelidos de um dos maiores ídolos de todos os tempos do Cruzeiro. **Leonízio Fantoni**, o Niginho, conhecido pela fome de gols e pela envergadura, que com seus 1,88 metro de altura, tinha força suficiente para romper as barreiras da defesa adversária. Filho de italianos que chegaram ao Brasil no início do século XX, Niginho nasceu em Belo Horizonte em 10 de fevereiro de 1912 e começou a carreira aos 14 anos na equipe juvenil do Cruzeiro, quando o clube ainda se chamava Palestra Itália.

Era irmão dos jogadores Orlando Fantoni, que após se aposentar se destacou como treinador, e João Fantoni (o Ninão), e primo de Otávio Fantoni (Nininho), além de tio de Benito e Fernando Fantoni, também jogadores de futebol. Ao longo da carreira no clube, Niginho fez 207 gols em 257 jogos, sendo o terceiro maior artilheiro da história do time, atrás apenas de Tostão e Dirceu Lopes, tornando-se um dos maiores ídolos da torcida celeste. Ganhou o apelido de *Carrasco dos Clássicos* justamente por ter sido o jogador que mais marcou gols contra os rivais Atlético e América.

Niginho conquistou seis títulos mineiros ao longo da carreira no Palestra/Cruzeiro. Ele era reconhecido pelo talento com a bola nos pés e a facilidade de fazer gols, o que chamou a atenção da Lazio, de Roma, clube que defendeu de 1932 a 1935. No entanto, o jogador que tinha dupla nacionalidade, teve sua ascensão na Lazio interrompida ao ser convocado para integrar as tropas do ditador Benito Mussolini na invasão da Abissínia, região da Etiópia. Ele se recusou a lutar e fugiu para o Brasil.

No retorno ao País, jogou no Palestra Itália de São Paulo em 1936 e voltou para Belo Horizonte. Depois, foi comprado pelo Vasco da Gama e defendeu também a camisa do Palmeiras e do Atlético Mineiro. Em 1939, emprestado pelo Vasco, Niginho retornou ao Palestra Itália em Minas e teve seu passe finalmente comprado pelo clube mineiro, onde ficou até se aposentar. Mas não se afastou dos campos. Em 1947, assumiu a função de treinador do já então Cruzeiro e foi o terceiro técnico que mais comandou o clube e deu à Raposa três títulos do Estadual em 1950, 1960 e 1961.

Niginho faleceu em Belo Horizonte em 5 de setembro de 1975, aos 63 anos. (TC)

Nossa Mãe

Religiosa carmelita
Borda da Mata
1915 ~ 2005

Uma vida marcada pelo trabalho, pela oração e pela penitência. Esta foi a trajetória de Tereza Margarida do Coração de Maria, nome que a religiosa **Maria Luiza Resende Marques** recebeu no mosteiro do Carmelo de Mogi das Cruzes, interior de São Paulo, quando se tornou noviça, aos 21 anos. Chamada carinhosamente de Nossa Mãe, a religiosa foi responsável pelo Carmelo São José, em Três Pontas, em 1962, onde viveu enclausurada por 43 anos até sua morte, em 2005.

A fama de santidade e de graças alcançadas por sua intercessão levou a Diocese de Campanha a pedir à Congregação para a Causa dos Santos, no Vaticano, a abertura do processo de beatificação e Madre Tereza pode se tornar beata. Os restos mortais da religiosa estão depositados em uma capela que fica dentro do Carmelo.

Nascida em 24 de dezembro de 1915 em Borda da Mata, no Sul de Minas, Maria Luiza mudou-se com os pais ainda nova para Cruzeiro, em São Paulo. Nessa época, o pai, Francisco Marques da Costa Júnior, que não acreditava em Deus, converteu-se após uma visita ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida. A família comprou então uma imagem da santa e levou para casa, onde se reunia para fazer as orações.

O irmão, João Resende Costa, abraçou o sacerdócio na Congregação dos Salesianos e em 1967 foi eleito arcebispo de Belo Horizonte. Maria Luíza, por sua vez, foi para o Colégio Bom Conselho da Congregação das Irmãs de São José de Chamberry, onde suas irmãs mais velhas estudavam. Durante um retiro espiritual, descobriu sua vocação para a vida de clausura e, mesmo contra a vontade do pai, entrou como postulante no Carmelo de Mogi das Cruzes. Aos 30 anos, irmã Tereza Margarida seria eleita sub-priora do mosteiro e depois enviada ao Carmelo de Santos, onde serviu de 1961 a 1962.

Quando assumiu o Carmelo São José, a religiosa passou a ser muito procurada pelos fiéis, que pediam conselhos, direção espiritual e graças. Vivendo intensamente a vida religiosa, Nossa Mãe cuidava também da formação bíblica, espiritual e litúrgica das monjas da congregação e nem mesmo a idade avançada e a doença pulmonar a fizeram reduzir o trabalho até a morte, aos 89 anos, em 14 de novembro de 2005, quando uma grande multidão, consternada, acorreu a Três Pontas para acompanhar o seu velório e sepultamento. (TC)

Nysia Carone

Política
Muriaé
1928 ~ 2009

Primeira mulher eleita deputada federal por Minas Gerais, a tabeliã, contadora e advogada **Nysia Coimbra Flores Carone** entrara na disputa 4 dias antes do pleito em 15 de novembro de 1966, em razão da impugnação da candidatura do marido Jorge Carone, prefeito de Belo Horizonte que havia sido destituído no ano anterior, sob pretexto de corrupção e inércia administrativa. Concorrendo pelo partido de oposição consentida pelos militares, o MDB, obteve 14,2 mil votos, mas foi cassada em 1969, por força do Ato Institucional nº 5, que recrudescera a ditadura em 1969. Anistiada, recuperou os direitos políticos em 1979, mas não disputou mais eleições.

Nascida em Muriaé em 16 de outubro de 1928, Nysia Carone vinha de uma família política tradicional da Zona da Mata mineira. Era filha de Maria Coimbra e de Orlando Barbosa Flores, cujo pai, o coronel Francisco Flores, disputava o mando político local. Engenheiro, cafeicultor e pecuarista, Orlando seria nomeado prefeito da sua cidade natal em 1931 e eleito deputado estadual Constituinte em 1935.

Já o marido Jorge Carone Filho, era filho do também deputado Constituinte Jorge Carone, prefeito nomeado de Visconde Rio Branco durante o “Estado Novo” (1937/1945). Articulador na região do “queremismo”, movimento que defendia a permanência de Getúlio Vargas na Presidência, ele sucederia o pai homônimo na política como fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), elegendo-se vereador da sua cidade em 1947, prefeito em 1954 e deputado estadual em 1958, quando o casal se mudou para a capital mineira.

Embora não haja registros de uma militância ativa na política até a eleição de supetão em 1966, Nysia se destacaria nos dois anos de mandato na Câmara dos Deputados por proposições corajosas contra o regime de exceção. São de sua autoria, por exemplo, as propostas de anistia aos “*acusados, processados ou condenados por crimes políticos desde 1º de abril de 1964*” e aos estudantes processados por se manifestarem contra a ditadura.

Após a cassação, a ex-deputada formou-se em direito, trabalhando no Serviço de Proteção ao Consumidor em Belo Horizonte. Em 1982, o marido elegeu-se finalmente deputado federal. Dos quatro filhos do casal, Jorge seria deputado estadual e Antônio Carlos vereador.

Ela faleceu em 4 de março de 2009. (AA)



Oneyda Alvarenga

Musicóloga
Varginha
1911 ~ 1984

À frente do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1935, o poeta e musicólogo Mário de Andrade cria a Discoteca Pública Municipal, pioneira no País, e convida a mineira **Oneyda Alvarenga**, de 23 anos, sua ex-aluna no Conservatório Dramático e Musical, para dirigir a inovadora instituição. Ela permaneceria até 1968 na direção da hoje “Discoteca Oneyda Alvarenga”, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 2009, pela preciosidade de seu acervo.

A diletta pupila do poeta – que é demitido em 1938 do cargo por reveses políticos do “Estado Novo” e muda-se para o Rio de Janeiro – faz intercâmbios com instituições estrangeiras e comanda concertos e aulas de música em programas na “Rádio Cultura” paulistana em 1938/50, sempre seguindo os conselhos do seu mestre na investigação, registro e valorização da música brasileira. Em 1936, faz o Curso de Etnografia e Folclore com a francesa Dina Lévy-Strauss, e tem o trabalho final premiado: “Cateretê do Sul de Minas”, sua região natal.

Na discoteca, edita e publica sete volumes do material coletado pela “Missão de Pesquisas Folclóricas”, que Mário de Andrade embarcou para o Norte e Nordeste, de 4 de fevereiro a 20 de julho de 1938, um dos mais relevantes registros etnográficos do Brasil. A discoteca ainda prensa discos como Xangô, Tambor-de-Mina, Catimbó e outros.

Nascida em Varginha a 6 de dezembro de 1911, Oneyda foi para São Paulo aos 19 anos, com o sonho de ser pianista e poeta, e graduou-se no conservatório em 1934, tendo por orientador Mário de Andrade. Ali nasceu a amizade que perdurou até a morte do modernista, em 1945. Oneyda é a responsável pela publicação de sua obra póstuma.

Membro da Academia Brasileira de Música e da “*Association Internationale de Bibliothèques de Paris*”, ela teve livros publicados no Brasil e exterior, entre eles “Música Popular Brasileira” (1945). Como poeta, apenas um: “A Menina Boba” (1938), já que o mergulho apaixonado na discoteca e folclore a afastaria dos sonhos iniciais.

Em 1983, publica “Cartas: Oneyda Alvarenga e Mário de Andrade”, com as missivas trocadas de 1932/35, durante as férias escolares, e de 1938/40, quando ele morou no Rio de Janeiro.

Oneyda casou-se com o primo Sylvio Alvarenga em 1937 e não tiveram filhos. Faleceu em São Paulo, em 1984. (CC)

Osvaldão

Revolucionário
Passa Quatro
1938 ~ 1974

Homenzarrão de quase dois metros de altura, esportista e campeão de boxe, negro e bonito, bom de prosa e de tiro, o engenheiro **Oswaldo Orlando da Costa**, conhecido como Osvaldão, que causou furor em Praga, foi galã de cinema e fez da Guerrilha do Araguaia o seu último ringue, na luta armada contra a ditadura, nasceu em Passa Quatro em 27 de abril de 1938.

Um dos oito filhos do padeiro José Orlando e de Rita Orlando dos Santos, ficou órfão da mãe aos 9 anos e teve na irmã Irene a referência materna. Com ela se mudou para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de reservista do exército no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) e ingressou na Escola Técnica Nacional (ETN), hoje CEFET/RJ.

Líder estudantil, Osvaldão logo engrossaria as fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo convidado em 1960 a cursar engenharia na então Tchecoslováquia, país que integrava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na Universidade de Praga, onde se formou em engenharia, chamava a atenção pelo carisma e pela beleza exótica aos padrões europeus. Fluente em tcheco e francês e também bom de dança, ele acabaria sendo “descoberto” pelos colegas cineastas.

Da Europa, Osvaldão seguiria para treinamento militar na China, retornando ao Brasil em 1966, com a missão de comandar estratégias de luta semelhantes à chinesa, em que os camponeses, mobilizados a partir de núcleos guerrilheiros, tiveram papel decisivo na revolução. Assim, enviado pelo PCdoB ao vale do Rio Araguaia, no Sul do Pará, divisa com o Tocantins, ele adotaria o modo de vida das populações ribeirinhas, preparando terreno para a chegada de novos combatentes.

O exército começaria a ofensiva contra a guerrilha em 1971 e Osvaldão, comandante do chamado “Destacamento B”, dirigiria com sucesso o enfrentamento das patrulhas militares na floresta, pelo que ganhou a fama entre os ribeirinhos de ter o corpo fechado, capaz de se transformar em pedra, árvore ou vento. Obrigado a recuar em 1972, o exército mobilizaria um gigantesco aparato de guerra no ano seguinte, desfechando o golpe final na guerrilha, cujo maior troféu seria a cabeça de Osvaldão.

Traído por um dos ribeirinhos, Arlindo Piauí, ele teria sido capturado em 4 de fevereiro de 1974. A cabeça e o corpo jamais foram encontrados. (AA)

Oswaldo França Júnior

Escritor
Serro
1936 ~ 1989

Oswaldo França Júnior foi um aviador e escritor brasileiro. Nascido no Serro em 21 de julho de 1936, é autor do romance “Jorge, um brasileiro”, levado às telas do cinema e que deu origem a um “Caso Especial” e à série da TV Globo “Carga pesada”. Ainda criança se encantou pela aviação e, em 1953, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena. Três anos depois, se inscreveu e passou a frequentar o Curso de Formação de Oficial Aviador, no Rio de Janeiro.

Como oficial da Força Aérea Brasileira (FAB), morou em Fortaleza e Porto Alegre. Na capital gaúcha fez parte do esquadrão que recebeu ordens para bombardear a “Rádio da Legalidade”, do governador Leonel Brizola, que articulava um movimento para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Mas por “*problemas técnicos*”, segundo alegou, a ordem não foi cumprida.

Em 1963, voltou a Fortaleza e, no ano seguinte, com o golpe e instauração da ditadura civil-militar no Brasil, foi expulso da FAB e mudou-se para Belo Horizonte, onde tentou, sem sucesso, publicar alguns contos para ganhar a vida, já que estava impossibilitado de exercer a profissão de aviador. À essa altura, Oswaldo já estava casado.

Por recomendação do amigo Rubem Braga, escreveu um romance, que enviou à editora do cronista no Rio. Sua primeira obra, “O viúvo”, foi lançada em 1965, pela editora de Rubem Braga, e Oswaldo só soube da publicação quando viu o livro na vitrine de uma livraria da capital mineira. Em 1967, publicou “Jorge, um brasileiro”, sua obra mais conhecida dentro e fora do Brasil. Dois anos depois, publicou “Um dia no Rio”, um romance sobre o dia de um mineiro que foi à cidade fluminense para uma reunião de negócios.

Ao longo da vida, lançou outras 11 obras: “O homem de macacão” (1971), “A volta para Marilda” (1974), “Os dois irmãos” (1976), “As lembranças de Eliana” (1978), “Aqui e em outros lugares” (1980), “À procura dos motivos” (1982), “O passo-bandeira” (1984), “As laranjas iguais” (1985), “Recordações de amar em Cuba” (1986), “No fundo das águas” (1987) e “De ouro e de Amazônia” (1989).

Oswaldo França Junior morreu em 1989 em um acidente de carro quando voltava a Belo Horizonte de uma viagem a João Monlevade, no auge da carreira literária. (DM)

Otto Lara Resende

Escritor
São João del-Rei
1922 ~ 1992

A um ritmo de escrita arrebatador em mais de um jornal ao mesmo tempo, além de textos como colaborador, o escritor **Otto Lara Resende** explicou, com seu característico bom humor, o ingresso no jornalismo. Foi como um cachorro diante da igreja, disse ele, que entra no templo ao perceber a porta aberta. Das primeiras publicações no mineiro “O Diário”, nos anos 1940, o seu trabalho ganhou intensidade na imprensa carioca, sem impedir a efervescente atividade literária.

Desde o início da carreira, o mineiro de São João del-Rei, que parecia ter uma inspiração especial – nasceu em 1º de maio de 1922, ano da Semana de Arte Moderna –, conviveu com outros três mineiros ilustres. Convidado por Fernando Sabino, integrou o grupo formado, ainda, por Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos que, no Rio, ficou conhecido como “os quatro mineiros” ou “os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse”.

Estudioso dos seus trabalhos, Augusto Massi, professor de literatura da USP, crítico e editor, considera primoroso, combativo e complexo o texto do escritor. Embora tenha demorado a publicar livros, aos 12 anos ele já havia escrito nove contos, e aos 16 reunia outras oito histórias.

Escritor precoce, Otto se transformou em contista respeitado numa época de vasta produção literária. Trocou referências e construiu amizade com figurões, a exemplo do poeta Mário de Andrade; de Vinícius de Moraes; do teatrólogo Nelson Rodrigues; e da escritora Clarice Lispector.

A estreia no mundo editorial ocorreu em 1952, com o livro de contos “O lado humano”. Para Massi, Otto “*escreve como um machadiano*”. Influenciado pelo tempo em que viveu num orfanato administrado pelo pai católico, junto de 19 irmãos, aborda preconceitos, perversidades e prostituição, envolvendo crianças e famílias.

O segundo livro, “Boca do inferno”, lançado em 1957, enfrentou bombástica repercussão negativa. Chocado com as reações, deixou o Brasil e trabalhou como adido cultural na Bélgica. Missivista, escreveu ao menos 600 cartas ao amigo e escritor Dalton Trevisan.

Único romance de Otto, “O braço direito”, de 1963, foi editado em Londres, em 1968. O escritor perfeccionista, membro da Academia Brasileira de Letras, teve seu estilo reconhecido, após a morte em 28 de dezembro de 1992, pela crítica dos principais veículos de imprensa. (MV)



Padre Belchior

Político
Diamantina
1778 ~ 1856

Belchior Pinheiro de Oliveira, o Padre Belchior, cujo relato do “Grito do Ipiranga” em 7 de setembro de 1822 desfaz a imagem épica do príncipe Dom Pedro, engalanado e montado sobre um alazão, de espada em punho, proclamando a Independência, nasceu em Diamantina em 8 de dezembro de 1778. Com cólicas intestinais, o príncipe estava abatido e não só montava uma mula, animal mais apropriado para subir a Serra do Mar pela tortuosa Calçada da Lorena, que ligava Santos a São Paulo, como não teria bradado o famoso bordão “Independência ou morte”, que dá nome à tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, pintada em 1888, que se tornou símbolo da fundação do Brasil.

Pelo relato do Padre Belchior, a cena teria sido outra: ao receber notícias dos decretos recolonizadores das Cortes Gerais portuguesas, o príncipe regente, *“tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis, pisou-os e deixou-os na relva”*, bradando, depois de um momento de dúvida e hesitação, *“nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal”*, após ouvir do padre o conselho de que a ruptura era o único caminho.

Outras testemunhas do 7 de setembro confirmam o relato, embora não façam quaisquer referências ao conselho do padre. Mas seja como tenha sido, fato é que o clérigo que estudou no Seminário de Mariana e foi ordenado em São Paulo em 1798, formou-se em Cânones e Direito Civil na Universidade de Coimbra em 1809 e abraçou a maçonaria ao voltar para o Brasil, teria papel relevante nos acontecimentos pré e pós-Independência, desde a sua nomeação como vigário de Pitangui em 1814.

Eleito em setembro de 1821 um dos 13 deputados de Minas à assembleia convocada para elaborar a Constituição portuguesa, Padre Belchior não embarcaria para Lisboa em 1822, diante do ultimato das Cortes Gerais para que Dom Pedro retornasse ao Reino. Ao contrário, acompanharia o regente nas viagens a Minas e depois a São Paulo, ambas decisivas para o “Grito do Ipiranga”.

Padre Belchior foi ainda deputado da primeira Constituinte brasileira, dissolvida pelo imperador Pedro I em novembro de 1823. Como o primo José Bonifácio de Andrada, foi preso e exilado. Ao voltar, retomou a maçonaria e a paróquia de Pitangui, onde faleceu em 12 de junho de 1856. (AA)

Padre Donizetti

Beato
Cássia
1882 ~ 1961

Filho de família pobre e numerosa, todos com nomes de músicos, **Donizetti Tavares de Lima** (em homenagem ao italiano Gaetano Donizetti), nasceu em 8 de janeiro de 1882 em Cássia e faleceu em 16 de junho de 1961 em Tambaú (SP), onde esteve à frente da Paróquia de Santo Antônio desde 1926. Na década de 1950, ficou conhecido por graças, curas e milagres, por ele atribuídos a Nossa Senhora Aparecida, de quem era devoto. Fruto disso, seria beatificado em Tambaú em 2019 pelo cardeal Angelo Becciu, representante do papa Francisco, que havia reconhecido um de seus milagres: a cura do pé torto de Bruno Henrique Arruda de Oliveira.

A vida religiosa de Donizetti começara aos 18 anos. Após ajudar a família e obter o consentimento do pai, Tristão Tavares de Lima, ele ingressou no seminário, recebendo uma imagem de Nossa Senhora Aparecida como presente da mãe, Francisca Cândida Tavares. Em 1908, foi ordenado sacerdote em Pouso Alegre, quando fez os votos de pobreza que pauperariam toda a sua vida.

O seu primeiro trabalho pastoral foi na Paróquia São Caetano, ainda em Pouso Alegre. Mais tarde, transferiu-se para a Diocese de Campinas, sendo vigário da Paróquia Santa Mãe de Deus, em Jaguariúna. Em 1909, foi nomeado pároco de Sant'Ana, em Vargem Grande do Sul, pertencente à então Diocese de Ribeirão Preto, destacando-se por onde passava pela ação pastoral, com ênfase na questão social e em defesa dos pobres.

Advogado, Padre Donizetti atuava também em causas trabalhistas, sendo por isso e pelo trabalho pastoral acusado de simpatizar com o comunismo. Sofreria dois atentados à vida; o que levou à sua transferência para Tambaú, onde fundaria o Asilo São Vicente de Paula, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, a Congregação Mariana, a Irmandade das Filhas de Maria e o Círculo Operário, bem como uma escola que leva o seu nome.

Hoje, as curas do padre tornaram Tambaú em destino do turismo religioso no País. Além da casa em que viveu, atual Museu Padre Donizetti, a Matriz de Santo Antônio, o Santuário de Nossa Senhora de Aparecida, a réplica da Igreja de São José e o seu Musoleu no cemitério são atrativos obrigatórios para os milhares de devotos que visitam a cidade, orando por milagres e para que o beato seja santificado. (UV)

Padre José Bento

Político
Campanha
1785 ~ 1844

José Bento Leite Ferreira de Melo, o padre e político que em 1842 pregou o levante armado contra o Ministério Conservador de Dom Pedro II e foi um dos articuladores da “Revolução Liberal”, nasceu em Campanha em 6 de janeiro de 1785 e foi assassinado em uma tocaia em Pouso Alegre, em 8 de fevereiro de 1844. À época, o inquérito concluiu que o crime fora cometido por cinco irmãos da família Tavares da Silva em razão de disputa sobre limites da “Fazenda do Engenho”, que pertencia ao padre, mas a real motivação permanece envolta em sombras desde então.

Estudando e morando em São Paulo na casa do bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, José Bento foi ordenado padre em 1809, retornando ao Sul de Minas dois anos depois como vigário concursado da recém-criada Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre. Além dos ofícios religiosos, ele se distinguiria como administrador de obras públicas na freguesia, introduzindo novas técnicas de construção, entre as quais a mistura de óleo de peixe com terra no levantamento de paredes.

Pouso Alegre seria elevado à vila em 1831, quando o padre já despontara como líder político do Sul de Minas e dos liberais. Dez anos antes, tivera participação como “eleitor de Pouso Alegre” nos movimentos que levaram à Independência do Brasil em 1822, elegendo-se deputado geral em 1826, 1830 e 1834, ano em que seria nomeado senador vitalício do Império, com apoio do amigo e futuro regente Diogo Antônio Feijó, o Padre Feijó.

É também da sua lavra o primeiro jornal que circulou no Sul de Minas, o “Pregoeiro Constitucional”. Lançado em 1830, o jornal teve vida curta, mas foi em suas oficinas que se editou a proposta de uma nova constituição para o Império, que ficou conhecida como “Constituição de Pouso Alegre”. Já em 1833, ele editaria um segundo jornal, o “Recopilador Mineiro”, sendo preso naquele ano em Ouro Preto por uma sedição de restauradores, como os conservadores eram então chamados.

Além da fazenda, Padre José Bento era proprietário de imponente residência em Pouso Alegre, o “Sobrado”, de onde irradiava a sua influência política, até a derrota da “Revolução Liberal”. Alertado de que tramavam o seu assassinato, teria respondido não acreditar que alguém tivesse coragem de matar um senador. (UV)

Padre José Custódio

Político
Nazareno
1770 ~ 1838

José Custódio Dias, padre e político atuante do processo de Independência do Brasil até fins do período regencial em 1840, fazia parte de uma legião de eclesiásticos mineiros que lutava nas hostes liberais. Participou da Assembleia Nacional Constituinte em 1823, a primeira experiência parlamentar no País, dissolvida por Dom Pedro I, insatisfeito com as propostas que lhe retiravam poder. Assim, o monarca outorgaria a Constituição de 1824, tornando-se imperador do Brasil com Poder Moderador sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Natural de Nazareno, no Campo das Vertentes, José Custódio nasceu em 1770, filho do português Custódio José Dias e de Ana Lopes da Silva. Estudou em São Paulo e no Seminário de Mariana e foi ordenando sacerdote aos 24 anos, conciliando a partir de então os ofícios religiosos com a administração da “Fazenda do Centro”, propriedade produtora de gado pertencente à família, e com a política. Em 1821, ele seria eleito um dos 13 deputados de Minas às Cortes Gerais portuguesas, mas não embarcou para Lisboa, diante dos decretos recolonizadores.

Após a Independência e a Constituinte frustrada, o padre exerceu, no Rio de Janeiro, três mandatos de deputado geral. O primeiro entre 1826 e 1829; o segundo entre 1830 e 1833; e o terceiro entre 1834 a 1835, ano em que ascenderia ao Senado. Liberal aguerrido, combateria todos os ministérios do Primeiro Reinado, tendo sido redigido em sua residência, na “Chácara da Floresta”, localizada no hoje demolido Morro do Castelo, o “ultimatum” entregue por ele a Dom Pedro I após a “Noite das Garrafadas”, o enfrentamento entre portugueses partidários do imperador e brasileiros nas ruas do Rio de Janeiro que levaria à sua abdicação ao trono em 1831.

Na Regência, durante a minoridade do pequeno Pedro de Alcântara, futuro Dom Pedro II, o padre fazia também firme oposição, que chegaria ao extremo em 1832, quando o parlamento debatia a reforma da constituição outorgada pelo primeiro imperador. À época, a sua residência no Morro do Castelo tornou-se palco de uma conspiração, batizada de “golpe da Chácara da Floresta” ou “golpe dos padres”, que pretendia impor pela força um novo texto constitucional, a “Constituição de Pouso Alegre”.

Padre José Custódio faleceu em sete de janeiro de 1838. (UV)

Padre Rodrigues da Costa

Inconfidente
Conselheiro Lafaiete
1754 ~ 1844

Manoel Rodrigues da Costa, o padre inconfidente condenado ao degredo na África, conduzido agrilhado para Portugal em 1792 e que deu a volta por cima, voltou ao Brasil, foi eleito deputado em 1821, participou da Independência, da primeira Constituinte em 1823 e engrossou as fileiras liberais na década de 1830, nasceu em 2 de julho de 1754, em Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete.

Culto, possuía vasta biblioteca e aventurou-se também na edição e tradução de livros quando estava exilado em Lisboa, vertendo do francês para o português o “Tractado da Cultura dos Pessequeiros”, publicado pela casa literária do Arco do Cego em 1801.

Padre Rodrigues da Costa descendia de uma família de imigrantes portugueses que enriquecera na corrida do ouro. Era filho de Teresa Joana de Jesus e do capitão-mor Manoel Rodrigues da Costa, de quem herdou o nome e a fortuna. Estudou no seminário de Mariana e foi ordenado sacerdote em 1780, dedicando-se mais às atividades mundanas e de fazendeiro do que às de pastoreio de fiéis.

Denunciado por confabular com o alferes Joaquim da Silva Xavier, o padre foi sentenciado ao degredo por saber da conspiração, mas não a denunciar, e teve metade de seus bens confiscados. De volta ao Brasil, recuperaria o patrimônio, introduzindo na sua fazenda “Registro Velho” novidades que trouxera de Portugal: o plantio de oliveiras e de uvas e a fabricação de azeite e vinho, sem muito sucesso. Em teares que importara, experimentaria ainda produzir tecidos de linho e lã de ovelhas, também sem êxito.

Ingressaria na política em 1821, eleito deputado de Minas às Cortes Gerais portuguesas, mas não seguiu para Lisboa, apoiando o regente Dom Pedro, de quem se tornou amigo na campanha contra os decretos recolonizadores. Proclamada a Independência, Padre Rodrigues da Costa atuou na constituinte e em 1831, pouco antes da abdicação do imperador, o receberia na “Registro Velho”, sendo agraciado com a mercê da Ordem de Cristo e a nomeação de cônego da Capela Imperial. De sua fazenda, ele atuaria ainda nas crises do período regencial (1831/1840), sempre pela facção da elite liberal.

Faleceu aos 90 anos, em 19 de janeiro de 1844, na “Registro Velho”, em Barbacena. Dos bens sequestrados em 1792, a sua batina foi encontrada e hoje integra o acervo do Museu da Inconfidência. (AA)

Padre Rolim

Inconfidente
Diamantina
1747 ~ 1835

José da Silva de Oliveira Rolim, o conhecido Padre Rolim que abraçou a Inconfidência Mineira, foi preso, condenado à morte e enviado para um convento em Portugal em 1792, mas que conseguiu se safar da sentença e retornou ao Brasil em 1803, nasceu em Diamantina, provavelmente em 1747, falecendo na terra natal em 21 de setembro de 1835. Sua trajetória, contudo, revela menos ideais libertários e mais o seu envolvimento com o contrabando de diamantes em meio a uma vida devassa de costumes.

Filho de família abastada, o menino sem vocação para o sacerdócio, estudou no Seminário Menor de Mariana e depois no Maior de São Paulo, onde foi ordenado, sob protestos do governador Martim Lopes Lobo Saldanha, que tentara bani-lo da capitania em 1780, por ele viver *“na maior desordem que pode ser; fazendo em diferentes noites com as mulheres as funções mais ilícitas”*.

Ordenado padre e de volta a Minas, se envolveria na rede de contrabandistas que grassara na demarcação diamantina, sobretudo após a instituição do monopólio da Coroa sobre a extração de diamantes. Assim, afamado tanto pelo tráfico, quanto pela violência contra quem ousasse contrariar os seus interesses, ele estaria no centro das investigações abertas pelo governador Luís da Cunha Meneses, que resultaram no seu banimento também da Capitania das Minas em 1786.

Refugiou-se primeiro na Bahia e depois no Rio de Janeiro, onde em 1788 abraçaria a causa da inconfidência em reuniões com Tiradentes, Álvares Maciel e o futuro delator do movimento, Joaquim Silvério dos Reis. Responsável pela sublevação da Comarca do Serro Frio, onde mobilizaria 200 homens para o levante contra a Coroa, Padre Rolim voltou clandestinamente para Diamantina, onde seria surpreendido pelas notícias das prisões dos inconfidentes. Com um punhado de seguidores, ele ainda tentaria resistir, mas foi cercado e preso na Fazenda das Almas. Levado para Ouro Preto e depois para o Rio de Janeiro, foi submetido a 11 interrogatórios, que resultaram na sua condenação, com o sequestro de todos os bens.

Entre suas muitas paixões, a por Rita Quitéria, filha de Chica da Silva e do contratador João Fernandes de Oliveira, parece ter sido a mais duradoura. Com ela, Padre Rolim teve cinco filhos que herdariam a sua fortuna, recuperada em 1823, um ano após a Independência do Brasil. (AA)

Padre Vaz

Teólogo
Ouro Preto
1921 ~ 2002

Henrique Cláudio de Lima Vaz, o sacerdote jesuíta, filósofo e teólogo, cujos estudos sobre o cristianismo e o marxismo reverberaram no pensamento da esquerda católica na década de 1960, nasceu em Ouro Preto em 14 de agosto de 1921 e faleceu em Belo Horizonte em 23 de maio de 2002. “*Numa sociedade como a do Brasil atual estou convencido de que a vocação do filósofo vem carregada com uma enorme responsabilidade social*”, dizia o sacerdote, que era especialista nas obras de São Tomás de Aquino e do filósofo alemão Friedrich Hegel.

Formado em Filosofia pela Faculdade Anchieta de Nova Friburgo e em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, onde concluiu o doutorado em Filosofia em 1953, Padre Vaz atuou no magistério filosófico universitário por quase 50 anos. Foi professor da escola onde se formou no Rio de Janeiro e da Faculdade Eclesiástica do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte, além de professor emérito da UFMG, tendo lecionado na Fafich de 1965 a 1985.

Embora ressaltasse que os seus textos eram de “*reflexão, não de ação*”, o jesuíta teria forte influência na militância política cristã nos anos de 1960, imbuindo-se da missão de fazer a leitura crítica e cristã do pensamento marxista. Assim, se Hegel aconselhava substituir a prece matutina pela leitura dos jornais, Padre Vaz o corrigia, afirmando que a leitura dos jornais após a prece daria melhores resultados, engajando-se o próprio tanto na Juventude Universitária Católica (JUC), quanto no Movimento de Educação de Base, dos quais emergiria a Ação Popular (AP) em 1962.

Na vasta produção teórica do Padre Vaz destacam-se os livros “Antropologia Filosófica”, de 1965; “Cultura e Universidade” (1966); “Universo científico e visão cristã” (1967); “Ontologia e História” (1968); “Escritos de Filosofia”, em dois volumes; e “Antropologia Filosófica”, também em dois volumes, além de numerosos artigos em revistas científicas, entre os quais “Marxismo e filosofia” (1959), “Cristianismo e consciência histórica” (1960-1961) e “Ideologia e verdade” (1966).

Após a sua morte, o professor João Mac Dowell iniciou a organização do material encontrado em sua biblioteca, hoje reunido no Memorial Padre Vaz da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. (UV)

Padre Victor

Beato
Campanha
1827 ~ 1905

Descendente de escravos, **Francisco de Paula Victor**, o Padre Victor cultuado por gerações de devotos e beatificado pelo Vaticano em 2015, nasceu em Campanha em 12 de abril de 1827 e faleceu em Três Pontas em 23 de setembro de 1905. Ao sacerdote negro, cuja vida foi marcada pelo fervor religioso e o enfrentamento à discriminação, atribui-se o milagre da gravidez da professora Maria Isabel de Figueiredo. Desenganada pelos médicos devido a um grave problema nas trompas, ela dera à luz uma menina saudável em 2010, após rezar ao padre pelo milagre.

Filho de uma fiandeira “parda” alforriada, Lourença Maria de Jesus, e pai desconhecido, o futuro beato teve uma educação esmerada, pouco comum aos descendentes de escravizados, sob os cuidados da madrinha Mariana de Santa Bárbara Ferreira. Não se sabe se a madrinha, proprietária de escravizados e também identificada como “parda” no censo provincial de 1831, era sua senhora, mas fato é que o menino teria aprendido as primeiras letras, o latim, francês e música na sua casa, antes de frequentar a escola.

Segundo as narrativas míticas em torno da vida do padre, a vocação religiosa teria aflorado na juventude, quando Victor trabalhava como aprendiz de alfaiate e confidenciou a pretensão ao mestre. Na sociedade escravagista de então, o desejo do jovem teria sido recriminado com violência pelo mestre, mas a madrinha Mariana viria em seu socorro, abrindo portas para que ele pudesse realizá-lo.

Assim, em 1848, em visita a Campanha, o bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, aquiesceria ao pedido para que o jovem negro ingressasse no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte. Recebido como serviçal pelos colegas, Victor foi tratado com desdém, mas com humildade e resignação acabaria ganhando o respeito de todos, até ordenar-se em 1851.

No ano seguinte, Padre Victor seria então nomeado por Dom Viçoso, vigário de Três Pontas, onde foi recebido também com desdém. Ao longo dos seus 53 anos de sacerdócio, ele acabaria vencendo todas as resistências, seja como poderoso emissário dos ensinamentos da doutrina católica e dedicação aos pobres, seja como professor abnegado do Colégio Sacra-Família e da escola normal, que o tornaram o lendário e admirado padre negro de Três Pontas. (UV)

Paulo Mendes Campos

Poeta e cronista
Belo Horizonte
1922 ~ 1991

Cronista refinado, que permeava seus escritos em jornais e revistas com boas doses de lirismo, humor, e por vezes, conferia-lhes a dimensão de um ensaio, **Paulo Mendes Campos** foi um dos grandes autores da reverenciada geração que impulsionou a crônica nos anos 1950/60. Foi também tradutor, crítico literário e notável poeta, embora a crônica tenha lhe roubado mais tempo. “... *foi através da literatura que recebi a vida/ E foi em mim a poesia uma divindade necessária*”, versejaria em “Fragmentos em prosa”.

Nascido em Belo Horizonte em 28 de fevereiro de 1922, era um dos nove filhos do médico e escritor Mário Mendes Campos e de Maria José Lima, quem o despertou para a poesia. A família respirava literatura. A primeira infância, que ele traz nos versos e prosa, foi na pequena Saúde, hoje Dom Silvério, onde o pai foi clinicar.

Na capital, iniciou os cursos de odontologia, veterinária, direito, e por um ano, aviação, em Porto Alegre, mas abandonou todos, enveredando-se na escrita e atividades múltiplas: trabalhava na biblioteca da Diretoria de Saúde Pública, na construtora de um tio, dirigia o suplemento da “Folha de Minas”, escrevia para mais jornais e, cooptado por Hélio Pellegrino, ainda distribuía panfletos clandestinos contra o “Estado Novo”.

Nessa época, “*a insônia era uma atitude literária*”, disse Otto Lara Resende, de quem Paulo era amigo desde adolescente e a eles se juntaram Fernando Sabino e Pellegrino. Ficariam conhecidos, no Rio, como os “quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse”.

Em 1945, leu que Pablo Neruda estava no Rio, em visita a Vinícius de Moraes. Viajou na hora, hospedou-se com Fernando Sabino, depois com Vinícius, e ficou. Carlos Drummond de Andrade, “*com sua solicitude silenciosa*”, arranhou-lhe dois empregos e emprestou a máquina de escrever.

Firma-se como cronista no “Diário Carioca”, “Jornal do Brasil”, entre outros, além da revista “Manchete” por mais de 30 anos. Publicou em vida 15 livros – já reeditados. Com “O domingo azul do mar” (1958) é reconhecido poeta. “O cego em Ipanema” (1960) e “Homenzinho na Ventania” (1962) são sucessos em crônicas. Como tradutor, verteu obras de Shakespeare, Oscar Wilde, Neruda e outros. Foi também roteirista de cinema e TV.

Casou-se com a inglesa Joan Abercrombie e teve dois filhos. Faleceu em 1º de julho de 1991. (CC)

Pedro Aleixo

Político
Mariana
1901 ~ 1975

Pedro Aleixo, o vice civil do marechal-presidente Arthur da Costa e Silva (1967/1969), que foi o único a votar no Conselho de Segurança Nacional contra o AI 5, decreto que recrudescera a ditadura em 1968, faleceu em Belo Horizonte em 3 de março de 1975, ainda convicto de que os ideais do golpe de 1964, ao qual chamava de “*movimento*”, eram a “*plenuidade democrática*”. À época da decretação do AI 5, ele justificou o voto contrário, afirmando que o problema não era com o presidente, mas com os abusos que poderiam vir com o “*guarda da esquina*”.

Na esteira do recrudescimento da ditadura, em 1969, quando o marechal sofreu um acidente vascular cerebral, Pedro Aleixo seria impedido de assumir a Presidência e expurgado pela junta militar que assumiu o governo. De volta a Minas, empenhou-se na criação de um partido liberal, que retomasse “*os ideais democráticos*” que o “*movimento*” teria usurpado, mas a iniciativa não vingou. Quatro meses após a sua morte em 1975, o irmão, Alberto Aleixo, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, faleceria em um hospital no Rio de Janeiro, debilitado após dois meses de encarceramento no DOPS.

Pedro Aleixo nasceu em Mariana em 1º de agosto de 1901. Aos 21 anos, formou-se em direito em Belo Horizonte, combinando a advocacia com o jornalismo, primeiro no extinto “Diário da Manhã”, e depois no “Estado de Minas”, que fundou em 1927. O jornal seria incorporado aos Diários Associados e ele cresceria com a poderosa rede de imprensa que estava sendo criada por Assis Chateaubriand, tornando-se condômino e diretor de empresas do grupo até o fim da vida.

Em 1930, engajou-se no movimento que pôs fim à “República Velha” e elegeu-se deputado federal em 1934. Com o fechamento do Congresso pelo “Estado Novo” em 1937, ele retornou à Belo Horizonte, à advocacia, ao magistério e ao jornalismo. Em 1943, seria um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros” contra o regime autoritário e após a renúncia de Getúlio Vargas em 1945, foi eleito novamente deputado, pela UDN, reelegendo-se em 1959 e 1963. Advogado brilhante e de formação liberal, ele atuaria firmemente no movimento que levou ao golpe de 1964, convencido de que as Reformas de Base preconizadas pelo Governo Goulart, levariam o Brasil ao comunismo.

Ele foi casado com Maria Brandi Stuart. Tiveram três filhos. (AA)

Pedro Nava

Médico e memorialista
Juiz de Fora
1903 ~ 1984

Filho do médico cearense José Nava, **Pedro da Silva Nava** passaria a maior parte da vida exercendo a profissão que herdou do pai, mas o principal legado que crava seu nome na história é o testemunho de sua época, que deixou em sete livros. Além da riqueza de detalhes e de sua poética original, as obras eram marcadas por polêmicas inconfessáveis envolvendo seus conterrâneos e familiares. Como ele ensinou, *“o memorialista deve estar preparado, não só para o isolamento necessário ao trabalho, mas principalmente para a ruptura com os próximos”*.

Pedro Nava nasceu em 1903 em Juiz de Fora, e logo na infância mudou-se para o Rio de Janeiro. O gosto pela literatura despontou cedo. Em sua adolescência, estudou no consagrado Colégio Pedro II, onde colaborava com jornal estudantil “A Tocha”. Voltaria logo ao seu estado natal para cursar medicina em Belo Horizonte. Na capital, se interessou também por um movimento artístico-teórico surgente no País: o Modernismo. Em 1922, fundou “A Revista”, com Carlos Drummond de Andrade.

Sua vida de reumatologista foi marcada não só pela atuação brilhante em diversas instituições, mas pela publicação de 350 artigos científicos e de um livro sobre a história da medicina, e foi só quando aposentou, aos 66 anos, que começou a escrever sobre sua infância, a princípio para si mesmo. Em suas palavras, *“Temos dois terrores, a lembrança do passado e o medo do futuro. Pelo menos um, a lembrança do passado, é anulado pela catarse de passá-lo para o papel”*.

Diante do encorajamento dos amigos, publicou os escritos com o título “Baú de Ossos” em 1972, prefaciado por Drummond e premiado no mesmo ano. Na sequência vieram outras obras que balançaram a literatura brasileira à época.

Há quem diga que o trágico enredo que encerrou a sua vida já estava se anunciando em suas últimas obras. Nelas, o pseudônimo José Ergon Barros, além de declarar-se “suicidário”, revelava a angústia de vivenciar fulminantes paixões masculinas em um tempo em que isso era condenado. Em 1984, o memorialista suicidou, segundo a cobertura jornalística da época, por conta de uma chantagem de um garoto de programa.

O valor histórico e poético de sua obra é reconhecido nacional e internacionalmente e lhe rendeu, ainda em vida, uma série de prêmios, dentre eles dois Jabutis (1974 e 1983). (JA)

Pio Canêdo

Político
Muriaé
1909 ~ 1999

Considerado arguta “raposa” política do PSD pelo espírito conciliador com que liderava e se relacionava até com a rival UDN, **Pio Soares Canêdo** foi vice do governador Israel Pinheiro (1966/1971), últimos eleitos na ditadura antes do Ato Institucional (AI 2) extinguir os partidos e as eleições para governos estaduais.

“*Por três vezes, estivemos na iminência de intervenção federal*”, revelaria Pio, a quem o engenheiro Israel havia confiado as articulações políticas. Deputado, o vice fora líder do PSD, da Maioria, da Minoria e presidido a Assembleia Legislativa, e teria pela frente a espinhosa missão de lidar com os militares.

Em 1968, o presidente Costa e Silva baixa portaria que subordina as polícias militares ao Exército, mas a PM de Minas resiste. Israel pede audiência ao presidente e chama Pio: “*Você é quem vai, diga que adoeci. Se eu for, serei detido. Se você for detido, não tem importância, porque eu sou o governador e Minas não estará sob intervenção*”.

Pio embarcou para Brasília e, ao seu relato, Costa e Silva bateu na mesa: “*Mas que governador é esse que permite a um subalterno lhe dar ordens? Por que não prendeu o comandante da PM?*” E Pio responde: “*Presidente, na minha vida pública de 45 anos, nunca vi um civil prender um militar. Tenho visto militares prenderem civis...*” O general se abrandou e a PM mineira ficou sem intervenção.

Mais espinhosa foi a tarefa de implantar a ARENA em Minas, partido ao qual aderiram após o AI 2. Pio amenizou as disputas UDN x PSD na ARENA, mas sempre lamentaria a extinção dos partidos “*arraigados às suas bases e princípios*”.

Nascido em Muriaé a 21 de agosto de 1909, era filho de Maria Soares e Afonso Canêdo, comerciante de café e chefe político. A política já lhe corria nas veias quando estudava Direito na UFMG. Graduado em 1931, retorna à Muriaé, advoga, é vereador e prefeito. Em 1946, é secretário de Estado do Interior e Justiça, e da Agricultura. Elege-se deputado em 1955 e por mais duas vezes.

Após ser vice-governador, opta por não se candidatar e permanece nos bastidores. Faleceu em 21 de agosto de 1999, quando celebrava os 90 anos com filhos e netos em Ouro Preto. Na homenagem do Legislativo à *ultima raposa pessedista mineira*, buscam no “Dicionário de nomes” o verbo Canedo: do verbo árabe Kanata, é *temperado, prudente*. (CC)



Raul Belém Machado

Cenógrafo
Araguari
1942 ~ 2012

“Jamais faça, principalmente na arte, algo que você não queira. Eu sou feliz, porque faço o que gosto”, dizia **Raul José Belém Machado**, que, ao reunir liberdade criativa, além de espírito de equipe e talento, ajudou a revolucionar e profissionalizar o teatro e as artes cênicas de Minas Gerais.

Cenógrafo, figurinista e arquiteto, com especialidade em cenotécnica, Raul Belém nasceu em 11 de março de 1942 em Araguari, onde a mãe era professora de piano e animadora cultural. Em 1964 se mudou para Belo Horizonte para estudar arquitetura na UFMG e a veia artística o levava a cantar no Coral Ars Nova e a tocar flauta em camerata. O passo seguinte foi o teatro, quando Ítalo Mudado o convidou para as tragédias gregas "Agamenon" e "Antígona".

No início atuou em peças infantis; fez maquiagem e contra-regragem; e se dedicou à música. Estas experiências o levaram a perceber na ribalta *“o corpo no espaço, o espaço organizado, as relações de poder no espaço, a definição do espaço de cada personagem, a cor e sua psicologia”*.

Entrou para o mundo da cenografia em 1969, no espetáculo “Procurase Uma Rosa”, dirigido por Carlos Alberto Ratton. Em seguida, fez “Morte Sem Sepultura” e “Geração e Revolta”, esta a sua primeira grande obra cenográfica, hiper-realista, segundo o teatrólogo Jota Dangelo. Depois veio a cenografia inovadora de “Futebol, Alegria do Povo” e *“foi a partir dessa peça que insisti para que Raul não fizesse apenas cenografia, mas também atuasse como figurinista”*, recorda Dangelo.

Marcou presença ainda em “As beterrabas do Senhor Duque”, “Os pequenos Burgueses”, “A Casa de Bernarda Alba”, “A Conjuração”, “Calígula”, “Frei Caneca”, “Galileu, Galilei” e “Rasga Coração”, entre outras. Para o diretor Pedro Paulo Cava, Raul foi *“o maior gênio das artes cênicas de Minas Gerais e do Brasil”*: artista plástico, músico, arquiteto, cenógrafo, figurinista e aderecista.

Entre 1983 e 2011, Raul Belém coordenou as produções artísticas da Fundação Clóvis Salgado, a partir do antigo centro técnico de produção e esteve à frente de cenários e figurinos de balés e espetáculos teatrais. Foram de sua lavra os cenários das óperas “Aída” (2001), “O Guarani” (2002) e “Turandot” (2004).

Ele faleceu em Belo Horizonte em 18 de agosto de 2012. (UV)

Roberto Drummond

Jornalista e escritor
Ferros
1933 ~ 2002

Roberto Francis Drummond foi um reconhecido escritor e jornalista, nascido na cidade mineira de Ferros, em 21 de dezembro de 1933. Designava o seu trabalho como “*Literatura Pop*”, um estilo que, segundo o próprio, buscava romper com o conceito tradicional do fazer literário, marcando-se pela ausência de cerimônias e pela proximidade com o cotidiano.

O escritor mudou-se para Belo Horizonte ainda na adolescência, iniciando a carreira no jornalismo na extinta “Folha de Minas”. Trabalhou no jornal “Binômio” e dirigiu a “Revista Alterosa”. Passou ainda pelas redações do “Jornal do Brasil”, no Rio de Janeiro, onde ficou por um ano, do “Estado de Minas” e do “Hoje em Dia”, onde escrevia crônicas e colunas esportivas. Fez também um programa esportivo na TV Bandeirantes.

O reconhecimento como escritor veio já com o primeiro livro, “A morte de DJ em Paris”, de 1971, relançado em 1975, com recordes de vendas e crítica, pelo qual recebeu o Prêmio Jabuti de autor revelação. Até 2001, publicou outros nove livros e mais quatro foram lançados após a sua morte, em 2002.

O maior sucesso da carreira veio com “Hilda Furacão”, em 1991. O romance foi adaptado para a televisão por Glória Perez e transformado numa minissérie que foi ao ar na Globo, em 1998. A repercussão foi tão grande que Drummond costumava dizer que se tornara “*um eterno refém de Hilda Furacão*”.

Uma marca de sua personalidade era o marketing que fazia do seu trabalho, como narrou o jornalista e escritor Jorge Fernando dos Santos, em artigo publicado na “Dom Total”, em agosto de 2022: “*Em 1983, Breno Milagres adaptou um conto do Roberto para o teatro. Nascia ali a vídeo-peça 'Quando fui morto em Cuba'. Na ocasião, entrevistei o autor. Ele me garantiu que, entre os convidados para a estreia no Teatro Clara Nunes, estavam Chico Buarque e Fidel Castro – que, naturalmente, não compareceram. Rei do marketing, nosso 'papa da literatura pop' sabia vender seu peixe como ninguém*”.

Atleticano fervoroso, ajudou a promover o atacante Reinaldo que, em concurso promovido pelo escritor, foi eleito o melhor jogador dos times mineiros de todos os tempos. Roberto Drummond escreveu ainda a crônica “O Ser atleticano”, um verdadeiro mantra para os torcedores do Clube Atlético Mineiro. (DM)

Rodrigo Melo Franco

Advogado e jornalista
Belo Horizonte
1898 ~ 1969

Advogado e jornalista, **Rodrigo Melo Franco de Andrade**, nascido em 17 de agosto de 1898 em Belo Horizonte, quando a então moderníssima capital planejada não havia completado um ano, daria uma guinada na vida em 1937, deixando o jornalismo e a advocacia para abraçar a causa do patrimônio cultural. Primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, concebido pelo poeta modernista Mário de Andrade, que o indicou, Rodrigo assumiria a espinhosa missão de identificar, proteger e conservar bens culturais em todo o País por três décadas, do “Estado Novo” à ditadura militar.

Já na chamada “*fase heroica*” do instituto, quando a legislação de tombamento era incipiente e não havia metodologia e técnicos preparados para a realização de inventários e dossiês, ele mostraria a que viera. Em 1938, o conjunto urbano de Ouro Preto foi o primeiro a ser tombado, seguindo-se os de outros sítios históricos, monumentos e edificações espalhados pelo País, do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste. Implantaria também os primeiros museus regionais, entre os quais o da Abolição em Recife.

Nascido em uma das famílias mais influentes e cultas de Minas, os Melo Franco, Rodrigo teve uma formação privilegiada. Aos 12 anos, foi enviado pelos pais para Paris, onde estudou no Lyceé Janson de Sally e conviveu com intelectuais brasileiros que frequentavam a casa do tio Afonso Arinos. Retornando ao Brasil, estudou direito em Belo Horizonte e São Paulo, formando-se no Rio.

Em 1921, começou a colaborar com “O Dia”, ponto de partida de uma carreira meteórica no jornalismo, de repórter a diretor de redação de “O Jornal” em 1928, após trabalhar nos jornais “A Manhã” e “Diário da Noite”, entre outros. Por onde passava, abria espaços para intelectuais e artistas que mais tarde o auxiliariam na concepção das políticas de proteção ao patrimônio cultural.

Como advogado, Rodrigo trabalhou no escritório de outro tio, Afrânio de Melo Franco, e era chefe de gabinete do então Ministério da Educação e Saúde quando foi fisgado pela causa de proteção do patrimônio. Ele faleceu em 11 de maio de 1969 ainda ativo no IPHAN que, desde 1987, realiza o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua homenagem.

Rodrigo foi casado com Graciema Melo Franco de Andrade. Tiveram três filhos. (AA)

Rosalino Gomes

Mártir Xakriabá
São João das Missões
1945 ~ 1987

Rosalino Gomes de Oliveira, mártir Xacriabá cujo sangue ajudou o seu povo a recuperar parte do território ancestral situado às margens do Rio Itacarambi, no Norte de Minas, foi assassinado em 12 de fevereiro de 1987 na aldeia Sapé, em São João das Missões. Baleado enquanto dormia, o cacique sequer pode se defender dos tiros de 15 pistoleiros comandados pelo grileiro Francisco de Assis Amaro. Grávida de seis meses, sua mulher, Anísia Nunes, foi também atingida no braço, e dois parentes, Manoel Fiúza da Silva e José Pereira Santana, perderam a vida no ataque.

Com enorme repercussão nacional e internacional, a chacina colocou em xeque a morosidade do Estado brasileiro em garantir a posse de terras pertencentes aos povos originários. Em 1979, um terço do território original, que fora reconhecido em 1728 em carta de doação da “Missão do Senhor São João”, foi demarcado, mas a reserva indígena não saiu do papel. Rosalino organizaria então os mutirões de retomada das terras invadidas por posseiros e fazendeiros, cuja reação seria o ataque brutal à aldeia.

Seis meses após a chacina, a Terra Indígena (TI) Xakriabá, com área inicial de 46 mil hectares, foi finalmente homologada, em 14 de agosto de 1987. No ano seguinte, Francisco de Assis Amaro seria condenado pelo genocídio a 27 anos de prisão, em um dos julgamentos mais longos da história de Minas. Quatro pistoleiros seriam também condenados a penas de 2 a 20 anos, mas todos estariam livres no início dos anos de 1990, após cumprirem um terço das sentenças.

Pertencente ao tronco linguístico/cultural Macro Jê, os Xakriabá ocupavam amplas extensões do Cerrado no médio São Francisco, vivendo da caça e da pesca, do extrativismo e do plantio de roças. Os primeiros registros de confronto com os invasores remontam ao final do século XVII, com a chegada do bandeirante Matias Cardoso. “Mestre-de-campo da guerra aos bárbaros”, ele deu início ao processo de esbulho do território, marcado pela resistência dos Xakriabá, na qual a chacina foi um dos capítulos.

Rosalino deixou seis filhos. João Nunes de Oliveira, que foi obrigado a arrastar o corpo do pai de dentro de casa para provar aos pistoleiros que ele estava morto, tornou-se o primeiro prefeito Xakriabá de São João das Missões em 2004. (AA)



Sandra Starling

Política
Belo Horizonte
1944 ~ 2021

Na primeira eleição direta para governadores após o longo recesso imposto pela ditadura, em 1982, o recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT) escolheu como candidata **Sandra Meira Starling**, professora universitária, advogada e sindicalista, que ajudara a criar o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro). Era a primeira vez que uma mulher disputava o Governo de Minas.

Nascida em Belo Horizonte em 16 de janeiro de 1944, iniciara sua trajetória política na década de 1960, na Juventude Estudantil Católica (JEC). Em 1962, foi trabalhar na Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras, participando da fundação do Sindipetro e integrando sua primeira diretoria.

Em 1964, o sindicato sofreu intervenção, a diretoria foi cassada e Sandra obrigada a abandonar a estatal. Em seguida, conseguiu emprego na CEF, onde permaneceu até 1971. Formou-se em direito na UFMG em 1972 e três anos depois tornou-se professora de sociologia da Fafich, quando ajudaria a fundar a Associação dos Professores Universitários.

Em 1980, Sandra engajou-se na fundação do PT e integrou seu primeiro Diretório Estadual. Dois anos depois, concorreria ao governo, obtendo 113 mil votos na disputa vencida pelo senador Tancredo Neves (PMDB).

Nos anos seguintes, atuou na consolidação do partido e em 1985 concorreu à vice-prefeita de Belo Horizonte. Em 1986, elegeu-se deputada estadual constituinte e, como advogada e líder do PT na Assembleia Legislativa, se destacaria na elaboração da nova Constituição do Estado, promulgada em 1989.

Em 1990, Sandra foi eleita deputada federal, sendo líder da bancada do PT. Entre os projetos de destaque que apresentou no Congresso Nacional, está o que obriga o SUS a realizar abortos nos casos permitidos pelo Código Penal, que tramitou por 17 anos até ser aprovado.

Em 1993, com a vitória de Patrus Ananias para a prefeitura da capital, ela licenciou-se da Câmara para assumir a Secretaria de Educação. Já no primeiro governo Lula (2003/2007), foi secretária-executiva do Ministério do Trabalho. Integrou ainda o Conselho de Administração da Aracruz Celulose.

Sandra morreu em função de danos provocados por um infarto do miocárdio, em 14 de dezembro de 2021, em Belo Horizonte, deixando o marido Tales Chagas Machado Coelho e três filhos do primeiro casamento. (DM)

Santos Dumont

Aeronauta
Santos Dumont
1873 ~ 1932

Em 23 de outubro de 1906, **Alberto Santos Dumont** conseguiu, no campo de Bagatelle, em Paris, descolar do solo o seu avião “14-Bis” por dezenas de metros, diante de uma comissão do aeroclube de França. Era a primeira vez, à vista do público e oficialmente, que alguém conseguia pilotar uma máquina mais pesada do que o ar. Nos anos seguintes, entre 1907 e 1910, pilotou o pequeno e delicado “Demoiselle”, precursor dos atuais ultraleves. Com esta pérola do ar, que ele mesmo projetou e construiu, passeava pelas redondezas de Paris. O modelo se tornou sensação no mundo.

Alguns anos antes, em 1901, Santos Dumont conquistara o prêmio “Deutsch de La Meurthe”. O prodígio foi conduzir o seu balão dirigível nº 6, de Saint-Cloud à torre Eiffel, contornando-a e seguindo de novo para o ponto de partida, em menos de 30 minutos. Estava comprovado que o homem podia controlar o deslocamento pelos ares e que o levaria, em 1910, a ser o único aeronauta do mundo com quatro brevês: de balão livre, de dirigível, de biplano e de monoplane.

O “Pai da Aviação” era filho de Henrique Dumont, engenheiro e grande produtor de café, e de Francisca Santos Dumont. Nasceu na Fazenda Cabangu, no município mineiro hoje batizado com o seu nome, em 20 de setembro de 1873. Na época, o pai dirigia a construção da “Estrada de Ferro Dom Pedro II”. Depois, a família se transferiria para o interior do Rio de Janeiro e em seguida para Ribeirão Preto, em São Paulo, onde ele estudou em Campinas e na capital.

Na adolescência, leu Júlio Verne e tomou gosto pela mecânica nas oficinas da fazenda do pai engenheiro. Esteve na França pela primeira vez, com a família, em 1891, onde o motor a gasolina era a grande novidade. No ano seguinte, Henrique Dumont, já doente, o emancipou e, assim, ele recebeu títulos que valiam uma fortuna. Partiu então para Paris com a ideia de construir as suas próprias aeronaves.

A invenção do avião foi mais tarde reivindicada por outros, entre eles os irmãos Wright, dos Estados Unidos. Em 1918, Santos Dumont fixou residência em Petrópolis, mas continuou a viajar pelo mundo. A partir de 1925 a sua saúde piorou e em 1931 ele retornou enfermo ao Brasil. Fruto de uma profunda depressão, tiraria a própria vida em um hotel no Guarujá, em 23 de agosto de 1932. (UV)

Santa Rita Durão

Poeta
Mariana
1722 ~ 1784

Religioso, poeta e orador, **José de Santa Rita Durão**, autor do poema épico “Caramuru”, de dez cantos, a primeira narrativa da literatura brasileira a ter como tema o índio, a flora e a fauna tropical, nasceu na fazenda Cata Preta, hoje distrito de Santa Rita Durão, em Mariana, em um dia do ano de 1722. Inspirado em lendas e heróis, o poema tem fortes influências estilísticas de “Os Lusíadas”, de Luís Vaz de Camões, e se tornou uma das mais importantes representações do arcadismo ao neoclássico na literatura nacional.

Santa Rita Durão estudou no Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro até os dez anos, quando foi enviado para Portugal. Em 1738, ele professou na Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, em Lisboa, e em 1756 recebeu o grau de doutor em filosofia e teologia pela Universidade de Coimbra, um ano após o Reino ter sido abalado por um violento terremoto, que deixara Lisboa sob escombros.

Orador brilhante, o frei estaria no centro das tramas políticas que marcaram o reinado de Dom José I, sob a batuta do poderoso primeiro ministro Marquês de Pombal, Sebastião de Carvalho e Melo. Embora fosse agostiniano e tenha proferido sermões na Sé da cidade de Leiria, em ação de graças pelo rei de Portugal quando este sofreu uma tentativa de assassinato em 1758, e escrito uma contundente pastoral envolvendo os jesuítas na conspiração, ele acabaria sendo obrigado a fugir, diante da perseguição aos religiosos desencadeada pelo marquês.

Em Segóvia, na Espanha, o frei seria ironicamente preso sob a acusação de ser espião português e, liberto em 1763, seguiria para a Itália, onde foi bibliotecário no Vaticano, em Roma por mais de 20 anos. Com a morte de Dom José I e a queda do Marquês de Pombal em 1777, retornou a Portugal, tornando-se professor de teologia em Coimbra.

Santa Rita Durão faleceu em 24 de janeiro de 1784, três anos após a publicação do livro “Caramuru”, o poema épico de versos decassílabos de estrofes fixas, formado por oitavas rimadas, que está nas origens da literatura brasileira. (UV)

Silviano Brandão

Político
Santana do Sapucaí
1848 ~ 1902

Francisco Silviano de Almeida Brandão, que foi o primeiro presidente de Minas (1898/1902) a ocupar o Palácio da Liberdade na então recém-inaugurada capital, nasceu em 8 de setembro de 1848 em Santana do Sapucaí, cidade que seria rebatizada Silvanópolis em 1911. Concorrendo pelo PRM, ele foi também o primeiro mineiro eleito vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada pelo paulista Rodrigues Alves em 1902, mas por ironia da História, não chegou a exercer o mandato, falecendo em 25 de setembro em Belo Horizonte, 51 dias antes da posse.

Desde a juventude, Silviano abraçara a política republicana. Estudante do curso preparatório para as faculdades de Direito e Medicina em São Paulo, em 1870 ele seria um dos entusiastas do “Manifesto Republicano”, documento de dissidentes do Partido Liberal que pregava a derrubada da monarquia. Após dois anos no curso de Direito, o jovem optou pela Medicina, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em 1875.

De volta ao Sul de Minas, ele combinaria a medicina com a política, fundando clubes republicanos em Pouso Alegre, Ouro Fino, Jacuí e em São João Nepomuceno, na Zona da Mata. Foi então eleito deputado em 1881, mas o seu apoio às ideias abolicionistas e ao projeto que libertava escravos sexagenários desagradou os chefes políticos da região e, candidato à reeleição em 1884, foi derrotado.

Em agosto de 1889, na última eleição do Império, conquistaria um novo mandato, mas os eleitos, com a deposição de Pedro II, não chegaram a tomar posse. Em 1891, seria eleito senador à Constituinte mineira, sendo de sua autoria o projeto que denominava como presidentes os governantes do Estado.

Na Presidência de Minas, Silviano foi um dos articuladores da “Política dos Governadores”, pela qual o presidente da República apoiava os governantes dos estados que, em troca, garantiam a eleição para o Congresso de parlamentares leais ao governo federal. Assim, Minas, o estado mais populoso e de maior representação no Congresso, e São Paulo, já a maior economia, conquistariam a liderança do País, até o fim do “Café com leite” em 1930.

Ele foi casado em primeiras núpcias com a prima Izabel de Paiva Bueno Brandão. Com o falecimento de Isabel, se casaria com a cunhada, Esther Cândida de Paiva Brandão. (AA)

Sinhá Moreira

Filantropa
Santa Rita do Sapucaí
1907 ~ 1963

Luzia Rennó Moreira, ou melhor, Sinhá Moreira, como era chamada em Santa Rita do Sapucaí, onde nasceu em 17 de setembro de 1907, notabilizou-se como exemplo de empoderamento em um tempo em que a vida das mulheres estava restrita ao lar e ao cuidado do marido e filhos. Vislumbrando o futuro no binômio educação/eletrônica, ela driblaria normas e tabus, liderando a implantação da primeira Escola Técnica de Eletrônica do Brasil e da América Latina, que seria o ponto de partida para que a cidade hoje berço do Vale da Eletrônica, ocupasse lugar de destaque no mapa do desenvolvimento tecnológico mundial.

Herdeira do fazendeiro e banqueiro Francisco Moreira da Costa, irmão do presidente Delfim Moreira, Sinhá Moreira pode desfrutar de uma formação cosmopolita, transitando entre Santa Rita e o Rio de Janeiro. Aos 22 anos, casou-se, por arranjo familiar, com o primo e diplomata Antônio Moreira de Abreu, acompanhando-o ao redor do mundo nas embaixadas em que ele servia: em 1930, no México; em 1934, na Inglaterra e em Portugal; e em 1935 no Japão. Visitou também os Estados Unidos e a China, entre outros países, atribuindo-se a estas viagens a aposta visionária na educação e na eletrônica, que a motivaria ao retornar à sua cidade, já separada do marido, em 1942.

Para a construção da escola, que batizou com o nome do pai, Sinhá Moreira decidiu doar uma área de cerca de 160 mil metros quadrados às margens do Rio Sapucaí e convidou padres jesuítas para a sua gestão, depois de dobrar as resistências dos fazendeiros, que preferiam cursos de Agronomia ou Veterinária. O Ministério da Educação, sob o comando do PSD, seria o último obstáculo a vencer: sócio de Magalhães Pinto no Banco Nacional, Francisco Moreira da Costa e a família seguiam-no na UDN.

Com determinação, Sinhá Moreira superaria tais diferenças e a Escola Técnica de Eletrônica tornou-se realidade em março de 1959 com o apoio do Governo Federal, então sob a Presidência do pessedista Juscelino Kubitschek. A filantropa de Santa Rita morreu em nove de março de 1963. Dois anos depois, os cursos de engenharia elétrica e eletrônica do Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) se somariam aos da sua escola, alavancando a transformação definitiva da cidade em polo da indústria do futuro. (AA)

Sinhá Olympia

Contadora de estórias
Mariana
1889 ~ 1976

Olympia Angélica de Almeida Cotta, a Sinhá Olympia, vagava como andarilha pelas ladeiras ouro-pretanas, quando já passava dos 50 anos. Entretinha as pessoas com poesias e causos, em troca de dinheiro, cigarro ou dose de pinga. As suas roupas eram coloridas e extravagantes; os chapéus, adornados com flores e papéis. Andava apoiada em cajado. Tão impressionante quanto a sua aparência, porém, era a sua personalidade forte e desinibida.

Ela nasceu em Santa Rita Durão, distrito de Mariana, em 31 de agosto de 1889, filha do coronel José Gomes de Almeida Cotta e de Amélia Augusta da Silva Ramos. O casal tivera 16 filhos e ela foi a penúltima a vir ao mundo. A casa de sua família era a mesma do frei-poeta Santa Rita Durão. Quando jovem, era bonita e apreciava ler, escrever poesias, tocar piano. Falava latim e tinha bela voz. Chegou a ser professora. A família se mudou para Ouro Preto em 1929.

O motivo de seu desatino pode ter sido um amor frustrado. Os pais teriam vetado o namoro com um estudante de farmácia e o jovem morreu de desgosto, após escrever cartas de amor que não chegaram a ela. A mãe do estudante o teria vingado enviando abacate envenenado a Sinhá Olímpia. Outra lenda reza que foi o estudante, desolado, que enviou o tal abacate.

Contadora de estórias, ela dizia ter convivido com Tiradentes e inspirado o poeta Cláudio Manoel da Costa. Afirmava ser parente de Dom Pedro I, Dom Pedro II e do Marquês do Paraná; amiga da princesa Isabel; amante de Chico Rei.

O fato é que ninguém permanecia indiferente e a sua fama se projetou além de Ouro Preto. Rita Lee a considerou a primeira hippie do Brasil. Tornou-se musa de Carlos Drummond e Milton Nascimento. Em vida, conheceu Vinícius de Moraes, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, que ela considerou seu último amor. Foi capa da revista “Times”. Posou em fotos com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, quando visitaram Ouro Preto em 1959.

Ela faleceu em novembro de 1976 e oito anos depois o programa “Tiradentes Nosso Herói”, da “TV Globo”, ecoaria o refrão “*Sinhá Olímpia, quem é você?*”, da canção de Daltony Nóbrega e Lafayette Galvão. Daria também nome a uma escola de samba em Ouro Preto e inspiraria o samba-enredo da Mangueira, “E deu a louca no barroco”, de 1990. (UV)

Sobral Pinto

Jurista
Barbacena
1893 ~ 1991

Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi um jurista, advogado, intelectual católico e liberal. Chamado de “*Senhor Justiça*”, notabilizou-se por assumir causas conflitantes com os seus ideais, por reconhecer que a defesa dos direitos humanos estava acima de qualquer corrente de pensamento.

Nascido em Barbacena em 5 de novembro de 1893, formou-se em 1918 pela Faculdade Nacional de Direito, hoje escola de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou sua carreira jurídica como advogado na área do Direito Privado. De 1924 a 1928, atuou como procurador criminal.

Depois, foi nomeado procurador-geral do Distrito Federal, àquela época o Rio de Janeiro, cargo em que ficou por apenas dois meses. Em seguida, integrou-se ao Centro Dom Vidal, uma associação civil para o estudo, a discussão e o apostolado da doutrina da Igreja Católica e passou a escrever no jornal “A Ordem”, mantido pela instituição.

Em sua coluna no jornal passou a fazer críticas ao governo provisório de Getúlio Vargas em 1931, ao salientar a necessidade de reconstitucionalização do País. Após o fracasso da “Revolução Constitucionalista” em 1932 e embora não tenha participado do movimento, teve a sua primeira prisão decretada. Seria preso mais duas vezes, sempre por questões políticas.

Em 1936, Sobral Pinto foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para defender Luís Carlos Prestes e Harry Berger, dois dos principais líderes da “Intentona Comunista”, promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano anterior.

Já em 1955, foi um dos articuladores do movimento em defesa das eleições presidenciais, aliando-se a outras personalidades e a militares para garantir a posse do presidente Juscelino Kubitschek. Se a princípio apoiou o golpe militar de 1964, logo voltou-se contra o regime de exceção, principalmente após a edição do AI 5 pelo general-presidente Costa e Silva em 1968.

Em 1984, Sobral Pinto participou ativamente da campanha “Diretas Já”, que defendia o retorno das eleições diretas para a Presidência. No célebre comício da Candelária, no Rio, foi ovacionado ao ler o artigo primeiro da Constituição Federal: “*Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido*”.

Ele morreu no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1991, aos 98 anos. (DM)

Sônia Viegas

Filósofa
Belo Horizonte
1944 ~ 1989

Philosophia, do grego, é “amor à sabedoria”. **Sônia Maria Viegas Andrade**, que foi professora na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG por 22 anos e transcendeu o labor acadêmico para incidir na cena cultural de Belo Horizonte, costumava abrir aulas e conferências interrogando as palavras, seus significantes e significados. Como princípio da filosofia, o diálogo.

“Anos a fio, Platão aprendeu com Sócrates que um problema filosófico não existe a priori, mas se faz problema no diálogo e na circunstância da vida dos homens”, ensinava. Assim, retirava o viés solene da filosofia, sem abrir mão de sua história milenar, para inseri-la na cultura popular e na vida cotidiana das pessoas que lotavam auditórios para ouvir e dialogar com a pensadora.

Em 1985, fundou o pioneiro Núcleo de Filosofia, voltado para o público externo, modelo que se multiplicaria pelos quatro cantos do País. Além de “Cinema Comentado”, outros projetos abordavam livros, música, artes plásticas, os dilemas e a urgência da sociedade produtiva em cursos, minicursos e consultorias.

Nascida em Belo Horizonte, em 7 de agosto de 1944, era filha do dentista Geraldo Viegas e de Maria da Conceição. Criança, foi leitora voraz de Monteiro Lobato, premiada em programa na TV sobre sua vida e obra. Graduou-se em Filosofia na UFMG em 1966, já tendo iniciado a carreira de educadora, no então Colégio Universitário, e sobre o tema deixaria diversos artigos. Em 1967, torna-se professora da UFMG.

No Mestrado, defende a tese que se tornaria livro premiado em concurso da Prefeitura de Belo Horizonte, “A vereda trágica do Grande Ser-tão: Veredas”, um estudo filosófico do percurso do personagem Riobaldo na epopeia de Guimarães Rosa, para ela, revelador da conexão direta “*relação com o outro/relação com o mundo*” na existência humana.

Acometida de um câncer, Sônia Viegas trava a batalha contra a doença sem deixar de viver a carreira, até falecer, com 45 anos, em 22 de outubro de 1989. Deixa imenso legado, transposto das suas aulas, cartas e artigos para livros: em 2009, organizados em três volumes – “Sônia Viegas – Escritos”, por iniciativa de suas filhas, Ângela e Mônica, com o professor Marcelo Pimenta Marques; em 2019 o perfil biográfico de autoria da ex-aluna Míriam Peixoto, entre outros. (CC)



Tancredo Neves

Político
São João del-Rei
1910 ~ 1985

Tancredo de Almeida Neves, que entrou para a história como artífice da redemocratização do Brasil em 1985, após os 21 anos de ditadura militar, nasceu em São João del-Rei em 4 de março de 1910 e faleceu em São Paulo, sem que o sonho de presidir o País se tornasse realidade. Com dores abdominais às vésperas da posse em 15 de março, ele foi internado em Brasília, cabendo ao vice, José Sarney, fazer o juramento à Constituição, enquanto os médicos tentavam tratá-lo da diverticulite e a população aguardava atônita.

Ao espírito das tragédias, o desfecho da agonia viria 38 dias e sete cirurgias depois em um feriado nacional, 21 de abril de 1985, Dia de Tiradentes; o último ato em uma carreira política que começara 50 anos antes, quando Tancredo foi eleito vereador de sua cidade. Cassado pelo “Estado Novo” em 1937, ele advogaria por dez anos, até eleger-se deputado estadual pelo recém-criado PSD, no que foi o ponto de partida de uma ascensão vertiginosa ao olho do furacão da política brasileira.

Como ministro da Justiça de Getúlio Vargas, coube a Tancredo a redação da profética nota na qual o presidente anunciou que defenderia o mandato com a própria vida, consumada com um tiro em 21 de agosto de 1954. O ato extremo abortou o golpe, mas a crise continuou e ele prosseguiria como deputado federal no centro da cena política, em 1955 articulando a defesa da eleição do presidente JK, contestada pela UDN.

Na crise de 1961, provocada pelo veto dos militares à posse do vice João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, ele articulava a saída parlamentarista, sendo escolhido primeiro-ministro. Porém, Tancredo renunciou nove meses depois, o parlamentarismo foi revogado e a crise recrudesceu, até desembocar no golpe de 1964, denunciado por ele no Congresso aos gritos de “canalhas”, diante da proclamação de que Goulart não era mais presidente e que o cargo estava vago.

Senador e governador de Minas nos estertores da ditadura, Tancredo liderou o grupo moderado do MDB, a oposição consentida após a extinção dos partidos pré-64. Hábil conciliador, ele costuraria então a sonhada candidatura, sacramentada indiretamente com 480 votos no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, após frustrada a campanha “Diretas já”.

Tancredo foi casado com Risoleta Tolentino Neves. Tiveram três filhos. (AA)

Telê Santana

Jogador e treinador de futebol
Itabirito
1931 ~ 2006

Foi um concurso do “Jornal dos Sports” em 1957, coordenado por Mário Filho, que apelidou Telê Santana de “Fio de Esperança” – quando ele já era o ponta direita inovador e querido da torcida do Fluminense. No entanto, desde muito novo, o itabiricense **Telê Santana da Silva** tinha mania de ter fé na vida.

Nascido em 26 de julho de 1931, terceiro filho de uma leva de 10 – quase um time de futebol – de Dona Corina e do goleiro Seu Zico, Telê perdeu metade do polegar e o indicador da mão esquerda aos 6 anos, quando um vizinho soltava rojões. Começou a carreira nos gramados seguindo a posição do pai, no Itabirense Esporte Clube, mas uma goleada por 13 x 0 para o Siderúrgica fez o treinador mudá-lo para a meia direita, aos 8 anos.

Em 1948 muda-se para São João del-Rei e no ano seguinte, faz um teste no Vasco, mas fica inibido. Pouco tempo depois surge uma oportunidade no seu time do coração, o tricolor carioca Fluminense, e ele vai tão bem que o técnico o convida para um amistoso com o Brás de Pina. O jogo termina 9 x 4, com cinco gols de Telê.

Em 1951, ganha uma nova chance como ponta direita no time principal e é a sensação do Campeonato Estadual, conquistado pelo tricolor. Na final, joga improvisado como centroavante e marca os dois gols da vitória sobre o Bangu. Aos 30 anos, vai jogar no Guarani, depois no Madureira, e pendura as chuteiras no Vasco.

Em 1967 é convidado para dirigir a base do Fluminense e em 1969 assume a equipe principal interinamente, mas surpreende a diretoria do clube. O time é campeão carioca e da Taça Guanabara. Em 1971, assume o Atlético Mineiro e conduz o Galo ao título de campeão do histórico primeiro Campeonato Brasileiro.

Na sequência, Telê passa pelo São Paulo, Atlético (de novo), Botafogo, Grêmio, Palmeiras e chega à Seleção Brasileira, sua glória e perdição. Em 1982, Telê leva Zico, Falcão, Sócrates e Júnior para a Copa do Mundo – com um escrete que seria lembrado como um dos melhores de todos os tempos – e é eliminado pela Itália por 3x2.

Em 1986, novo fracasso na copa lhe impõe a pecha de técnico pé frio, mas na década de 1990 Telê ganha não só o Brasileiro como também a Libertadores e o Mundial Interclubes com o São Paulo.

Telê faleceu em Belo Horizonte, em 21 de abril de 2006, por falência múltipla de órgãos. (FC)

Teófilo Ottoni

Político
Serro
1807 ~ 1869

Teófilo Benedito Ottoni, o jornalista, empresário e político republicano que ficou conhecido por liderar a “Revolução Liberal de 1842” e por fundar em 1853 a pequena Filadélfia, hoje cidade de Teófilo Otoni, nasceu no Serro em 27 de janeiro de 1807 e faleceu no Rio de Janeiro aos 62 anos, em 17 de outubro de 1869, enfraquecido pela malária contraída quando desbravava o vale do Rio Mucuri.

Primogênito dos 11 filhos de Jorge Benedito Ottoni e de Rosália de Souza Maia, o menino trazia a política no sangue. Seu pai fora vereador na então Vila do Príncipe e em 1821 foi eleito deputado de Minas às Cortes Gerais portuguesas, retornando ao Serro, para articular o apoio ao regente Dom Pedro. Quatro anos após a Independência, Jorge despacharia para o Rio quatro filhos, entre eles Teófilo, que ingressou na Academia de Guardas-Marinhas, hoje Escola Naval.

Formado em 1827, o jovem serviria na marinha por pouco tempo, voltando ao Serro na virada da década, com as ideias liberais na mente e uma tipografia na bagagem. Em 1830, lança o jornal “A Sentinela do Serro”, sendo eleito em 1935 deputado à Assembleia Provincial, embrião da Assembleia Legislativa. No final da década, retornaria ao Rio como deputado geral, mergulhando na disputa entre liberais e conservadores que desaguardaria na revolução em 1842.

O movimento começou em maio em Sorocaba, onde os liberais aclamaram um presidente interino de São Paulo e suspenderam as “leis de reformas” do gabinete conservador. Em junho, foi a vez dos liberais mineiros se insurgirem em Barbacena, onde o deputado se destacaria como comandante, mas seria batido em agosto, em Santa Luzia, pelas tropas imperiais do Barão de Caxias. Mais de 300 revoltosos seriam presos, entre eles Teófilo, levado “*a ferros*” para Ouro Preto.

Inocentado pelo júri e anistiado por Dom Pedro II em 1844, reelegeu-se deputado, mas deixou a política em 1850, para colonizar o Mucuri. Durante oito anos, desbravaria a região habitada por indígenas e, apostando no transporte fluvial até a costa, fundaria a sua Filadélfia e recrutaria na Europa colonos alemães e suíços, até ser obrigado a fechar a sua companhia de navegação em 1858, diante da concorrência de uma empresa criada pelo governo imperial.

De volta à política, elegeu-se senador em 1864, exercendo o mandato até os últimos dias. (AA)

Terezinha Veloso

Artista plástica
Espinosa
1936 ~ 2003

Artista plástica, escultora, bonequeira e professora, **Maria Tereza Veloso Apocalypse** nasceu em Espinosa, no Norte de Minas, em 1936. Com vasta participação em mostras de arte nacionais e internacionais e longa carreira na UFMG, Terezinha notabilizou-se também como criadora do famoso Grupo de Teatro de Bonecos Giramundo, com o marido Álvares Apocalipse, artista e professor, e a colega Maria do Carmo Vivacqua Martins, a Madu, também artista e professora.

Formada na Escola de Belas Arte em 1963, Terezinha tornou-se professora titular em 1976 e ministrou aulas de teoria da cor, desenho e pintura. Estudou escultura com o mineiro Wilde Lacerda (1929/1996), composição com a artista plástica Fayga Ostrower (1920/2001). Chefiou o Departamento de Artes Plásticas da universidade por dois mandatos e integrou a Associação Mineira de Artistas Plásticos.

Como escultora, destacou-se no uso de chapas e pequenas peças de ferro fundidas com fogo. Com pintura e desenho, participa de exposições de 1961 a 2001, entre as quais a de artistas brasileiros em Lagos, na Nigéria (1963), e a de artistas estrangeiros em Paris, (1970).

Em 1968, Terezinha havia sido premiada no 1º Salão de Arte Universitária de Belo Horizonte com uma bolsa do governo francês. Seu marido, premiado no 3º Salão da Aliança Francesa com uma viagem ao exterior, a acompanha e juntos permanecem em Paris em 1969/1970, onde fazem contato com o teatro de marionetes, que os inspiraria na criação do Giramundo, antigo sonho de Álvaro, aficionado com animação.

No Giramundo, Terezinha era responsável pela pintura da maioria dos bonecos, atriz manipuladora, figurinista, professora nas oficinas e desenvolvedora de projetos. Durante 22 anos (1977/99), o Giramundo manteve convênio com a UFMG, que incluía a oferta de estágios e de matérias (de extensão) e Terezinha atuava nesse trabalho, paralelamente às suas criações artísticas, destaca a bonequeira Cássia Macieira, em “Sobre experiências interartes e educação: Madu e Terezinha Veloso, do Grupo Giramundo”. Com o reconhecimento internacional do grupo, ela lecionaria no Institut International de la Marionnette, em Charleville-Mézières, na França.

Terezinha Veloso faleceu em Belo Horizonte em 2003. (CC)

Theotônio dos Santos

Economista
Carangola
1936 ~ 2018

“Quem são os inimigos do povo?”. O título nada fortuito da publicação de estreia, nos anos 1960, da carreira do economista **Theotônio dos Santos Júnior** já denotava suas preocupações com a condição do subdesenvolvimento socioeconômico. Ativo participante de uma geração de intelectuais que se destacou na história política do Brasil e de vizinhos da América Latina, ele se tornou um dos formuladores da chamada teoria marxista da dependência, em parceria com os cientistas sociais também nascidos em Minas, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra.

Exilado no Chile, em razão do golpe de 1964, Theotônio liderou pesquisadores do Centro de Estudios Socio-Económicos (Ceso), ligado à Universidade do Chile, numa investigação pioneira sobre as relações de dependência do subcontinente. A oportunidade de emprego surgiu por interferência de outro conterrâneo exilado, Florestan Fernandes, o patrono da sociologia brasileira.

Numa das primeiras explicações sobre o objetivo do trabalho, Theotônio ensinava que a dependência dos países latinos deveria ser entendida como *“situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira está sujeita”*.

O economista nascido em Carangola, em 11 de novembro de 1936, se impôs não só no campo acadêmico, mas na militância pelo socialismo revolucionário. No Brasil, havia participado da fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) em 1961. Filiado ao Partido Socialista chileno, deixou aquele País com o golpe do general Augusto Pinochet, seguindo para novo exílio no México, em 1974. Lá se tornou professor da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e viu sua teoria prosperar. Retornou consagrado ao Brasil em 1979, com a reabertura política, filiando-se ao PDT.

A formação intelectual e a base teórica começaram na UFMG e se ampliaram como aluno e professor na UnB, então dirigida pelo antropólogo e educador Darcy Ribeiro. Autor de 38 livros, coautor ou colaborador de outras dezenas de publicações, Theotônio recebeu os títulos de doutor “notório saber” pela UFMG e Universidade Federal Fluminense (UFF) e de doutor honoris causa por universidades da Argentina e do Peru.

Ele faleceu no Rio em 27 de fevereiro de 2018. (MV)

Tiradentes

Militar inconfidente
Ritápolis
1746 ~ 1792

*“Na noite desse dia (21 de abril de 1792) e duas seguintes houve luminárias. A Câmara fez na Capela dos Terceiros do Carmo festividades, em que cantou o bispo missa de pontificai, e a tarde, Te Deum”, lavrou o escrivão nas folhas 40 e seguintes do tomo quarto dos “Autos da Devassa da Inconfidência Mineira”, ao registrar as celebrações ocorridas no Rio de Janeiro após o enforcamento do alferes **Joaquim José da Silva Xavier**. Como rezava a sentença, seu corpo fora esquartejado, “levada a cabeça para Vila Rica e os quartos para as estradas de Minas; infâmia para os filhos e netos, confisco de bens, casa arrasada e salgada, e no meio das ruínas um padrão, que declare o motivo”.*

A via crucis até a forca começara três anos antes no Rio. Suspeitando estar sendo vigiado, o alferes se refugiara na casa de um amigo, pedindo que se apurasse com o coronel Joaquim Silvério dos Reis, parceiro de conspiração, o que estava ocorrendo. Incomunicável na fortaleza da Ilha das Cobras, morreria provavelmente sem saber que fora o coronel, em troca do perdão de dívidas e de ouro, quem o delatara e informara o esconderijo, onde foi preso em 10 de maio de 1789.

Filho do português Domingos da Silva Santos e de Antônia da Encarnação Xavier, Joaquim José nasceu em 12 de novembro de 1746 na Fazenda do Pombal, hoje em Ritápolis. Ainda menino, perdeu os pais, sendo criado por um tio dentista, com o qual aprendeu o ofício que lhe daria o apelido de Tiradentes. Foi também mascate e minerador, antes de ingressar no Regimento de Cavalaria em 1780. Promovido a alferes, tornou-se comandante da polícia montada da estrada real entre Ouro Preto e o Rio, época na qual teria abraçado a causa republicana.

Único dos inconfidentes que confessou ter conspirado contra a Coroa, Tiradentes foi também o único que pagou com a vida pelo crime de alta traição. Em 1821, o primeiro ato do governo provisório da província de Minas foi o da demolição do padrão da infâmia erigido sobre as ruínas salgadas da casa onde morou em Ouro Preto, mas a idealização como herói nacional só viria pós-República.

Ao longo do século XX, ele ganharia então o semblante inspirado em Cristo, de improváveis barbas e cabelos longos; o 21 de abril foi instituído feriado nacional; e Tiradentes foi declarado Patrono da Nação Brasileira. (AA)



Vander Lee

Cantor e compositor
Belo Horizonte
1966 ~ 2016

O cantor e compositor **Vanderli Catarina**, falecido no auge da carreira em 2016, aos 50 anos, vítima de um infarto fulminante, nasceu em 3 de março de 1966 em Belo Horizonte, filho do meio, entre sete irmãos, de José Delfino Catarina e Efigênia dos Santos. Sua musicalidade desabrochou em casa, no bairro Olhos D'Água, periferia da capital, onde o pai tocador de violão estimulava os filhos a o acompanharem nas horas de lazer.

Na década de 1980, aprendeu a tocar violão e aos 19 anos começou a seu apresentar em bares. O reconhecimento de seu talento, no entanto, demorou mais de uma década, e nesse meio tempo Vanderli foi vendedor ambulante, gandula, jardineiro e office-boy.

Sua estreia na cena mineira viria em 1996 no festival “Canta Minas” da Globo, quando conquistou o segundo lugar com a música “Gente não é cor”, composta em reação a um episódio de racismo que sofrera. No ano seguinte, lançou seu primeiro CD de forma independente, com o nome Vanderly.

Apesar da baixa repercussão, o CD lhe trouxe uma fã especialíssima, que deu o empurrão que faltava. Quando recebeu uma ligação de Elza Soares (1930/2022), ele não acreditara e desdenhou a ligação, o que lhe renderia uma repreensão da cantora. Desfeita a confusão, Elza confirmou o interesse pela música “Subindo a Ladeira” e ele aproveitou o telefonema para convidá-la para um show em Belo Horizonte.

A cantora aceitou o convite e após assistir ao espetáculo incógnita, subiu ao palco de surpresa, incendiando a plateia ao cantar com ele, de improviso, “Subindo a Ladeira”. A partir de então, o artista mineiro passou a fazer participações nos shows de Elza Soares pelo Brasil a fora, ampliando o seu público.

Em 1999, ele gravou o seu segundo disco, agora com uma gravadora e com o nome artístico definitivo de Vander Lee. Daí em diante, a carreira foi de fato subindo a ladeira. Além de lançar mais cinco CDs e hits nacionais, como “Esperando Aviões” e “Onde Deus Possa me Ouvir”, ganhou novos intérpretes, entre os quais Gal Costa, Fagner, Maria Bethânia, Fábio Júnior e Luiza Possi, e as suas músicas tornaram-se tema de telenovelas.

Pai de três filhos, Vander Lee deixou uma vasta e romântica obra que continua a ocupar os ouvidos e os palcos brasileiros em diversos tributos e homenagens. (JA)

Veveco

Arquiteto
Belo Horizonte
1942 ~ 2005

Arquiteto apaixonado pela gastronomia, **Álvaro Mariano Teixeira Hardy**, o Veveco, nasceu em Belo Horizonte, em 4 de maio de 1942, e morreu precocemente em março de 2005, antes de completar 63 anos. Sua família tem uma profunda ligação com arquitetura, iniciada pelo seu avô paterno, o belga Raphael Hardy, levada adiante por seu pai, Raphael Hardy Filho, e consolidada pelas suas filhas Joana e Mariana, nascidas do casamento com a também arquiteta Mariza Machado Coelho.

“Houve um certo momento aí, em que nós fomos contaminados pela arquitetura”, dizia Veveco da vocação familiar. Entre os projetos desenvolvidos por ele estão o do edifício-sede do Museu Abílio Barreto e o da restauração da Casa do Baile, pertencente ao conjunto arquitetônico da Pampulha, concebido por Oscar Niemeyer e reconhecido como Patrimônio Mundial. Os dois realizados em parceria com a esposa, Mariza.

Nos anos de 1960, envolveu-se com a música e, já na segunda metade da década, conheceu Milton Nascimento em uma das serenatas que o cantor e compositor fazia pela cidade ao lado de Pacífico de Mascarenhas. Por Milton, de quem ficou amigo, conheceu os demais integrantes do “Clube da Esquina” no “Berimbau Club”. O bar, aberto por Nivaldo Ornelas, em 1964, era ponto de encontro da então nova geração de músicos da cidade, influenciados pela “Bossa Nova” e pelos Beatles, e ficava situado em um ícone da boemia belo-horizontina, o Edifício Maletta.

Na trajetória do “Clube Esquina”, Veveco, para quem a panela era o seu instrumento musical, destacou-se nos bastidores de shows, festas e reuniões pela arte de cozinhar. Da convivência afetiva do grupo de amigos, surgiu a música “Veveco, Panelas e Canelas”, homenagem que ganhou de Milton e Fernando Brant, gravada pela primeira vez por Beto Guedes, no disco “Contos da Lua Vaga”.

Em depoimento ao Museu da Pessoa, Veveco definiu assim a sua iniciação na gastronomia: *“Meu pai cozinhava muito bem e eu ficava meio que de ajudante. Eu fui boy de cozinha, porque eu tirava xerox de receita, transcrevia receita para o meu pai. Na vida do jovem, do adolescente, da mesada curta, a gente não tem grana para gastar em restaurante, nas festas e tal. Então você tem que fazer um mexidão, não é? Eu me especializei até em mexido. Aí eu me envolvi com isso”.* (DM)

Victor Nunes Leal

Magistrado
Carangola
1914 ~ 1985

No dia 16 de janeiro de 1969, decreto do general-presidente Artur da Costa e Silva enunciava, com todas as letras, ao que viera o Ato Institucional nº 5 no âmbito da Justiça brasileira. Afrontando a independência entre os poderes, de uma penada só o militar da chamada *linha dura* do exército decretou a cassação de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), entre eles o seu vice-presidente, o mineiro **Victor Nunes Leal**. Com a aposentadoria compulsória de Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Nunes Leal, a ditadura coroava assim o ataque final ao Estado Democrático de Direito, que mergulharia o País ainda mais nas trevas do cerceamento da liberdade e da repressão pós-golpe de 1964.

Nascido em Alvorada, distrito de Carangola, em 11 de novembro de 1914, Nunes Leal havia trilhado uma carreira brilhante no direito, até a sua indicação a ministro do STF pelo presidente Juscelino Kubitschek, ocorrida nove anos antes da cassação. Após concluir o secundário em sua cidade, ele ingressou na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro em 1932 e enquanto estudava, trabalhou em veículos de comunicação do grupo de Assis Chateaubriand, entre os quais “O Jornal” e “Rádio Tupi”.

Graduado em 1936, advogou no escritório do jurista Pedro Batista Martins, com o qual colaboraria na formulação do Código Civil de 1939, tornando-se ainda redator da “Revista Forense”. Professor a partir de 1943, Nunes Leal surpreenderia os meios acadêmicos com a tese de concurso para catedrático titular, publicada em 1948 com o título “Coronelismo, enxada e voto”, que é hoje considerada obra precursora da moderna ciência política brasileira, em que esmiúça as origens do mandonismo dos chefes políticos locais.

Procurador-geral da então capital federal do Rio de Janeiro em 1956, o mineiro de Carangola seria alçado à chefia da Casa Civil pelo presidente JK, permanecendo a frente da pasta até 1959.

Após a cassação, o ex-ministro retornou à advocacia. Em 1978, os atos institucionais seriam revogados por emenda constitucional, enviada ao Congresso pelo penúltimo general-presidente, Ernesto Geisel. Antes de falecer em 17 de maio de 1985, Nunes Leal lavraria o seu último parecer: a constitucionalidade da posse na Presidência do vice de Tancredo Neves, José Sarney, dois meses antes. (AA)

Visconde de Ouro Preto

Político
Ouro Preto
1836 ~ 1912

Último presidente do conselho de ministros do Império, preso e exilado na Europa após o golpe de Estado que depôs o imperador Dom Pedro II em 15 de novembro de 1889, **Afonso Celso de Assis Figueiredo** nasceu em Ouro Preto em 2 de fevereiro de 1836 e faleceu em Petrópolis em 21 de fevereiro de 1912, ainda monarquista convicto. Primeiro-ministro por pouco mais de três meses, assumira o poder na esperança de contornar a crise que desaguou na proclamação da República. Após dois anos de exílio, voltou ao Brasil e foi um dos fundadores do Partido Monarquista, dedicando-se à causa até o fim da vida.

Filho do comerciante português João Antônio Affonso e de Maria Magdalena de Assis Figueiredo, o menino aprendeu as primeiras letras em Ouro Preto, seguindo para São Paulo para a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, então destino dos filhos da elite. Ingressou na faculdade aos 18 anos, em 1854, e enquanto estudava, foi chefe de gabinete de dois presidentes da província paulista, ambos mineiros, Francisco Diogo de Vasconcelos e José Joaquim Fernandes Torres.

Formando-se em 1858, o jovem advogado de 22 anos voltou para Minas, logo enfronhando-se na máquina pública da província. Foi secretário de polícia, inspetor da tesouraria pública, procurador e juiz, até eleger-se deputado geral em 1864, renovando o mandato nas quatro legislaturas seguintes, até 1878.

Monarquista liberal e abolicionista, Afonso Celso despontaria na cena política nacional no Rio de Janeiro já em 1866, como ministro da Marinha por dois anos, durante a Guerra do Paraguai (1864/1870). Nas duas décadas seguintes, alternaria a sua atuação entre o parlamento, a advocacia e cargos no primeiro escalão do governo imperial, ao sabor do vai-e-vem de primeiros-ministros, ora liberais, ora conservadores.

O título nobiliárquico de Visconde de Ouro Preto, com o qual ficaria conhecido como último primeiro-ministro do Império, foi-lhe concedido pela princesa Isabel, então na regência do trono, em 1888, um mês após a abolição da escravidão. Fiel à sucessora de Pedro II, o ex-ministro integrou o “Diretorio Monarchico”, órgão de apoio no Brasil à imperatriz exilada na França.

Além de político, Afonso Celso foi também escritor. Era casado com a paulista Francisca de Paula Martins de Toledo. (AA)

Vital Brazil

Médico
Campanha
1865 ~ 1950

Vital Brazil Mineiro da Campanha, ou simplesmente Vital Brazil, que foi pioneiro no estudo do tratamento de acidentes por envenenamento por cobra no mundo e um dos fundadores e primeiro diretor do famoso Instituto Butantan, em São Paulo, nasceu em Campanha em 28 de abril de 1865. Médico e pesquisador, ele se destacou ainda como sanitarista e fundador do Instituto Vital Brazil. Seu nome foi dado pelos pais por ter nascido no dia de São Vital e como homenagem ao País (Brazil), ao estado (Minas) e à cidade natal (Campanha).

A família mudou para São Paulo em 1880 e seis anos depois ele já estava no Rio de Janeiro, cursando a Faculdade de Medicina. Formado em 1891, retornou a São Paulo e, após atuar no serviço sanitário, passou a trabalhar em 1897 no Instituto Bacteriológico, sob a orientação de Adolfo Lutz. Em 1899, foi convidado pelo governo a dirigir o recém-criado laboratório de produção de soro para combater o surto de peste bubônica, em Santos, e que, mais tarde, instalado na zona oeste da capital paulista, daria origem ao Instituto Butantan.

A partir de 1902, o Butantan passaria então a fornecer soros para o tratamento de acidentes com animais peçonhentos e, com seus estudos e pesquisas, o médico revolucionaria a ciência mundial, como registra a publicação “Defesa Contra o Ophidismo”, ao descobrir que os soros antiofídicos precisam ser específicos a cada tipo de cobra. Em 1917, receberia a patente de um soro, doando-a ao governo brasileiro.

Vital Brazil dirigiu o instituto por 20 anos, até 1919, e por mais quatro, a partir de 1924. Fundou também em Niterói, em 1919, o Instituto Vital Brazil, cuja nova sede, projetada pelo filho arquiteto Álvaro Vital Brazil, seria inaugurada por Getúlio Vargas em 1943.

Ao lado de Oswaldo Cruz, Emílio Ribas e Adolfo Lutz, o médico combateu diversas epidemias e doenças tropicais, como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, entre outras, que afligiam o País há séculos.

Vital Brazil faleceu no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1950, deixando um enorme legado em livros e publicações científicas. Ele foi casado duas vezes: com Maria da Conceição Philipina de Magalhães, que faleceu em 1913 e com quem teve nove filhos; e com Dinah Carneiro Vianna, com quem também teve nove filhos. (UV)



Walkíria

Revolucionária
Uberaba
1947 ~ 1974

Durante meses, do final de 1973 ao início de 1974, entre o Sul do Pará, o Norte de Goiás (hoje Tocantins) e o oeste do Maranhão, a jovem **Walkíria Afonso Costa** sobreviveu sozinha na floresta e foi a última guerrilheira do Araguaia. Com 27 anos, filiada ao PCdoB, ela testemunhou quedas de vários militantes que compunham o chamado “Destacamento B da Guerrilha”, inclusive do seu companheiro Idalísio Soares Aranha Filho, codinome “Aparício”, e de Osvaldo Orlando da Costa, o lendário “Osvaldão”.

Nascida em Uberaba em 2 de agosto de 1947, “Wal” estudou em Patos de Minas, Bom Jesus de Itabapoana (RJ) e Pirapora, onde terminou o curso normal em 1965 e passou a lecionar. No ano seguinte, foi aprovada em segundo lugar no vestibular para pedagogia na UFMG. Em Belo Horizonte, destaca-se como liderança estudantil e se torna uma das fundadoras do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação – que hoje tem o seu nome – e sua vice-presidente, em 1968. Por sua militância, o DCE da Universidade Federal do Triângulo Mineiro também homenageia hoje a corajosa uberabense.

Em 1971, Wal tem a casa invadida pelo DOPS, mas não é presa, nem Idalício. Decidem então abandonar os estudos e aderir à guerrilha. Em abril de 1972, o exército entra em confronto com os guerrilheiros no Araguaia e é obrigado a recuar. Idalísio morre em combate. Em abril de 1973, as forças armadas fazem outra investida, dessa vez mais bem sucedida, porém sem conseguir desarticular totalmente a guerrilha. No final de 1973, um novo cerco do exército finalmente a desarticula. Alguns guerrilheiros são mortos sumariamente, outros são levados presos. Walkíria e poucos militantes conseguem escapar, entre eles Suely Yumiko Kanayama, a “Japonesa”.

Apaixonada por música, “Wal” foi seduzida pelo tocar de um acordeão em 25 de dezembro de 1973 e pediu água e comida a um camponês. Foi sua última aparição. Estava descalça, magra e amarelada. Portava um revólver. O camponês a denuncia e ela teria então sido levada de helicóptero até a base de Xambioá (TO), onde oficiais festejaram sua captura com vinho e whisky.

Walkíria é uma das 243 vítimas desaparecidas pela ditadura militar, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014. Ela teria sido morta com três tiros e enterrada em uma vala. (FC)

Wenceslau Braz

Político
Brazópolis
1868 ~ 1966

Segundo presidente da República mineiro, eleito com 532.107 votos em março de 1914, o advogado **Wenceslau Braz Pereira Gomes**, o “Seu Lau” ou “Mineirinho”, como era chamado, nasceu em 26 de fevereiro de 1868 em São Caetano da Vargem Grande, hoje Brazópolis em sua homenagem, e morreu em Itajubá em 16 de maio de 1966. Como Silviano Brandão e o primo Delfim Moreira, ele fora aluno na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco em São Paulo, logo se destacando entre os políticos da elite agrária do Sul de Minas que se projetavam na cena nacional em aliança com os paulistas, nos tempos do “Café com Leite”.

Formando-se em 1890, Wenceslau retornou ao Sul de Minas e iniciou a sua carreira na promotoria pública de Jacuí e como advogado em Monte Santo de Minas. Eleito vereador e depois deputado ao Congresso Mineiro em 1892, ele seria alçado pelo presidente Silviano Brandão ao centro da política estadual seis anos depois, como titular da poderosa Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, e despontaria na cena brasileira no Rio de Janeiro na década seguinte, como líder do governo do presidente Rubens Alves.

Em 1908, a morte prematura do presidente de Minas, João Pinheiro, o traria de volta ao centro do poder em Belo Horizonte. Convocado pelo Congresso Mineiro para terminar o mandato de João Pinheiro, ele assumiu o governo; no que seria a credencial definitiva para a sua eleição como vice do marechal Hermes da Fonseca em 1910, e finalmente como presidente da República em 1914.

Coincidindo com a Primeira Guerra Mundial, o mandato do “Mineirinho” seria marcado pelas turbulências da crise internacional. Em ascensão no mundo, o movimento operário entraria em cena no Brasil em 1917, com 70 mil trabalhadores cruzando os braços em São Paulo contra a carestia e por aumento de salários. Navios brasileiros seriam também bombardeados pelos alemães, obrigando o presidente a abandonar a política de neutralidade, e em setembro de 1918, às vésperas do fim do seu governo, a “gripe espanhola” desembarcaria nos portos brasileiros.

Apesar disso, Wenceslau Braz terminou o mandato reverenciado como reserva moral do País, mas deixou a vida pública, retornando ao Sul de Minas. Ele foi casado com Maria Carneiro Pereira Gomes. Tiveram sete filhos. (AA)

Wander Piroli

Jornalista e escritor
Belo Horizonte
1931 ~ 2006

Wander Piroli, o jornalista irreverente e escritor do submundo urbano que dizia que a sua “*visão de mundo*” fora forjada na Lagoinha, o então bairro operário, marginal e efervescente onde viveu até os 27 anos, era filho do pintor de máquinas Aurélio Piroli e de Elvira Bruzzaffero, ambos descendentes de italianos que haviam migrado para o Brasil no boom da construção da nova capital. Nascido em 30 de março de 1931, Wander perdeu a mãe quando tinha 11 meses e foi criado pela avó paterna, Giovanna, crescendo entre peladas de futebol, ruas e botequins que abasteciam o noticiário policial da cidade e que ensinavam “*muito mais do que nos tais livros de estudo*”.

Seria um aluno irregular, embora mostrasse aptidão pelas letras. Fez o primário no grupo Silviano Brandão, o secundário no Colégio Arnaldo, depois no Marconi e o ginásio no Estadual Central, interrompendo os estudos ao empregar-se como boy em um escritório em 1947. Três anos depois, matriculou-se em um curso de contabilidade, enquanto trabalhava no serviço público, escrevendo nas madrugadas após a boemia o conto “O Troco”, com o qual venceu em 1951 concurso literário da Prefeitura de Belo Horizonte.

Único filho de operário da turma de 1954 da Faculdade de Direito, Wander formou-se em 1958 e começou a advogar, até ser fisgado pelo jornalismo em 1961. Convidado pelo amigo Guy de Almeida, chefe de redação do “Binômio”, para escrever uma reportagem sobre o suicídio do escritor Ernest Hemingway, ele titubeou, mas aceitou o desafio e a matéria, intitulada “Os sinos não dobram para Hemingway”, causaria sensação ao ser publicada.

No ano seguinte, ele deixou a advocacia e foi admitido no “Binômio”, no qual introduziria inovações gráficas e de linguagem que marcariam a sua carreira no jornalismo. Ao longo das décadas seguintes, trabalhou na “Última Hora”, no “Estado de Minas” e no “Suplemento Literário”, bem como no “Hoje em Dia”, jornal lançado em 1988 que revolucionou a imprensa com o uso de manchetes fortes, cores e grandes fotos.

Wander publicou o seu primeiro livro “A mãe e o filho da mãe” em 1966. Viriam depois a “A máquina de fazer amor” (1980) e “Minha bela putana” (1984), entre outros. Pelo “Os rios morrem de sede”, ganhou em 1977 o Prêmio Jabuti, na categoria literatura infantil. Ele faleceu em 3 de junho de 2006.(AA)

Wilma Henriques

Atriz
Conselheiro Lafaiete
1931 ~ 2021

Considerada a “Dama do Teatro Mineiro”, Wilma Henriques viveu mais de cinquenta anos nos palcos e telas do cinema e TV, quebrou tabus, foi oito vezes premiada como melhor atriz, sem deixar Minas Gerais para produzir e realizar sua arte. Ela nasceu em Conselheiro Lafaiete, em 15 de fevereiro de 1931, e faleceu em Belo Horizonte em 18 de abril de 2021, dois meses após completar 90 anos e participar da homenagem que colegas artistas lhe fizeram no Teatro Feluma em forma de *live*.

Em 2012, aos 81 anos, emocionou a plateia ao protagonizar a “Dama Desnuda”, escrita por Renato Millani, com pinceladas da própria trajetória da atriz, que da comédia ao drama, entregava-se de corpo e alma aos personagens. Estrelou, entre muitas, “Dona Beja”, de Mário Prata, “Navalha na Carne”, de Plínio Marcos, “Fala baixo senão eu grito”, de Leilah Assumpção, cujo estouro foi para ela foi um divisor de águas: “*Eu nunca tinha entrado só de calcinha e sutiã no palco*”, contaria. Nos bastidores, Wilma militava pelos direitos dos artistas e ajudaria a fundar o sindicato da categoria.

Wilma Henriques da Silva mudou-se ainda criança para a capital com a família. Estudou no Sacré-Coeur de Marie, com as mães francesas. Perdeu o pai aos 14 anos, deixou os estudos aos 16 anos para trabalhar.

Iniciaria a carreira na arte aos 27 anos, em 1959, ao ingressar na “TV Itacolomi”, no programa “Espelho” e no teleteatro da emissora. Ainda em 1959, faz “Pigmaleão”, de Bernard Shaw, e em 1966, tem a estreia definitiva com “O Macaco da Vizinha”, direção de Carlos Laerte. Chefiou a Divisão de Cultura no SESI, fez novelas, fundou o grupo “Gambiarra” em 1975, celeiro de nomes na cena mineira.

Quando o grupo produzia “A Prostituta Respeitosa”, de Jean Paul Sartre, em 1977, tudo pronto, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) comunicou que o autor francês havia proibido encenar suas obras onde houvesse ditadura. Escreveram a Sartre e foram autorizados a fazê-la só em Belo Horizonte. Foram 60 apresentações de sucesso, mas a peça não viajou.

A estreia no cinema foi grandiosa, em “O menino e o vento”, do conto de Aníbal Machado, dirigido por Christensen. Fez ainda “Alejadinho - Paixão, glória e suplício”, de Geraldo Santos Pereira, entre outros. Despediu-se dos palcos em 2015 e foi residir em uma casa de repouso. Wilma não se casou, nem teve filhos. (CC)



Zacarias

Ator
Sete Lagoas
1934 ~ 1990

Na história da televisão, o humorístico “Os Trapalhões”, no ar todos os domingos de 1974 a 1995, bateu todos os recordes, tanto de audiência, quanto de longevidade, projetando entre os seus protagonistas um ator mineiro, **Mauro Faccio Gonçalves**, que soube construir com maestria, no papel de “Zacarias”, os estereótipos de mineiridade que arrancavam gargalhadas. Caipira, ingênuo, meigo, conciliador e delicado, Zacarias caía em todas armadilhas do líder do grupo, “Didi Mocó”, interpretado por Renato Aragão.

“Zacarias”, ou melhor, Mauro Faccio Gonçalves, nasceu em Sete Lagoas no dia 18 de janeiro de 1934, sendo o mais velho de onze irmãos. Antes de chegar ao estrelato, havia percorrido um longo caminho, que começou em sua cidade, atuando em um grupo de teatro que se apresentava na rádio local. A primeira experiência no palco foi em um monólogo dramático, mas diante da reação do público, ele intuiu que o futuro estava na comédia.

Em 1957, mudou-se para Belo Horizonte para estudar Belas Artes e atuar em rádio-novelas. A facilidade de imitar e de criar vozes e os seus risinhos contidos, com as mãos nos lábios, abriram-lhe as portas e ele foi “Jeca Caticó”, “Vovô Delville” e o garçom “Moranguinho”, dentre outros personagens. Ainda na capital mineira, foi contratado pela “TV Itacolomi”, mais tarde pela “TV Excelsior” de São Paulo, até chegar ao humorístico “Praça da Alegria”, na Record.

À época, “Didi”, “Dedé” (Manfried Sant’Anna) e “Mussum” (Antônio Carlos Bernardes Gomes) já trabalhavam juntos no programa “Insociáveis” e ao firmarem um novo contrato com a Tupi, decidiram incorporar mais um personagem ao grupo. Assim, encantados com o humor do garçom “caipira” do “Café sem Conserto”, que Mauro interpretava, o convidaram para completar o time.

Na primeira fase de “Os Trapalhões”, exibida pela Tupi entre 1974 e 1976, “Zacarias” já era o personagem do quarteto destacado para interagir com o público mais novo e isso se acentuaria a partir de 1977, quando a Globo firmou contrato com o grupo. Além do sucesso na televisão, os filmes de “Os Trapalhões” bateram recordes de bilheteria nos cinemas e em 1985 “Zacarias” receberia uma homenagem especial no 5º Festival Internacional de Cinema para a Infância e a Juventude, promovido pela extinta Embrafilme.

Mauro faleceu em um domingo, 18 de março de 1990. (JA)

Zé Arigó

Médium
Congonhas
1921 ~ 1971

José Pedro de Freitas, o médium Zé Arigó, que dizia encarnar o espírito de um suposto médico alemão morto na primeira Guerra Mundial, Adolf Fritz, e operava milagres em pacientes desenganados fazendo milimétricas cirurgias com apenas um canivete, uma faca ou uma navalha, nasceu em Congonhas, a terra dos profetas, em 18 de outubro de 1921. Aos nove anos, o menino que seria apelidado de Arigó pelo jeito simplório e matuto, manifestou sinais de mediunidade, mas o dom da cura só desabrochou na idade adulta, nos primeiros anos de 1950, quando o espírito do médico desencarnado o teria empodeirado em sonhos e visões.

Aos 14 anos, ele começou a trabalhar como operário da Ferteco Mineração, hoje incorporada pela Vale, e não conseguiu concluir a terceira série do ensino fundamental. Em 1942, já apelidado de Zé Arigó, trocava o trabalho na mineração, em que chegou a ter atuação sindical, por um posto no INSS, casando-se no ano seguinte com Arlete Soares de Freitas, com quem teria seis filhos e se dedicaria à caridade em Congonhas.

Acometido por dores de cabeça e pesadelos que o deixavam à beira da loucura, ele seria levando pela esposa a médicos e psiquiatras, que atestaram tanto a sua sanidade física, quanto mental. Recorreria a sessões de exorcismo, mas a cura só viria mesmo a partir dos sonhos com o Dr. Fritz.

Sem anestesia ou assepsia, Zé Arigó começou então a operar freneticamente, extraíndo quistos e tumores com facas e canivetes, cujas incisões não deixavam sequelas. Logo, a fama do médium bom de cura e milagreiro correu mundo, atraindo tanto multidões à terra dos profetas, quanto a ira de médicos e padres. Denunciado por curandeirismo, ele seria condenado em 1957, mas não foi preso, indultado pelo médico e presidente JK, cuja filha teria sido tratada por ele.

No Centro Espírita Jesus Nazareno, que fundou em 1959, dois anos após a condenação, Zé Arigó passaria a atender, gratuitamente, nada menos do que 200 pacientes por dia; o que renovou a ira contra ele. Acusado de exercício ilegal da profissão pela Associação Médica, foi condenado outra vez em 1964 e detido por sete meses, mas retornou ainda mais forte às cirurgias mediúnicas no centro espírita, até a morte prematura em um acidente de automóvel na BR 040 em 11 de janeiro de 1971. (AA)

Zezé Gonzaga

Cantora
Manhuaçu
1926 ~ 2008

Maria José Gonzaga foi uma cantora nascida em Manhuaçu, em 3 de setembro de 1926. Neta e filha de músicos, Zezé Gonzaga, como ficou conhecida no Brasil, foi uma das intérpretes mais famosas da “Era do Rádio” no País. A música era uma presença constante em sua casa e Zezé recebeu o incentivo dos pais para torna-se cantora lírica, pretensão que abandonou mais tarde, em função do pequeno mercado comercial para o estilo no país.

Com uma bolsa de estudos, a menina começou a ter aulas de música e canto em Além Paraíba e aos 16 anos, em uma viagem de férias ao Rio de Janeiro, foi convidada a participar, como caloura, no programa de Ari Barroso. Recebeu nota máxima e ganhou o direito de se apresentar novamente, mas decidiu voltar para Além Paraíba e prosseguir com os estudos.

Três anos depois, em 1945, mudou-se para o Rio, e se inscreveu, sob o pseudônimo de Daisy Barbosa, em outro programa de calouros, o da “Rádio Clube Brasil”. Novamente primeira colocada, conseguiu contrato para apresentar-se às terças e quintas-feiras. Centrou seu repertório nos de quatro cantoras que admirava: Isaurinha Barbosa, Dircinha Batista, Aracy de Almeida e Odete Amaral.

Na época, formou com Odaléa Sodré a dupla “As Moreninhas do Ritmo”. Em 1948, assinou contrato com a “Rádio Nacional”. Depois, integrou vários conjuntos vocais e com diversas formações. Gravou seu primeiro disco em 1949, pela Star, com os sambas-canção “Inverno” e “Desci”. Seu primeiro LP, “Zezé Gonzaga”, foi lançado em 1956, pela Columbia.

Na década de 1960, Zezé abriu uma agência de jingles, atuando como cantora e compositora. Em 1976, aos 45 anos, foi para Curitiba e com Maria da Penha, sua filha adotiva, assumiu a creche que instalaram na cidade. O retorno à carreira artística viria em 1979, quando gravou um LP com canções do velho amigo “Valzinho”, e o disco a colocou novamente no circuito dos shows.

Na década de 1980 realizou apresentações pelo Brasil, com o grupo “Cantoras do Rádio”, mesmo nome do disco que gravou ao lado de Ellen de Lima, Carmélia Alves, Nora Ney, Rosita Gonzales e Violeta Cavalcanti. Em 2002, com a cantora Jane Duboc gravou o CD “Clássicos”. Ao longo da carreira, gravou 33 discos.

Zezé morreu no Rio em 24 de julho de 2008. (DM)

Zina Aita

Artista plástica
Belo Horizonte
1900 ~ 1967

Única artista plástica mineira a participar da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, com obras que surpreenderam pela originalidade e beleza, **Tereza Aita**, chamada de Zina, nasceu em Belo Horizonte, em 1900, filha de italianos e, embora sua vida e obra sejam pouco conhecidas, é certo que teve convivência e participação profícuas junto a expoentes do Modernismo na década de 1920.

Na adolescência, entre 1914 e 1918, estuda na Academia de Belas Artes de Florença com o mestre Galileo Chini (1873/1956), pintor e ceramista, “*célebre decorador e colorista excepcional*”, nas palavras da própria Zina. Conhece as artes também de Roma, Milão e Veneza. De volta ao Brasil, tem contato com Manoel Bandeira, Ronald de Carvalho, Mário de Andrade e torna-se amiga de Anita Malfatti.

Em 1920 faz as primeiras exposições individuais. Em Belo Horizonte, no então Palácio do Conselho Deliberativo, sua mostra é identificada como os primeiros traços da modernidade em Minas. Em entrevista à “Folha de Minas”, de 30 de janeiro de 1920, faz críticas à burguesia artística mineira e rejeita rótulos de orientalista, simbolista ou futurista: “*Procuro ser apenas o que dita meu senso estético, seguindo os conselhos do meu mestre*”. No Rio de Janeiro, sobre sua mostra no Liceu de Artes e Ofícios, o poeta Ronald de Carvalho escreve fascinado em “O Jornal”: “*Zina espiritualiza todos os motivos que interpreta*”.

Na Semana de Arte Moderna, expõe oito quadros, com destaque para “A Sombra”, que em azul vibrante e tons de marrom, traz seis trabalhadores, cujos corpos encurvados se desdobram em suas sombras e, ao lado, uma sombra maior remete à um padrão.

Zina faz, ainda, mostra individual em São Paulo, com sucesso de vendas; integra a 27ª Exposição Geral de Belas Artes no Rio, faz ilustrações para a revista modernista “Klaxon” e capas da revista “América Brasileira: resenha da atividade nacional”.

Em 1924, volta definitivamente para a Itália, onde encontraria Anita Malfatti e se corresponderia com Mário de Andrade e Manoel Bandeira, inclusive sobre o amor de Anita por Mário. Mais tarde, perdem o contato. Zina dirige uma fábrica de cerâmica, faz exposições e ganha vários prêmios. Morre em 1967, em Nápoles.

Em 1990, o Museu de Arte da Pampulha apresentou a mostra “Jeanne Milde, Zina Aita: 90 Anos”. (CC)

Zuzu Angel

Estilista
Curvelo
1921 ~ 1976

“Eu não tenho coragem. Coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade”. Assim, a estilista Zuzu Angel definia o sentimento que a fez desafiar a ditadura civil-militar, instalada no Brasil de 1964 a 1985, à procura de seu filho Stuart Edgar Angel Jones. Militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR 8), ele desapareceu em 1971, e depois, soube-se, fora preso, torturado e assassinado pelo estado brasileiro.

Desde o desaparecimento do filho, Zuzu dedicou a vida a descobrir informações sobre o seu paradeiro, em uma verdadeira batalha contra o regime, ao apresentar denúncias à imprensa nacional e estrangeira. Ainda em 1971, a estilista realizou o célebre desfile de protesto, no consulado brasileiro em Nova Iorque. A coleção apresentada por Zuzu na ocasião incorporava nas peças elementos que alardeavam a situação de opressão política no Brasil, com estampas de tanques militares, canhões e pássaros engaiolados.

Por sua ousadia e coragem, Zuzu pagou com a vida. Na madrugada do dia 14 de abril de 1976, ela dirigia seu carro pela estrada da Gávea quando, na saída do túnel Dois Irmãos, em São Conrado, Rio de Janeiro, o veículo derrapou e saiu da pista, chocando-se contra a mureta de proteção e, em seguida, capota e cai fora da via. Zuzu teve morte instantânea. A informação oficial à época era de que se tratava de um acidente. Mas, em julho de 2020, a justiça brasileira reconheceu que Zuzu Angel foi assassinada por agentes da ditadura.

Nascida, **Zuleika de Souza Netto**, em Curvelo, em 5 de junho de 1921, Zuzu, ao longo da vida, morou entre Belo Horizonte, Salvador e o Rio de Janeiro. De família modesta, costurava para ajudar nas despesas da casa. Em 1943, tornou-se Zuleika Angel Jones, ao casar-se com o estadunidense Norman Angel Jones, de quem se separou em 1960. Juntos, os dois tiveram, além de: Stuart, outras duas filhas: a jornalista Hildegard Angel e Ana Cristina.

Zuzu foi uma das mais importantes estilistas brasileiras. Iniciou-se na carreira em 1950, no Rio de Janeiro. Com um estilo único, que misturava renda, seda, fitas e chitas, primeiro encantou a elite carioca. Depois, conquistou espaço no mercado dos Estados Unidos, onde eram constantes os desfiles que promovia. Tinha predileção por temas regionais e do folclore. (DM)

Bibliografia Consultada

Fontes impressas

AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA – 11 vol. / Introdução de Lafayette Luiz Doorgal de Andrada. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – período republicano – 1889-1991 – Vol. I e II / Coordenação de Norma de Góis Monteiro. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

ALMEIDA, Roberto Wagner de. Entre a cruz e a espada: a saga do valente e devasso padre Rolim. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesias completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

ANTUNES, Américo. Do Diamante ao Aço – O ilustrado Intendente Câmara e a verdadeira história da primeira fábrica de ferro do Brasil. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

ANTUNES, Américo (org.). Os governadores: História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Hoje em Dia, 2009.

CARVALHO, André, e MARTINS, Kao. Habla, senõr – um homem chamado Januário. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 1992.

CHAGAS, Carmo. Política, arte de Minas. Belo Horizonte: FIEMG, 1993.

CONCEIÇÃO, Wander. Desafinado: das cinzas do Acayaca à bossa nova. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2022.

COSTA, Angela Marques da, e SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, Emília Viotti da Costa. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

COUTO, Ronaldo C. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2002.

COUTO, Ronaldo C. História indiscreta da ditadura e da abertura. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DO VALE, Vanda Arantes et al. Pedro Nava - cronista de uma época: medicina e sociedade brasileira (1890-1940). Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DUARTE, Constância Lima. CARMO, Dinorah. LUZ, Jalmelice. (Autoras). Mulheres de

- Minas: lutas e conquistas. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KOIFMAN, Fábio. Presidentes do Brasil (De Deodoro a FHC). São Paulo: Universidade Estácio de Sá/Cultura, 2002.
- GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GONÇALVES, Regis. Lúcia Machado de Almeida, uma vida quase perfeita. Belo Horizonte, Conceito, 2020
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.
- MARQUES, Fabrício. Wander Piroli, uma manada de búfalos dentro do peito. Belo Horizonte: Conceito, 2018.
- Maxwell, Kenneth. A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- MEIRA, Sandra Alves. Flautistas de orquestra de Belo Horizonte: Uma questão de memória. Belo Horizonte: Escola de Música UFMG, 2007.
- PAULA, João Antônio de. Francisco Iglésias, o caminho do historiador. Belo Horizonte: Conceito, 2018.
- PEIXOTO, Miriam. Sônia Viegas, uma pensadora da cultura. Belo Horizonte: Conceito, 2019.
- RABELO, José Maria (coord.). História Geral de Minas. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2018.
- REIS, Milton. A trajetória do Poder – De Cesário Alvim a Aécio Neves. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2008.
- ROMEIRO, Adriana (org.). Dicionário Histórico das Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.
- ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- RUBIÃO, Murilo. Obra completa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil / Lília Moritz Schwarcz, Heloísa Murgel Starling. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SILVA, Luiz Roberto da. Doce Dossiê de BH. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello. Cláudio Manuel da Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STARLING, Heloísa, PELLEGINO, Antônia (org.). Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

VAZ, Alisson Mascarenhas. Duas visões da política mineira: depoimentos de Oscar Dias Correia e Pio Soares Canêdo. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras - 1664 - 1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Fontes eletrônicas

<https://www.academia.org.br/memoria-da-abl/apresentacao>

<https://academiamineiradeletras.org.br/biblioteca/>

<https://www.adorocinema.com>

<https://www.almg.gov.br/a-assembly/memoria/linha-do-tempo/>

<https://blogeditoradaunicamp.com>

<https://brasilianafotografia.com.br>

<https://brasilescola.uol.com.br>

<https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>

<https://www.caminhosderosa.com.br>

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

<https://conjur.com.br>

<https://fcs.mg.gov.br>

<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios>

<https://www.docvirt.com/docreader.net/ComissaoVerdade>

<https://www.ebiografia.com>

<https://www.encyclopédia.itaucultural.org.br>

<https://www.festivaldehistoria.com.br>

<https://iconografiadahistoria.com.br>

<https://www.ihgb.org.br/pesquisa/arquivo.html>

<https://ihgmg.org.br>

<https://ims.com.br/acervos/pesquise-nos-acervos/>

<https://ivnl.com.br>

<https://institutohelenagreco.blogspot.com>

<http://memoria.bn.br>

<https://memoriaglobo.globo.com>

<https://www.memorialdaresistencia.org.br>

<https://www.portal.iphan.gov.br>

<https://www.pt.wikipedia.org>

<https://uai.com.br>

<http://www.santosdobrasil.org>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>

<https://www.scielo.br>

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

<https://universidadedofutebol.com.br>

<https://youtube.com>

Sobre os autores

Américo Antunes (AA) é jornalista profissional formado pela PUC-MG. Escritor de temas históricos com vários livros publicados, idealizou e coordena o fHist.

Cândida Canêdo (CC) é jornalista formada pela PUC-MG, pós-graduada em comunicação estratégica e bacharel em letras pela UFMG. Foi repórter e redatora em impressos e trabalha em assessoria de comunicação pública.

Denise Menezes (DM) é jornalista profissional, formada pela PUC MG. Foi repórter em veículos impressos e coordenadora de imprensa de órgãos públicos e instituições privadas. Trabalha como jornalista independente.

Felipe Canêdo (FC) é cineasta, mestre em audiovisual pela Universidade do Minho e jornalista profissional graduado pela PUC-MG.

Juliano Antunes (JA) é mestre em ciências políticas e sociólogo formado pela UFMG. É professor e educador social.

Marta Vieira (MV) é jornalista formada pela UFMG, com especialização em formação política e econômica pelo Centro Universitário Newton Paiva. Atuou em mídia impressa e on-line, da reportagem à edição, e como colunista do “Estado de Minas”.

Mônica Santos (MS) é jornalista, formada pela Fafi-BH, pós-graduada em Comunicação Social e Responsabilidade Sócio-empresarial. Foi repórter e assessora de comunicação de órgãos públicos e de empresas.

Teresa Caram (TC) é jornalista formada pela PUC Minas, bacharel em relações públicas e publicidade e pós-graduada em culturas e imagens midiáticas pela UFMG. Trabalhou como repórter e editora em rádio e jornal.

Último Valadares (UV) é jornalista profissional formado pela PUC-MG e sociólogo graduado pela UFMG.

festivaldehistoria.com.br







14

BENJAMIN OLIPHANT



Lei de Incentivo à
CULTURA
PRONAC 210487

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO



**INSTITUTO
CULTURAL
VALE**

strategia
CULTURA E COMUNICAÇÃO

NOTA
COMUNICAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO